



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

AMADEU CARDOSO DO NASCIMENTO

**“TRAVESTIS EM TODOS OS LUGARES”:
UMA INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA DE RESISTÊNCIAS, ALIANÇAS E
ATIVISMO DE/COM TRAVESTIS EM FORTALEZA**

REDENÇÃO/FORTALEZA-CE

2022

AMADEU CARDOSO DO NASCIMENTO

**“TRAVESTIS EM TODOS OS LUGARES”:
UMA INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA DE RESISTÊNCIAS, ALIANÇAS E
ATIVISMO DE/COM TRAVESTIS EM FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Programa Associado de PósGraduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Professor Dr. Rafael Antunes Almeida

REDENÇÃO/FORTALEZA-CE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Nascimento, Amadeu Cardoso do.

N244t

Travestis em todos os lugares: uma investigação antropológica de resistências, alianças e ativismo de/com travestis em Fortaleza / Amadeu Cardoso do Nascimento. - Redenção, 2022.
0263f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia, Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida.

1. Travestis. 2. Ativismo. 3. Afetividade. 4. Transfeminismo. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 306

**“TRAVESTIS EM TODOS OS LUGARES”:
UMA INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA DE RESISTÊNCIAS, ALIANÇAS E
ATIVISMO DE/COM TRAVESTIS EM FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Programa Associado de PósGraduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas.

Aprovada em: 09/11/2022

Banca examinadora:

Professor Dr. Rafael Antunes Almeida
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Professor Dr. Kleyton Rattes
Universidade Federal do Ceará - UFC

Professora Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ

AGRADECIMENTOS

Nunca imaginei escrever meus agradecimentos em uma dissertação de Mestrado. Sempre foi um sonho cursar pós-graduação *stricto sensu*, porém as desigualdades sociais presentes no Brasil e no interior do Ceará nos assolam de tal forma, que não temos muitos sonhos, ou não temos muitas possibilidades de sonhar.

As minhas mães sempre me ensinaram que a educação era a saída para quem vivia na pobreza. Minha mãe Dulce Maria foi a primeira professora de uma comunidade rural, Boqueirão, no interior da cidade de Capistrano, a 90 km da capital Fortaleza. Foi com ela que aprendi que não existiam limites, e que tudo sempre terminava bem. A minha mãe/avó Luiza Felipe (*In memoriam*), uma senhora negra, herdeira de terra, de baixa estatura, de personalidade forte e com um coração infinito, sempre me acalentava desde a infância a vida adulta. Ela sempre esteve e está presente em mim, mesmo que sua partida tenha marcado minha trajetória. Se eu entrei na universidade, isso tem a sua contribuição. Se eu tive como comprar textos (xerox), ou comprar um copo de suco com pastel, foi porque ela me apoiava. Se eu tive merenda, almoço ou jantar após chegar em casa nos diversos horários do dia, foi porque ela estava comigo.

Com meu pai, José Matos, aprendi a ser forte, trabalhador, guerreiro e a nunca desistir. De pés descalços na roça, de mãos calejadas da enxada, ele me possibilitou ir à escola. Em um cenário em que todas os homens vão para a roça, ele me deixou estudar. Entre a enxada e a caneta, ele me deu a caneta.

Ao meu avô Godofredo (*In memoriam*), um homem branco, perspicaz, sábio, honesto, autodidata, trabalhador, referência para sua família, dedico esta escrita aos seus passos, suas lutas, história e memória. A Avenida Godofredo Maciel, que liga vários trechos na capital do Ceará, é em sua homenagem. Na década de 1980 recebeu uma medalha de honra do governador do Estado do Ceará por ter se destacado como um grande produtor de algodão na região do maciço de Baturité.

Aos meus irmãos Aureliana, Lidiane, Tadeu, Roberta, Elizabete, Daniely, Vania e Vanielly por acreditarem em mim. Sem vocês nada aqui faria sentido, sem nossos sonhos coletivos, essa batalha não seria vencida. A Lidiane e Elizabete por serem minha inspiração de professores e profissionais. Especialmente às minhas irmãs Vânia e Vanielly por compartilharem comigo todos os momentos dos meus dias, por me ajudarem em cada dificuldade, por cuidarem de mim, por viverem comigo as angústias do mestrado. Somos nove

irmãos, dois homens e 7 mulheres. Foi por acreditar no poder da educação, que mamãe e papai fizeram com que oito de seus filhos entrassem na universidade. Hoje são dois concluindo mestrado, e as outras na sua maioria com duas graduações e especializações.

Aos meus sobrinhos Caik, João Pedro, Davi Lucas, Antônio Carlos, Mateus, José Felipe a minha sobrinha Lívia Maria por todo amor, afeto e respeito. Vocês me salvaram quando eu imaginava que não tinha mais sentido viver.

As minhas primas Lara e Lauanna por me acolherem em seu lar quando mais precisei. Os nossos risos e angústias marcam essa trajetória.

Ao meu amigo Bruno Castro, amigo de turma no Mestrado, por ter caminhado comigo nos primeiros passos desta pesquisa. Ele me apresentou de certa forma os passos iniciais, as fontes, alguns teóricos e muitas travestis.

A amiga Dediane Souza, amiga da turma do Mestrado. Dediane é o tipo de pessoa que te afeta de uma forma peculiar. Foi com ela que aprendi boa parte das vivências com travestis.

Aos meus amigos e amigas Weyber Queiroz, Nayara Jerônimo, João Gomes, Flaviane Salvino, Cintia Cândido e Mirna Silva por me proporcionarem durante esses dois anos momentos de risos e alegrias.

Compartilho essa escrita com meu amigo Assilho Ferreira por muito ter contribuído para os primeiros entendimentos sobre sexualidade e orientação sexual, e por se fazer presente em minha vida em todos os momentos.

Agradeço profundamente ao meu orientador Rafael Antunes Almeida por me acolher afetivamente de forma tão singela e carinhosa. Pela gentileza, honestidade, responsabilidade e compromisso

Ao Tel Cândido por ter me acolhido no Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra.

A Taiane Alves por todas as conversas cheias de afeto, sabedoria e companheirismo.

A Thina Rodrigues e Janaína Dutra (In memoriam), Amanda Félix, Silvinha Cavalleire, Labelle Raimbow e a Yara Canta por terem sido tão generosas em nossos encontros.

Aos meus professores e professoras do Programa do Mestrado Luís Tomás, Martinho Tota, Vera Rodrigues, Marcelo Natividade, Denise Costa e Isabelle Braz.

Dedico essa escrita a todas as travestis que resistem no campo do ativismo.

Em especial às queridas Dediane Souza e Amanda Félix por terem sido tão maravilhosas comigo, pela sua amizade e gentileza.

“Somos comunidade para gerar outros
caminhos e oportunidades”

Thina Rodrigues

RESUMO

Esta pesquisa consiste em uma etnografia informada pela perspectiva transfeminista que procura compreender as alianças, resistências e ativismos de travestis na busca pela garantia de seus direitos sociais, civis e políticos. O universo estudado é a cidade de Fortaleza, CE, especificamente os espaços de alianças nos quais as travestis resistem e atuam. O trabalho se debruça tanto sobre as trajetórias de vida de ativistas como Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Andrea Rossati e Dediane Souza e de suas herdeiras. As entrevistas com as travestis Labelle Rainbow, Silvinha Cavalleire, Yara Canta e Amanda Félix e uma descrição de atos políticos e manifestações diversas que perfazem os movimentos sociais dos quais fazem ou fizeram parte, subsidiaram a nossa pesquisa. Tendo por inspiração fundamental as obras Nascimento (2021), Jesus (2019), Oliveira (2018), Nogueira (2015) e aportes teóricos como a teoria queer de Butler (2019, 2020, 2021), além dos estudos decoloniais e pós-coloniais, recorre-se à análise de documentos, à observação participante e às entrevistas de tal forma a promover uma descrição da constituição e da configuração presente do movimento no estado.

Palavras-chaves: travestis; ativismo; afetividade; transfeminismo.

ABSTRACT

This research consists of an ethnography informed by the transfeminist perspective that seeks to understand the alliances, the resistance and the activism of travestis in the search for the guarantee of their social, civil and political rights. The universe studied is the city of Fortaleza, CE, specifically the spaces of alliances in which travestis resist and act. The work focuses both on the life trajectories of activists such as Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Andrea Rossati and Dediane Souza and their heirs. Interviews with transvestites Labelle Rainbow, Silvinha Cavalleire, Yara Canta and Amanda Félix on the description of different political acts that make up the social movements of which they are or were part, subsidized our research. Taking as its fundamental inspiration the works Nascimento (2021), Jesus (2019), Oliveira (2018), Nogueira (2015) and theoretical contributions such as Butler's queer theory (2019, 2020, 2021), in addition to decolonial and postcolonial studies, we resort to analysis of documents, participant observation and interviews in order to promote a description of the constitution and present configuration of the movement in the state.

Keywords: travestis; activism; affectivity; transfeminism.

LISTA DE SIGLAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APLOGS	Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiúba
	Associação de Travestis da Baixada Santista – Grupo Filadélfia
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
ASTRA-RIO	Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro
ASTRAS	Associação de Travestis de Salvador
ASTRAV/BH	Associação de Travestis de Belo Horizonte
ASTRAVEB	Associação de Travestis de Brasília
ATRAC	Associação de Travestis e Transexuais do Ceará
ATRANSCE	Associação Transmaculina do Ceará
CEPEMA	Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente
CF	Constituição Federal
CRLGBTJD	Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra
CRLGBTTR	Centro de Referência Estadual LGBT Thina Rodrigues
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais
GRAB	Grupo De Resistência Asa Branca
GRUPO TULIPA	Associação de Travestis de Santo André
IBTQ	Instituto Brasileiro de Trans Educação
LDB	Lei De Diretrizes E Bases Da Educação
LGBT	Movimento De Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQI+	Movimento De Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, grupos e variações de sexualidade e gênero
MOPAC	Travestis de Colônia Piauí
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SEDUC	Secretária de Educação do Ceará
UNILAB	Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	16
1.1. Pesquisando com travestis.....	16
1.1.1. Amanhecer.....	18
1.1.2. Entardecer.....	20
1.1.3. Anoi-tecer.....	22
1.1.4. Retomando o tema do lugar de fala.....	27
1.2. Motivações Teórico-metodológicas.....	29
1.2.1. Os primeiros passos da pesquisa.....	29
1.2.2. Decisões metodológicas.....	36
2. TRANSFEMINISMO: GÊNERO, IDENTIDADES E TRAVESTILIDADES.....	41
2.1. Travestilidades: uma categoria em construção.....	41
2.2. A teoria Transfeminista.....	45
2.3. O encontro entre o feminismo negro e decolonial com as travestis.....	52
2.4. A imagem de controle das travestis.....	63
3. ATIVISMO E RESISTÊNCIA DE TRAVESTIS EM FORTALEZA: UM OLHAR SOBRE QUATRO TRAJETÓRIAS.....	71
3.1. A construção da memória de Xica Manicongo.....	71
3.1.2. O despertar das travestis: história de militância.....	73
3.2. A Dama de Ferro: Janaína Dutra.....	83
3.3. A Dama de Vermelho: Thina Rodrigues.....	95
3.4. Tieta do Agreste: Andrea Rossati.....	108
3.5. As águas do mar: Dediane Souza.....	120
4. TRAVESTIS E SUAS NARRATIVAS.....	137
4.1. SOU travesti: autodefinição como estratégia política de resistência.....	137
4.2. Nossas identidades foram construídas fora dos padrões.....	147
4.3. As travestis e o encontro com o ativismo.....	158
4.4. Tecendo narrativas com travestis: as pautas políticas de travestis em Fortaleza...	168
4.5. Travestis negras e as interseções de transfobia e racismo.....	178
4.6. A arma contra o CIS-tema: eu existo para que outras possam existir.....	191
4.7. “Travesti não é bagunça”.....	196
5. ATOS, ALIANÇAS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS	

SOCIAIS DE TRAVESTIS EM FORTALEZA.....	201
5.1. Preparativos: a chegada das travestis	201
5.2. Alianças em assembleia de travestis	207
5.3. ATO por Sofia: como resistir se tudo leva a morte?.....	223
5.5. Travestis e o Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra	235
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
REFERÊNCIAS	243
ANEXOS	255

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa antropológica parte do meu interesse em investigar as alianças, resistências e as múltiplas formas de ativismo de travestis na busca por garantia e defesa de seus direitos sociais, civis e políticos em Fortaleza, Ceará.

As interlocutoras são travestis ativistas que de alguma forma são “herdeiras” de Janaína Dutra e de Thina Rodrigues, que atuaram junto ao Movimento Social de Travestis em Fortaleza. Janaína e Thina juntas fundaram a Associação de Travestis do Ceará¹ (Atrac), atuaram no Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e ocuparam outros espaços na cidade de Fortaleza, no Nordeste e no cenário nacional.

A escuta antropológica contribuiu profundamente para a escrita aqui apresentada. Os relatos das travestis, suas narrativas, experiências diante do ativismo, lutas coletivas e alianças em grupos nos fazem entender e nos envolver em uma discussão sobre as relações de opressão de gênero e raça que subjagam suas identidades de gênero, sexualidade e corporeidade, fragilizando seus direitos enquanto cidadãs.

Este trabalho tem como pergunta norteadora a seguinte questão: Como travestis têm criado mecanismos de resistência, alianças e ativismos para garantir seus direitos em Fortaleza-Ceará? Assim, tendo como objetivo geral investigar o ativismo de travestis em Fortaleza, narrando suas trajetórias de vida, cruzando suas histórias dentro do campo das resistências e das alianças em defesa dos direitos das Travestis. Ao longo da pesquisa nossos objetivos específicos foram sendo atingidos. Entre eles, compreender como as travestis têm criado um campo de possibilidades de uma rede de ativismos em Fortaleza; investigar como o ativismo de travestis tem reivindicado a defesa dos seus direitos e estabelecido alianças em torno de suas pautas políticas; analisar trajetórias de vida de travestis ativistas em Fortaleza.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma. No primeiro capítulo partimos para o campo das experiências e do lugar deste pesquisador. Aqui recorreremos ao encontro do autor com a temática, partindo pela sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional, ressaltando seu “lugar de fala” e a importância da construção de uma pesquisa pautada em uma rede de afeto com travestis e uma antropologia por demanda (SEGATO, 2021). Apresentamos o percurso teórico metodológico e o impacto da pandemia do Covid-19 no primeiro momento da pesquisa.

¹ Até o ano de 2020 a instituição se chamava Associação de Travestis do Ceará, após o falecimento da travesti e ativista Thina Rodrigues e com a formação da nova diretoria passou-se a se chamar Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará.

No segundo capítulo utilizamos a discussão teórica empreendida a partir do pensamento da teoria do transfeminismo baseado no pensamento das pesquisadoras travestis Leticia Nascimento (2021) e Jaqueline Gomes de Jesus (2019), entre outras/os, debatendo sobre as mudanças em torno do termo travesti e a construção das experiências de travestilidades. Seguimos para uma discussão entre as teorias do feminismo negro e decolonial (MIGNOLO, 2018), dialogando com o transfeminismo. Finalizamos esse capítulo com o conceito de imagem de controle de Patricia Hill Collins (2019) e demonstramos a partir dele como as imagens de travestis foram associadas à marginalidade, à criminalidade e à prostituição.

No terceiro capítulo apresentamos as histórias das travestis Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Dediane Souza e da mulher transexual Andrea Rossati. A trajetória de Janaína foi alicerçada a partir do documentário “Janaína Dutra: uma dama de ferro” produzido pelo Grupo Asa Branca em 2011 e de reportagens do Jornal O Povo. As trajetórias de Thina, Dediane e Andrea foram contadas a partir das entrevistas que elas concederam à Revista Entrevistas do curso de Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Dessa maneira, suas trajetórias nos possibilitam compreender a emergência do movimento das travestis na cidade de Fortaleza.

No quarto capítulo apresentamos as nossas interlocutoras e suas experiências diante do ativismo, de suas vivências e experiências no campo da travestilidade. Marcadas pela conjuntura de reivindicação junto ao ativismo e pela garantia de direitos, essas travestis ocupam/ocuparam diversos espaços no bojo da universidade, de instituições oficiais do Estado e do movimento social. Assim, inter cruzando suas trajetórias de vida, suas experiências no ativismo, suas alianças e resistências demonstramos como nossas interlocutoras rompem com as imagens de controle construídas historicamente, resistindo as normas de padrão de gênero impostas, garantindo e defendendo seus direitos.

No quinto capítulo são descritas duas sessões solenes voltadas para as pautas dos movimentos sociais nos quais as travestis de Fortaleza estão engajadas. A primeira aconteceu na Câmara de Vereadores de Fortaleza e a segunda na Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará. As duas sessões homenagearam os 20 anos da Associação das Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (Atrac) e a travesti ativista Thina Rodrigues. Em seguida, apresentamos o Ato por Sofia, uma manifestação organizada pela Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará reivindicando políticas de segurança pública para a população trans do estado. Finalizamos o capítulo com os dados de violação de direitos de travestis em Fortaleza a partir dos relatórios do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra.

Esta dissertação assenta-se no princípio de que repensar as nossas práticas dentro da universidade é romper com os limites do pensamento colonizador que está presente nas

produções e em nossas experiências. Encontrar respostas e metodologias que rompam com esse pensamento também é uma tarefa importante desenvolvida aqui.

O diálogo realizado com travestis com diferentes profissões, entre elas estudante, gestora pública, cantora, atriz, jornalista, cientista social, entre outras, me permitiu perceber o quão suas trajetórias são invisibilizadas e apresentadas muitas vezes dentro de um espectro universal de conceitos, como um projeto genericado. Escrever com travestis me encaminhou para diversos marcos teóricos e práticas de pesquisa, inclusive com a teoria do transfeminismo. Essa concepção teórica e política vem se estruturando no Brasil desde a segunda década do século XXI, a partir do pensamento de Hailey Alves (2012) em “Introdução ao Transfeminismo” (JESUS, 2013). Para a travesti e pesquisadora Maria Clara Araújo Passos (2022) o transfeminismo como teoria-prática “surge revisando os processos institucionais até então vividos.” (p.87). Desse modo, passa a questionar a incidência política-institucional que o Movimento Social de Travestis estabelecia com o Estado, apresentando outras propostas possíveis para a conquista de direitos para essa categoria. Com o crescimento, uso e acesso das tecnologias, “a internet serviu como o espaço de construção e difusão de saberes construídos por uma nova geração de travestis e mulheres transexuais.” (PASSOS, 2022, p.88). Se fazendo presente nas universidades e na internet, a terceira onda (COACCI, 2018) do movimento de travestis conquista o espaço virtual em sites como o transfeminismo.com, em seminários e eventos nacionais e internacionais.

Conforme afirmou Berenice Bento, “[a] visibilidade dos movimentos sociais trans e de ativistas de direitos humanos colocaram em cena [...] a necessidade de desvincular o planejamento e execução de políticas públicas para o gênero considerado como dado a presença de uma determinada genitália (BENTO, 2017a, p. 172). Assim, os movimentos de travestis trouxeram suas pautas em defesa de seus direitos para o campo político da resistência e ativismo, buscando romper com a invisibilidade imposta sobre as suas demandas e com ciclo de violência de diversas ordens que se abatem sobre elas.

Nos últimos 21 anos, as travestis em Fortaleza passaram a construir contradiscursos para se pensar em novas possibilidades e significados de vivenciar suas experiências de travestilidades, estabelecendo um campo de disputa dentro do ativismo e resistência, criando estratégias para sobreviver, não só na pista, mas agora ocupando e lutando pela cidadania plena. Chegou “o tempo da cidadania travesti” (VERAS, 2019, p.199). Mas será que essa cidadania está sendo garantida de fato e de direito?

1-A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo narro o processo de construção desta investigação. Volto-me para os caminhos, os medos, as ansiedades e as angústias que me acompanharam durante esta escrita. Serão temas deste capítulo o percurso até a definição do tema, a escolha metodológica e as abordagens que foram se inter cruzando ao longo de muitas reflexões, desafios e possibilidades da pesquisa. Aqui apresento o debate entre travestilidade, resistências e ativismo de travestis, em uma perspectiva antropológica e histórica de travestis que resistem/resistiram diante de uma sociedade que não protege as suas vidas de forma eficaz.

1.1. Pesquisando com travestis.

Início esta pesquisa com a pergunta: qual é o meu lugar no enfrentamento da discriminação, da violência, da homofobia e da transfobia contra corpos de travestis no contexto da vida política e social?

Essa indagação somada a outras inquietações me motivou ao longo desse processo de pesquisa. Motivações que perpassam a vida pessoal, profissional, acadêmica e, também, enquanto cidadão político. Começo dizendo que muitos marcadores sociais² atravessam minha vida, mas nenhum deles foi capaz de me fazer desistir. Assim, nenhum desses marcadores foram capazes de me fazer sentir as dores das minhas interlocutoras.

Depois de escolhido o tema da pesquisa, algumas questões se impõem “Como um homem, branco e cisgênero pode querer pesquisar com/de Travestis?” “O que teria a dizer sobre seus espaços de alianças, resistências, ativismo, sobrevivências e vida?” Esse não é “seu lugar de fala”, foi o que ouvi muitas vezes. - “Nós, Travestis, não queremos que pessoas Cis nos estudem. Por que a gente? Estamos cansadas de intermediar pesquisas.” Essas foram muitas falas que nos desafiaram ao longo dessa jornada.

Ao investigar as obras que se voltaram para a temática das travestilidades, deparei-me com o fato de que Vale (2005) já havia feito esse questionamento:

O que dizer de um trabalho sobre travestis e transgêneros escrito por um gay-branco-ocidental-de-classe-média? Ou da tentativa de empreender uma discussão com feminismo feita por um homem-gay-branco-ocidental escrevendo sobre feminilidade e às vezes falando de ‘trans’ como se fossem mulheres? São questões certamente

² Compreendo o conceito de marcadores sociais como uma estrutura que marca as diferenças interseccionais de grupos historicamente subalternizados, isto é, que tiveram seus direitos violados ao longo da história. Conceito pensando a partir da leitura Hirano, Luis Felipe Kojima “Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções / Luis Felipe Kojima Hirano, Maurício Acuña; Bernardo Fonseca Machado (Org.). – Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

arriscadas e que, no limite, podem chegar ao suicídio acadêmico.” (VALE, 2005, p.24).

Talvez a minha resposta e a de Vale (2005) sejam diferentes porque estamos em tempo históricos e lugares diferentes. Acredito que fomos afetados de outras formas em nossas pesquisas. Enquanto Vale pesquisou “sobre” travestis e as questões que envolvem as experiências de travestilidades relacionadas ao processo feminilização de seus corpos, violência, prostituição e os efeitos de liberdade e de miséria enfrentado nos processos migratórios, busco aqui investigar “com” travestis as suas alianças, ativismos e resistências para garantir seus direitos.

Quando escutei pela primeira vez de uma Travesti “qual é o seu lugar?”, pensei: Por que elas não me querem aqui pesquisando “sobre” suas vidas? Depois descobri que elas querem ser pesquisadoras, e que as pessoas cisgêneras pesquisem/trabalhem “com” elas. A diferença entre a conjunção “sobre” e “com” não é só na semântica, mas no engajamento, nas demandas de suas pautas e no afeto, pois a linguagem diz muito sobre o que somos e como vamos encaminhar a pesquisa.

Portanto, não quero escrever sobre travestis, quero escrever com travestis. Estou consciente de que a partir das críticas pós-coloniais, a questão de saber “quem escreve sobre quem” e quais os artifícios utilizados na representação do outro passou a ser central para a antropologia. A representação do outro, da alteridade, é um tema antropológico já clássico. (PEIRANO, 1999).

É com essa pluralidade antropológica, que aqui compartilho o pensamento da transativista Carle Porcino (2020) para quem “é relevante explorar as representações sociais e os conteúdos aprendidos sobre a pessoa travesti” (2020, p.43), passando a compreender como os conhecimentos construídos hegemônicos predominaram nas narrativas e nas representações universais dessa categoria. Pesquisar com as/os outras/os é criar possibilidades de entendimentos para além de conotação negativa das experiências de travestilidades. Contudo, é desafiador por conta do lugar que ocupo enquanto homem branco cisgênero.

Irei apresentar aqui alguns momentos da minha vida que me aproximam da temática de travestilidades, em um percurso que perpassa pela infância, adolescência, vida acadêmica, profissional e de mestrando em antropologia. Ao remorar este percurso, veio a pergunta: Com quantas travestis eu convivi? Eu posso falar em nome de outras pessoas que são violadas em nome de um sistema de identidade de gênero, de raça, de classe, de sexualidade, etc.? Como encontrar um sentido para minha escrita? Precisei revisitar meu passado, minhas memórias e minhas dores.

Tive que buscar em minhas memórias elos que me aproximassem do tema de pesquisa, desenhando quais as inquietações e problemas precisavam ser resolvidos nesta investigação. Assim, revivi recortes dolorosos da infância, da minha comunidade e das relações socioafetivas que preferia deixar guardadas na última gaveta da memória. Esquecimento e silêncio das minhas memórias me acompanharam a vida toda. Eu preferia esconder.

Pela primeira vez estou confessando algo sobre as marcas de opressão de como o sistema heteronormativo marcou minha infância e adolescência. Não é fácil rememorar nossas dores individuais que se misturam com outras dores coletivas, mas com a pesquisa encontrei respostas que permaneciam ocultas.

1.1.1. Amanhecer

Sou o quinto filho de nove irmãos/ãs. Segundo filho homem cis entre sete mulheres. Cresci envolvido na esfera doméstica e na agricultura. Quando permanecia em casa, convivia com mulheres, brincava de boneca, aprendia a costurar, a cozinhar, a lavar e a passar. Vestia as roupas das minhas irmãs, brincava em ser paqueta da Xuxa, mas nunca quis ser mulher, isso nunca passou pela minha cabeça. Mas todo esse universo era marcado por feminilidade. Na roça convivia com “homens machos”, valentes, misóginos, machistas e hostis. Falavam de sexo, menosprezavam as mulheres, zombavam de gays da comunidade, xingavam e praticavam o que hoje chamamos de homofobia e transfobia. Eu não queria ser aqueles homens, em que a masculinidade tóxica fluía em suas atitudes, mas também não queria ser mulher. Eu era apenas uma criança afeminada. Não entendia o que eu era. Meus colegas de sala de aula me chamavam de mulherzinha, “viadinho”, Xuxinha, mariquinha, baitola, entre tantos outros nomes que se perderam em minhas memórias. As lágrimas, contudo, não se perderam. Eu precisava sobreviver, me reinventar para ter amigos, conviver com os outros, mesmo que esses não me fizessem bem. Só sei que precisava me encontrar.

A infância de uma criança viada nunca é fácil. Conforme colocou a pesquisadora travesti Luma Nogueira (2015) sobre a sua experiência, “pois desde criança sofro imposição e segregação dos comportamentos determinados para alunos (as) dos sexos masculino e feminino” (NOGUEIRA, 2015, p. 18). Acredito que essas dores me fizeram performar a cisgeneridade como uma forma de resistir e viver na escola e entre grupos de meninos. Eu apresentava traços de feminilidade e era reprovada por todos. Até os meus 18 anos, nunca convivi com homossexuais, para ser um deles.

Assim, a primeira resposta para “com quantas travestis eu convivi ao longo da minha vida?” me leva a rememorar a minha infância e a me lembrar de Joyce.

Ainda durante minha infância, pelo menos uma vez em cada ano os olhares da comunidade chamada Boqueirão, localizada no interior da cidade de Capistrano, a 120 km da capital Fortaleza, Ceará, se voltavam para o corpo de Joyce. Na época ela ainda era conhecida com o nome civil masculino, sendo mais comum a chamarem pelo apelido “Tó do Manin” (apelido que o relacionava diretamente com o seu pai conhecido como Manin). Tinha como nome do registro civil Josué e era conhecida também em Fortaleza quando frequentava o Grab como Jô das calcinhas, por costurar e vender calcinhas para amigas travestis. Hoje, com o nome social³, Joyce se apresenta nas redes sociais como Joyce Popozuda. Ela é uma travesti preta e pobre que já viajou para Europa e que, no passado, viveu a prostituição nas ruas da Espanha. Hoje vive em Fortaleza e marcadores interseccionais⁴ de gênero, raça e classe cruzam a sua vida (COLLINS, 2021).

Joyce migrou para Fortaleza durante os anos de 1980, logo quando falou para a família que era homossexual. Naquele tempo ela ainda não se identificava como travesti. Com a desaprovação da família passou a residir na capital. Ao retornar para visitar seus parentes depois de alguns anos, quando retornou à pequena comunidade, a transformação do seu corpo era notória. Aos poucos os traços físicos se distanciavam cada vez mais do ser “homem”.

Minha sensação era que as pessoas miravam aquele corpo de Joyce que se encontrava em transição de identidade de gênero com estranheza, com violência e desaprovação. Recordo-me de uma senhora que nos anos de 1990 tecia comentários desafetuosos sobre Joyce. “Chegou de Fortaleza o Tozinho do Manin. Parece que dessa vez ele botou peito”. Aquela senhora entre seus 70 a 80 anos revelava seu olhar sobre aquela travesti, que na época estava se trans*formando.

Na pequena localidade da zona rural chamada Boqueirão, com pouco mais de 400 habitantes, a presença de Joyce gerava falatórios, incômodos, histórias e afastamentos. Lembro-me de uma de suas vindas de Fortaleza, nas calçadas as senhoras pediam para as crianças não olhassem para aquela figura “estranha” que rompia com a lógica binária. Na fala de todos/as ela era um “homem de peito”. Tal era o medo que as crianças fossem influenciadas pela imagem de Joyce, que as mães não permitiam nem o olhar, muito menos a fala. Joyce

³ O nome social de pessoas travestis e transexuais refere-se à designação pela qual a pessoa se identifica e é socialmente reconhecida. Em 1º de maio de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) por unanimidade que as pessoas trans podem retificar seus registros civis em cartórios, sem a necessidade de judicialização.” (JESUS, 2018, p. 391/392).

⁴ A abordagem interseccional como um campo teórico e de prática cunhado dentro das teorias do feminismo negro, atravessa essa pesquisa com as abordagens de Patricia Hill Collins (2021). Esse conceito passou a ser adotado nas atuais discussões sobre direitos humanos, políticas públicas, opressões de gênero, raça, classe, gênero, sexualidade, orientação sexual, territorialidade e questões sociais que afetam pessoas que reivindicam outras possibilidades de entendimento das experiências humanas, para além dos conceitos universais.

voltava à localidade como cabeleireira e logo todas as mulheres da comunidade queriam fazer cabelo com ela. Eu nunca havia falado com Joyce. Recentemente, depois de 36 anos, no dia 11 de junho de 2021, falei pela primeira vez com Joyce pelo WhatsApp. Foi um momento muito interessante. Marcamos de nos encontrar em Fortaleza para uma conversa que, infelizmente, não aconteceu.

Ao investigar o meu ponto de partida para a realização desta pesquisa, percebo que é desse lugar que falo, do lugar que vi pessoas questionando os corpos das travestis, do lugar das minhas vivências enquanto espectador dessas travestis. É do lugar do homem branco e cis, do meu lugar. Logo, não tenho nenhuma intenção de falar pelas travestis neste trabalho. Elas já fazem isso muito bem. Como diz Djamilia Ribeiro (2020) sobre lugar de fala: o “homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis.” (RIBEIRO, 2020, p. 82-83).

Assim, falo do meu lugar social, do espaço que ocupo, das minhas vivências, das questões, do que eu vejo, do que sinto e das minhas memórias. Contudo, defendo que é necessário que travestis ocupem espaços privilegiados, que categorias subalternizadas como travestis “possam ter escolhas numa sociedade que as confina a um determinado lugar” (RIBEIRO, 2020, p. 83). Se faz necessário pensar em outros lugares, possibilidades e existências para travestis, além das posições impostas pelo sistema cisheteronormativo dominante.

1.1.2. Entardecer

Durante minha vida adulta, entre os 20 aos 28 anos, a sociabilidade com travestis nunca fez parte do meu cotidiano, das minhas relações afetivas, nem das relações de trabalho. Essa ausência se dá pela invisibilidade diária de travestis em espaço de poder e sociabilidade.

Durante minha graduação e especialização entre os anos de 2005 a 2013 no curso de História da Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC – UECE), em Quixadá, tive os primeiros contatos com discussões feministas, história das mulheres e pautas de lutas e direitos. Contudo, esse universo pensava o gênero apenas dentro da ótica binária (homem-mulher). Pelos menos foi assim que me foi apresentado. Estudiosas como Michele Perrot (2005, 2007) e Mary Del Priore (1994) e tantas outras mulheres que pesquisaram ou pensaram seus escritos históricos centrados na luta por direitos das mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, que apresentavam a luta das mulheres apenas na perspectiva

do patriarcado e de classe. Além de uma lógica de mulher como um conceito ocidental e universal.

Entre os anos de 2010 a 2016⁵ ensinei na Escola de Ensino Médio Franklin Távora situada no município de Itapiúna, Ceará. A diversidade de identidades de gênero e orientação sexual estava presente na escola, alunos e alunas gays, lésbicas, bissexuais e heterossexuais. Contudo, até esses anos nenhuma das alunas se identificava como travesti ou mulher trans. Posteriormente, no ano de 2019 pelas redes sociais encontrei uma ex-aluna que passou se identificar como travesti, enfrentando todos os estereótipos e estigmas de ser travesti, preta, pobre e trabalhadora do sexo em Fortaleza. No dia 02 de julho de 2021 conversei com ela, depois de quase 9 anos. Allana Hellen também é marcada por gênero, raça, classe e territorialidade.

Alanna Hellen migrou para Fortaleza no ano de 2014. Antes disso morava com a mãe e o irmão. Também já morou com 10 travestis em um apartamento em Fortaleza, onde dividiam o aluguel. Na ocasião pagavam cinquenta reais a diária. Todas eram trabalhadoras do sexo que recebiam os clientes em seus quartos e Alanna também me relatou ter viajado para outros estados do Brasil com clientes. Ela, no início do ano de 2021, alugou um espaço e hoje mora só em Maracanaú, cidade da região metropolitana de Fortaleza. Na época em que conversamos, ela ainda não tinha retificado seu nome social e relatou que quando viaja para sua cidade no interior, quando é indagada se fez a retificação, responde que sim. Ela diz que é um momento de assumir que está bem, dona de si, sem medo. A educação me proporcionou conhecer travestis como Allana, pessoa que enfrentou os estigmas, os preconceitos homofóbicos e a transfobia nas ruas das cidades onde viveu.

Até 2016 o acúmulo de títulos acadêmicos como graduação, especializações, formações continuadas e experiências na docência não me preparou para conviver e viver com travestis. Os currículos institucionais, as leituras teóricas, o Projeto Político Pedagógico das escolas não me proporcionaram discutir sobre as questões de gênero, travestilidade e sexualidade. A Constituição Federal de 1988 já tinha 28 anos, a LBD 20 anos e 18 anos dos PCNS. Todos esses documentos possibilitava um debate sobre pluralidade, diversidade, respeito na escola, mas ainda invisibilizam as travestis. A travesti na escola, seja de forma física ou simbólica em documentos, ainda é considerada um problema; não aceitam seu modo de ser, não reconhecem as vestes, os acessórios, a maquiagem ou o nome social. “Não aceitam seu nome feminino, não permitem que ela use o banheiro de sua escolha, sendo instigada a se comportar de forma

⁵ Ensino nessa escola até os dias atuais (2022). Nos últimos 4 anos temos presenciado identidades trans na escola.

masculina.” (NOGUEIRA, 2015, p. 231). Segundo Luma Nogueira a “pedagogia da dor” (2015, p. 189) que a escola produz não reconhece travestis e busca normatizá-la na lógica heteronormativa, nas condutas dos papéis hegemônicos de homem e de mulher produzido socialmente. A “pedagogia da dor” impõe a partir da prática de coerção uma força soberana do Estado sobre os corpos. A imposição pode acontecer de diversas formas, causando sofrimento, adestrando travestis a uma lógica que não cabe a elas (NOGUEIRA, 2015).

1.1.3. Anoitecer

No ano final do ano de 2013 eu preparava uma aula para uma turma do terceiro ano do ensino médio. A disciplina de Formação Humana não tinha currículo específico e, logo, construímos nossas aulas com base nas vivências e necessidades da turma. Em uma turma de terceiro ano do Ensino médio, presenciei relações homofóbicas, desrespeitosas e *bullying* em relação as orientações sexuais e identidades de gênero. Tudo isso ativou o que eu havia vivido na infância e na escola. Nos anos anteriores encontrei alunos e alunas gays e lésbicas, que já tinham relações homoafetivas. Eles/elas estavam preparados/as para discutir sobre o assunto. Mas, eu não estava, pois minha formação inicial e continuada cheia de lacunas não havia me preparado para isso.

Para a aula seguinte escolhi um tema: Identidade de gênero e diversidade sexual. Foi durante a preparação dessa aula que encontrei o documentário "Janaína Dutra: uma Dama de Ferro". Assisti o documentário, pesquisei sobre Janaína, sua história, lutas e atuação política na efetivação dos direitos da população LGBT⁶. Resolvi inserir metodologicamente em minhas aulas do ensino médio e o exibi entre 2013 e 2019.

Durante esse mesmo período de tempo de debates em sala de aula, fomos surpreendidos no ano 2017 com o brutal assassinato da travesti cearense Dandara Katheryn. O crime teve repercussão nacional e internacional reportagens em jornais, revistas e compartilhamentos dos vídeos do assassinato em rede sociais trouxe a torna o tratamento desumano dado a travesti no Ceará.

⁶ O termo LGBT é um termo político do movimento social que tem significados a respeito da orientação sexual e da identidade de gênero. O movimento tem buscando ampliar direitos e representatividade. Iremos utilizar nesse trabalho em alguns momentos as siglas LGBT.

O assassinato de Dandara⁷ em março de 2017 estava estampada em vários Jornais impressos e virtuais. No final do ano de 2017 o Diário do Nordeste⁸ trouxe a matéria “16 travestis ou transexuais foram mortos no CE em 2017”. No dia 29 de maio de 2018 o vereador Iraguassu Filho (PDT) registrou o Requerimento 2783/2018 na Câmara Municipal de Fortaleza que “Requer que seja transcrito nos Anais desta casa a matéria intitulada ‘Ceará: mas de dois LGBTs assassinados por mês em 2017’, de autoria da Jornalista Theyse Viava, publicada no Jornal Diário do Nordeste, edição do dia 26 de maio de 2018⁹”. O assassinato de Dandara me conectava novamente com a temática das travestilidades, passando a abordar o assunto na sala de aula.

No mesmo ano do assassinato de Dandara foi aprovada e criada a Lei Nº 16.481, de 19 de dezembro de 2017, a “Semana Janaína Dutra de Promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero no Estado do Ceará”. O artigo 2º da Semana Janaína Dutra trazia em seus objetivos combater a homofobia, a transfobia, a bifobia e a lesbofobia – LGBTfobia em todo estado do Ceará. Definimos LGBTfobia como:

O medo, a aversão, ou ódio irracional a todas as pessoas que manifestam orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferentes dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTfobia transcende a hostilidade e a violência contra LGBT+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero. (REIS, 2018, p. 35).

Voltando ao relato que fazia sobre a minha relação com o tema das travestilidades e a discussão sobre o lugar de fala, ainda em 2017 passei a compartilhar o ambiente de trabalho em uma escola da rede municipal com Djalma Ribeiro, uma professora/monitora do Programa Mais Educação da rede Municipal de Capistrano. Djalma é aquela travesti que marca presença no espaço e na escola não seria diferente. Em 2020 ela se candidataria a uma vaga ao legislativo pelo Partido dos Trabalhadores, mas não conseguiu ser eleita. Djalma, travesti, negra, pobre, umbandista e rural.

Em uma conversa pelo WhatsApp com a Djalma Ribeiro no dia 18 de junho de 2021 a mesma revelou a situação de vulnerabilidade que estava vivendo. Mesmo após vivenciar a

⁷ Portal G1. Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso dia 01 de julho de 2021.

⁸ Diário do Nordeste. 16 travestis ou transexuais foram mortos no CE em 2017”. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/16-travestis-ou-transexuais-foram-mortos-no-ce-em-2017-1.1870138>. Acesso dia 01 de julho de 2021.

⁹ Câmara Municipal de Fortaleza. Requerimento 2783/2018. Disponível em: https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2018/40384/40384_texto_integral.pdf. Acesso em 05 de maio de 2021.

primeira experiência como candidata a vereadora na cidade de Capistrano, ela se sentia desvalorizada e desprestigiada pelas pessoas que estavam no mesmo grupo político e pela coligação partidária. Djalma relatou sua situação precária, sem condições de comprar alimentos e pagar suas contas. Estava vivendo uma situação difícil. Mobilizei alguns/mas amigos/as, recolhemos alimentos para Djalma. Conversei com um amigo, resolvemos visitá-la no dia seguinte.

Logo quando chegamos Djalma foi nos receber com um abraço e um sorriso no rosto. Conversamos por duas horas ou mais e este tempo foi um momento suficiente para compreender todos os marcadores sociais de gênero, raça, território e classe que Djalma enfrentava ao longo de sua vida. Escutamos Djalma atentamente e ela desabafou. Conversou sobre religião, gênero, política e sobre as suas relações com líderes do Partido dos Trabalhadores do Ceará, como Elmano de Freitas (Deputado estadual) e Luizianne Lins (ex-prefeita de Fortaleza e ex-deputada cearense).

Na ocasião, Djalma relatou sua relação tensa com os candidatos homens que compunham seu partido local. Homens cis gêneros heterossexuais que a todo tempo durante sua campanha política desvalorizam sua candidatura. Os candidatos acreditando que Djalma aceitaria qualquer proposta para desistir de ser candidata, faziam ofertas diversas para que ela desistisse, por imaginar que suas fragilidades e marcadores sociais a tornariam vulnerável.

Na época Djalma residia na pequena localidade de Carqueja dos Alves, localizada a 7 km da cidade de Capistrano, Ceará. Com 82 famílias, a localidade é marcada por pobreza, ausência de saneamento básico, abandono político e de resistência. Posteriormente, retornei várias vezes na casa da Djalma para fazer doações e conversar com a mesma. Quero um dia escrever com ela. Durante nossa conversa, Djalma nos convidou para retornarmos alguns dias posteriores para participar do que ela chamou de trabalhos, referindo-se à cerimônia religiosa do culto de matriz africana, a Umbanda. Conversamos mais um pouco, nos despedimos. Ao longo da pesquisa passei a frequentar a casa de Umbanda de Djalma e tentei ajudá-la a conseguir um trabalho. Hoje, ano de 2022, Djalma está morando em Aratuba.

O ano de 2018 é o ano Trans em minha vida. Homens trans e mulheres trans estavam presentes nas minhas salas de aula, na escola e na vida. As discussões na sala dos professores eram intensas sobre esses corpos, o não entendimento nos tirava da zona de conforto. No ambiente de trabalho, encontrar a saída para lidar com pessoas, corpos, vidas e mentes trans era uma necessidade urgente.

Durante a elaboração do Plano Curricular do componente curricular de Sociologia nos anos de 2018 e 2019, o tema “Gênero, identidade e diversidade” passou a fazer parte do

currículo escolar. Eu e uma amiga professora e historiadora Matilde Brilhante discutimos a necessidade dessa inserção. Na época vivenciamos um grande medo no cenário político brasileiro, e em meio aos debates do Projeto Político Escola Sem partido¹⁰ (LESSA, 2019). O cenário nacional nesse momento e o avanço de uma “onda conservadora” (BENTO, 2017a) colocava em risco a democracia. Ataques homofóbicos, invasão de escolas, incentivos de deputados e do ministro da educação e do Ministério da Educação para que aulas de professores/as fossem gravadas e denunciadas, efeitos perversos provocaram o avanço da ideia de “ideologia de gênero”, culminando na demissão de professores/as, com policiamento das salas de aulas. Nós não silenciemos e passamos a abordar o tema em sala.

Eu e a professora Matilde formamos uma rede afetiva, política e teórica de compartilhamento de material de cunho pedagógico. Durante esse período uma amiga me falou sobre a professora Luma Nogueira de Andrade (Professora da UNILAB). Pesquisei sobre ela, consegui o contato e liguei. Na época fiz um convite para a realização de uma palestra na escola, que foi aceito de imediato. Infelizmente a palestra não aconteceu por problema pessoais da professora. Com todas as ações acima relatadas, buscamos romper com a lógica imposta pelo currículo escolar. Inserimos em nossas discussões gênero, sexualidade, travestilidades e transexualidades.

No ano de 2020, fomos surpreendidos pela Pandemia do Covid-19. O distanciamento social criou lacunas em nossos relacionamentos sócio afetivos e profissionais. Os primeiros meses foram de medo, perdas, angústias, solidão e ideias. Foi dentro desse cenário da Pandemia que organizei um grupo de estudos “Fascistas Não passarão¹¹”. Em um dos encontros a professora Luma Nogueira aceitou o convite e foi uma das palestrantes. Foi durante esses encontros que veio o desejo de ingressar no mestrado.

Em meio a esse cenário resolvi pela primeira vez tentar uma seleção do Programa de Mestrado. Quando o edital do Programa Associado em Antropologia (PPGA) UNILAB-UFC foi lançado preparei um projeto, dando continuidade a uma pesquisa realizada na graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará, intitulada “Entre o sagrado e o profano: turismo religioso e comércio na festa de Nossa Senhora de Nazaré no município de Capistrano-

¹⁰ Nos últimos anos tem avançado uma onda conservadora nas instituições brasileiras, atacando a educação e em defesa do que passaram a definir como Escola sem partido, um projeto político que criminaliza as pautas que defendem os direitos humanos, identidades de gênero, debate sobre sexualidade, entre outras dentro do universo escolar. (BENTO, 2017)

¹¹ O grupo de estudo funcionou em parceria com o grupo de pesquisa Fontes Históricas da Ditadura Militar, organizado pelo professor doutor Edmilson Maia Alves Junior da Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC). Organizados em oito encontros, reunimos em torno de sessenta pessoas de forma virtual entre os dias quatro de junho a trinta de julho de 2020, pessoas de quinze cidades diferentes do estado do Ceará.

CE”. Por conta da pandemia as inscrições foram prorrogadas, e só depois o processo de concretizou.

Ainda em 2020 ingressei no curso de Especialização em gênero, diversidade e direitos humanos, onde me deparei com as discussões sobre identidade de gênero, sexualidade, direitos humanos e política. Aqui eu poderia afirmar que foi a grande “virada de chave na minha vida”, tanto no meu lado pesquisador, na vida profissional e nas relações com as pessoas. A mudança agora estava em mim e nos “meus”.

As primeiras leituras de grandes teóricas como Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Berenice Bento, Miriam Pillar Grossi, Gayle Rubin, Margareth Mead, Simone de Beauvoir, Judith Butler, Suely Carneiro, Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez aconteceram nesta época. As teorias feministas, do feminismo negro e decolonial passaram a ser constantes em meus estudos. Contudo, em meio a essa lógica, o transfeminismo ou teóricas travestis permaneceram ausentes e isso revela que ainda precisamos inserir dentro dos currículos das universidades a teoria transfeminista.

Quando abriu novamente o edital do PPGA, realizei o processo e no ato da terceira fase, durante a entrevista já mencionei que estava em um curso de Especialização de Gênero, diversidade e direitos humanos e se caso eu conseguisse ser aprovado seria dentro dessa linha que eu gostaria de pesquisar. Consegui ser aprovado na seleção da turma 2020.2 do Programa Associado em Antropologia (PPGA) UNILAB-UFC.

O ingresso nessa turma me fez compartilhar a sala de aula virtual com Dediane Souza¹². A colega de turma posteriormente se tornou uma amiga. Travesti, jornalista, ativista e mestranda em antropologia, na época era coordenadora adjunta da Coordenadoria da Diversidade da Sexual do Município de Fortaleza. Dediane Souza passou a ser uma grande referência para mim e reflexões, debates, conversas em sua casa, na praia e pelo WhatsApp, muito contribuíram para a escrita da minha pesquisa.

Quando compartilhei a primeira vez com outro amigo do mestrando Bruno de Castro o meu interesse de pesquisar sobre Janaína Dutra, ele começou a pensar comigo possibilidades e contatos de travestis em Fortaleza que poderiam me ajudar. Bruno já conhecia Dediane, tanto ele como ela são jornalistas e já haviam compartilhado outros ambientes. Bruno chegou a comentar com ela sobre meu interesse em pesquisar sobre Janaína Dutra. Dessa forma nossos laços se cruzaram e fomos afetados pela amizade e pelo companheirismo.

¹² Mulher travesti preta, jornalista, integrante da Rede Trans, estudante do Programa Mestrado Associado em Antropologia PPGA UFC-UNILAB.

Dediane Souza me abriu os primeiros caminhos da pesquisa e construiu junto com meu orientador a esperança de uma escrita com erros e acertos, porém necessária para o processo de construção de conhecimento antropológico. Minha amiga me indicou criar uma relação afetiva com as interlocutoras, para que elas se sentissem contempladas na minha pesquisa. Essa dica deu-se pelo cansaço de muitas travestis ao terem contribuído para outras pesquisas e os pesquisadores nunca terem dado devolutivas de seus trabalhos para elas. Essa reflexão é importante para percebermos a necessidade da manutenção do diálogo afetivo com nossas interlocutoras. Ela, assim como as outras travestis que conheci até aqui, foram marcadas pela categoria de gênero, raça, classe, sexualidade e identidade de gênero (COLLINS, 2021).

A aproximação com o tema das travestilidades motivou uma revisão da literatura sobre/de/com travestis, pois, conforme comentou Berenice Bento, “O cruzamento de marcadores da diferença e da desigualdade nos alerta para a impossibilidade de análises essencialistas, naturalizantes e universais” (BENTO, 2017b, p. 30). Com o estudo do ativismo de/com travestis buscou-se repensar algumas questões de reivindicação de direitos como um projeto de futuro para todas elas.

Foi diante desse desafio que nosso objeto de pesquisa foi se redesenhando. Buscamos saídas, escolhas e recortes por onde iríamos caminhar. E por fim encontramos o tão desejado sonho de uma escrita antropológica e histórica, tendo como base teórica o transfeminismo (NASCIMENTO, 2021).

Ao longo desta pesquisa tenho me transformado e transformando as pessoas mais próximas. Venho defender que minhas interlocutoras possam contar suas próprias histórias por meio de escritas, seminários, manifestos e lutas. Abrir espaços para vozes silenciadas é romper com histórias oficiais.

Essa pesquisa potencializa a trajetória de Travestis no campo do ativismo. Desse modo, trazemos aqui um debate das violências cometidas contra travestis, rompendo com uma lógica binária de gênero, combatendo a transfobia como sistema de morte desses corpos. Sabemos que uma parcela importante das travestis e transexuais, na maioria dos casos, estão inseridas no sistema de classe mais baixas de acordo com o Ministério da Saúde (2015). O que contribui para discriminações, estigmas, violências e morte. A identidade de gênero e sexual de Travestis deve fazer parte das produções acadêmicas, seja por elas ou por outros pesquisadores.

1.1.4 - Retomando o tema do lugar de fala

Retomo a minha inquietação inicial sobre qual o lugar de um homem cisgênero no enfrentamento de discriminação, violência, homofobia, intolerância e transfobia no contexto da vida política, social e histórica. Cumpro observar que quem me ajudou a entender meu lugar foram as Travestis. Foram elas que me deram respostas ao longo desta escrita. A ativista e travesti Bruna Benevides me ajudou a entender esse papel, quando em suas redes sociais - Instagram - fez algumas publicações deixando transparecer sua indignação diante de tantas pesquisas para as quais a mesma contribuiu, porém muitas delas não mudaram as vidas das travestis. Assim, encontro minha resposta. Não quero fazer um trabalho sobre travestis, e sim com travestis. Muitas pesquisas que até aqui centralizaram as Travestis apenas como objetos de estudos não têm tratado essa categoria de forma ética e algumas até contribuem para estereótipos e marginalização.

Muitos pesquisadores se mantiveram longe e distante das travestis, ou seus trabalhos permaneceram cheios de poeiras em bibliotecas. Alguns só buscaram os títulos acadêmicos. São pesquisadores passivos diante da luta e ativismo da população travestis. Faz-se necessário que nós, pesquisadores, nos transformemos e transformemos os nossos. Quando digo os nossos, é transformar as pessoas que nos circulam, amigos, familiares, ambientes de trabalho, e nos espaços que ocupamos.

Se faz necessário entender que nossas pesquisas não tirarão as travestis da vulnerabilidade se nossas ações não se transformarem no dia a dia. Logo, uma antropologia que realmente mire a transformação social, uma “antropologia por demanda” não pode ignorar as vozes das travestis. O trabalho se beneficiará de uma escrita compartilhada. Ao longo dos nossos estudos compreendemos que uma antropologia que perceba as travestis como sujeitas¹³ de transformação social, não pode ignorar suas vozes e trajetórias. Aqui compartilhamos a nossa escrita com elas.

Nós pessoas cisgêneras devemos evitar posturas paternalistas ou invasivas das subjetivas da travestilidade. As posturas transfóbicas têm sido comuns em muitos trabalhos acadêmicos e a responsabilidade disso somos nós pessoas cisgêneros. Assim, se faz necessário fazer uma autocrítica. As categorias da branquitude, da cisgeneridade e da heterossexualidade precisam ser repensadas.

Uma antropologia do ativismo travesti, tal como eu a concebo, se soma às lutas encampadas pelo próprio movimento. Inserir um diálogo com travestis em nossas pesquisas e

¹³ Seguindo uma reflexão a partir da leitura de Grada Kilomba (2019) escolhemos utilizar a palavra sujeita para se referir às travestis. Na língua portuguesa não existe flexão de gênero para sujeito, contudo buscando dar maior visibilidade ao gênero feminino das travestis, iremos utilizar sujeitas para se referir a elas.

não sobre travestis é uma reivindicação do movimento social. Assim, uma antropologia de ativismo de travestis, como concebo nessa escrita, se soma às lutas travadas por elas dentro do próprio movimento.

1.2. Motivações Teórico-metodológicas

1.2.1 – Os primeiros passos da pesquisa

Feita esta apresentação da minha relação com o tema das travestilidades e a discussão sobre o lugar de fala de um pesquisador cis sobre o tema, volto-me para a apresentação dos primeiros contatos com o campo. Neste aspecto muitas angústias e dúvidas me envolveram. Eu me perguntava: Como criar uma rede afetiva com pessoas que não conheço? Se elas estão cansadas de intermediar pesquisas, será que irão querer contribuir com a minha? Será que vou atingir meus objetivos de pesquisa? As respostas só apareceram com o tempo. Só sei que era necessário criar uma estratégia. Pedi contatos de travestis ativistas a Dediane Souza e ela me forneceu. Meu amigo Bruno Castro, da turma do mestrado, conhecia a coordenadora da Atrac e me mandou o seu contato.

Eu fui com toda “sede ao pote”, mandei mensagens para Yara Canta e Andrea Rossati. Todos os primeiros contatos foram sem sucesso. As meninas da Atrac não estavam com tempo para conversar comigo. Não por falta de interesse, mas porque suas demandas de trabalho eram maiores e mais importantes do que trocar mensagens pelo WhatsApp com um pesquisador.

No dia 07 de julho de 2021, no aniversário de Dediane, ela me apresentou as travestis Yara Canta (nome artístico) e Amanda Félix. Todo o contexto do aniversário de Dediane foi propício para minha pesquisa. Conheci o Coordenador do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra, Tel Cândido e o técnico do CRLGBTJD, o assistente social Rodrigo. Não imaginava que uma rede afetiva contribuísse tanto para esta escrita.

Nos dias seguintes viajei com Dediane, Amanda e Bruno para Canoa Quebrada, Ceará. Foi nessa viagem que nossos laços afetivos se fortaleceram. Lembro de uma conversa com Amanda. Ela era estudante de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e, na ocasião, a mesma me apresentou sua proposta de pesquisa da graduação. A fala de Amanda me tocou de tal forma, que passei semanas pensando. Ela relatou que sua pesquisa irá se dar em torno de como o mercado formal do trabalho absorve a mão de obra travesti em sua longevidade. O choque veio na fala da Amanda quando ela disse - “Nós não envelhecemos, morremos aos 35 anos. O mercado não nos absorve porque morremos. Nossa vida é curta. Vivemos entre os 20 aos 35 anos. Não temos infância e nem adolescência. E isso é doloroso.”

Buscando referencial teórico para o início da pesquisa, encontrei a obra “Transfeminismo”, de Letícia Nascimento (2021). A autora observa que “as mulheres transexuais e travestis sempre tiveram de lutar para serem aceitas, mesmo em espaços sociais de reivindicação.” (NASCIMENTO, 2021, p.88). Foi a partir da leitura dessa obra que busquei conversa com Letícia Nascimento pelas redes sociais. Na ocasião revelei meu interesse de pesquisar com travestis e ela me disse que o segredo era ler e citar travestis e mulheres transexuais. Essa indicação faz referência à tentativa de romper com os epistemicídios (GROSFOGUEL, 2016) de produções, pesquisas e epistemologias de Travestis e Transexuais.

Até o dia 30 de maio de 2021 só conhecia quatro travestis: Joyce Popozuda, Allana Hellen, Djalma Ribeiro e Dediane Souza. Elas são travestis que passaram a fazer um sentido maior na minha vida. Suas trajetórias estão conectadas de alguma forma com este pesquisador. Todas elas são marcadas por interseccionalidades. Joyce Popozuda, Djalma Ribeiro, Dediane Souza e Allana Hellen são travestis negras e migrantes. Diante de tudo isso, ainda podemos perguntar qual o lugar de privilégio que as travestis negras ocupam? Considerando as questões de interseccionalidades, as experiências de ser travesti, pobre e negra as colocam em um lugar de opressão triplamente marcada (FERREIRA, 2015). Nas palavras da travesti Megg Rayara de Oliveira (2017), travestis negras enfrentam o racismo, o sexismo e o cissexismo, à medida que essas categorias agem de maneira plural, “o que faz da interseccionalidade uma ferramenta fundamental nesse processo, já que um estudo pode apresentar falhas quando desconsidera os múltiplos fatores que envolvem o objeto investigado, em especial nos estudos de gênero e relações raciais.” (OLIVEIRA, 2017, p.85).

É importante destacar que a interseccionalidade considera que todos estes marcadores sociais colaboram, ao mesmo título e de forma simultânea, para produzir e moldar a experiência da dominação/opressão vivenciada pelas mulheres racializadas e que não há, portanto, uma hierarquia entre eles. A interseccionalidade implica, assim, um entrelaçamento entre as relações de dominação e de opressão e não uma simples somatória ou adição entre elas, pois essa compreensão não daria conta da interação dos diferentes fatores (COLLINS, 2021).

No dia 02 de julho de 2021, assisti a uma *Live* no mês referente à comemoração do Orgulho LGBTQI+. A ação recebeu o título de “Orgulhe-se” e foi organizada pela Associação de Travestis e Mulheres transexuais do Ceará. A live teve como participantes Andrea Rossati, presidenta da associação, Yara Canta, coordenadora geral e a professora Erikah Alcantara, tesoureira da associação. Nesta live elas conversaram sobre a importância da efetivação dos direitos e visibilidade de travestis e mulheres trans no Ceará. No final do diálogo, algumas das indagações desta pesquisa surgiram: Como as travestis têm se organizado para garantir seus

direitos? Como a Associação e Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará tem contribuído para a reivindicação dos direitos de Travestis? De que maneira as travestis criam uma rede de alianças? São algumas perguntas que começaram a nortear nossa escrita.

Ao tentar desenhar instrumentos para pensar as questões acima, deparei-me com os desafios impostos pela Pandemia do COVID 19, em particular aqueles ligados à impossibilidade do contato face a face que caracteriza a pesquisa de campo. Neste cenário, entre os meses de julho a setembro de 2021 tentei agendar algumas visitas no Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra e no Grupo de resistência Asa Branca, por conta da pandemia do Covid-19 adiei minhas visitas. A visita no Grab nunca aconteceu.

Como falei anteriormente, conheci o coordenador do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra, Tel Cândido e o assistente social Rodrigo no aniversário de Dediane Souza. Rodrigo foi um elo importante para minha chegada ao centro, pois me forneceu o contato do local. Liguei para o centro, pedi para falar com o Tel e agendei uma visita. Na ocasião, Tel Cândido solicitou um ofício com as informações necessárias sobre minha pesquisa e sobre quais informações do centro eu desejava. Amanda Félix também estava trabalhando no CRLGBTJD e disse que me ajudaria na pesquisa. O convite para Amanda contribuir com esta dissertação veio quase um ano depois.

Dias depois, Dediane solicitou o meu projeto de dissertação. Eu não tinha finalizado ainda, mas mesmo assim mandei o arquivo incompleto. Dediane fez uma ligação pelo WhatsApp e nela fez algumas boas observações e considerações sobre aquela primeira escrita. Dediane tem sido uma grande colaboradora desta pesquisa e essa colaboração perpassa também para o entendimento de negociação com travestis vinculadas ao ativismo e de suas agendas políticas afetivas. Foi quando ela relatou que há um campo fluido no gênero das travestis e até mesmo uma disputa política. Ela chegou a afirmar que “Travestis não é mulher e nem quer ser mulher, elas reivindicam o terceiro gênero: ser travestis”.

Sua fala se conecta à pesquisa de Kulick (2008) quando diz “as travestis nos permitem sugerir que o binário configura-se de um modo radicalmente diferente do que estamos condicionados a pensar”. (2008, p. 240), não são homem e nem mulheres, são travestis. Contudo, essa não é a única maneira de pensar as experiências de travestilidades. Mulheres trans também podem ser travestis (NASCIMENTO, 2021).

Seguindo com o relato sobre a construção do campo de pesquisa, inicialmente escolhi o campo exploratório no *Instagram* como uma ferramenta de socialidade digital, que me

aproximasse de travestis. Comecei a ver *stores*¹⁴ no *Instagram* de travestis, falas, vídeos, fotos e conteúdo. Durante essa pesquisa exploratória identifiquei travestis ativistas. Entre elas, Ali Nacif. Fiz um comentário em sua postagem, logo ela me respondeu. Começamos a conversar. Ali Nacif é de João Pessoa, porém mora em Fortaleza, é Jornalista e trabalhava na Secretaria de Juventude de Fortaleza. Falei da minha pesquisa e ela começou a me ajudar. Pedi o contato da coordenação do Grab. Ela mandou o telefone da/do/de antiga/o coordenadora/o Dary, mas ainda não sabia que ela/ele/elo já havia saído do Grab. Falei com Dary e esta/e na ocasião me disse que não coordenava mais o grupo, no entanto me mandou o e-mail institucional. O e-mail eu já tinha, queria mesmo era o contato telefônico, queria falar com alguém. Queria aliviar minhas angústias. Nove dias depois, Ali Nacif me mandou o contato do coordenador, Francisco Pedrosa, conhecido como Chico Pedrosa e amigo de Janaína Dutra. Imediatamente fui procurá-lo no *Instagram*. Visualizei suas fotos e tive a impressão de que eu conhecia Chico de algum local. Tive um *insight*, lembrei dele. Havia visto no documentário produzido pelo Grab sobre Janaína Dutra.

Liguei algumas vezes para Chico, mas ele não pôde me atender, então mandei uma mensagem no WhatsApp e ele me respondeu em segundos. Expliquei para Chico Pedrosa sobre minha pesquisa. Em suas palavras: “Olá, Amadeu, ficamos felizes pelo tema da tua pesquisa. Ficamos à disposição pra ajudar, com os cuidados sanitários que o momento requer. Me envie, por gentileza, e-mail (grab@grab.org.br), descrevendo sobre qual curso você está, qual atividade você está planejando com o Grab (entrevista, história de Janaína etc.). Você assistiu o documentário que fizemos sobre ela? Pois seguimos conversando. Fico no aguardo de seu e-mail, ok?”

Esse primeiro contato com Chico me fez muito bem. Me empolguei novamente com a pesquisa. Disse para ele que encaminharia o e-mail antes de setembro, quando eu pretendia visitar o Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra e o Grab e faria as duas visitas na mesma viagem.

Alguns dias depois Chico Pedrosa me retornou com um *e-mail* dizendo que havia pesquisado no Grab documentos ou materiais que pudessem me ajudar, contudo acreditava que tudo que poderia me ajudar já estava no documentário. Na ocasião, disse que poderia fornecer uma entrevista e que o documentário produzido pelo Grab sobre Janaína Dutra já era algo

¹⁴ Um recurso interativo utilizado pela rede social do Instagram que possibilita compartilhar de forma rápida e fácil momentos experiências do dia a dia.

grandioso para meu trabalho. Insisti na visita ao Grab, porque em campo só o pesquisador saberia selecionar os elementos para sua escrita. Chico não me respondeu mais.

Por conta da Pandemia, a visita em arquivos públicos não era possível nos primeiros momentos. Conversando com Bruno de Castro sobre as possibilidades de pesquisar nos arquivos públicos matérias de Janaína Dutra no Jornal O Povo, ele disse que conseguiria alguns arquivos para mim. Como ele já havia trabalhado no referido Jornal, tinha uma rede de contatos. Logo consegui dezoito (18) arquivos junto ao jornal, especificamente reportagens veiculadas entre os anos de 2000 a 2021 referentes a Janaína Dutra, Grab e Atrac. Todo esse material foi extremamente importante para essa pesquisa, pois me ajudou a retrazar a cobertura jornalística sobre o ativismo travesti em Fortaleza.

Para além das tentativas de contato com pessoas que, de algum modo, estão ligadas às redes ativistas das travestis em Fortaleza, participei de duas sessões solenes em homenagem aos 20 anos da Atrac e a Thina Rodrigues e de uma manifestação intitulada “ATO por Sofia”, organizada pela Atrac. Também seguimos nossa metodologia com entrevistas com nossas interlocutoras. Detalharei no próximo tópico as escolhas metodológicas deste trabalho. Antes, porém, quero oferecer algumas informações preliminares sobre o campo do ativismo das travestis em Fortaleza.

O Grab (Grupo de Resistência Asa Branca) foi o primeiro grupo organizado por Travestis no Ceará e o segundo no Brasil. Janaína Dutra foi uma grande colaboradora do grupo Ela atuou nessa instituição de 1989 a 2004 e acolheu muitas travestis ao longo de sua existência. A Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (Atrac) também tem Janaína Dutra como uma de suas fundadoras. A história de Janaína é marcada pela construção e desconstrução do seu corpo, sua identidade, sexualidade e luta por direitos e cidadania de Travestis Cearenses e Brasileiras e sua influência sobre as identidades Travestis no Ceará marcou e marca gerações.

A Atrac foi fundada por Janaína Dutra, Thina Rodrigues e teve como co-fundadora Paula Costa, em 2001. As travestis e amigas, Janaína Dutra e Thina Rodrigues, com trajetórias que se cruzaram no ativismo, dedicaram a lutar por políticas públicas para garantir a qualidade de vida de travestis no Ceará.

A trajetória de vida, o ativismo, a luta e a resistência de Janaína se tornaram referências, tanto que no dia 07 de janeiro de 2013 foi publicado no Diário Oficial de Fortaleza a lei complementar Nº 0133 de 28 de dezembro de 2012, que instituiu o Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e de outras providências. O Centro de Referência, portanto, faz uma homenagem à ativista e travesti cearense Janaína Dutra, a primeira advogada travesti a ter a carteira da Ordem dos Advogados

do Brasil (OAB). Observe-se que Janaína ocupou espaços na Antra, na Grab e na Atrac, também desenvolveu trabalho junto ao Ministério da Saúde e desempenhou também outras ações políticas.

No artigo 2º da lei complementar lê-se que “O Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra deve prestar serviços de proteção e defesa da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em situação de violência e/ou violação, omissão de direitos, garantindo os direitos da população LGBT de Fortaleza”. O Centro de Referência é uma conquista do movimento social, que reúne os múltiplos marcadores da diferença entre as pessoas atendidas. Desse modo, é necessário políticas públicas efetivas que possam dialogar com a necessidade da população LGBT. Para que isso aconteça, há uma disputa entre Estado e movimentos sociais em que o segundo cobra a efetivação da “cidadania”¹⁵ dos grupos identitários. E só há conquista de direitos por parte dessa população com a efetivação dos Direitos Humanos de forma Universal (ALMEIDA, 2010).

As conquistas por direitos das identidades Travestis tanto no âmbito do sistema político e de políticas públicas no Ceará e no Brasil têm se dado em um campo de disputa de poder e no ativismo. As pautas sobre identidade de gênero, diversidade sexual, direitos humanos¹⁶ e nome social têm sido resistência de ativistas cearenses. Como resultado dessas lutas algumas políticas públicas têm surgido de forma embrionária tanto no âmbito da educação, da saúde, da justiça e da assistência social. E, na maioria das vezes, assistimos resistências, ataques e retrocessos com pautas conservadoras. Espaços de alianças e resistência de construção política

coletiva são importantes para dar visibilidade e representatividade à luta das Travestis. O reconhecimento judicial de travestis por meio do nome social é o direito à cidadania. “Uma pessoa que não possa ser reconhecida nem pelo seu nome, não existe.” (NERY, 2018, p. 403).

Entendo que a compreensão das trajetórias de Janaína e Thina em defesa dos direitos das travestis colabaram para a compreensão das tensões sociais presentes no campo. Do mesmo modo, o ativismo das Travestis Cearenses deve ser contextualizado em face do lugar

¹⁵ Segundo o historiador Jaime Pinks (2012) e a historiadora Bassanezi Pinsky (2012) a cidadania no Brasil é uma construção. Os grupos minoritários como indígenas, negros, trabalhadores rurais, das mulheres, das mulheres negras, entre outros(as), e aqui incluímos as travestis não conquistaram seus direitos simultaneamente, ao mesmo tempo que a redemocratização no Brasil se consolidou. O historiador José Murilo de Carvalho (2012) nos diz que os direitos civis, políticos e sociais dessa população estão sempre ameaçados, e a luta pela garantia da cidadania é uma constante. A cidadania para essa parte da população é áspera, quase irreal. Contudo, à medida que os movimentos sociais reivindicam a garantia e defesa desses direitos ela pode, e vai se concretizando. Como ele diz a cidadania no Brasil é uma encruzilhada.

¹⁶ Por direitos humanos compartilhamos da discussão apresentada por Lynn Hunt (2012) em “A invenção dos direitos humanos”, quando salienta que os Direitos humanos são uma invenção e uma construção social e histórica. Esses direitos mudam de acordo com cada sociedade e tempo histórico, contudo as pessoas precisam ter autoconsciência desses direitos e defendê-los.

que as travestis ocuparam na literatura e na História do Brasil e em face da invisibilidade imposta a elas. A luta pela visibilidade de suas demandas é uma luta que busco assumir ao lado das minhas interlocutoras, por que elas são as sujeitas ativas desse processo de resistência e ativismo.

Compreendendo como Janaína Dutra e Thina Rodrigues funcionam como um referencial, como uma matriz ou caminho que serve de inspiração para outras travestis ativistas da rede de Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (Atrac), que atuam em defesa dos direitos das Travestis. E com os dados dos relatórios do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra nos releva as violações dos direitos das travestis em Fortaleza. Assim, o CRLGBTJD executar ações - como um espaço institucional do Estado – promovendo políticas sociais de orientação na promoção dos direitos das Travestis, e até que ponto o ativismo político das travestis está presente dentro dessas políticas de garantia de direitos.

Chego até aqui entendendo que esta escrita tem se tornado como um artesanato, uma colcha de retalhos, “como uma costureira, nosso trabalho será artesanal, uma combinação que repete ofício aprendido e se atualiza na estética individual da criação” (DINIZ, 2013, p.9). Debora Diniz (2013) em “Carta de uma orientadora” nos ajuda a pensar o processo inicial da escrita como um espaço livre de criação e elaboração individual de quem lê e escreve. Esta escrita tem sido diferente de tudo que já produzi na Universidade. Descobrir as possibilidades de fazer uma escrita moldada na forma como os artesãos elaboram suas peças, pensando em cada detalhe, de perceber os processos, as descobertas, os métodos e técnicas possíveis, nos tem inspirado a continuar. Assim, como as cozinheiras que experimentam novos sabores, a antropologia tem me ensinado a inventar novas formas de escrever.

Seguir adiante com a pesquisa me fez caminhar um pouco com uma Cartografia dos desejos. Não utilizei como método de pesquisa, contudo vale ressaltar sua importância, de algum modo, como uma possibilidade de minha aproximação com universo das travestilidades. Ao nos deparar com a metodologia da Cartografia dos desejos pelo olhar da antropologia, na medida que nos aproximamos de grupos subalternizados “que estão em vulnerabilidade social, e que coletivamente cartografam suas experiências territorializadas e subjetivas, servindo como uma ferramenta de luta e de denúncia das inúmeras violências que afetam os corpos e os territórios.” (PEREIRA; REGISTRO, 2022, p.122). Esse movimento entre antropologia e cartografia parte do diálogo do estudo da alteridade, do “outro”. Ainda sobre o uso da cartografia como método de pesquisa, em Adriana Sales e Keila Simpson (2018) em “*Cartografias Travestis: perspectivas metodológicas de guerrilhas nos diálogos com o movimento social organizado*”, elas nos falam:

A cartografia dos desejos configura assim uma abordagem radicalmente relacional, que procura cartografar não um “estado das coisas”, mas uma rede de relações entre relações. Dessa maneira, os elementos da cartografia não podem ser entendidos separadamente como “atores” ou “objetos”, na medida em que só emergem e se constituem na complexidade de seus encontros, onde estão sempre incessantemente se reconstituído, se transformando. (2018, p.9)

Desse modo, a cartografia me conectou afetivamente com meu universo de pesquisa, à medida que eu me aproximava do universo em formação e transformação das universidades das sujeitas travestis. Tanto a cartografia dos desejos como das controvérsias abandona a ideia de neutralidade do pesquisador com o universo estudado.

Acredito que produzir conhecimento antropológico histórico com travestis possibilita uma reflexão mais profunda sobre questões relativas aos transfeminismos, à construção de identidade social das travestis, suas lutas, alianças, resistências e o direito de reivindicar direitos. (JESUS, 2015). A luta local e nacional sobre as vidas, corpos e identidades são desafios a se pensar. As desigualdades no campo de reconhecimento das identidades travestis, e o cenário que as elas estão inseridas no estado do Ceará faz com que esta escrita se defina e se construa a cada imersão no campo. O ativismo, lutas, resistências e o direito de aparecer das travestis é a busca por garantia de direitos (BUTLER, 2019a).

1.2.2. Decisões metodológicas

Apresento aqui os primeiros passos metodológicos que ocorreram entre os anos de 2021 e 2022. Esses momentos se passaram em meio a uma pandemia do Covid-19 e abertura dos espaços públicos e privados. A minha pesquisa exploratória foi o primeiro passo encontrado para me aproximar do cenário do campo de pesquisa. Com ela busquei nas redes sociais, *lives* no *Instagram* e palestras no *Youtube* me aproximar de coletivos de alianças de travestis na luta em defesa dos direitos; o segundo passo consistiu na seleção de documentos no site da Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará e da Câmara Legislativa Municipal de Fortaleza; o terceiro passo consistiu em ir para campo, participar de movimentos junto a Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará; o quarto passo foi a etnografia no Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra recolhendo dados a partir dos relatórios; e os passos finais foram as entrevistas com minhas interlocutoras com o objetivo de construir nossa escrita, conectando com os métodos anteriores escolhidos.

As entrevistas no campo etnográfico têm sido importantes na produção do antropólogo Don Kulick (2008) em *“Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura do Brasil”* e da pesquisadora Luma Nogueira (2015) em *“Travesti na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa”*.

Em Nogueira (2015) “a pesquisa de campo na condição de método da antropologia passa a ser instrumento fundamental para o desenvolvimento de trabalho produzidos por especialistas com a técnica de imersão no universo social do sujeito que se propõe a ser pesquisado” (2015, p. 30). A pesquisa realizada com jovens travestis nas escolas públicas do Ceará revela o lado oculto das vivências de travestis existe uma força social para que as travestis permaneçam na margem. Elas rompem com os estereótipos singulares das características das travestis que são rejeitadas pela família, amigos, escola e sociedade. Não que essa realidade não aconteça até hoje, contudo não é essa a única “História”. As mudanças em torno das realidades das travestis estão repletas de resistências, enfrentamentos, alianças e conquistas.

O trabalho de campo etnográfico como estratégia metodológica tem um marco importante e é fundamental apontar a obra de Don Kulick (2008), sua pesquisa de campo aconteceu entre os anos de 1996 a 1997, em Salvador. Vivemos hoje em outros tempos, vinte e cinco anos (25 anos) se passaram desde o início da pesquisa Kulick e a história mudou. A vida das travestis mudou, o Brasil mudou, a vida na cidade mudou, a rede de ativismo, resistências e lutas mudaram. Contudo, muitas permanências se fazem presentes no cotidiano e no fazer das travestis. Como diz Don Kulick (2008) quando escreveu a apresentação à edição brasileira “é importante levar em conta que a etnografia se converte muito rapidamente em história, e compreender que tanto o contexto quanto alguns detalhes das vidas das travestis (...) não são exatamente os mesmos de dez anos atrás.” (2008, p. 9). Em 2021 a rede de ativismo mudou, muitos grupos se formaram no território nacional, inclusive em Fortaleza, Ceará. Na época da pesquisa de Kulick (2008) “havia poucos grupos de ativistas nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, mas o ativismo travesti era ainda embrionário no restante do país.” (2008, p.9).

Em 1999 alguns grupos podem ser destacados em “um movimento em que não se tinham projetos, apoios financeiros, do Movimento GGG e, ainda assim, as mulheres travestis guerreiras à frente da luta se organizaram e promoveram a organização de suas pares.” (SILVA, 2021, p. 27). A travesti ativista Jovanna Cardoso da Silva (2021) destaca algumas associações existentes na década de 1990, entre elas a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), fundada em 1992, a Associação de Travestis do Paraná- Grupo Esperança- fundado em 1994, a Associação de Travestis de Brasília (ASTRAVEB), fundada em 1994, a Associação de Travestis de Santo André – Grupo Tulipa – fundada em 1995, a Associação de Travestis de Salvador (ASTRAS), fundada em 1995, a Associação de Travestis da Baixada Santista – Grupo Filadélfia – fundada em 1995, a Travestis de Colônia Piauí/ MOPAC, fundada em 1997

e a Associação de Travestis de Belo Horizonte (ASTRAV/BH), fundada em 1999. A “Associação de Travestis do Ceará” só seria criada no ano de 2001 por Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Paula Costa e outras travestis.

Enquanto ativista, advogada e militante dos direitos às causas LGBTs, da livre orientação sexual e identidade de gênero, Janaína Dutra foi co-fundadora do Grupo de Resistência Asa Branca em 1989, assessora jurídica e vice-presidente nos mandatos de 1995, 1997, 1999 e 2001 da entidade. Na virada do século XX para o XXI outros grupos tomam o cenário nacional, inclusive a Associação de Travestis do Ceará (Atrac), criada em 2001 por Janaína Dutra, Thina Rodrigues e outras travestis. Hoje é conhecida como Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará. O Grab e Atrac são as primeiras instituições que surgiram no Ceará representantes da luta e garantia dos direitos das travestis.

O uso de documentos foi alicerçado pelo método da História Social proposta por Marc Bloc (2001) e a Antropologia do arquivo de Olívia Maria Gomes da Cunha (2004). Em Bloc (2001) sigo os passos do historiador enquanto sujeito que constrói ciência e conhecimento histórico a partir de fontes. Segundo Lilia Schwarcz (2001), quando escreveu a apresentação à edição brasileira “Por uma historiografia da reflexão”, Marc Bloc se torna “uma espécie de fundador da “antropologia histórica, ao selecionar eventos marcados pelo seu contexto” (2001, p. 9). A história não é uma ciência exata, contribui também para representações coletivas dos sujeitos históricos. Segundo Bloc (2001) “a história é uma arte, a história é literatura. Frisa: a história é ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que se pode significar sua franqueza, mas também sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, leis, a estruturas.” (BLOC, 2001, p. 19). Defendendo a interdisciplinaridade ele dialoga com as ciências sociais e outras ciências humanas. A história é a ciência do tempo, e não do passado. É a ciência de homens, mulheres, travestis e tantas outras identidades de gênero no tempo. “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claro e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.” (BLOC, 2001, p. 79). Aqui recorro a arte do historiador, a arte de escrever, de ler, de pesquisar, de ouvir que habita em mim, que tem origem na formação inicial deste pesquisador de arquivos, de documentos e de memórias.

Por um tempo permaneci em dúvidas sobre o uso de documentos e fontes históricas se seria possível em um trabalho antropológico. Esses anseios marcaram os primeiros meses dessa escrita. Contudo, encontrei alicerces em “Tempos imperfeitos: uma etnografia do arquivo” de Olívia Maria Gomes da Cunha (2004). Arquivos oferecem marcas, fragmentos e sinais dentro de uma perspectiva etnográfica, ou uma etnografia do arquivo. “Como uma modalidade de

investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais.” (CUNHA, 2004, p. 291). Essa mirada antropológica sobre os arquivos é recente. Além de nós historiadores, arquivistas e antropólogos têm utilizado os arquivos como vestígios do passado que precisam ser interpretados (BLOC, 2001). Os historiadores sempre afirmam que as fontes não falam por si só, é necessário perguntá-las, questioná-las. “Afinal, os documentos não falam e o diálogo com eles implica técnicas não exatamente similares às utilizadas no campo. No entanto, os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos que estudam” (CUNHA, 2004, p. 293), caminhando para além disso, compreendendo os contextos sociais e simbólicos em que foram produzidos. Os arquivos foram produzidos e constituídos por grupos de pessoas, grupos sociais e instituições. A antropologia não se limita apenas ao trabalho de campo, os arquivos também constituem um método antropológico.

A partir da prática e da experiência da Etnografia do arquivo (CUNHA, 2004) e dos estudos da memória (POLLAK, 1989) utilizaremos as memórias produzidas pelo Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) para apresentar o contexto de surgimento dos ativismos de travestis na cidade de Fortaleza. O documentário Janaína Dutra: uma Dama de Ferro produzido pelo Grab em 2011 será primordial para construirmos parte da história de Janaína Dutra e de outras travestis de Fortaleza. No artigo “Memória, esquecimento e silêncio” Pollak (1989) analisa a memória coletiva. Ele nos diz “o filme-documentário tornou-se um instrumento poderoso para rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional.” (1989, p. 12). As memórias do Grab são memórias coletivas que representam um momento da conjuntura e de um grupo social, e por mais sólidos que estejam sua memória “pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento.” (POLLAK, 1989, p. 12).

Todas estas decisões metodológicas acima descritas foram unidas com o Transfeminismo como método e teoria de articulação da literatura produzida por pesquisadoras Travestis Leticia Nascimento (2021), Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2014, 2018), Luma Nogueira de Andrade (2015), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) e Bruna Benevides (2020), Maria Clara Araújo Passos (2022), entre outras.

Chego ao final desta primeira parte da minha escrita refletindo o que Débora Diniz (2013) diz que é necessário se encontrar com sua pesquisa. Seus medos e angústias devem se transformar em problemáticas em busca de respostas. “É nesse jogo entre reconhecimento e silenciamento do grilo do temor que o prazer me acompanha enquanto pesquiso e escrevo.” (DINIZ, 2013, p.38). A organização do meu tempo, com ritmos de leitura, de buscar fontes,

de fichamentos, de escrita e revisão tem sido um guia. E não posso esquecer das palavras da professora e pesquisadora Denise da Costa, quando nos ensinou a disciplina de Método da Pesquisa em Antropologia, “antropologia se faz fazendo”. E até aqui encontrei, ou busquei encontrar meus métodos de pesquisa. Meu trabalho de campo com travestis deu-se nesse formato, fazer fazendo.

Nosso campo de estudo dialoga com Antropologia transfeminista, decolonial, pós-colonial e queer, Antropologia da política e da História Social, por que ao longo dessa escrita apresento as narrativas de vida das travestis, suas resistências, alianças e ativismos, analisando os trabalhos de campo junto a Atrac e dados do CRLGBTJD. Ir para o campo e vivenciar processos sociais que envolvem o ativismo de Travestis localizadas em Fortaleza, Ceará é uma forma de conectar e construir uma Antropologia teórica e prática, ampliando um leque de discussão sobre nosso tema.

2. TRANFEMINISMO: GÊNERO, IDENTIDADES E TRAVESTILIDADES

Este capítulo tem como objetivo realizar um diálogo entre teoria e prática transfeminista, dialogando com as experiências de travestilidades. Apresento esse debate de teóricas travestis e mulheres transexuais, e com outros/as pensadores, como o resultado do transativismo dentro do próprio movimento teórico do feminismo. Segundo a pesquisadora travesti Jaqueline Gomes de Jesus (2015) o transfeminismo “é uma categoria do feminismo que surge como uma resposta à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta de sexo.” (2015, 10). Assim, o conceito e as experiências de travestilidades são uma categoria em construção.

2.1. Travestilidades: uma categoria em construção.

A literatura antropológica, sociológica e histórica tem se dedicado cada vez mais a elaborar narrativas de travestis dentro de um conjunto de identidades que pensam o lugar do corpo, das práticas corporais e das subjetividades travestis a partir de suas feminilidades e mulheridades. Segundo a Jaqueline Gomes de Jesus (2018), há variadas formas de vivenciar as identidades de gênero: “a variedade de experiências humanas sobre como se identificar a partir do seu corpo mostra que esse estereótipo é falacioso, especialmente às pessoas trans” (JESUS, 2018, p. 382).

A teórica Leticia Nascimento (2021) apresenta o conceito de travesti fora do guarda-chuva do termo “trans”, “no intuito de reforçar essa identidade de gênero bastante marginalizada socialmente” (2021, p. 19) assumindo uma postura política de afirmação de identidade. Dessa maneira, “muitas travestis e transexuais se sentem mulheres e podem e devem reivindicar-se como tal; inúmeras outras, entretanto, entendem a si mesmas como uma expressão de gênero originária e, portanto, não se sentem homens e mulheres.” (NASCIMENTO, 2021, p.56).

Assim como as masculinidades e feminilidades, a travestilidade compõe um conjunto de ações, características e experiências vivenciadas por travestis. Como já afirmei anteriormente, esta categoria foi historicamente construída e hoje, segundo Toni Reis (2018), passa por uma ressignificação haja visto que o termo travesti foi representado de maneira pejorativa, como imitação, engano, farsa ou fingimento:

uma pessoa que nasceu com determinado sexo, ao qual foi atribuído culturalmente o gênero considerado correspondente pela sociedade, mas que passa a se identificar e construir nela mesma o gênero oposto. No caso de pessoas travestis com identidade de gênero feminina, muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é

regra para todas. Atualmente o termo travesti adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo. (REIS, 2018, p. 31).

Pelúcio (2007) entende que a noção de travestilidade pretende

abarcas aspectos de categorização identitária do termo “travesti” que pode ser bastante simplificador quando busca contemplar a gama de possibilidades de se viver esta condição. A travestilidade aponta para a multiplicidade experiência, ligada à construção e desconstrução dos corpos. **Ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero das travestis, há também uma patente fluidez na elaboração de categorias êmicas autoclassificadoras, uma vez que estas estão estreitamente ligadas a marcas identitárias que se associam ao trânsito dos corpos pelos territórios**, o que se vincula, por sua vez, às transformações desses mesmos corpos. (PELÚCIO, 2007, p. 18. Grifos do autor).

Na definição das experiências travestis, um ponto parece ser recorrente na literatura. Jaqueline Gomes de Jesus soube expressá-lo muito bem quando disse: “As travestis vivenciam os papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou um não-gênero. Um gênero fluido.” (JESUS, 2012, p. 17). Dessa maneira, Jaqueline Gomes Jesus (2012) nos fala que travestis são pessoas que não se denominam socialmente como mulheres. Contudo, nas vestimentas e pronomes de tratamentos se caracterizam como mulher.

No olhar da Jaqueline Gomes Jesus (2012) “[é] importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultuoso serem adjetivadas no masculino: as travestis, sim; os travestis, não” (JESUS, 2012, p. 9)

Essa relação também aparece em Don Kulick (2008), quando ele diz que as travestis não reivindicam a necessidade de redesignação sexual, ou mudanças físicas a partir de cirurgias para redesignação de sexo. Kulick (2008) define as travestis como uma categoria tipicamente brasileira e da América Latina. De acordo com ele, as Travestis têm enfrentando preconceitos, estigmas, estereótipos, violência e mortes, “mas em nenhum país elas são tão numerosas e conhecidas como no Brasil, onde alcançam a visibilidade notável, tanto no espaço social quanto no imaginário cultural” (2008, p. 22). Para o antropólogo estas são algumas características das travestis investigadas por ele em Salvador:

elas adotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagem femininos, pronomes de tratamento femininos, além de consumirem grande quantidade de hormônios femininos e pagarem para que outras travestis injetem até vinte litros de silicone industrial em seus corpos, com o objetivo de adquirir aparência física feminina, com seios, quadris largos, coxas grossas e, o mais importante, bundas grandes. A despeito de todas essas transformações, muitas das quais irreversíveis, as travestis não se definem como mulheres. (2008, p. 21).

A pesquisadora travesti Luma de Andrade Nogueira (2015) faz uma crítica ao modo como Kulick (2008) define as travestis. A pesquisadora nos diz que as experiências travestis não podem ser homogeneizadas, porque as “travestis brincam com as várias possibilidades de serem travestis”. (NOGUEIRA, 2015, p. 108). Afirmando que nem todas as travestis brasileiras surgem nos centros urbanos e nem todas compartilham das mesmas experiências de travestilidades, e nem compartilham dos mesmos hormônios/ farmacopornográficos¹⁷ (VERAS, 2019), aparato tecnológico para mudança do corpo. A autora pondera que “a forma como estas pessoas constroem sua imagem no corpo e na mente varia de uma para outra, assim como suas autodefinições.” (2015, p.113). Assim, a categoria de travestis e o conceito está em constante construção. Nogueira (2015) apresenta a definição de travesti para além do campo material do sexo, caminhando para o campo espiritual, como um movimento de adequação entre mente e corpo, espírito e matéria. Com um deslocamento constante de um sexo para o outro.

O historiador Elias Ferreira Veras (2019) apresenta a categoria travestis como uma construção histórica, quando observa que “na passagem da década de 1970 para 1980, um novo sujeito, (auto) denominado travesti, extrapolou o espaço das festas privadas, concursos de fantasia, apresentações teatrais e do carnaval; invadiu as ruas e os meios de comunicação, transformando-se em personagem público-midiatizado”. (2019, p. 99). A mudança em torno do surgimento e do devir ser a travesti, ganharam espaços e sustentos nas ruas. A busca pelo reconhecimento como sujeitas públicas produz novas subjetividades de ser travesti. A existência dessa categoria que se formava seria a base inicial para as pautas e movimentos de resistência de travestis.

O antropólogo Alexandre Fleming Câmara Vale (2005) é autor da tese de doutorado “O vó da beleza: travestilidade e devir minoritário”, na qual narra o processo de migração de travestis e transgêneros brasileiros. Tendo como objeto as narrativas das travestis e transgêneros, Vale (2005) conduz seu texto para compreender as trajetórias e caminhos de deslocamentos travestis para grandes cidades ou para fora do país. Centralizando também o debate sobre a classificação do estigma sobre a vida das travestis, o autor parte de uma experiência antropológica de campo com travestis em Fortaleza e Paris. Discutindo elementos que envolvem o lugar da feminilização, violência, injúrias, prostituição, os efeitos da liberdade e dos processos migratórios.

¹⁷ Termo utilizado pelo historiador Elias Ferreira Vera, sobre a midiática do sujeito travesti em Fortaleza entre os anos de 1970 a 1990, inspirado pelo autor Paul Preciado.

Vale (2005) ressalta a importância de se discutir as possibilidades das experiências que ele denomina como transgênero, suas subjetividades e reinvenção enquanto categorias trans. Segundo ele as experiências de travestilidades¹⁸ são transgressoras, por que as ela(s) “contradiz[em] a lei bíblica”, sendo também uma passagem de um limite das fronteiras dos gêneros masculino e feminino. “Transgressão de fronteiras e visibilidades são, portanto, questões centrais nessa experiência, como o são também as interpretações que propõem para pensar as relações sociais entre os sexos e violência das normas de gênero” (VALE, 2005, p. 15).

Partindo do pressuposto da teoria Queer, o antropólogo retrata a experiência travesti com um campo conceitual das relações entre “a cultura majoritária (cientificista, falocêntrica e heterocentrada) e sobre a possibilidade e o valor das identidades comunitárias.” (VALE, 2005, p.16). Segundo Vale (2005), os efeitos da associação do termo travesti a etiologias de “invertido” e “perverso” marginalizam as experiências trans nos discursos das ciências. É importante ressaltar que as transgressões de gênero além da binaridade homem/mulher podem variar de cultura para cultura. As experiências travestis precisam ser situadas para além da patologização da psiquiatria.

O autor ainda pondera que em inúmeras sociedades as travestilidades estão associadas ou não ao homoerotismo (VALE, 2005). Dependendo do contexto, seus processos de mudanças são individuais. É preciso interpretar os papéis de gênero atribuídos às travestis e como esses papéis estão localizados e têm conquistado espaços de visibilidade. As travestis de Fortaleza, Janaína Dutra, Thina Rodrigues e Dediane Souza ocupam esses lugares de visibilidade. Em múltiplas sociedades a existência de corpos trans são vivenciados como o terceiro sexo, como por exemplo na Índia e na Tailândia (REIDEL, 2017, p. 118).

A pesquisa de Vale (2005) tem como marca o campo sexual e corporal. A desconstrução dos sexos das travestis, segundo o autor, não é apenas uma questão teórica, mas está relacionada à representação social da feminilidade e do corpo feminino. As travestis se apropriam de signos do feminino e das práticas sociais simbólicas da categoria, construindo suas próprias experiências sociais. “Estas práticas convidam a repensar o processo de construção social dos sexos bem como os fundamentos sociais da produção individual de uma aparência e de uma identidade de sexo, de gênero ou performativa.” (VALE, 2005, p.96). Travestis rompem com a estrutura biológico do sexo/gênero, sua aparência corporal perpassa transformações que

¹⁸ Vale (2005) utiliza o termo travestimos para definir as experiências das travestis.

possibilitam mostrar que a construção da identidade de gênero também é uma mudança no corpo, em uma constituição da própria alteridade do ser.

Então, “não se nasce travesti, torna-se travesti”. A contextualização da frase anterior para construção das experiências de travestilidades vem da afirmação de Beauvoir (2019), quando ela “traz evidências para se pensar que há um processo de produção de “ser mulher” (NASCIMENTO, 2021, p. 30). Podemos usar a frase Beauvoir (2019, p. 11) em “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, para entender o processo de construção de ser travesti. Assim, as experiências de travestilidades são construídas e não naturais. Atualmente, o transfeminismo é resistência e surge como um campo teórico do movimento trans e de travestis que vem ganhando espaço, influenciando outros movimentos sociais a pensar as experiências de travestilidades.

2.2. A teoria transfeminista

A corrente teórica e prática do transfeminismo defende a presença de “mulheres transexuais e travestis no feminismo”, assim “oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas.” (NASCIMENTO, 2021, p. 21). A pesquisadora travesti Leticia Nascimento (2021) defende o transfeminismo como contribuição de proposições teóricas em torno das experiências de mulheres transexuais e travestis. Indo além, ela diz que é urgente se pensar a categoria de mulheres no plural, junto com feminilidades, “como possibilidade de repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo, de modo a superar universalidades e essencialismo limitantes à liberdade de performance de gênero.” (2021, p. 22).

Como um campo teórico dentro do gênero e do feminismo, o transfeminismo, segundo a travesti, negra, gorda e de axé¹⁹ e professora Leticia Nascimento (2021), está aberto a todas as pesquisadoras que desejem abordar o papel do transativismo e da Cisgeneridade²⁰:

Dentro do transfeminismo, haja a validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgêneras ou cisgêneras. Desse modo, o transfeminismo pode ser útil para quaisquer pessoas que não se sintam pertencidas ao modelo sexista socialmente vigente, e não apenas às transgêneras. Esse é o ponto importante dentro do transfeminismo. Apesar de, em minha abordagem, referir-me de modo específico ao transfeminismo pensado por mulheres transexuais e travestis, o movimento teórico e político transfeminista é aberto às produções de outros sujeitos que não se

¹⁹ Leticia Nascimento se define com esses adjetivos buscando visibilizar as características que colonialidade vulnerabilizou como anormais.

²⁰ Segundo Leticia Nascimento as pessoas cisgêneras constroem seus gêneros tendo como base o sexo. Ainda afirma que corpos cis tem gozado de um privilégio, naturalizando o sexo e gênero. Segundo Jesus (2015) é um conceito que abarca as dimensões de pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente e ao sexo ao nascer.

reivindicam nem na categoria de mulheridades, historicamente sujeitas do feminismo, nem dentro das transgeneridades (NASCIMENTO, 2021, p. 89).

Nascimento (2021) me ajuda a entender o meu lugar enquanto pesquisador nessa investigação antropológica. Ao fornecer uma discussão com base no transfeminismo, contribuiu também para teorias e práticas dessa corrente teórica. Assim, o campo do ativismo político das travestis em Fortaleza pode caminhar para visibilizar as suas resistências. Além de contribuir para a produção intelectual e do uso das epistemologias produzidas por elas.

O recurso aos referenciais teóricos produzidos por travestis para pensar as suas experiências vai de encontro ao que penso ser uma lacuna no campo das Ciências Sociais e Humanas, inclusive na Antropologia, na História e na literatura, campos nos quais se assiste a ausência de produções escritas por Travestis (PORCINO, 2020). Esse fato dá-se pela conjuntura desigual do Brasil e dos marcadores da diferença que impactam a vida das travestis. “Das muitas coisas que isso pode nos dizer, talvez, a mais importante seja constatar que essa população, que tem uma expectativa de vida no Brasil, por conta das práticas de extermínio, de trinta e cinco anos, ainda se encontra fortemente excluída das universidades” (MAIA, 2018, p. 246).

Retomando a discussão sobre o conceito de transfeminismo, Jesus (2015) o compreende como uma voz que descreve a interseção entre múltiplas formas de opressão, entre identidades de gênero, raça, sexualidade, deficiências, étnicas e outras variadas opressões que os padrões de gênero, de raça, classe e normalidade atribuem como anormais, patologizando as identidades. O transfeminismo critica as “opressões sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina.” (2015, p. 19).

Seguindo o diálogo com a professora travesti Leticia Nascimento (2021), o transfeminismo defende que há maneiras dicotômicas de vivenciar as mulheridades e feminilidades, isto é, as performances de gênero são possibilidades em construção. Desta forma,

Firmar mulheres trans, travestis, transexuais e trangêneras dentro do feminismo não é dispersão, tampouco divisão, mas reconhecer com o conceito de gênero propõe a diversidade de performance e experiências ou estabelece negociações culturais estratégicas e de representação política com as mulheridades (NASCIMENTO, 2021, p. 41).

Para Nascimento (2021) o conceito de gênero associado à performance ou ao campo cultural deve garantir a presença e reconhecimento das feminilidades e mulheridades das travestis e mulheres transexuais. “Desse modo, emerge, por exemplo, a categoria travesti em suas diversas expressões, desde travestis não binárias, mulheres travestis ou apenas travestis,

como possibilidades de autodeterminação de nossas experiências de “outrerdades”. (NASCIMENTO, 2021, p. 42). Afinal não “se nasce mulher, torna-se mulher”. Afinal não se nasce travesti, torna-se travesti. Como diz Poncino (2020):

“Não se nasce travesti.” As alterações e/ou modificações corporais constituem o passo inicial do processo de autoafirmação, que pode ser acompanhado de mudanças corporais mais acentuadas e outras vestimentas em função do processo de transição, quer seja assistido ou não. O “torna-se” travesti faz parte de um processo que perpassa a tomada de decisão individual, de acordo com a vontade, desejo e motivações próprias, na perspectiva do “direito” como bem social (PONCINO, 2020, p. 79).

Os comentários das autoras lançam luz sobre o fato de que as travestis constroem suas identidades e que não possuem experiências identitárias únicas. Conforme já afirmei em outro trecho desta dissertação, não podemos pensar em universalizá-las dentro de um padrão. Fazer isso seria nadar contra a corrente do que já adquirimos no campo dos estudos de gênero, campo que demonstrou a invenção da binaridade de gênero em que corpo biológico e gênero são equivalentes e universais como conceitos e teorias desconstruídas. A transexualidade, como pode-se notar, contempla um conjunto de identidades que conflitam essa binaridade imposta.

Logo, o transfeminismo dialoga com corpos não reconhecidos pela cis-heteronormatividade, reconhecendo que as performances e experiências das travestilidades possam ocupar espaços dentro do feminismo e dentro das experiências de mulheridades e feminilidades. Assim como outras correntes dentro dos estudos de gênero, o transfeminismo aponta para a necessidade de desessencializar o gênero e para que o debate possa avançar é preciso “perceber que outras sujeitas dentro das relações de poder fortemente marcadas pelo machismo, sexismo e patriarcado na sociedade vigente podem fazer parte do feminismo, como sujeitas legítimas de luta, experiências e produção conceitual.” (NASCIMENTO, 2021, p. 43).

Um dos impactos do transfeminismo se revela em um redirecionamento das temáticas de pesquisa sobre as travestilidades. Se por muito tempo, pesquisas históricas, antropológicas e sociológicas com a temática de travestilidades (JESUS, 2015) “desvendam a sociabilidade das travestis nas pistas de prostituição, incluindo vivência familiar, “metamorfose corporal”, preconceitos e relacionamentos” (NOGUEIRA, 2015, p. 27), os estudos antropológicos contemporâneos e o ativismo transfeminista colocam a necessidade de se produzir etnografias em contextos diferentes da prostituição. Esta refocalização para outros contextos é uma contribuição para a construção de novas sujeitas e uma contribuição para se e pensar novos futuros possíveis para as travestis.

Um exemplo de redirecionamento do foco em linha com a perspectiva acima é o trabalho da travesti e pesquisadora Luma Nogueira (2015), que buscou desvendar as resistências e os assujeitamentos que as jovens travestis enfrentam na escola. Ao longo de sua

pesquisa, ela constatou que os/as autores/as que dedicaram seus estudos de travestis associados a prostituição e às ruas encontraram interlocutoras vulneráveis, expostas.

Observe-se que neste redirecionamento de foco encontra ecos em outros contextos: assim com o feminismo negro e o feminismo lésbico, teorias pensadas por mulheres trans e travestis se inserem naquilo que Ferreira (2015) descreve do seguinte modo: um movimento de “visibilizar as vozes das travestis e suas próprias experiências pessoais” (2015, p. 123), de tal forma a garantir a ampliação de suas narrativas e seus pontos de vista.

O acesso a teorias produzidas dentro dos quadros do transfeminismo nos auxilia na recusa de qualquer discurso que busque patologizar estes corpos. Como já afirmou Berenice Bento (2017b), as pessoas transexuais ou travestis não podem ser consideradas como doentes, fazer isso é aprisionar ou determinar sua identidade de gênero dentro de uma perspectiva hegemônica.

O recurso que venho fazendo à perspectiva transfeminista não significa que os trabalhos etnográficos de autores como Kulick (2008) não tenham importância para o campo antropológico. O autor, como sabemos, realizou a sua pesquisa de campo a partir da observação participante com travestis em Salvador e a partir de um recorte. Kulick (2008) afirma que a travesti é inserida na rua como um local de socialização e criação de redes, de descobertas e possibilidades de construção corpórea e referência no sentido das mais velhas como inspiração para uma trajetória de vida. As redes fornecem informações sobre estratégias de sobrevivência na rua. Entre os temas observados por Kulick em Salvador, identificamos a atualidade da migração entre cidades, da recorrência da exclusão familiar e da baixa escolaridade causada pela forte transfobia no ambiente escolar. Todos estes elementos são demarcadores sociais relevantes para caracterizar a vivência das violências cotidianas, familiares e domésticas.

No ambiente da rua, Kulick (2008) evidencia o quanto as travestis estão ameaçadas. Nas suas próprias palavras, “a violência contra travestis continua tão comum e generalizada pelo país afora que recebe registro ocasional da imprensa, principalmente quando se descobre o cadáver de uma travesti assassinada, ou quando há uma onda de mortes em sequência.” (2008, p, 51).

Este cenário de múltiplas violências e vulnerabilidades fazem com que as representações das travestis na literatura ficcional apareçam com tom de denúncias dos sofrimentos vivido por esse grupo historicamente marginalizado. Como afirma Fernandes (2018) “parece ser um consenso que a abjeção de determinados grupos não hegemônicos tenha sido configurada nas literaturas como um modo de registrar as dores, as injustiças e as desigualdades das subjetividades à margem.” (FERNANDES, 2018, p. 87).

Conforme estamos argumentando, o transfeminismo se insere em movimentos mais amplos. Embora o campo de estudo de gênero por muito tempo tenha sido influenciado pelo movimento feminista, com questões centralizadas nas mulheres e seus direitos – e vale a pena ressaltar, de mulheres brancas, classe média e europeias - hoje os estudos de gênero incluem debates amplos no campo das identidades trans e diferenças, das transexualidades e das travestilidades. As teorias transfeministas têm ampliado a discussão na tentativa de compreender o universo que as teorias feministas não deram conta.

Grupos invisibilizados sociologicamente e historicamente passaram a ser pautas para identificar e analisar as formas de opressão a que são submetidos, nos diversos espaços de trabalho, na mídia, no cinema, na rua, na família, na escola, e em outros espaços institucionalizados. O enquadramento desses grupos sobre uma ótica de adequação a padrões sociais pré-estabelecidos tem gerando uma multiplicidade de questionamento de como as pessoas podem reinventar suas identidades e vidas. Resistindo aos padrões enquadrados e criando outras possibilidades de viver, por meio do ativismo, das alianças e resistências.

Dessa maneira, a teoria transfeminista busca romper com lógicas estruturante de gênero construída na literatura da psicanálise e de outras ciências. A teórica Judith Butler, em *“Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”* (2021), sugere que “gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.” (2021, p. 21). Segundo a filósofa não é a anatomia biológica que produz gênero, e sim o gênero “é o próprio processo pelo qual os corpos se tornam matéria. Afinal, nós não somos nossos corpos, nós fazemos nossos corpos.” (NASCIMENTO, 2021, p. 40).

A crítica feita pelo transfeminismo às concepções universais de ser mulher como se em todas as culturas a ideia de opressão das mulheres tivesse uma base comum no patriarcado e na dominação masculina, para Butler (2021) “a noção do patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos concretos em que ela existe.” (2021, p. 21). Não podemos negar a importância do feminino no campo político das lutas democráticas, e não é a nossa intenção tornar o feminismo como um campo teórico, político de organização social de mulheres como “opressor”. “Na tentativa de explicar as condições de opressão da mulher, as

feministas radicais²¹ procuraram estabelecer uma essência universal que unificasse as lutas feministas. Advogando a existência de uma natureza feminina.” (NASCIMENTO, 2021, p.29).

A história da humanidade, a literatura, a historiografia, as ciências, durante um longo período foi encarada como a história dos homens, das vozes masculinas. Esse modelo histórico, antropológico possibilitou a historiografia tradicional excluir abordagens que incluíssem a incorporação das mulheres no processo histórico-sócio antropológico. Isto é, a visão sexista levou-nos a crer que o desenvolvimento da humanidade nas lutas e revoluções, foi inteiramente comandado por homens, ficando, portanto, esquecidas, toda e qualquer voz do gênero feminino, incluindo pessoas trans, mulheres trans e travestis.

Assim, pensar as identidades de gênero das travestis como uma categoria em construção, nos encaminha para “o deslocamento para o conceito de gênero é importante para a história do feminismo, pois muitas feministas, em primeiro lugar, deixam de operar com a ideia universal e abstrata de mulher no singular.” (NASCIMENTO, 2021, p. 33).

A teoria transfeminista também colabora com uma crítica ao patriarcado como estrutura pensada e estruturada a partir de uma lógica binária – masculino/homem e feminino/mulher – implica em um processo de dominação masculina sobre identidades de gêneros ou gêneros ou pessoas não binárias. Dominação construída historicamente, socialmente e culturalmente. Sendo suscetível a mudanças e a processos de (des) e construção de novas formas de perceber o outro, inclusive o homem. Rompendo com a ideia de ser perfeito. Debates são necessários buscando dialogar com ações de enfrentamento às violências contra as mulheridades e as minorias sexuais.

É importante destacar que as reivindicações transfeministas colaboram com a luta plural das mulheres, brancas, negras, indígenas, urbanas, rurais, empresárias, operárias, camponesas e junto com elas a luta do Movimento LGBT que buscam romper com a violência cultural institucionalizada, que permite o abuso dos corpos, práticas de assédios, de violências que desrespeita a diversidade. Romper com um ciclo de violências e desmandos é necessário e fundamental para construirmos a igualdade de direitos de gênero.

A teoria transfeminista também se aliam outras teorias como a queer que fazer críticas aos valores morais violentos. As/os teóricas/os queer rompem as fronteiras dos corpos

²¹ As Feministas Radicais representam uma onda/corrente dentro das teorias feministas que afirmam que a origem da desigualdade social em todas as sociedades é o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. Defendem que a opressão feminina tem seus primeiros passos na dominação do homem sobre as mulheres. Também exercem uma forte crítica em relação as mulheres transsexuais e travestis, como se essas não fossem mulheres de verdade. Desse modo, excluem as mulheres trans e travestis dentro do movimento feminista, na qual ficaram conhecidas como *Radfem*. Elas não reconhecem a transfobia como algo estrutural da sociedade.

considerados abjetos, na qual não são socialmente aceitos. Aqui destaco os corpos e as experiências das travestis. Elas rompem e resistem às experiências binárias, heterossexuais, cisgeneras e heterorreprodutiva. As travestis desestabilizam o CIS-tema.

Além das teóricas queer, as feministas negras, abrem um leque de possibilidades para outras teorias feministas, como o feminismo socialista, feminismo pós-colonial, feminismo decolonial e o transfeminismo pensarem o conceito de gênero.

Considero importante pensar e falar de feminismo no plural, diferindo não só as questões de classes, mas de raça, gênero, sexualidade, orientação sexual, território e identidade de gênero. Assim, foram as feministas negras que passaram a pensar e inserir dentro do campo de disputas no contexto pós-colonial essas categorias e suas intersecções (NASCIMENTO, 2021). Tendo como pauta a luta das mulheres tornadas muitas vezes invisíveis diante das feministas brancas, o feminismo negro e pós-colonial abriu possibilidades para se pensar outros contextos como Ásia, as Américas e a África.

Percebe-se que as análises e descobertas feministas sobre gênero são de importância crucial para a teoria política e afetam em particular sua contínua sustentação sobre a divisão das esferas pública e privada.

Outro grande aporte do transfeminismo é a atenção ao tema das interseccionalidades. Observe-se, por exemplo, que o cenário que coloca as travestis pretas no contexto de violências está diretamente ligado à lógica de uma hierarquia de valor sexual no qual elas estão na base inferior da pirâmide social e os indivíduos heterossexuais que se casam e têm filhos ocupam o topo desse erotismo, com pares heterossexuais monogâmicos não casados logo abaixo e todos os demais heterossexuais em seguida (RUBIN, 1993).

Enquanto se pensar longe das esferas da interseccionalidade (no sentido de pensarmos o "recorte" na perspectiva do "todo", entendendo "todo" como igualdade e não competitividade) estaremos andando em círculo em torno dos mesmos padrões ideológicos dos nossos opressores. As novas experiências incorporadas nas teorias feministas, o transfeminismo revelam que existem outras formas de opressão que marcam as mulheres, ou qualquer corpo que performance a feminilidade, como as travestis. Essas teorias indicam potencialidades analíticas na interface já que esta considera - mais recentemente - a imbricação de diversos "marcadores da diferença", entre os quais as identidades de gênero se fazem presente (NASCIMENTO, 2021).

A construção da identidade de gênero das travestis quando não reconhecida produz vulnerabilidades. Subalternizando suas vivências, experiências, identidades e corpos. É possível as travestilidades para além de olhares de enquadramento social, ocidentais e binário

de gênero? Podemos pensar essas questões junto com pensadoras negras e decoloniais. Como diz a travesti Leticia Nascimento (2021) o transfeminismo nasce dentro do feminismo negro. As experiências de ativismo de travestis precisam ser percebidas para além de uma ótica ocidentalizada, pautadas nas trajetórias universais de mulheres brancas, feministas radicais e ocidentais.

O diálogo entre a teoria transfeminista e o Movimento Social de Travestis é um campo de debate ligado diretamente as perspectivas do movimento. O transfeminismo como uma produção de saber insurgente, decolonial e político move alternativas para além da colonialidade do saber (PASSOS, 2022).

Para finalizar este tópico, é importante dizer que o transfeminismo é uma das contribuições teóricas que nos ajudam a refletir e a romper com padrões da cisgeneridade e a abrir caminho para que novas identidades de gênero e sexualidade surjam e sejam respeitadas. As diferentes formas de viver a própria sexualidade ameaçam o “CIS-tema²²”.

O resultado dessa ruptura, que ameaça o “CIS-tema”, tem sido os índices de violência contra travestis no Brasil e no Ceará. As formas de opressão que corpos travestis têm se submetidos nos múltiplos ambientes que frequentam, as levam a resistir, se unir e agir em rede de alianças, o ativismo.

2.3. O encontro entre o feminismo negro e decolonial com as travestis

O pesquisador Marc Bloc (2001) diz que o papel do historiador é “farejar carne humana.” A História ciência tem como função contar histórias não privilegiadas de povos até então excluídos da historiografia oficial. A frase de Bloc (2001) alimenta a prática e pesquisa, e aqui como antropólogo e historiador busco narrar histórias de travestis e encontrar romper com a lógico dos “epistemicídios” da literatura trans e de travestis. Essa frase sempre fez sentido para minhas pesquisas realizadas antes, pois em minha trajetória como historiador sempre me inquietei com as “minorias históricas”, ou povos subalternizados.

O tema das histórias dos povos e grupos subalternizados nos leva a uma noção popular em nosso tempo, o conceito de epistemicídios. Sobre esse assunto, em Grosfoguel (2016) encontramos uma crítica à ocidentalização dos conhecimentos produzidos nas Universidades dentro da lógica racista/sexista e dos genocídios/epistêmicos. Os quatro

²² Conceito encontrado nas produções transfeministas, referindo-se ao sistema cisnormativo e transfóbico, que tem agido impedindo o reconhecimento dos direitos das travestis, mulheres e homens transexuais. As obras transfeminista de Nascimento (2021) e de Porcino (2020) aborda o CIS-TEMA como uma lógica de opressão da cisgeneridade a corpos trans. Essa opressão perpassa as diversas estruturas da sociedade, aprisionando e invisibilizando travestis e transexuais.

genocídios/epistemicídios que a sociedade ocidental estabeleceu ao longo do século XVI transformaram a história e sociedade dos povos conquistados pautados no racismo e no sexismo. São eles:

1. Contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza de sangue.
2. Contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia.
3. Contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e
4. Contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indoeuropeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas. (2016, p. 31)

A partir dos quatro genocídios epistêmicos apresentados por Grosfoguel (2016) é possível conectá-los com as histórias de travestis ao longo de suas existências. A ideia de epistemicídios, tal como a entendo, pode ser utilizada para descrever um processo no qual homens brancos, cisgênero, heterossexuais exerceram um papel de dominação e opressão, forçando não apenas suas identidades de gênero a outros corpos, vistos como ameaça a heterossexualidade e a cisgeneridade, mas também modos de ser e de conhecer. Pois, na visão do autor “o patriarcado é uma invenção ocidental de projeto colonial moderno que gerou o homem ocidental e suas estruturas que regem o sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2016, p.25).

Aqui poderíamos falar então de em um trans epistemicídios, o qual tem desvalorizado, apagado e exterminado os saberes, narrativas de pessoas trans. “O Trans epistemicídios faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, homens trans e demais pessoas trans.” (BENEVIDES; LEE, 2018, p.253).

Uma das manifestações possíveis do trans epistemicídios é, como já sinalizei, o fato de que as produções acadêmicas sobre o tema terem se concentrado de maneira quase exclusiva a uma dimensão de suas vidas, a saber: ao universo da prostituição. Entre as pesquisas que se dedicaram ao tema temos Benedetti (2005), Vale (2005), Kulick (2008) e Pelúcio (2009). Outros autores como Trevisan (2018) apresentaram as travestis com gênero masculino. Essas obras são importantes, contudo, não podem ser encaradas como absolutas, pois não contam as diversas vivências das travestis.

Conforme coloca a professora Luma Nogueira, “A ênfase de tais estudos se concentra nas travestis que vivem da prostituição, o que pode reforçar a ideia de um lugar de destino destas (NOGUEIRA, 2015, p. 15). Para a professora, travesti e negra Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), “dentre as inúmeras situações que corroboram para que visões deturpadas a respeito da existência de travestis e mulheres transexuais sejam difundidas, destaco o fato de

que temos pouco espaço para produzir debates a respeito de nós mesmas” (OLIVEIRA, 2018, p. 72).

Este cenário vem mudando aos poucos e hoje podemos mapear algumas pesquisas que evidenciam as experiências de travestilidades para além da prostituição. Carle Porcino (2020), Nogueira (2015) Ferreira (2015), Veras (2019), Jesus (2019) e Nascimento (2021), entre outras, apresentam representação de universitários sobre as travestis, as travestis na escola, na prisão, no ativismo, no tempo farmacopornográfico e na construção de suas cidadanias.

Guilherme Gomes Ferreira (2015) em “A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais” problematiza como vem sendo “construído as experiências sociais de pessoas trans (particularmente travestis) privadas de liberdade”. (2015, p. 121). O autor produz sua pesquisa em um estabelecimento prisional masculino em Porto Alegre (Rio Grande do Sul):

Quando uma travesti é discriminada em um estabelecimento público, por exemplo, essa discriminação não só tem relação com uma identidade de gênero que foge dos padrões do sistema binário de sexo/gênero (porque são identidades que borram as fronteiras daquilo que a sociedade considera “masculino” ou “feminino”) como também muitas vezes é violência contra sua raça/etnia, além de certamente ter uma raiz na discriminação com relação à estética/cultura da travesti, baseada numa cultura popular formada por aspectos ambíguos constitutivos do projeto de cultura dos dominados e reinterpretativos da cultura dominante. (FERREIRA, 2015, p. 125).

Ferreira (2015), caminhando pela teoria e prática do transfeminismo, visibiliza as narrativas das travestis em cárcere. Assim, ele rompe com uma lógica de dominação sobre as experiências de travestis. Essa dominação foi tão bem apresentada por Aníbal Quijano (2009), quando enfoca a ideia de colonialidade de saber.

A colonialidade de saber (Quijano, 2009) nos faz pensar como a dominação ocidental e seus paradigmas inventados pela modernidade colonial, na qual tem operado a favor do homem branco, cristão, heterossexual, capitalista e ocidental impedindo que outros saberes longe dessa lógica da modernidade façam parte das epistemologias acadêmicas. Esse é o perigo de uma história única de acordo com Chimamanda (2019), que tem invisibilizado trajetórias políticas, histórias de vidas e resistências. Spivaki (2010) ressalta a importância de deixar as subalternas falarem. O ato da fala é resistência, é luta, é história, é vida.

Grada Kilomba (2019) colabora com o pensamento acima quando diz “uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes” (2019, p. 27). A autora ressalta a importância das resistências dos grupos subalternizados e sobre a importância da luta coletiva de recuperar e escrever “histórias” invisibilizadas. Contar histórias com travestis é uma ação de consciências políticas. Assim como o racismo narrado por Kilomba (2019), a transfobia é uma experiência que inferioriza, ela não é pontual, ela é

cotidiana. A transfobia atravessa as trajetórias das travestis e consiste em uma experiência dolorosa. “A dor infligida ao corpo é a expressão da ferida interior causada pela violência da palavra.” (2019, p. 161).

Entrando efetivamente no tema deste tópico, quero observar que o transfeminismo e o feminismo negro se unem nos “fundamentos políticos no processo de consciência política e de resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não-binárias, crossdressers, entre outros humanos inominados”. (JESUS, 2015, p. 20). Conforme venho apresentando em vários momentos deste texto, conceito de interseccionalidade cunhado pelo feminismo negro serve como fundamento teórico para se entender o não reconhecimento do gênero atribuído socialmente, opressões, e não-hierarquias de opressões e dos modelos universais da binaridade de gênero, são fundamento para o transfeminismo. A associação possível entre o feminismo negro e o transfeminismo se revela, por exemplo, no uso que Leticia Nascimento (2021) faz de literatura de mulheres negras para compreendermos a pluralidade das mulheridades e feminilidades das travestis e mulheres transexuais.

Desde a década de 1960, feministas negras, feministas lésbicas, feministas socialistas e feministas anti-imperialistas engendraram esforços para compreender em suas múltiplas opressões, operando marcadores como gênero, raça/etnia, classe, sexualidade/orientação sexual, nacionalidade, entre outras (NASCIMENTO, 2021, p. 35).

A importância da noção de interseccionalidade para o feminismo negro e para o transfeminismo consiste na compreensão complexa do fenômeno da dominação/opressão sofrida pelas mulheres racializadas, como produzido simultaneamente por múltiplas e imbricadas relações de poder em termos de gênero, raça, classe, sexualidade. Segundo Butler (2019a) “a precaridade é a rubrica que une as mulheres, os queers, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas” (2019a, p. 65) formando uma rede de alianças.

As interseccionalidades enfocam as diferenças existentes entre gênero, raça, classe, sexualidade, orientação sexual e outros elementos, integrando de forma multifacetada as interações na realidade social. Diferente das teóricas que apresentam o patriarcalismo de forma universal, as intersecções não hierarquizam as formas de opressões. O patriarcalismo analisava apenas as diferenças entre homens e mulheres e não dava conta de perceber as diversidades que existem entre homens branco e negros, mulheres brancas e negras, entre homens branco/negro cisgeneraheterossexuais e travestis, mulheres cisgeneraheterossexuais e travestis. Enquanto as feministas brancas ocidentais pensaram na dominação do homem sobre a mulher nos espaços públicos e privados, as feministas negras se perguntavam: será que não existe uma

dominação da mulher branca sobre a mulher negra? E qual a dominação que a mulher cisgeneraheterassexual exerce sobre travestis? (NASCIMENTO, 2021).

A contribuição da socióloga brasileira Lélia Gonzalez (2020) em torno da abordagem interseccional é fundamentada nas experiências das mulheres afro-americanas. As travestis como uma categoria tipicamente brasileira e latina (KULICK, 2008), vivenciam situações de opressão similares às mulheres negras. São marcadas pelas interseccionalidades. Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) nos faz pensar como mulheres negras, e aqui transfiro a reflexão para travestis negras, como essas são apresentadas em discursos racistas e sexistas.

Em “A categoria político-cultural de Amefricanidade” (1988) Lélia Gonzalez apresenta o conceito de "amefricanidade" relacionando a luta das mulheres negras e indígenas na América e no Caribe. Nosso país e sua população, majoritariamente miscigenada de origem afrodescendente e indígena, desde os primórdios da colonização nacional, foi excluída da participação política, teórica e científica, atuando como meros objetos das ciências sociais. O legado de Gonzalez entra nessa discussão como a “heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação” (GONZALEZ, 1988, p. 78) tem contribuído para a luta antirracista e para os feminismos, e para o feminismo decolonial. Desse modo, assim como mulheres negras no Brasil enfrentam a opressão sexismo e racismo como demarcador para o subemprego, desemprego, trabalhos informais, estereótipos, entre outros, “excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo” (GONZALEZ, 2020, p. 42), as travestis enfrentam a transfobia como modo de opressão.

Spivak (2010) em “Pode o Subalterno Falar?”, a autora discute a impossibilidade de as subalternas exercerem o ato de fala porque sempre que estas buscam fazê-lo são intermediadas por outra pessoa que se apresenta como vetor da reivindicação do outro. Evidentemente para Spivak (2010), “se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (SPIVAK, 2010, p. 85), trazendo para o debate o contexto das mulheres indianas e a tradição da imolação das viúvas, ela ressalta a “importância do discurso de resistência, rompendo com as estruturas de opressão, imposição imposta ao subalterno colono” (NASCIMENTO A., 2021, p. 40).

O perigo de se encaixotar determinadas categorias com o conceito de gênero, sexo, sexualidade é que se cria um estereótipo social, um marcador determinista de como devemos ser. Contudo, se sentir pertencente a um determinado grupo político fortalece a luta coletiva. A categoria de travestis é exemplo disso. Caso aconteça um esfacelamento em torno dessas

categorias, e todas as identidades fluidas sejam categorizadas como identidades de mulheres trans, a categoria travestis deixará se existir. Esse é um ponto para se pensar. Esse pertencimento de ser negra, gay, travesti pobre, ser mulher trans também contribuiu para essas pessoas humanas, consideradas não humanas (BUTLER, 2020), essas identidades aparecem como vulneráveis à violência, a marginalização, ao preconceito, a transfobia, etc, e tantas outras formas de opressão. Recorrem ao ativismo, as múltiplas resistência e alianças em torno de assembleias. (BUTLER, 2019a).

Outra contribuição importante para a nossa discussão são os estudos da teórica decolonial María Lugones (2014). Em *“Rumo a um feminismo descolonial”* (2014), a autora afirma:

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”. Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (2014, p. 935)

Em seu entendimento a hierarquização de categorias gênero, coloca outras identidades, como as travestis, dentro de uma ótica de invisibilidade. Lugones (2014) observa as identidades indígenas, e assim faz uma análise dos efeitos da colonialidade de gênero sobre essas categorias. Se as mulheres brancas europeias eram vistas pelos homens como a “outra”, o lado imperfeito do homem, como as indígenas/nativas/ autóctones eram vistas? As nativas eram vistas como não civilizadas, nem como homens e nem como mulheres. A colonização, a modernidade que criou os gêneros hierarquizantes, das categorias da colonialidade do gênero se faz presente. O feminismo, se é que podemos falar de feminismo de mulheres indígenas, não está dentro do mesmo campo político de reivindicações das feministas radicais, ou do feminismo hegemônico.

A crítica ao conceito universal de gênero e de mulher também se apresenta em Oyèrónké Oyěwùmí (2021) quando a autora observa que categoria de gênero e também a categoria mulher são construtos culturais. “Esta posição levou à insistência sobre as diferenças entre as mulheres e a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão, particularmente sobre as quais as desigualdades de raça, gênero e as desigualdades de classe são evidentes.” (OYĚWÙMÍ, 2004, p.3). Retornando para o conceito de colonialidade de gênero, Lugones

(2014) nos traz exatamente essa reflexão. Quando as travestis são negras, o marcador da diferença raça passa também a acompanhar o gênero. A noção de interseccionalidade apresentada por Collins (2021) é importante para análise das travestis dentro da perspectiva gênero, raça, classe e orientação sexual. Com um importante subsídio teórico metodológico, esse conceito é essencial para nossa pesquisa.

Nesta linha, Patricia Hill Collins (2021) critica a ideia segundo a qual a opressão pode ser quantificada ou que seja possível separar e isolar a opressão de gênero da opressão de raça ou de classe. Desta forma, a diferença entre a experiência do sexismo vivenciada por mulheres negras e por mulheres brancas é de tipo qualitativo e não simplesmente quantitativo. A experiência do sexismo vivenciada pelas mulheres racializadas encontra-se no cruzamento do racismo e do sexismo.

Como venho apresentando, as formas de desigualdade e opressão são entrelaçadas e imbricadas entre elas e contribuem para co-produzir e co-construir a experiência da dominação vivenciada pelas travestis racializadas. A experiência do sexismo e da opressão patriarcal não é externa à experiência da dominação colonial, do racismo e da opressão de classe e gênero que contribuem para produzi-la. Isso quer dizer que o sexismo não é igualmente experimentado por todas as mulheres, pois o racismo e a exclusão social reforçam e constituem a subordinação de gênero.

No texto *“Nossos Feminismos Revisitado”* Luiza Bairros (1995) contesta as correntes do feminismo que mantém a experiência da opressão sexista como mais importante: Assim, estas correntes pensam “as outras dimensões como parcelas que se somam à de gênero, dando assim margem às nossas conhecidas formulações em termos de dupla ou tripla opressão sexismo + racismo + homofobia + etc” (BAIRROS, 1995, p. 460).

No diálogo com Grosfoguel (2016), González (2020), Kilomba (2019) e Quijano (2009), por exemplo, há a dimensão de uma macroestrutura em que estão mergulhadas as sujeitas – no caso aqui as travestis. Na minha pesquisa, ampliando meu olhar para as desigualdades e perversidades que emergem de uma estrutura social marcada por opressões, talvez caiba me perguntar se no caso da interlocução com travestis negras e análise da experiência vivida o conceito de "sororidade"²³ é suficiente? Assim, busco no conceito de "dororidade" da intelectual e militante Vilma Piedade (2017). Nesse conceito, a dimensão do

²³ Palavra originária do latim *sóror* (irmãs), o termo passou a ser usado nas teorias feministas como fraternidades entre as irmãs, uma irmandade feminina. Desse modo, seria um comportamento de apoio entre mulheres, de empatia e o não julgamento entre elas. Respeitando suas reivindicações e seus respectivos contextos, buscando desconstruir a rivalidade entre as mulheres.

racismo é incorporada de forma intrínseca à experiência de quem tem a pele "da cor da noite" e, portanto, sabe "a dor e a delícia de ser quem é". (PIEIDADE, 2017). Por dororidade compreendemos como um lugar de afeto e razão, emoção e reflexão. Piedade fala da dororidade entre mulheres pretas como um movimento marcado pela inferioridade da mulher preta. "Dororidade, pois, contém as sombras do vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta." (2017, p. 10). Travestis negras/pretas /pardas são marcadas pelo racismo.

Em meio à luta, a posição que as mulheres passaram a ocupar nos movimentos de resistência na luta contra a subordinação, quando as mulheres emergem desse "mundo de homens", geralmente encontram-se perpassadas por imagens idealizadas, mitificadas e estereotipadas, sendo muito raramente tomadas por si mesmas. Isto é, constroem uma imagem homogênea das mulheridades, transformando a pluralidade de mulheres "reais" em uma única mulher, modelo a ser seguido. Muitos historiadores desenvolveram uma imagem cristalizada e naturalizada das mulheres, eliminando assim, a multiplicidade da história. Então conhecer a história das mulheres se torna uma tarefa difícil.

O movimento das mulheres é múltiplo e não teremos condições de discuti-lo amplamente aqui, mas gostaria de ressaltar a luta do movimento da mulher negra. Davis (2016) e sua obra "Mulheres, raça e classe" faz uma análise crítica e comparativa do feminismo do século XIX e do feminismo contemporâneo em relação às lutas de emancipação e de libertação das populações afrodescendentes. Ela identifica os laços ideológicos entre diferentes instâncias do poder: sistema escravocrata, sistema de classe e supremacia masculina, afirmando a necessidade de articular os marcadores sociais em termos de raça, classe e sexo nas lutas da libertação. As lutas e resistências mais significativas são aquelas que partiram da consideração destes diferentes fatores de opressão.

Ela propõe uma revisão da história das mulheres negras durante a escravatura, mostrando o caráter ideológico do mito do matriarcado negro e denunciando a violência pela qual elas foram excluídas do padrão branco da feminilidade/maternidade. Davis faz uma crítica ao feminismo branco enquanto incapaz de entender as condições específicas das mulheres negras, identificando assim a noção de mulher a partir da condição específica das mulheres brancas (mãe/dona de casa), constringida no espaço doméstico e na esfera privada.

Os argumentos construídos pela autora revelam que as mulheres brancas, mesmo com a condição de mulher, sofriam menos maus-tratos que as mulheres negras escravizadas. As últimas "[e]ram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só podiam ser infligidos a elas". (DAVIS, 2016, p.18). Nessa dinâmica, mulheres cis agem com transfobia

com mulheres trans e travestis. As colocando em um lugar de outridades. Se a mulher branca é o outro do homem branco, a mulher negra é a outra da outra, a travesti é a outra, da outra, das outras (NASCIMENTO, 2020).

O feminismo negro amplia o debate em torno da condição da mulher negra e a superioridade e o privilégio racial branco. Podemos pensar para além, para as travestis negras. A participação das mulheres negras dentro do movimento foi essencial para romper com estereótipos sobre a feminilidade negra. Para hooks (2013) “muitos desses estereótipos reforçam a noção de que as negras eram lascivas, imorais, sexualmente licenciosas e carentes de inteligências.” (2013, p. 132). Os privilégios da mulher branca dentro do espaço doméstico e sua branquitude revela sua superioridade racial dentro de um sistema brutal, o status social da branca revela o poder que exerce sobre a negra. “Os estudos das relações entre as mulheres negras e brancas precisam parar de enforçar somente a questão de saber se a interação entre empregadas negras e patroas brancas era ‘positiva’.” (HOOKS, 2013, p. 135).

Ainda com bell hooks (2020) em “E eu não sou uma mulher?” a autora apresenta as múltiplas possibilidades de se entender as experiências vividas por mulheres, no caso aqui as mulheridades e feminilidades negras. Narrando o sistema de opressão nas relações raciais nos Estados Unidos da América, hooks traz para o centro do debate o impacto da opressão racista e sexista no status social das mulheres negras. Assim, essas formas de opressão vulnerabilizaram as mulheres negras. Desse modo, o movimento feminista negro passou a questionar a ideia universal de ser “mulher”. A autora apresenta ao longo de sua obra o discurso da mulher negra Sojourner Truth, quando em 1851 em uma reunião de clérigos, manifestou seu discurso após ouvir vários homens falarem sobre os direitos das mulheres. Na ocasião, pastores afirmaram que mulheres não podiam ter os mesmos direitos que os homens por serem frágeis, com intelectualidade limitada e porque Jesus era um homem e não uma mulher. E ainda, porque a primeira mulher era pecadora, referindo-se a Eva. Truth rebateu todos esses argumentos finalizando com a frase “e não sou uma mulher?”. (HOOKS, 2020).

Diante dessa estrutura apresentada por bell hooks (2020), a travesti Leticia Nascimento (2021) colabora com o seguinte pensamento

Sojourner, mulher negra, traz à tona o fato de que mulheres negras vivem suas feminilidades de forma diferente das mulheres brancas. E essa diversidade de experiências femininas tomará ênfase com os redimensionamentos em torno da categoria gênero. A interrogação de se nós, mulheres transexuais e travestis, somos ou não mulheres, é um martelar constante, dúvida produzida pelo não enquadramento de nossas experiências dentro do CISTema colonial moderno de gênero. (NASCIMENTO, 2021, p. 17)

Nascimento (2021), narrando sua experiência enquanto travesti negra, apresenta como o machismo e o sexismo atravessou sua vida cerceando sua identidade de gênero. Nessa concepção, os marcadores da diferença de raça e de gênero fazem com que provoque a questão dita por Sojourner Truth “E eu não sou uma mulher?”, que Nascimento reelabora inserindo o verbo poder “E eu não posso ser uma mulher?”. “Exatamente para enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente” (2020, p.20) determinando quem pode ser mulher, discurso cissexista que impede que travestis tenham sua identidade de gênero no feminino, e possam vivenciar suas mulheridades.

Assim, a identidade de gênero é uma construção social/cultural e se concretiza a partir da normatização das vivências, experiências e comportamentos tendo como base a divisão entre os sexos. As teorias de gênero demonstram como os fluxos de formação de identidade estão imbricadas de relações de poderes. As formas subjetivas de identidades de gênero podem caminhar em direção a estruturas fluidas e menos fixas, no caso as identidades travestis se apresentam dessa maneira.

Butler (2021) em “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, aborda que em diferentes contextos culturais e sociais, gênero e sexo são performativos, e não podem ser encarados como normas universalizantes. Não é possível uma identidade de gênero universal, nem como poder universalizar a categoria mulher, e “sim pensar em mulheridades” (HOOKS, 2020). Tanto o sexo, a sexualidade e o gênero são constituídos, e não precisa serem vistos como opostos. A noção de identidade deve ser transgredida, só assim será capaz de emancipar as categorias femininas, como mulheres, travestis e mulheres transexuais. Sujeitos historicamente oprimidos, foram aprisionados dentro de categorias estruturais.

Tanto sexo como gênero são mutáveis, são construções sociais e temporais, e a filósofa propõe que os dois conceitos sejam separados, sem que a ordem do campo biológico homem/mulher, macho/fêmea, masculino/feminino sejam oposição discursiva. Por um momento Butler (2021) contesta Simone de Beauvoir (2019), “não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma situação”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (BUTLER, 2021, p. 29). O risco de considerar o sexo/ natural e o gênero/cultural é de alguma forma transformar o gênero em uma concepção essencialista, a cultura dentro de um campo da biologia, naturalista. O que ela propõe é que tanto o sexo como o gênero são categorias discursivas, históricas e culturais, são construções de um tempo e espaço. São categorias históricas.

Butler (2021) em sua teoria da performatividade apresenta que as diferenças entre gênero/cultural e sexo/biológico são algo tão utilizado entre as feministas radicais, sendo apresentado como construção natural, apresentando a ideia de que gênero e a sexualidade são derivações de um sexo determinado.

Para ela o sexo anatômico não define nossos comportamentos. Os corpos, os gêneros, o sexo são performativos. Assim, muitos dos nossos comportamentos são naturalizados, e assim naturalizamos as identidades de gênero. “O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero.” (BUTLER, 2021, p. 56). Há uma instabilidade das relações sociais construídas, na qual regulam os padrões de gênero. Os comportamentos das identidades são reproduzidos por meio das repetições, fixando identidades e comportamentos normalizados dentro da ideia da binaridade. As subversões desses padrões, a descontinuidade, o deslizamento das normas geram identidades menos fluidas, e no caso as experiências de travestilidades se apresentam como gênero fluidos.

O que venho apresentando até aqui é que o movimento feminista negro contribuiu para a ruptura com a perspectiva do feminismo universal, branco e de classe média, quando se pensava apenas nas mulheres brancas. E este movimento ganhou maior fôlego, a partir da década de 1970, na Europa e na América, principalmente nos Estados Unidos. Como diz Lélia Gonzalez “ser negra e mulher no Brasil, repetimos é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.” (2020, p. 58).

Dessa forma, “Quem tem medo do feminismo negro?” (RIBEIRO, 2018). Djamila Ribeiro quando fez essa pergunta questiona a lógica do racismo e do sexismo como sistema de opressão contra mulheres negras. Encerro esse tópico perguntando: quem tem medo do transfeminismo? Quem tem medo das travestis? Travestis que rompem com a lógica de opressão imposta pela sociedade e criam um sistema de resistência. O ativismo rompe com os discursos hegemônicos e com as “imagens de controle” (COLLINS, 2019) de travestis, que vulnerabilizam suas experiências.

No próximo tópico, a partir do pensamento de feministas negras como Patrícia Hill Collins (2019) e Winne Bueno (2020), passamos a explorar em nossos estudos o conceito de imagem de controle.

2.4. A imagem de controle das travestis.

Historicamente discriminadas, travestis foram vistas como marginais e foram perseguidas “devido à crença na sua anormalidade, decorrente do estereótipo de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” (JESUS, 2018, p. 382). Na história, na pedagogia, nas ciências sociais, na literatura, no direito, na arte, na política e entre tantas outras ciências as travestis têm sofrido efeitos da desigualdade de gênero, da binaridade, do heterossexismo, da transfobia e da cisgeneridade que marginaliza e as impõem modos de vida e comportamento, o que tem gerado uma imagem social única de suas experiências, sendo vistas como prostitutas, marginais, perigosas e escandalosas. Subalternizadas historicamente na sociedade brasileira, entendemos que romper com essas imagens é descortinar os discursos hegemônicos. Vidal (2019) nos acrescenta que:

As vulnerabilidades que compõem a experiência da travesti são atravessadas por particularidades oriundas da concepção historicamente subalternizada de suas identidades: convivem nas/com experiências de pobreza e fragilidade de acesso a bens e serviços; possuem uma vida social, estética, emocional e moral ímpar, que as associam ao espaço “marginal”, da “periferia”, do “gueto” (VIDAL, 2019, p. 84).

O lugar de subalternidade imposto às travestis tem marcas de estigmas, violência, opressão, transfobia e assassinatos. Dandara Katheryn, Paola Prado, Monike Matias Chagas, Dávila Duarte, Luana Paty, Bárbara, Luanna Kelly, Carol Eleotério da Silva, Babalu, Soraia Montenegro, Rhyanna Mabelly Spanick, Daniele Rodrigues, Branca, Samylla Marry Windson, Sandy, Jacó Ângelo da Silva e Sofia Giselly, todas elas foram travestis assassinadas em Fortaleza nos últimos anos. Embora sejam alvo de violência, há uma forte luta e resistência por seus direitos. Tal luta tem a intenção de romper com imagens de controle construídas historicamente.

Sobre o último tema podemos encontrar em Patricia Hill Collins (2019), especialmente no livro *“Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento”*, homologias entre a “imagem de controle” da mulher negra nos Estados Unidos e a “imagem de controle” das travestis no Brasil. Segundo Collins (2019):

as imagens estereotipadas da condição da mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra. Para tal, exploram símbolos já existentes, ou criam novos (2019, p. 135).

O conceito de “imagem de controle”, cunhado por Collins (2019), faz uma análise das mulheres negras Norte americanas a partir de um sistema de opressões interseccionais. As imagens negativas criam estereótipos das mulheres negras, sendo retratadas como a “mammy,

a matriarca, a mãe dependente do Estado e a “gostosa” (2019, p. 135). Essas imagens estereotipadas servem como instrumento de opressão, dominação e manipulação das ideias sobre a condição desta mulher. Segundo Winnie Bueno (2020), as imagens de controle não são fixas: “Constantemente, novos estereótipos são mobilizados pelos grupos dominantes, com o intuito de justificar as violências experienciadas pelas mulheres negras em razão de sua raça, origem, sexualidade, idade, etnia e condição física.” (BUENO, 2020, p. 114).

Entendo que a objetificação das mulheres negras, das travestis e mulheres transexuais faz com que elas sejam vistas como “As outras” das “Outras”. Assim, se a mulher negra cis é a outra da outra, as travestis são a outra da outra da outra (KILOMBA, 2019). Estas imagens de controle derivam de um pensamento binário que:

categoriza pessoas, coisa e ideias segundo as diferenças que existem entre elas. Por exemplo, cada termo dos pares branco, preto, masculino/feminino, razão/emoção, cultura/natureza, fato/opinião, mente/corpo e sujeito/objeto tem significado apenas em relação a sua contraparte (COLLINS, 2019, 137).

O pensamento binário que inferioriza as diferenças e as define como “as outras da outra”, objetifica, manipula e controla. “Branco e negro, homens e mulheres” (COLLINS, 2019, p. 137), e aqui mulheres cis e mulheres trans, mulheres cis e travestis, são vistas como opostas. A oposição entre essas categorias coloca as travestis negras em um lugar de subalternidade.

Como já se pode compreender, a imagem de controle e a dominação das identidades de gênero sempre envolveu objetificar grupos vistos como minoritários, subordinando suas existências. Inviabilizando qualquer tentativa de emergirem dentro do campo da cidadania, dos direitos e do mundo formal. Contudo, “aos poucos, fruto do trabalho de pesquisadores e pesquisadoras, feministas e algumas das agentes da memória envolvidas nesse campo” (VIEIRA, 2018, p. 358) começaram a reivindicar o lugar das travestis na literatura.

A travesti Helena Vieira, (2018) trazendo um olhar das experiências de repressão e resistências das travestis durante a ditadura militar e nos primeiros anos da democracia, nos diz que a imagem negativa de travestis foi construída pelo Estado brasileiro com uma ampla participação da mídia nacional. “A partir da década de 1980, que passam a produzir e reproduzir uma certa imagem das travestis.” (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 364-365).

Segundo Vieira e Fraccaroli (2018), o termo travesti vai assumindo um significado múltiplo, em razão do ativismo e da visibilidade que vão ganhando como uma identidade feminina. O ativismo pretende contrariar pelo menos três categorias de imagens de controle: **a travesti que vende seu corpo na rua na prostituição; a travesti marginal, criminosa; e a travesti barraqueira, escandalosa.** São com essas imagens que a cisgeneridade controla e

domina as experiências de travestilidades. Assim, “a imagem das travestis sempre esteve relacionada no imaginário social às experiências policiais, à criminalidade e à prostituição, entretanto, como estratégia contestatória, muitas se dedicariam também ao teatro, às artes e à estética” (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 366).

Diante da imagem de controle no campo da prostituição, Collins (2019) vai relatar “como os esforços para controlar a sexualidade das mulheres negras estão na base da opressão delas.” (p.155). No caso das travestis, o Brasil é o país que mais consome pornografia trans do mundo. Ao mesmo tempo esses corpos as consomem e as matam. (ANTRA, 2020).

Segundo Collins (2019) “a imagem da mulher negra sexualmente agressiva permeia a cultura popular geral”. Associar a travestis ao desejo sexual é reduzir as experiências de travestilidade a uma única vivência, deixando de lado as travestis assexuadas.

A pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira em sua obra “*Nem no centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero*” (2020), apresenta uma discussão das categorias étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, categorias que rompem com a lógica imposta da colonialidade de raça e de gênero – binaridade de ser homem e ser mulher. A pesquisadora apresenta essas categorias de forma dinâmica e descristalizada. Ao longo de sua obra ela recorre a história das travestis Xica Manicongo, Cintura Fina e Madame Satã, as percebendo como as bichas pretas que surgem para questionar as regras impostas, e apresenta-as com o outras “possibilidades de vivenciarem suas sexualidades e suas negritudes.” (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p. 26).

Seguindo com o pensamento da travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020), ela faz uma crítica a maneira como as travestis pretas são apresentadas em filmes, como “pessoas sem nenhuma educação e com pouco caráter e vivem em situação de extrema pobreza em pensões paupérrimas e/ou em prostíbulos.” (2020, p.39). E quando essa travesti é negra resalta o rótulo de criminosa, presa, exótica, diabólica, perturbadora e perigosa, como é o caso de Cintura Fina e Madame Satã. Assim, a degeneração da travesti preta é usada como justificativa para impedir que seus corpos convivam em sociedade. Quando esses corpos adentram o convívio social, logo as autoridades para manter a ordem pública são acionadas.

Quando Xica Manicongo desafia as normas de gênero no século XVI, duas denúncias ao Santo Ofício recaiam sobre ela. Cintura Fina e Madame Satã no século XX são pressas, condenadas por prostituição e malandragem. A presença de travestis pretas na sociedade brasileira não é recente. Houve uma tentativa de silenciá-las, apaga-las da história e a segregação de corpos pretos afeminados adquire um caráter natural de discriminação. Desse modo, o racismo e a homofobia operam, criando imagens negativas desses corpos. O controle

“se torna muito mais presente com a intensão deliberada de proteger aqueles que expressam existências ditas normais: brancas e cis heterossexuais.” (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p. 185). Nesses casos tanto o racismo como a transfobia oprimem o corpo das travestis negras, gestando uma imagem negativa, violenta e perigosa dessas experiências.

Veras (2019), abordando a sexualidade das travestis no espaço-midiático em Fortaleza nos anos de 1980 e 1990, tratando do caso Roberta Close, argumenta que os grandes jornais em Fortaleza também passaram a noticiar as experiências de travestis diretamente nas páginas policiais. Contudo, com o fenômeno Close “a novidade em torno de Roberta esteve justamente em confundir essa verdade visual” (2019, p. 138). Essa verdade sobre Close era um debate sobre se ela era uma mulher de verdade, ou uma fábrica das tecnologias farmacopornográficas. No tempo dos hormônios, a imagem de controle de travestis é a sexualidade, elas aparecem na mídia não para denunciar o CIS-tema, não para falar de possibilidades de trabalho, emprego, renda, de ocupar espaços políticos, e sim para despertar curiosidade na mídia. Essa visibilidade das “sexualidades periféricas no centro da cena pública-midiática foi acompanhada por discursos estigmatizantes. A colocação de Roberta como enigma a ser desvendado provocou fascínios, mas também, estigma²⁴.” (VERAS, 2019, p. 139).

As travestis apresentadas por Kulick (2008) ocupam as ruas no trabalho informal e na prostituição. A imagem de travestis prostituta, como a única forma delas sobreviverem, contribui para que outras travestis não consigam visualizar outras possibilidades, como estudar, trabalhar, e construir família.

Diante disso, a imagem de controle que associam as travestis a criminalidade, Kulick (2008) observa que a violência contra travestis quando são notícias nos jornais não é vista como importante. Tratar os assassinatos como algo comum é, pois, naturalizar a morte. Por outro lado, caso alguma travesti cometa um delito ou crime, os jornais logo estampam manchetes, associando todas à criminalidade.

Mais comum nos jornais brasileiros, porém, são matérias sobre crimes cometidos por travestis. Essas reportagens pintam sempre uma mesma imagem das travestis como pessoas pervertidas, armadas, viciadas em drogas, marginais que transmitem a Aids e atraem homens inocentes, colocando-os em situações perigosas para assalta-los, enfim, como pessoas que perturbam a ordem pública, espalhando o caos. (KULICK, 2008, p. 51).

Trazendo o relato da travesti Cíntia, Kulick (2008) diz que “a maioria das travestis de Salvador costuma roubar seus clientes. [...] E isso pode acontecer de várias maneiras. A mais comum é bater carteira.” (2008, p. 167). Associar as travestis à criminalidade, de forma

²⁴ Segundo Veras (2019) "o estigma pode ser compreendido como uma estratégia normativa que constitui a economia dos mecanismos de poder, saber e produção de subjetividade". (2019, p. 146).

generalizada, é associá-las ao espaço da criminoso. E diante disso, todas precisam ser enquadradas como baderneiras, perigosas e bandidas. As práticas de bater carteiras, roubar clientes e tirar mais dinheiro do cliente com escândalos é uma prática de algumas experiências de travestis e não de todas.

Essa imagem de controle sobre essas experiências criminaliza as travestis de uma forma que "inviabiliza" sua entrada no mercado de trabalho formal, na escola, na universidade e na política. Para a travesti e pesquisadora Maria Clara de Araújo Passos para romper com essas imagens é preciso lutar. Ela nos questiona: "até quando minhas irmãs irão ter que ser submetidas a essas condições de vida? Sem moradia, sem estudo, sem trabalho. Se prostituindo por 20 reais." (PASSOS, 2022, p. 23). Para ela a educação é o caminho para a concretização da liberdade das travestis. Sendo necessário romper com a ideia do normal e anormal sobre as experiências de travestilidades.

Diante dessa argumentação, a travesti Luma Nogueira (2015) nos traz sua contribuição quando diz "para a maioria das pessoas, a prostituição é anormal, mas não no caso da travesti é uma anormalidade que se transforma em normalidade, é uma norma social que coloca a travestis na margem, que a transforma em marginal." (2015, p.135). Essa lógica compulsória enverada pelo caminho que marginaliza a travesti como aquela que não tem nada, nem família, nem escola, nem direitos, nem cidadania, nem emprego, fica assujeitada sem vínculos afetivos. Assim, Nogueira (2015) afirma que

O clichê da prostituição, as imagens e os discursos cristalizados, as famosas estatísticas sociais que alimentam os programas de saúde, as reportagens policiais e as exibições do YouTube (rede social de divulgação de vídeos), que causam medo e geram piadas preconceituosas, não condizem, de fato". (NOGUEIRA, 2015, p. 136)

Unificar as experiências e vivências de travestis às imagens construídas historicamente sobre elas é homogeneizar suas trajetórias. Nogueira (2015) recorre ao argumento que a sociedade em geral normalizou a prostituição como o único caminho destinado as travestis, por mais que ela queira outros caminhos como estudar e trabalhar "a sociedade vai coloca-la à margem e oferecer os atalhos; posto que ela não aceitou o trajeto oficial, não vai ter, oficialmente, o direito de construir veredas ou estradas carroçais." (2015, p. 137).

O ativismo das travestis em Fortaleza possibilita romper com essas imagens de controle, criando uma rede de alianças que tiram as travestis das margens, que oferecem cursos, oficinas, orientam e encaminham para o espaço formal.

O ativismo pretende exatamente romper com certa naturalização da violência, que se manifesta de diversas formas:

se sofrem violência, elas a merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportam bem; se não conseguem emprego, são vagabundas (FERREIRA, 2015, p. 127).

São narrativas assim, que cristalizam as travestilidades e normalizam a transfobia. A discriminação pesa ainda mais no caso de travestis em situação de privação de liberdade: “Se antes de ser presa a travesti já era discriminada em razão de gênero/sexualidade, ao ser presa o estigma da criminalização ganha relevância e o que até então era motivo de “suspeita” é “confirmado” ou corroborado” pelo ingresso das travestis na prisão”. (FERREIRA, 2015, p. 129). Desse modo, se confirma a materialidade que elas são perigosas, marginais e criminosas.

Podemos aqui utilizar a pesquisa da transativista Carle Porcino (2020) quando ela apresenta as representações sociais de universitários sobre travestilidades. Para os universitários investigados “as pessoas que se autoafirmam travestis, cotidianamente, enfrentam atitudes preconceituosas, por divergirem da norma social que pauta o binário entre sexos/gêneros e a heterossexualidade compulsória.” (2020, p. 67). Para esses mesmos universitários quando travestis passam por essas situações, conseqüentemente as possibilidades de serem inseridas socialmente são restritas. As normas produzidas por meio de imagens de controle contribuem para diminuir essa inserção social. Todas essas imagens são projetadas para que as travestis não ocupem espaços na educação, na política, na economia, no sistema de poder, operado cis heteronormatividade.

Travestis precisam transgredir todos os dias as regras da heterossexualidade e da cisgeneridade. Além de precisarem permanecer vivas em um cenário de múltiplas violências. Algumas delas encontram na educação, na escola e na universidade a possibilidade de uma vida vivível. Longe das ruas, das boates, da prostituição.

Para além dos trabalhos apresentados acima, temos a pesquisa de Cavalcante (2018) intitulada “Ser‘tão’ Travesti: narrativas de gênero, sobrevivências e resistências das travestis do sertão central cearense”, na qual o autor narra trajetórias de travestis nas cidades do Sertão Central do Ceará (Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú) com o objetivo de analisar as suas vidas a partir de suas narrativas, compreendendo a discriminação, o preconceito e a busca inserção social. A transfobia opera na vida delas impondo regras sociais, contudo, elas resistem a todos os contextos buscando sobreviver. O texto nos mostra com elas vão além da imagem de controle da prostituição, caminhando para uma discussão de busca por trabalho, nome social e resistências. Ele nos diz:

Somos sabedores de que a escolaridade é uma das condições primordiais de acesso ao mercado de trabalho formal e, no caso das travestis, as constantes agressões

sofridas no interior da escola, tornam-se um imperativo pra que elas desistam de estudar, tentando evitar sucessivas agressões e violências no espaço escolar. Assim, as hostilidades sofridas durante a vida escolar, acaba ocasionando o afastamento delas e impactando negativamente na ausência de capacitação que, somadas aos preconceitos impostos pela sociedade em decorrência da travestilidade, diminuem e, em alguns casos, até impedem, que elas tenham a possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho formal. Aquelas que conseguem concluir o Ensino Médio possuem um pouco mais de chance para o mercado de trabalho, podendo ingressar formalmente através de concursos públicos, onde a maioria das vagas possui como exigência o Ensino Médio (CAVALCANTE, 2018, p. 167)

A travesti Luma de Nogueira (2015), em sua autoetnografia, nos diz que desde criança sofreu e foi preciso enfrentar as imposições e segregações das regras de comportamentos determinadas para os gêneros. Relatando sobre suas memórias individuais em meio a álbuns de famílias, recordações de brincadeiras da infância, uso de roupas e simulação de casamento com um menino, ela revive a possibilidade de uma punição caso fosse descoberta pelos adultos. Assim, em sua pesquisa, percebeu a necessidade de “revelar outro espaço de sociabilidade das travestis diferente da prostituição, não para negar a existência desta condição, mas para promover a visibilidade delas no centro da estrutura social (escola) e não na margem (nas pistas de prostituição)” (2005, p. 19). Os estudos para Nogueira (2015) foram um alibi para que todos pudessem acreditar em sua dedicação.

A escola seria uma escada, “um trampolim”, para que a mesma conseguisse alcançar outros espaços, nunca imaginado por travestis. Relatando sobre sua trajetória acadêmica e profissional, ela diz que seu vestuário também a denunciava. Quando ainda usava roupas masculinas, a acusavam, quando usava roupas ditas femininas, a olhavam como diferente. Quando ela retorna para lecionar na mesma escola que havia cursado a educação básica “não admitia nenhum tipo de discriminação, e quando percebia que alguém estava praticando esse tipo de ação violenta, parava a aula e intervia, independente de quem fosse – aluno (a), professor (a), funcionário (a), gestor (a).” (2005, p.91). Os alunos e alunas que se identificavam com a identidade de gênero travesti se sentiam protegidos de alguma forma, desde sua presença no cotidiano da escola, até no ato da formatura. Partindo dessa lógica, a presença de travestis nas universidades carrega sentidos de criticidade e liberdade coletiva. A “idealização de novos imaginários possíveis, as recentes aprovações e titulações de travestis e mulheres transexuais nas universidades brasileiras indicam que nossas experiências” (PASSOS, 2022, p. 27).

As diversas matérias em jornais impressos e portais jornalísticos virtuais revelam a importância da presença de Luma Nogueira de Andrade para as outras travestis. O jornal O Povo publicou no dia 11 de março de 2013, nas Páginas Azuis 14 e 15 a matéria “Luma

Andrade a primeira travesti doutora do País²⁵”. A entrevista do Jornal O Povo com Luma revela os estigmas, os preconceitos, a transfobia e a homofobia enfrentados por travestis no ambiente escolar e na sociedade. A presença de Luma Nogueira no espaço institucional educacional é um marco para as travestis. Sua pesquisa também está imbricada de sentido, por que pela primeira vez uma travesti pesquisa com travestis. Muito bem disse Marina Reidel (2017):

hoje somos profissionais de várias áreas e estamos nas diferentes esferas da sociedade, ocupando cargos e posições nunca ditas antes. Somos gestoras/gestores, políticos/as profissionais liberais, do direito, da saúde e profissionais do sexo, bem como, de outras áreas. E somos cidadãos e cidadãs conscientes na luta pelo ativismo e pelo respeito a todas as diversidades. (2017, p. 122).

Assim como Luma Nogueira, a travesti Janaína Dutra é destaque em cenário nacional. Em capas de jornais, blogs, reuniões, palestras e entrevistas na TV, Luma não é só mais uma travesti. É uma professora doutora travesti. Quando Janaína Dutra emerge no campo do direito, quando Luma Nogueira torna-se doutora em educação, rompem com a lógica da patologização destinada às travestis.

Encerro esse capítulo com a fala da travesti Amara Moira (2018): “me veem como travesti e já me imaginam puta, e qual seu preço?, seu sou ativa, assédio como nunca vi antes, coisa de enlouquecer.” (2019, p. 117). Aos olhos da sociedade que cristaliza as experiências de travestilidades, a prostituição é o único caminho possível.

A imagem de controle das travestis emerge junto a um sistema marcado de opressão. Para elas, a saída é resistir, lutar e buscar alianças para permanecerem vivas contra a lógica do CIS-tema. Como diz Collins (2019) “as mulheres emergentes perceberam que uma das formas de sobreviver ao desrespeito cotidiano e aos ataques diretos inerentes às imagens de controle é “rebelar”.” (2019, p. 177). As travestis emergem nos diversos campos, constroem suas cidadanias e reagem a partir de novas experiências no campo do ativismo, rebelando-se.

Dessa forma, as trajetórias de vida de travestis são elos importantes para compreendermos como o ativismo atravessa suas vivências. As travestis Janaína Dutra, Thina Rodrigues e Dediane Souza construíram suas próprias histórias e ressignificaram suas existências. Do mesmo modo, a mulher transexual Andresa Rossati também assumiu pautas em defesa dos direitos de travestis em Fortaleza.

²⁵ Jornal O Povo, 11 de março de 2013 – Ano LXXXVI, Nº 28.403, 85 anos.

3. ATIVISMO E RESISTÊNCIA DE TRAVESTIS EM FORTALEZA: UM OLHAR SOBRE QUATRO TRAJETÓRIAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória de quatro ativistas que buscaram/buscam a garantia de direitos das travestis e como elas estabeleceram alianças e resistências ao longo de suas histórias. Assim, serão apresentadas as pioneiras do Movimento Social de Travestis no Brasil e a constituição do movimento social em Fortaleza. Na apresentação do nascimento do movimento social em sua manifestação local, cabe destacar os nomes de Janaína Dutra e Thina Rodrigues como as fundadoras da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará. O legado das duas ativistas perpassou gerações, criando uma rede de ativistas, como Andrea Rossati e Dediane Souza, que também terão as suas trajetórias apresentadas ao longo deste capítulo.

3.1. A construção da memória de Xica Manicongo

A História de travestis no país remonta ao Brasil colônia, (JESUS, 2019) quando essa categoria ainda não era definida, perpassando os anos de 1968 nas passeatas contra a ditadura civil-militar brasileira e se concretiza em resistências nas Paradas LGBT, em reivindicações de ruas, na formação de associações e na ocupação de espaços formais institucionalizados.

Segundo Jesus (2019), a obra do historiador Luiz Mott (2010) “Bahia: inquisição & sociedade”, resgata a história de Francisco (nome de batismo), cujo nome social é Xica Manicongo. Perseguida pela primeira visita da Inquisição e pela Santa Igreja Católica na Bahia de todos os Santos, no século XVI, Xica Manicongo cometeu “o crime de se vestir com trajes de alguém de gênero diversos ao atribuído socialmente” (JESUS, 2019, p. 253). A história de Xica é marcada pelo silenciamento e pela opressão do sistema que a condenava por sodomia, o que hoje entendemos como homossexualidade, transexualidade ou travestilidade. Só recentemente os movimentos sociais, ao realizarem alguns estudos sobre a Inquisição no Brasil, encontraram a história de Xica, apontando-a como a primeira Travesti do Brasil.

Deve-se dizer que o seu nome social Xica Manicongo foi dado postumamente pela militante e travesti negra Majorie Marchi (ex-presidente da ASTRA-Rio/ Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro). “Xica, por séculos, quando lembrada em nota de algumas pesquisas sobre as denúncias da primeira visita do Santo Ofício à Bahia, foi chamado de Francisco, seu nome de Batismo, e por tempo equivalente foi apontada como homem.” (JESUS, 2019, p. 253). Considerar Xica como homossexual é uma forma de silenciamento e invisibilidade da existência das Travestis.

A história de Xica Manicongo tem sido construída a partir da memória coletiva²⁶ das travestis e aqui compartilhamos do pensamento Michael Pollak em “*Memória, esquecimento e silêncio*” (1989), para quem: “a memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias.” (1989, p. 4).

Imagem 01, Fotografia- Xica Manicongo



Xica foi a primeira travesti de que se tem notícia no Brasil (Arte: Reprodução)

Fonte²⁷: A Verdade. Acesso dia 12 de novembro de 2022

Como estou apontado, a memória de Xica tem sido apropriada e ressignificada no século XXI para a construção de outras multiplicidades de viver as experiências da identidade de gênero das travestis. Ao mesmo tempo em que ela foi desumanizada, Xica resiste até hoje, aparecendo como uma espécie de figura histórica para as travestis brasileiras. As últimas, empenhadas no exercício da memória, testemunham que ela foi desumanizada pela lógica do homem branco, sendo obrigada a se comportar dentro dos padrões masculinos da sociedade heteronormativa.

²⁶ Interpretar a memória coletiva, segundo Le Goff, é mergulhar no mundo das lembranças. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. (LE GOFF, 1994, p. 410).

²⁷ Portal A Verdade. Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/01/xica-manicongo-a-primeira-travesti-do-brasil-foi-negra/>. Acesso dia 12/11/2022.

De acordo com Jesus (2019), conta-se que Xica poderia ser uma Rainha do Congo, pelo fato de Manicongo ser um título para governantes do Reino do Congo sua terra Natal. Xica andava coberta com pano com um nó para frente, tipicamente vestida com à moda dos quimbandas, que em bantu significa “invertido”. Passeava pelas ruas da Cidade Baixa e Cidade Alta da Bahia, às vezes trabalhando, outras vezes se dirigindo para encontros amorosos com seus homens. “Havia travestis não só ali na Ladeira da Misericórdia, mas também em Fez, na nação Tupinambá, em São Paulo de Luanda, no Deserto do Mojave, em Goa... em todo lugar e tempo, ainda não sendo chamadas ou denominando-se de Travestis, porém trazendo outros nomes” (JESUS, 2019, p. 255). Como se nota, este exercício de memória busca confrontar a negação da existência e das relações que as travestis exercem ao longo da história. Tal negação, têm sido uma das formas de manifestação da lógica de opressão de gênero.

Em meio à escravidão, perseguição e humilhação, Xica foi obrigada por Matias Moreira (um cristão-velho de Lisboa) a usar roupas de homens. Nos primeiros momentos em que foi interpelada, ela se recusou e não obedeceu. Contudo, quando aconteceu a primeira visita da Inquisição, ela foi acusada de crime de sodomia e crime de lesa-majestade. Para permanecer viva, Xica teve que utilizar as vestimentas tradicionais para homens da época. (JESUS, 2019).

Xica Manicongo tem inspirado outras travestis em nosso tempo, seu símbolo tem se transformado em alicerce na luta de grupos de travestis discriminadas. É o que lemos no trabalho de Jesus: “Xica Manicongo é a mensagem que nos chega do passado e ensina: sigam em frente, travestigêneres! Pois o terreno será para as vozes trans – transformadas em palavras.” (JESUS, 2019, p. 259). Assim como Xica, outras travestis negras tiveram as suas existências identificadas por suas contemporâneas como Joane, “outra trans negra africana residente em Salvador, foi denunciada e acusada pelos mesmos “crimes” de Xica Manicongo” (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p. 167) e também Yaya Mariquinhas, que por volta de 1870 desafiava a moralidade e os bons costumes na Bahia. Segundo Megg Rayara Gomes de Oliveira, a feminilidade de Yaya aparece nos registros policiais. Ela usava roupas e reivindicava o tratamento feminino, “questionando de maneira escancarada a fixidez dos gêneros, bem como a relação entre sexo biológico e gênero” (2020, p. 168).

3.1.2. O despertar das travestis: história de militância

Séculos depois, travestis passam a se reunir nas capitais brasileiras, rompem o silêncio da história e ocupam as ruas. A obra *Bajubá* Odara, escrita pela travesti Jovanna Cardoso da Silva (2020), faz um resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil, tendo por base as suas memórias e arquivos pessoais.

Jovanna Cardoso da Silva, ou Jovanna Baby, como é conhecida, nasceu no Nordeste na Bahia, filha de um pastor evangélico, de uma família de nove irmãos. Teve que sair de casa por conta de sua identidade de gênero, pois era travesti. Sobreviveu da prostituição nas ruas da capital do Espírito Santo, Vitória, e recorda que nos anos de 1970 e 1980, mesmo que trabalhasse nas ruas noturnamente, não era permitido as travestis “andar [em] livremente pelas ruas, durante o dia éramos alvo de zombarias e a noite de batidas policiais constantes e violentas” (SILVA, 2020, p. 18).

Impedidas de ir e vir, pela Lei da Vadiagem art. 59 da Lei Nº 3.688 de 1941, as travestis eram enquadradas por romper a ordem, a moral e os bons costumes da época. Após uma dessas perseguições, Jovanna Baby foi detida em conjunto com outras travestis e mulheres cisgêneras, “em 1979, aconteciam prisões arbitrárias de travestis por todo o país” (PASSOS, 2022, p. 57). Na operação de 1979, permaneceram detidas por 72 horas, 03 dias. Logo depois da sua liberação, encontrou Bianca, uma mulher cisgênera e prostituta, organizando na Avenida da República no Parque Moscoso uma reunião, às 16 horas, no centro nas Escadarias Ortiz. A pauta da reunião seria as perseguições policiais, que impediam das travestis trabalharem nas ruas. Durante o encontro, criaram a Associação Damas da Noite, que tinha como objetivo defender seus interesses diante da opressão policial. A primeira diretoria formada naquela tarde tinha nomes como Bianca, Kelly, Paulete Closet, Kelly Silva, Jovanna Baby e Magaly Anjos. Esses seis primeiros nomes apresentaram ao poder público o movimento social organizado de travestis.

Na época, o governo estadual representado pelo Governador Élcio Alves, o prefeito Wlamir Coelho e meses depois, por conta das mudanças de mandato, o Governador Eurico Rezende, por meio da Secretaria de Estado Justiça e Cidadania, assumiu o compromisso de cuidar das pautas das travestis. Assim, “as investidas das polícias nos pontos de prostituição diminuíram consideravelmente e nós, enquanto prostitutas, assumimos o compromisso de colaborar com a manutenção da ordem das vias públicas e, assim, vivemos alguns anos sem perseguição policial.” (SILVA, 2020, p. 19). Os pontos de prostituição “se configuram como lugar privilegiado em que as/os sujeitas/os reivindicam seus direitos” (PASSOS, 2022, p. 59).

O movimento do Espírito Santo de 1979 se expandiu para o Rio de Janeiro. Em 1983, Jovanna chegou na capital Carioca com outras amigas travestis. Ainda trabalhando na prostituição, relata que as perseguições policiais no Rio de Janeiro também eram comuns. Em 1990, foram perseguidas espancadas e presas. “Além de ônibus, éramos colocadas em caminhões, muitas vezes superlotados e encaminhadas para delegacia.” (SILVA, 2020, p. 20).

Ainda no Rio de Janeiro, Jovanna recebeu um convite para participar de uma reunião no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER). Era uma das organizações que mobilizam diversas ações e projetos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, atualmente denominadas Infecções Sexualmente Transmissíveis (ITS). Na década de 1990, o estigma da AIDS/HIV contribuiu para a multiplicação de estereótipos contra travestis e homossexuais. A parceria com o Ministério da Saúde fez com que Jovanna Baby se tornasse multiplicadora social do ISER.

Em meados de 1991 passamos a realizar muitas reuniões para fortalecimento de nossos direitos e divulgação de informações de cuidado e prevenção as IST. Muitas travestis participaram dessas reuniões, mas, aos poucos passei a identificar em algumas uma abertura maior. (SILVA, 2020, p. 20).

O engajamento político de Jovanna com outras travestis possibilitou o diálogo para a organização de uma associação pra lutar pelos direitos das travestis. A organização institucional surgiu após mais uma repressão policial. O advogado da ISER entrou em contato com alto escalão da Polícia Militar e, na ocasião, fizeram um acordo de como proceder durante a repressão da Guarda Municipal. Segundo Maria Clara Araújo Passos (2022)

Em um momento em que as ONGS se consolidavam como um dos espaços de atuação dos movimentos sociais brasileiros, o diálogo construído por Jovanna Cardoso com o ISER propiciou às travestis conhecimento de seus direitos a assistência jurídica. A criação de uma associação em que as travestis discutissem interesses coletivos, com ênfase no enfrentamento à violência perpetrada pelo Estado, teve início como resposta a uma determinação do então prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Alencar (PDT), em 1991 (PASSOS, 2022, p. 60).

Ainda na década de 1990, especificamente em 1991, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, ordenou que a guarda municipal prendesse todas as travestis que estivessem presentes no Aeroporto Santos Sumont até Ipanema. A contra reação fez com que de imediato 70 travestis se reunissem na sede do ISER. Assim, Jovanna Baby mobilizou suas amigas travestis em todos os pontos de prostituição do Rio de Janeiro, onde a ação policial iria acontecer.

Quando a Guarda Municipal chegou ao local “vários ônibus foram estacionados no passeio central da avenida. Imediatamente nos dirigimos a um orelhão próximo do qual ligamos para a Polícia Militar (PM) pedindo proteção, conforme combinamos com o advogado”. (SILVA, 2020, p. 21). Quando a PM chegou ao local já tinha algumas travestis detidas. A PM deu voz de prisão para os guardas, visto que eles não podiam realizar aquelas operações. Mesmo vencendo essa batalha, as perseguições policiais continuaram a acontecer e a temática de repressão policial contra travestis ganhou notoriedade na mídia. As travestis passaram a se reunir na sede da ISER e a lutar para ocupar as ruas e os pontos de prostituição.

Segundo a militante travesti Jovanna Cardoso Silva (2020), “Nós seis: eu, Elza, Beatriz, Josy, Monique e Claudia éramos as mais assíduas nas reuniões, não falávamos, as outras travestis em grande maioria devido ao trabalho noturno não conseguiam participar das reuniões que aconteciam durante o dia.” (2020, p.22). Assim, as seis travestis passaram a sensibilizar outras travestis nas ruas, convocando-as para as reuniões. “Como disse Jovanna Baby, nada foi fácil porque num país onde a violação de direitos humanos ainda é muito grande, sujeitos que vivem nessa vulnerabilidade irão ter mais dificuldades que outros” (REIDEL, 2017, p. 126). Logo após essa ação, 89 travestis compareceram na sede da ISER, no dia 21 de janeiro de 1992. Na ocasião a imprensa esteve presente. As mobilizações se concretizaram na criação da Associação de Travestis e Liberados, a ASTRAL. “A inclusão do termo “liberados” ocorreu pelo fato de que à época muitas travestis se identificavam como “homens” durante o dia e a “montavam” para se prostituir.” (SILVA, 2020, p. 22-23). Os liberados ainda não assumiram suas formas femininas e o termo também contemplava as transformistas e gays.

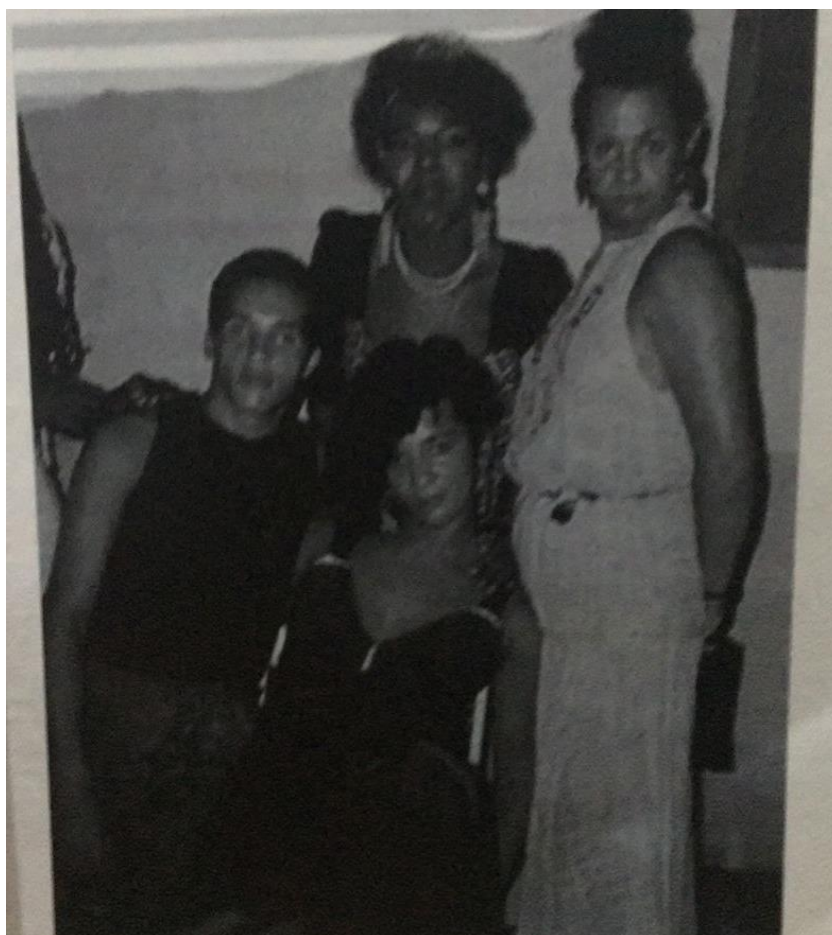
Então o marco histórico de fundação do nosso movimento politicamente organizado aconteceu no dia 15 de maio de 1992, quando nós seis, as fundadoras: Jovanna Cardoso, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Monique Du Bavieur e Cladia Pierre France demos entrada no cartório do registro da ASTRAL, a primeira organização brasileira de travestis e transexuais. Até o momento, as pesquisas apontam que a nossa associação foi a primeira da América Latina e possivelmente seja de fato a primeira do mundo, já que as outras instituições eram mistas de gays, lésbicas e travestis (SILVA, 2020, p. 23).

“Cansadas de sofrer as marcas da violência generalizada, principalmente pela polícia e por governos”, as travestis e transexuais resolveram se unir. (REIDEL, 2017, p. 124). Sob o comando da ASTRAL, suas fundadoras organizaram o 1º Seminário sobre Prostituição e Direitos Civis, o 1º Encontro Estadual de Travestis do Rio de Janeiro com ampla participação de outros estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. Durante o encontro estadual, por sugestão de Jovanna Baby, decidiu-se que o encontro se tornaria nacional, sendo renomeado como I Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTAL).

Em uma entrevista para a Folha de São Paulo em 13 de junho 1995, Jovanna diz: “uma das principais reivindicações dos travestis é o reconhecimento oficial de seus cognomes femininos (os nomes de guerra”, que passariam a constar de suas cédulas de identidades, ao lado de seus nomes de registros” (SILVA, 2020, p. 24). A luta pelo nome social é, de alguma forma, o resultado do movimento social da ASTRAL, sendo recorrente nas discussões nos Encontros Nacionais de Travestis e Liberados. “A conquista de 2018 faz parte das nossas lutas históricas. No início da década de 1990 mesmo sem ter o entendimento de que ser travestis e transexuais era uma identidade de gênero feminina, nós de modo pioneiro já percebemos a importância de sermos reconhecidas com os nossos nomes femininos.” (SILVA, 2020, p. 29).

Segundo Simpson o nome social “é uma das bandeiras do movimento das travestis no Brasil. Existem outras, por exemplo conseguir aprovar o projeto de lei que altere o nome social sem alterar os genitais.” (SIMPSON, 2011, p. 115). A conquista pelo nome social como diz Jesus (2018) é um marco histórico para a cidadania trans, porque a lei garante o direito de autodeterminação de gênero.

Imagem 2- Fotografia Fundação da Astral



Da esquerda para a direita: Claudia Pierra Fance, Josy Silva no Centro Alto, Jovanna Baby centro baixo e Monique Du Bavieur.

Fonte: SILVA (2021)

Hoje o nome social de travestis é assegurado pela ADI 4275, publicado do provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018. A reivindicação pelo nome social seria uma das primeiras pautas de alianças entre as travestis, pois o nome funcionaria como reconhecimento de sua identidade individual.

O nome social é uma luta do movimento da população trans, na qual se refere à designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida. O nome escolhido faz parte do processo de transição social junto a alteração de prenomes, aparência e vestuário. Segundo a pesquisadora travesti Neon Cunha (2021) e a mulher

transexual Sara York (2021), essas modificações estão associadas a uma melhor saúde mental das travestis, a não utilização do nome social gera discriminação e não inclusão social dessas pessoas.

A utilização e a aceitação do nome social, portanto, promove a cidadania e o respeito a travesti em todos os âmbitos da sua vida. A equidade, a inclusão e o combate a LGBTfobia é uma luta de todos, o desrespeito as identidades de gênero das travestis faz com que o movimento social tenha travado essa luta constante, mesmo com a provação da Lei de 2018. No Ceará, a LEI N.º 16.946, DE 29.07.19 (D.O. 30.07.19) assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados.

Entre os anos de 1992 e 1993, o Ministério da Saúde por meio do Programa Nacional de DST e Aids, entrou em contato com as representantes da ASTRAL. Na época, a Coordenadora Nacional, Dr^a Lair Guerra, infectologista – a primeira coordenadora Nacional de AIDS no Brasil – tinha como objetivo estreitar laços entre o movimento social organizado e o governo federal. Isso se deu pelo fato de que as reuniões da ENTAL foram notícia nacional e tinha-se o objetivo de criar um mecanismo de prevenção da Aids no Brasil. Assim, o Governo passaria a apoiar integralmente o movimento. “Porém, para contemplar as perspectivas de prevenção da Aids, visto que os recursos saíam dessa rubrica do Ministério da Saúde, em acordo mudamos o nome do evento de ENTAL para ENTLAIDS.” (SILVA, 2020, p. 25).

O I Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTAL) – que depois se tornou “ENTLAIDS”- aconteceu no Espírito Santo e contou a participação da representante da Secretaria de Estado, de Justiça e Cidadania, Arnúbia Pezente. A mesma já havia ajudado em outros momentos quando as travestis haviam se organizado e mobilizado a Associação Damas da Noite nos anos de 1970. Contudo, “a partir da década de 1990, o movimento de travestis e transexuais, por ser considerado um grupo de risco dentro do programa de prevenção de DSTs/AIDS, conseguiu junto ao Ministério da Saúde apoio e dinheiro para se organizar.” (NERY, 2018, p. 396).

Segundo Simões e Facchini (2009) a incorporação das travestis dentro do movimento LGBT deu-se pela reivindicação e parceria formada entre os programas estatais de ITs e Aids. E entre os anos de 1993 e 1994 com os primeiros encontros da ASTRAL no Rio de Janeiro e com o surgimento “de novas associações de travestis, esses congressos passaram a ocorrer em outras cidades do país e foram denominados Encontros de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e Prevenção à Aids, mantendo a sigla Entlaids.” (SIMÕES; FACHINNI, 2009, p. 142).

No I Entlaids foi articulada pautas de resistência e ativismo de âmbito nacional. O crescimento do movimento de travestis e transexuais havia se expandido associado às ações de prevenção do HIV/AIDS. Mas os encontros iam além dessa pauta da saúde pública.

O II Entlaids aconteceu em Espírito Santo, por meio do Programa do Governo Federal HIV/AIDS do Ministério da Saúde. No Rio de Janeiro, no ano de 1995 ocorreu o III Encontro Nacional de Travestis e Liberados, atuando na Prevenção da Aids. Com o apoio do Governo Estadual, Governo Federal e Polícia Militar, o encontro contou com uma rede de aliados. O IV Entlaids também aconteceu no Rio de Janeiro em 1996. Todos os eventos foram articulados pela ASTRAL.

Imagem 03- Fotografia, VI ENTLAIDS



Homenagem a parceiros no VI ENTLAIDS Hotel São Francisco Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
SILVA (2021)

Tanto a ASTRAL quanto a Entlaids possibilitaram que outros grupos organizados de travestis e mulheres transexuais assumissem as lideranças dos movimentos sociais no Brasil. Na década de 1990, treze associações se organizaram em todo país, promovendo a luta em alianças com suas pares. As travestis passaram a ocupar as cenas públicas em busca de direitos.

Ainda durante o III Encontro Nacional de Travestis, que aconteceu no Rio de Janeiro com a intensa participação de 250 travestis, instituíram a elaboração de uma Rede Nacional de Travestis, a RENTRAL, que recebeu o nome de Rede Nacional de Travestis e Liberados. Em 1997 se tornou a RENATA -Rede Nacional de Travestis, e posteriormente se tornou a Antra,

Articulação Nacional de Travestis e Mulheres Transexuais. A Antra teve o objetivo de promover uma articulação de cunho nacional entre as principais lideranças trans do Brasil, buscando aproximar o poder público das pautas trans, garantindo empregabilidade e segurança física nos pontos de prostituição. Jovanna Cardoso Baby Silva “coordenou a RENTRAL/RENATA e presidiu a Antra de 1998 a 2000 e, posteriormente, voltou a presidir a Antra de 2009 a 2011.” (SILVA, 2020, p. 31).

A criação da Antra em 2000 foi uma articulação que se iniciou desde o primeiro movimento em 1992 e 1993, quando se realizaram os primeiros Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais. As reivindicações em todo país tinham propostas de políticas públicas como aquela da inclusão de nome social. “A campanha de massa, como a “Travesti e Respeito”, marca também uma fase importante da vida dessa população.” (SIMPSON, 2011, p. 116). Essa campanha se deflagrou como o dia da visibilidade trans, dia 29 de janeiro. “Foi Travesti e Respeito – sou travesti tenho direito de ser quem sou e foi dentro do Congresso Nacional exigindo direito e respeito” (REIDEL, 2017, p. 126).

Nos anos seguintes, 1996 e 1998, o Entlaids aconteceu no Rio de Janeiro. Em 1997 foi sediado em São Paulo. A organização dos três eventos ficou por conta da RENTRAL. Em 1999 aconteceu o encontro da Entlaids em Fortaleza, Ceará. Com o tema “Unid@s construindo uma nova realidade social” (PASSOS, 2022, p.51), as travestis organizadas no evento em 1999, sob o comando da ASTRAL e de Janaína Dutra, que na época já havia fundado o Grab, reuniram-se centenas de travestis na capital do estado. O evento inédito no Nordeste e no Ceará, contou com 300 inscrições e 250 participantes. Segundo Sales e Simpson, tratou-se de “[m]omento histórico, por acontecer numa das regiões, até então, marcadas pelo machismo e rejeição para com a possibilidade das existências travestis.” (SALES; SIMPSON, 2018, p. 35). O evento na capital cearense teve como parceria o Grupo de Resistência Asa Branca-Grab e o Ministério da Saúde. Na época já advogada Janaína Dutra exercia um trabalho junto ao Ministério da Saúde na campanha de prevenção nacional da AIDS e lutava pelas pautas de travestis. As “travestis que organizaram os Entaids, esse autorreconhecimento se deu graças aos diálogos estabelecidos entre elas próprias nesse espaço público de construção democrática alternativa” (PASSOS, 2022, p. 51).

É a partir das experiências vivenciadas na década de 1990, com o envolvimento de organizações governamentais e não-governamentais com o controle da epidemia da Aids/HIV que a organização dos movimentos sociais articula os direitos civis das pautas LGBT. Esse primeiro momento de organização política e do Movimento Social de Travestis e Mulheres

transexuais no Brasil foi categorizado por Thiago Coacci (2018) como a “primeira onda” do movimento no Brasil, que vai de 1990 a 1999.

A agência dessas travestis pelo reconhecimento de suas cidadanias, e a partir da forma organizada de resistências e ativismo foram capazes de mobilizar toda uma categoria no amplo cenário nacional. Durante a “primeira onda” debateu-se questões de “cidadania, participação na máquina estatal, políticas públicas, nossos direitos e deveres, dentre outras” (PASSOS, 2022, p. 99). Segundo Maria Clara Araújo Passos a educação não formal e caráter político-pedagógico dos Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais foram de extrema importância para a história do movimento. Esses encontros se constituíram como espaço público de ativismo e agenciamento coletivo de travestis.

A busca pelo combate a homofobia e da discriminação da homossexualidade, das travestilidades e das transexualidades ganham o cenário nacional. A organização das categorias LGBT dando visibilidade a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais envolvem passeatas, resistindo a questão das violências cometidas contra essas categorias.

O combate a essa epidemia tem sido um divisor de águas na construção de um plano nacional que corrobore para construir ações eficazes de políticas públicas para travestis.

A partir do GRAB e das atividades desenvolvidas na instituição, muitas travestis experimentaram outros espaços de atuação e de visibilidade, marcados por uma mobilização identitária que buscou o “luto do estigma” em políticas de direitos. Janaína Dutra, travesti cearense, reconhecida como a primeira advogada do Brasil, lembrou a Vale o quanto a epidemia e o trabalho desenvolvido por instituições como O GRAB contribuíram para o empoderamento de homossexuais e travestis. (VERAS, 2019, p. 198).

Como se nota, a prevenção da Aids é um elo importante entre a construção do movimento social de travestis no Brasil e no Ceará/Fortaleza. Em conjunto com a luta pelo nome social e a luta pela vida, vale destacar essa última, porque sem o direito de viver travestis não podem ocupar os espaços e nem resistir. Sem o reconhecimento de suas identidades de gênero e de seus nomes sociais, travestis são invisibilizadas pelo Estado contemporâneo por meio de suas instituições. Em Fortaleza, as alianças de travestis em torno da prevenção da AIDS/HIV reuniram ativista desde a construção do Grab em 1989, perpassando a década de 1990, a fundação da Atrac em 2001, até o final dessa pesquisa, em 2022, ano em que se comemora os 21 da Atrac.

Jovanna Cardoso do Silva (2020) revela sua trajetória dentro do campo da militância ao lado de travestis pelo estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Piauí. Seus relatos revelam os caminhos percorridos “por mim, uma travesti negra, nordestina que aprendi com a vida a importância de lutar pelos nossos sonhos. Nesses anos eu aprendi que quando estamos

juntas somos mais fortes, por isso, decidi compartilhar com todos e todas minhas histórias”. (2020, p. 17).

Como diz Nery (2018) “é indiscutível o reconhecimento das travestis e/ou transformistas como as primeiras guerreiras, conquistadoras da visibilidade e vítimas da luta pelo direito de existir. Mesmo sem um movimento organizado, desde a década de 70” (NERY, 2018, p. 395). Foram elas que estavam nas ruas, lutando pelo direito à liberdade sexual, pelo direito de se prostituírem, se apresentando no mundo da arte e lutando pelo direito de sobreviver.

De acordo com Silva (2020), há um período do esquecimento e silêncio sobre o movimento social de travestis e transexuais no Brasil, sendo preciso que as testemunhas das narrativas possam contar suas histórias, trazer à tona suas memórias. O movimento que nasceu da resistência, das ruas, abriu portas para muitas travestis se tornarem professoras, assistentes sociais, enfermeiras, advogadas e outras profissões formais.

A travesti e pesquisadora Maria Clara Araújo dos Passos, em sua obra “Pedagogias das travestilidades” (2022), elabora uma narrativa de como o Movimento Social de Travestis e Mulheres Trans do Brasil, que nasceu nos anos de 1990, passou a fortalecer a presença de travestis e mulheres trans nas universidades e em todos os lugares. Assim, elas enquanto pesquisadoras passaram a contribuir com uma educação libertadora, decolonial insurgente, crítica, o que a autora nomeia como “pedagogia das travestilidades”. O saber produzido por essas travestis a partir do suporte teórico-prático do transfeminismo, tornou-se importante para os movimentos sociais de travestis do Brasil, ao longo desses 30 anos de história, quando pela primeira vez nos anos de 1992, por meio de um movimento no Espírito Santo, as travestis inaugurariam a primeira onda do movimento de travestis (PASSOS, 2022).

Para a pesquisadora o Movimento Social de Travestis e o Transfeminismo têm se fortalecido à medida que cada vez mais as travestis emergem do lugar de subalternidade e assumem intervenção social, seja nos movimentos sociais, seja no Estado, ou na educação formal como ação transformadora de suas existências. Ao longo desses 30 anos de história do movimento, o ativismo entre as pioneiras e novas sujeitas travestis ativistas têm vivenciado uma agência em defesa dos direitos das travestis, ao mesmo tempo que produzem saberes epistêmicos, se organizam construindo uma nova realidade social (PASSOS, 2022).

Ao apresentar este breve sobrevoos histórico sobre a constituição das Associações voltadas para os direitos das Travestis no Brasil, quero fazer uma ponderação. A história da identidade travesti deve ser entendida em suas temporalidades e contextos e aqui não podemos correr o risco de sermos anacrônicos. Em primeiro lugar, é importante observar que travestis é

uma identidade própria dos países da América Latina, Espanha e Portugal. Passando por significações históricas muitas vezes associados a homens travestidos. Entre os anos de 1960 a 1970 era utilizado para “homens que se travestem de mulher”. (VERAS, 2019; TREVISAN, 2018).

Nos anos de 1970, durante a ditadura civil-militar brasileira, o movimento LGBT passou a reivindicar maior liberdade sexual. E ainda no mesmo período as travestis vivenciaram possibilidades de modificações corporais na indústria farmacoponográfica (VERAS, 2019), e nos anos de 1980, elas se firmaram como uma identidade própria.

Entre os anos de 1990 e 2000, diante do debate da transexualidade, as travestis marcaram sua diferença para a mulher transexual. Assim, passaram se organizar em grupos e associações, encontrando no ativismo e na militância, as armas para defender e construir suas cidadanias. A criação da Atrac é o autorreconhecimento histórico das identidades políticas travestis que agenciaram o ativismo na década anterior. Dos anos 2000 a 2010 seria o que Coacchi (2018) chamou de a “segunda onda do movimento trans” (2018), período em que se consolidou algumas conquistas e direitos da população de travestis e mulheres trans. Segundo Maria Clara Araújo Passos (2022), nesse início do século XX as travestis “brasileiras estavam familiarizadas com o vocabulário das políticas públicas, e já tinham construído coletivamente aprendizagens sobre o Estado a partir das experiências com os Entlaids” (2022, p. 75). É nesse cenário que aparece/surge a dama de ferro, Janaína Dutra e a dama de vermelho, Thina Rodrigues, no Ceará.

3.2. A Dama de Ferro: Janaína Dutra

No dia 08 de fevereiro de 2004 faleceu em Fortaleza uma das maiores lideranças do movimento LGBT brasileiro, Janaína Dutra, Travesti, advogada e ativista. A história de Janaína é entrelaçada por dores, lutas, vitórias e beleza.

No ano de 2013 vi pela primeira vez o documentário “Janaína Dutra – uma Dama de Ferro” (2011), do diretor Wagner de Almeida. Como já comentei anteriormente, na época pesquisava um filme que eu pudesse levar para a sala de aula e debater sobre questões de sexualidade e identidade de gênero. Encontrei no Youtube²⁸ o de Janaína Dutra. Logo nas primeiras cenas, junto com a trilha sonora, deparei-me com a célebre história contada por seus familiares, amigos e companheiros de luta.

²⁸ Janaína Dutra: Uma Dama de Ferro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zdtNOHia1qA>. Acesso dia 30 de julho de 2021.

Imagem 04 – Fotografia, Janaína Dutra Sampaio



Fonte²⁹: Portal G1, acesso dia 25 de agosto de 2022.

O documentário, produzido em 2010, e lançado em 2011 pelo Grupo de Resistência Asa Branca, é uma das fontes importantes para a construção desta pesquisa. Além dele, utilizamos fontes do jornal O Povo, reportagens de Portais de comunicação digital, vídeos de eventos que ela participou, e também a tese de doutorado do antropólogo de Alexandre Fleming Vale (2005), que é de grande importância.

Segundo o Jornal O Povo (2011) no caderno Vida e Arte, o filme foi lançado na Casa Amarela Eusélio Oliveira e foi patrocinado pelo Ministério da Cultura (MinC), por meio do Prêmio Cultura Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT). Na época se comemorava os 22 anos do Grab. Conforme lemos na reportagem: “o documentário Janaína Dutra: uma dama de ferro traz às telas a trajetória da travesti e advogada cearense que dedicou a vida à luta pelos direitos dos homossexuais” (O POVO, 2011, p.5).

Em declaração, o diretor do Grab na época Francisco Pedrosa falou:

Além de ser um reconhecimento, eu diria que o filme é também uma declaração de amor à Janaína. [...]o maior respeito que os travestis e demais grupos dedicados à diversidade sexual vem alcançando hoje é um reflexo direto da atuação que Janaína Dutra desempenhou, sobretudo por sua participação a frente de entidades e por mostrar a essas pessoas outras perspectivas de vida além da rua.” (O POVO, 2011, p.5).

²⁹ Portal G1. Janaína Dutra, primeira travesti advogada do Brasil, é homenageada pelo Google. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/11/30/janaina-dutra-travesti-e-ativista-cearense-e-homenageada-pelo-google.ghtml>. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

O filme traz diversas narrativas/falas sobre a ativista, olhares que a localizam dentro de um campo de performance múltiplas. Janaína enquanto filha, irmã, advogada, amiga, militante e travesti é apresenta ao longo do curta metragem. A pluralidade que marca os lugares que Janaína ocupou é imbricada pela sua trajetória pessoal e de ativista. Os relatos revelam a capacidade da travesti de articular a defesa dos direitos humanos do movimento LGBT e das travestis à frente da Atrac e da Antra.

A escrita de Alexandre Fleming Vale (2005) a partir da experiência antropológica de campo narra história de travestis e transgêneros do Brasil, os caminhos, trajetórias, estigmas, deslocamentos e experiências de violência, prostituição e processo de feminilização. Janaína Dutra esteve presente efetivamente na pesquisa de Vale (2005) e sua interlocução foi essencial para o antropólogo. De acordo com o historiador Elias Veras (2018), Janaína Dutra é uma das maiores ativistas de Fortaleza e do Brasil.

Janaína Sampaio Dutra³⁰ nasceu em Canindé, em trinta de novembro de 1960. Ativista dos direitos humanos e do movimento social, hoje conhecido como LGBT, foi reconhecida líder do movimento de travestis em Fortaleza, Ceará. Durante sua trajetória ocupou o cargo de vice-presidente do Grab, fundou e presidiu a Atrac (2001 a 2004), ocupou a presidência da Antra (2002 a 2004), exerceu o cargo de Secretária de Direitos Humanos (suplente) da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros e foi integrante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, ajudando a construir o Programa Brasil sem Homofobia³¹, chamado pejorativamente como “Kit gay” (PASSOS, 2022).

Ao nascer, Janaína recebeu em seu registro civil o nome de Jaime César Dutra Sampaio. Segundo depoimento de familiares e da própria Janaína, a mesma já manifestava a feminilidade na infância e adolescência. Durante sua infância, expressava livremente características socialmente construídas de mulheridades. Mas foi aos 14 anos que teve contato com a violência e homofobia. Ainda em Canindé, Janaína enfrentou discriminação social por ser homossexual. Entre os 17 e 18 anos, no ano 1977, se mudou pra Fortaleza, foi morar com a irmã Celina e ajudou a cuidar e criar seus sobrinhos, que hoje são gratos a Janaína pelo apoio e valores construídos juntos.

³⁰ O nome social Janaína Dutra surgiu na década de 1990 em uma praia da Barra do Ceará em Fortaleza. Antes de receber este nome, ela foi Stela Mares e Stela Rinckel. (VALE, 2005).

³¹ O Programa Brasil sem Homofobia foi lançado em 2004, apenas em 2005, algumas iniciativas começaram a ser colocadas em prática. Os projetos direcionados “a prevenção da homofobia, incluindo a oferta de aconselhamento psicológico e assessoria jurídica; e à qualificação de profissionais de educação nas temáticas de orientação sexual e identidades de gênero.” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 145).

Em Fortaleza, ela estudou no C.P.M. (Centro de Preparação Militar) no ano de 1978. Nos anos seguintes, concorreu à vaga de Bolsista Estagiária na Empresa exibidora Cinematográficas do Estado do Ceará (1979) e prestou exames de vestibulares na UFC, UECE e UNIFOR, tendo ingressado no curso de Bacharel em Direito pela UNIFOR. Foi nessa universidade que ela se formou em 1986, obtendo sua carteira da OAB nesse mesmo ano. Em consonância com a profissão de advogada, Janaína se envolveu no movimento social de homossexuais em Fortaleza, o que possibilitou que a mesma tivesse contato com o ativismo, com a experiência de travestilidade e a defesa dos direitos da população LGBT. Alguns fatos relatados por Janaína Dutra são importantes para pensarmos sua travestilidade como uma categoria estigmatizada. Ela sofreu transfobia em diversos espaços.

O ativismo de Janaína Dutra junto ao movimento de travestis a faz se lembrada até hoje por ter colaborado para a formação do Grupo Asa Branca, ter exercido a profissão de advogada no Grab, ter fundado a Atrac junto com Thina Rodrigues e outras travestis, ter presidido a Antra. Também é lembrada por ter participado na elaboração do Programa Brasil sem Homofobia em parceria com o Ministério da Saúde. Janaína colaborou com a campanha “Travesti e Respeito” e o recebeu o título de primeira travesti a exercer a fundação de advogada no Brasil. Contudo, antes de tudo isso acontecer, Janaína precisou migrar de Canindé para Fortaleza, ainda muito jovem.

Durante o curso de graduação Janaína passou por algumas situações transfóbicas e homofóbicas, como uma situação específica sobre o uso de roupas femininas na Universidade. Na ocasião, sua mãe compareceu junto com a mesma para conversar com a diretoria da instituição e, segundo Janaína Dutra, sua mãe, por ser professora, soube conduzir a situação perfeitamente, afirmando que sua filha não havia cometido nenhum crime ou desrespeitado as normas da instituição para que ela estivesse sendo chamada na diretoria. O ato transfóbico sofrido por Janaína por ter ido para a faculdade com roupas de padrão socialmente construída como femininas revelam a intolerância de pessoas cisgêneras que não respeitam as experiências de travestilidades.

Outro episódio transfóbico sofrido por Janaína foi quando a mesma estava em bar com um amigo. Na ocasião se apresentou como advogada e foi detida. Janaína foi conduzida até a delegacia. Segundo seu amigo, ele teve que ir buscar os documentos em sua casa e levar até a delegacia e, assim, a mesma foi solta. Contudo, a delegada foi transfóbica com a travesti. Na ocasião Janaína disse que foi tratada como uma vagabunda. Após ser solta, a delegada ainda compareceu à casa de Janaína alegando que a mesma havia chamado a delegada de vagabunda. Janaína retruca e diz que foi tratada como uma vagabunda. Aqui se revela como a força policial

age de maneira intolerante contra travestis. Como diz Júlia Silva Vidal (2019), trazendo o debate como as normas de gênero, quando essas normas são rompidas, como no caso das experiências de travestilidades, o sistema das leis e seus agentes passam a atuar criminalizando as travestis. Vidal (2019) nos leva para o debate sobre homicídios, inquéritos policiais e criminalização de travestis em Minas Gerais, e nos envolve no debate quando diz que:

[...]a indiferença policial na apuração de casos envolvendo o assassinato de travestis, a despeito de uma precariedade geral do sistema, reside nas representações negativas dessa população, de modo que sua morte tende a ser considerada como consequência inexorável de uma “vida de risco (VIDAL, 2019, 42).

Janaína não foi assassinada, contudo sua travestilidade traz à tona o cenário de risco que travestis encontram no Brasil. Os profissionais de segurança pública e do sistema de justiça criminal, no caso policiais e delegada não reconhecendo e não respeitando a identidade de gênero de Janaína, a conduzem para delegacia por não acreditarem que a mesma era advogada. Por ser uma travesti, supõem que a mesma não podia ocupar outro espaço se não fosse a prostituição. Criminalizar Janaína é ao mesmo tempo subalternizar as experiências de travestilidades, fragilizando suas existências e identidades, constituindo as travestis como criminosas. Foram muitos episódios como esses que impulsionaram Janaína a lutar em defesa dos direitos da população LGBT e, especificamente, das travestis e mulheres transexuais.

Em 1996, Janaína começou a frequentar espaços públicos institucionalizados com roupas femininas, vivenciando sua travestilidade. Visibilidade e glamour, os olhares de estranhamento e não reconhecimento de sua identidade feminina, eram um fator de precarização de sua existência.

Quando Janaína assume suas características da travestilidade, rompe com as convenções sociais da moral, passando a viver exclusivamente como Janaína Dutra e não com seu nome de registro civil. Assim, Janaína passou a lutar pelo seu nome social, embora nunca tenha conseguido ratificar seu nome junto à Ordem dos Advogados do Brasil. Conforme já observei, Janaína foi a primeira travesti até aquele ano a conseguir a carteira e filiação junto à OAB, mas na época da filiação ainda adotava o nome masculino e características masculinas.

Na década de 1980, Janaína teve os primeiros contatos com o ativismo LGBT, o que geraria posteriormente no ano de 1989 a sua participação no Grupo de Resistência Asa Branca, se tonando a vice-presidenta e assessora jurídica nas gestões de 1995, 1997, 1999 e 2001. Sua atuação junto ao Grab e com o título de bacharel em Direito, permitiu a Janaína frequentar grandes espaços em Fortaleza e no Brasil. Contudo, sua presença incomodava setores sociais, pois não era costumeiro encontrar uma travesti advogada no Brasil. Logo, durante boa parte de

sua trajetória, ela ainda aparecia em espaços públicos com trajes masculinos, buscando uma aceitação social.

Janaína, diante das várias situações de opressão, discriminação e estigma contribuiu para a atuação do Grab em 1989. Durante a epidemia da aids/HIV e todos os estigmas que envolviam travestis e homossexuais, a mesma se tornou militante dos direitos humanos dos homossexuais e travestis.

Vice-presidente do Grab, Janaína Dutra contribuiu para que o estigma da AIDS/HIV se convertesse em empoderamento de travestis e homossexuais. Significando um “passaporte” para que muitas travestis se tornassem educadoras sociais com pautas para a política da saúde e prevenção da doença, entre elas Thina Rodrigues, Dediane Souza, Renata Sampaio, Amanda Félix, entre outras travestis. As atividades do Grab buscaram transformar a vida de travestis dentro do campo do ativismo, das experiências de outros espaços que não fossem a prostituição, lugar tão “naturalizado” para as travestis. No Grab, se promoviam reuniões, palestras, oficinas para discutir temáticas como sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e religião.

O ativismo de Janaína ganha força e a mesma passa a fazer parte do Conselho Nacional contra a discriminação. Tal participação contribuiu para que ela ajudasse a construir, em 1998, a Lei 8.211/1998 de Fortaleza que proíbe à discriminação por orientação sexual nos espaços públicos e privados.

Em 1999 fez parte do Programa de Prevenção à Aids como supervisora do Grab. Com o apoio da ENTALAIDS, no mesmo ano ajudou a Coordenar o VII Encontro Nacional de Travestis e Liberados que trabalham com Aids em Fortaleza. Esse encontro fortaleceu a criação da primeira Associação de travestis do Ceará. Em 2001, junto a Thina Rodrigues, Paula Costa e outras travestis, Janaína fundava a Atrac, presidindo a associação de 2001 a 2004. Sem sede própria, a Associação funcionava no prédio do Grab.

De certa forma, a epidemia da Aids/HIV no Brasil aproximou os movimentos sociais do estado. A relação de Janaína Dutra intermediando esse processo é um fator importante para sua liderança e sua participação dentro do Estado democrático. “A Aids foi construída culturalmente e houve uma decisão de delimitá-la como DST. Uma epidemia que surge a partir de um vírus.” (MISKOLCI, 2021, p. 23).

No ano 2000, o Jornal O Povo noticiou uma manifestação de travestis e homossexuais na sessão da Assembleia Legislativa de Fortaleza. Era o dia 06 abril, quando acontecia a

apresentação do tema da Campanha da Fraternidade³² proposta pela Igreja Católica, com o título “Dignidade Humana e Paz”. A sessão contava com representantes das igrejas cristãs participantes.

O protesto, organizado pela Grab, aconteceu devido a uma declaração do arcebispo de Fortaleza dom José Antônio Aparecido Tosi Marques ao Jornal O povo no dia 21 de março, dizendo que “o homossexualismo seria uma deformação”. Na ocasião da manifestação levaram um pedido escrito de retratação para entregar ao arcebispo, que não compareceu ao evento. O documento foi, então, entregue ao representante o padre Antônio Almir Magalhães de Oliveira.

O presidente do Grab na época, Orlaneudo Lima, disse que “o arcebispo acentua a discriminação do homossexual. Isso só vem cada vez mais reforçar o preconceito e a violência contra os homossexuais, por que os coloca como doentes como marginais, como pessoas que têm que ser eliminadas” (JORNAL O POVO, 2000, 11A).

Meses depois, no dia 24 de agosto do ano 2000, Janaína Dutra, então dirigente do Grab, lançou uma cartilha contra preconceito e discriminação na Câmara Municipal de Fortaleza. A matéria trouxe a imagem de Janaína na tribuna. Com cabelos longos e postura firme, ela se pronunciou em defesa dos direitos humanos. A matéria foi noticiada pelo Jornal O Povo (2000, 4A) do seguinte modo:

Cidadania, dignidade e respeito foram as palavras-chaves no lançamento da cartilha. “Direitos humanos é também direito às diferenças”, ontem na Câmara Municipal de Fortaleza, realizado pelo Grupo de Resistência Asa Branca (Grab- Movimento Homossexual do Ceará). A cartilha esclarece a lei 8211, que prevê defesa da liberdade de orientação sexual, de autoria do vereador Durval Ferraz (PT), indica as formas de denúncia, quem pode ser denunciado e quais as penalidades previstas. (JORNAL O POVO, 2000, 4A).

A lei 8211 prevê punição à discriminação por orientação sexual em Fortaleza. Essa lei foi promulgada no ano de 1998, contudo foi regulamentada apenas no ano 2000. Sendo pouco conhecida pela população, a cartilha tem por objetivo orientar a população a denunciar qualquer tipo de discriminação por homofobia.

Segundo Jornal O Povo (2003):

Os representantes do Grab afirmam que “carregar a bandeira da liberdade sexual é carregar a bandeira da humanidade”. Homossexuais e bissexuais são vítimas de desrespeito em vários setores. Muitos abandonam escolas e cursos por causa da discriminação. Segundo Janaína Dutra, dirigente do Grab, até mesmo as campanhas públicas de prevenção de doenças são discriminatórias, Janaína é travesti. (Jornal O Povo, 2000, 4A).

³² Há uma contradição entre o tema da Campanha da Fraternidade com a fala do arcebispo. Enquanto a campanha pede Dignidade Humana e Paz o arcebispo acentua a violência contra grupo vulneráveis. A resistência do Grab diante da declaração do arcebispo foi abordada por Veras (2019).

Essa ação do Grab entregou dez mil cartilhas e mil cartazes, financiados pela Câmara Municipal de Fortaleza, em restaurantes, motéis, cinemas e lojas em toda a cidade. E ainda no mesmo ano o Grab lançou em parceria com Ministério de Educação a campanha de prevenção de doenças.

Imagem 05 – Fotografia, Janaína Dutra e outras travestis.



A advogada Janaína Dutra, na avenida Beira Mar, durante abordagem a outros travestis

Jornal O POVO (2003)

Em 2001, Janaína assinou o Estatuto Nacional de pessoas que vivem com HIV/Aids, com núcleo no Ceará. Realizou com outras travestis o Projeto Passando Batom: construindo cidadania. Entre os anos de 2002 a 2004, presidiu a Articulação Nacional de Travestis e Mulheres Transexuais (Antra). Em 2004 integrou a equipe para a elaboração do Programa Brasil sem Homofobia.

“Travestis se organizam para garantir cidadania” é a chamada da matéria do Jornal O Povo (2003, p.9) anunciando que as travestis em Fortaleza e na região Metropolitana participaram da campanha de prevenção e organização social. Em parceria com o Grab e com a Atrac cursos e oficinas foram ministradas. Conforme aponta Veras, o tempo da cidadania das travestis (VERAS, 2019) chegou e o ativismo tomou as ruas. O que assistimos a partir da ação de Janaína e de outras travestis é que as ruas agora não são só palco de prostituição, mas também de prevenção, de campanhas e luta por direitos. As alianças em torno de organizações,

instituições e associações são consideradas pelo historiador como a filha “dos tempos das perucas e do tempo dos hormônios” (2019, p.199). O autor sugere o tempo da cidadania travesti: “A atuação local e nacional de Janaína Dutra, falecida em 2004, exemplifica esse novo momento da história das experiências trans em Fortaleza e no Brasil, que poderia ser chamado de tempo da cidadania travesti.” (VERAS, p. 2019, p.199).

A entrega da cartilha nas ruas da cidade, falando sobre cidadania, direitos humanos, saúde, prevenção e uso indevido de drogas são pautas desse primeiro movimento de travestis. Segundo o Jornal O Povo:

Janaína Dutra, 41, travesti que não se intimida com o preconceito sofrido pelos homossexuais e vai à luta. Está à frente da Associação dos Travestis do Ceará (Atrac) e na assessoria jurídica do Grupo de Resistência Asa Branca (Grab). Entidade que completa 14 anos em março próximo, trabalha em defesa dos gays, lésbicas e travestis, além daqueles que sofrem qualquer discriminação por sua orientação sexual³³ (JORNAL O POVO, 2003, p.9).

Antes da realização dos cursos promovidos pela Grab, algumas estratégias foram construídas pelo movimento para identificar o perfil das travestis em Fortaleza, como a aplicação de questionário socioeconômico. O instrumento permitia identificar a escolarização, a profissionalização e a renda. Foi a partir desse resultado que “indicou a necessidade de promover curso, e foi o que o Grab e a Atrac decidiram fazer” (JORNAL O POVO, 2003, p.9).

Outras parcerias surgiram para as duas instituições, tornando o trabalho visível a nível nacional. O Ministério da Saúde, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Senac contribuíram para a realização de diversas formações profissionalizantes, entre as quais: “Cursos de cabeleireiro, confecção de bijuterias, doces e salgados, depilação, manicure e de informática.” (JORNAL O POVO, 2003, p.9). Os cursos possibilitam a formação e autonomia financeira das travestis, dando elas outras escolhas, para além da prostituição. Segundo Janaína Dutra:

Nossa meta é melhorar a qualidade de vida das travestis. A cidadania e a busca do conhecimento são alternativas à prostituição. A prostituição um dia acaba, não é para a vida toda. Defendo uma política de cotas que garantam participação das travestis no mercado de trabalho, além de políticas públicas que obriguem as escolas a ensinar o respeito à diversidade (BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004, p.8).

Inserir travestis nos espaços institucionais formais era uma meta importante para luta do movimento social liderado por Janaína. Assim como tantas outras travestis foram inseridas no mercado de trabalho, na escola e na universidade, em 2004 a travesti Eskarlett Ohara, na

³³ A reportagem do Jornal O Povo trata Janaína Dutra com o nome masculino e as travestis com o artigo masculino. Isso revela o não respeito a identidade feminina das travestis. O que reforça a necessidade da época e de hoje pelo respeito do uso do nome social e da mudança da documentação. Essa sendo umas das pautas mais importantes dentro do próprio movimento.

época com 26 anos, passou a trabalhar como multiplicadora no Grab. Durante o 22º *Candlelight*³⁴ revelou que “desde que comecei com esses trabalhos sociais, aprendi muito. Aprendi a exigir meus direitos e sei dos meus deveres.” (JORNAL O POVO, 2004, p. 11). Na mesma matéria, o jornal ressalta a importância de Janaína Dutra como ativista em defesa dos direitos humanos e das travestis e que foi ela quem deu os primeiros passos para orientar as travestis. As ações de Janaína se multiplicaram, o que levou a mesma conseguir parcerias em nível nacional.

Como na época Janaína também estava presidindo a Antra, sendo a primeira nordestina a exercer a função, ela inseriu a seguinte frase nos cartões que distribuía “Dê um passo à frente e previna-se. Busque também uma profissão. Seja consciente.” (JORNAL O POVO, 2003, p. 9). Esses cartões faziam parte da campanha Cidadania e Direitos Humanos para Travestis.

As Travestis passaram a se reunir com o objetivo de enfrentar o preconceito, discriminação e estigmas. A grande necessidade de combater as violências, DST's/Aids, gerando trabalho, renda e profissionalização das travestis produz uma rede de ativismo na cidade de Fortaleza. Segundo o Jornal O Povo (2003), calculava-se em torno de 500 travestis no Ceará, e em Fortaleza concentravam-se 400. Esses números revelam também o processo de migração de muitas travestis para os centros urbanos. Conforme Janaína Dutra declarou ao O Povo (2003):

A discriminação da sociedade e da própria família os afasta dos locais onde nasceram. Buscam as cidades de maior porte, uma vez que o principal meio de sobrevivência se torna a prostituição. Daí a preocupação de intensificar as campanhas de prevenção das Doenças Sexualmente (DSTs e Aids)” (JORNAL O POVO, 2003, p. 9).

A luta em vida de Janaína Dutra se encerrava em 2004, quando por problemas pulmonares, pneumonia, faleceu. No culto ecumênico de sétimo dia que aconteceu na sede do Grab, o presidente do grupo Orlaneudo Lima, segundo o Jornal O Povo (2004), revelou que “Janaína foi uma das pioneiras na luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Atualmente, ela integrava o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (JORNAL O POVO, 2004, p. 5). Infelizmente Janaína foi enterrada sem conseguir sua retificação do nome social. Sua lápide ainda leva o nome de Jaime Cesar Dutra Sampaio.

³⁴ Vigília e Mobilização Mundial em Solidariedade às pessoas afetadas pela Aids. O Evento desde ano aconteceu no Centro do Dragão do Mar, em que reunia familiares e amigos de vítimas do HIV/Aids. Em parceria com entidades da sociedade civil, tinha por objetivo sensibilizar o poder público por maior apoio as pessoas com HIV/Aids.

Como diz o antropólogo Alexandre Fleming Vale (2005): “quem poderia imaginar que um dia uma travesti pudesse discursar em fóruns nacionais e internacionais”. Janaína foi essa pessoa e abriu portas para tantas outras travestis cearenses. Muitas delas não conheceram, talvez não conheçam, ou nunca irão conhecer Janaína. Sua presença no meio da advocacia causou um impacto para os padrões da binaridade de gênero. Simpson (2011) ressalta que Janaína expressava o estranhamento que causava no meio por ser travesti. Segundo Simpson, Janaína comentou:

É mais fácil você contratar um advogado que fale grosso, que tenha bigode, que coce o saco, do que essa metamorfose ambulante, esse objeto não identificado que, quando você olha diz: “é um homem? É uma mulher? É uma sereia? É um tubarão? É um macho? É uma fêmea? E, o que me faz sentir bem como a minha travestilidade é essa androginia que passo para as pessoas, de ser uma metamorfose ambulante, de não ter um contexto, uma definição. “Eu sou aquilo que seus olhos veem” (SIMPSON, 2011, 117).

Janaína Dutra deixou um legado direto ou indireto para o ativismo e para outras travestis cearenses. “Era ativista, há mais de 10 anos, na luta contra a homofobia e a aids. Ela morreu no último domingo”. (JORNAL O POVO, 2004, p. 5). Conhecida internacionalmente, Janaína não somente era isso como era uma pessoa que acreditava na solidariedade e na fraternidade como princípio moral. “Tomou conta para si a tarefa de contribuir em um trabalho cujo intuito coincidia com as reivindicações de sua militância, ou seja, conferir visibilidade a um grupo.” (VALE, 2005, p. 120). Inserindo as pautas no Grupo de Resistência Asa Branca reivindicava a aparição pública das travestis nos espaços de Fortaleza. Participando do Primeiro Simpósio de Interação Universidade-Sociedade, realizado no dia 19 de junho de 2001 em Fortaleza, na qual pôde expressar toda sua luta quando expôs para todos o trabalho desenvolvido pelo Grab.

Em declaração ao Jornal o Povo (2011), Francisco Pedrosa afirmou que o maior legado de Janaína é a valorização da população LGBT perante a sociedade, porque ela ressaltava a importância dessa população não se esconder e nem ter vergonha de ser o que são. Sendo necessário fortalecer a luta junto ao ativismo. “Tem algo que define bem Janaína: ela era sim, uma dama de ferro, mas era uma dama de flor também, pois era extremamente dura quando precisava ser, mas também extremamente doce”. (JORNAL O POVO, 2011, p. 5).

Ressaltando o legado de Janaína, Francisco Pedrosa declarou ao O Povo (2011)

O maior respeito que os travestis e demais grupos dedicados à diversidade sexual vem alcançando hoje é um reflexo direto da atuação que Janaína Dutra desempenhou, sobretudo por sua participação a frente de entidade e por mostrar a essas pessoas outras perspectivas de vida além da rua. Janaína não era contra a prostituição, mas defendia que os travestis estudassem e tivessem uma profissão, até mesmo para serem mais respeitados. (JORNAL O POVO, 2011, p.5).

Na mesma matéria Francisco Pedrosa declarou “hoje tem muita gente dedicada a esta causa, mas a Janaína sempre vai fazer muita falta.” (JORNAL O POVO, 2011, p. 5). A luta de Janaína Dutra fez e faz parte do cenário de Fortaleza e dos diversos espaços da Atrac, Grab e CRLGBTJD. A mesma contribuiu para mudar a imagem das travestis e mulheres transexuais no cenário estadual e nacional. Mesmo que o cenário atual não seja favorável à vida e direitos dessas categorias, Janaína plantou uma semente para cidadania das travestis, rompendo com preconceitos, melhorando autoestima, a visão de futuro e a garantia de direitos.

Para além das menções a Janaína na mídia de massa, encontramos referências a sua atuação em blogs. No dia 28 de janeiro de 2015, Nildo Correia, jornalista/blogueiro e produtor cultural responsável pela Parada do Orgulho LGBTQI+ de Macéio escreveu uma matéria em seu Blog Diversidade: “ASSOCIAÇÃO DAS TRAVESTIS DO CEARÁ (Atrac). O evento marcará e celebrará dia nacional da Visibilidade Trans em Alagoas³⁵”. A matéria foi escrita com o objetivo de divulgar as ações que aconteceriam no dia 29 de janeiro de 2015. Desse modo, o IV Encontro da Visibilidade Trans na Educação promovido pela Secretária de Estado da Educação (SEE) de Alagoas, teve como objetivo a permanência do diálogo com gestores, instituições parceiras e movimentos sociais para realização de estudos das identidades Trans no Espaço Escolar.

Ao longo da narrativa do jornalista, Nildo Correia agradece todas as Travestis que lutaram ao longo da história pelos direitos no Brasil. Na ocasião cita Janaína Dutra:

Gostaria de relembrar in memoria alguns nomes que foram as rainhas do movimento, como a Deusa: Brenda Lee (SP), Charla Novi (RJ), Janaína Dutra (Fortaleza), Hanna Zuzart (RJ), Claudia Wonder (SP), Chacrete (RJ), Marcela Prado (Curitiba), Michele Marry (Salvador) entre tantas que já partiram deixando lembranças.

O reconhecimento de Janaína Dutra em outros estados do Nordeste traz para o centro do debate sua trajetória de vida e luta pelos direitos políticos, civis e sociais de Travestis. Para que elas possam ocupar os espaços para além das ruas e da prostituição. Citando tantos outros nomes de Travestis que ganharam destaque na prostituição, na televisão, na arte e na música, o jornalista destaca o que ele chama de “eterna Dama de Ferro, Janaína Dutra.”

Janaína deixou um legado pós-morte. Entre as contribuições que a tem como referência estão: a) a Criação da Lei Municipal de Fortaleza Nº 9.548/2009 Semana Janaína Dutra; b) a criação do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra em 2011; c) a Instituição do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra; d) a criação, por meio da Lei 15.481, de

³⁵ Blog Diversidade. [Evento marcará e celebrará dia nacional da Visibilidade Trans em Alagoas](http://diversidade.blogsdagazetaweb.com/tag/associacao-das-travestis-do-ceara-atrac/). Disponível em: <http://diversidade.blogsdagazetaweb.com/tag/associacao-das-travestis-do-ceara-atrac/>. Acesso dia 02 de julho de 2021.

19/12/2017 da Semana Janaína Dutra de Promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero no Estado do Ceará, em 2019; e) a I Formação Semana Janaína Dutra, pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC); f) a formação para os professores da rede estadual de ensino, em 2020; g) a II Formação Semana Janaína Dutra, pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) - formação para os professores da rede estadual de ensino; h) em 2021 a III Formação Semana Janaína Dutra, pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) - formação para os professores da rede estadual de ensino e I) o Observatório ABGLT Janaína Dutra. Para além das menções jornalísticas e reconhecimentos públicos na forma de leis e eventos, em 30 (trinta) de novembro de 2021 a plataforma Google fez uma homenagem aos 61º anos de Janaína Dutra, utilizando com Doodle³⁶ em sua homenagem.

O legado de Janaína não se encerra com sua morte. Suas filhas, companheiras e amiga de luta continuaram seu legado. As Travestis entram no ativismo político por pautas de garantias de direitos, se opondo ao sistema heterossexista, cissexista, da binaridade, da misoginia, da cisgeneridade, do machismo, do patriarcalismo, do racismo e da transfobia, que as atacam e as exterminam. Lutam pelo direito à vida, pela identidade de gênero, ao corpo, ao nome e à dignidade humana plena. Elas não estão silenciadas, não estão paradas esperando a morte ou a política de extermínio, e nem ao Estado que as nega o direito de viver, porém em meio as dores se movimentam, se articulam, formam alianças e resistem. O ativismo é a dimensão mais visível da luta contra a opressão do sistema que as impede de viver.

3.3.A dama de Vermelho: Thina Rodrigues

Mulher, travesti, negra, militante, guerreira, presidente da ATRAC (Associação de Travestis do Ceará) deixa em nós uma imensa saudade e inúmeras recordações de luta cotidiana pela vida”, disse a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), por meio da Coordenadoria Especial para a Diversidade Sexual³⁷.

“Boca carnuda, pintada de batom vermelho cremoso. Foi a primeira coisa que vi, depois que os saltos atrasados pela vaidade subiram, fazendo barulho, as escadas do bar e sentaram, ainda afoitos, em uma cadeira na minha frente sem me olhar nos olhos”. É assim que Chloé

³⁶ Doodles são dispositivos de tecnologias utilizados em momentos de feriados, eventos, aniversários de pessoas famosas. Comumente é utilizado para prestar homenagem a alguém, ou se posicionar diante de um acontecimento. Disponível em: <https://googlediscovery.com/2021/11/29/janaina-dutra-lider-travesti-do-movimento-lgbt-ganha-doodle-do-google/>. Acesso dia 22 de março de 2022.

³⁷ Integrante da Associação de Travestis do Ceará, Thina Rodrigues, morre aos 57 anos. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2020/06/29/integrante-da-associacao-de-travestis-do-ceara-thina-rodrigues-morre-aos-57-anos>. Acesso dia 02 de julho de 2021.

Leurquin, em 2014, inicia a apresentação de Thina Rodrigues para a Revista Entrevista³⁸. A dama de vermelho ocupava a cena entre tantos estudantes de jornalismo da UFC. O encontro aconteceu no bar, como uma escolha de Thina. Contudo, ninguém imagina que seis anos depois a sua vida física chegaria ao fim.

Imagem 06- Fotografia, Thina Rodrigues



Portal³⁹ Defensoria Pública, acesso dia 25/08/2022.

³⁸ Revista Entrevista, 2014. Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36438/1/2014_art_trodrigues.pdf. Acesso em

³⁹ Portal Defensoria Pública do Ceará. “Somos comunidade para gerar outros caminhos e oportunidades”. <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/somos-comunidade-para-gerar-outros-caminhos-e-oportunidades/>. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

Até 18 de dezembro de 2021, segundo Portal G1⁴⁰, o Brasil registrou 617 mil mortes por Coronavírus/Covid-19. Os registros no Ceará foram de 24.794 mil mortos e entre esses estava Thina Rodrigues. Mesmo com medidas sanitárias rígidas durante a Pandemia entre os anos de 2020 e 2021, os números de mortes no Ceará atingiram fortemente a população mais vulnerável, dentro da qual se insere a população trans e travesti (SOUZA, 2021).

Apesar do forte impacto da Covid 19, durante a pandemia as ações de solidariedade, inclusive de Thina Rodrigues à frente da Atrac, “foram estratégias eficazes como uma alternativa de diminuição do contexto de fome e de solidariedade, de empoderamento coletivo e individual.” (SOUZA, 2021, p. 301).

A morte de Thina foi notícia em Portais Jornalísticos Virtuais Diário do Nordeste, Jornal o Povo e G1 Ceará. O Diário do Nordeste⁴¹ publicou no dia 29 de junho de 2020 a matéria escrita por Theyse Viana com o título “Thina Rodrigues morre aos 57 anos por Covid-19; travesti foi pioneira da causa LGBTI+ no Ceará”.

A matéria divulgada no Portal G1⁴² no dia 30 de junho de 2020 tem como título “Presidente da Associação de Travestis do Ceará morre por Covid-19. Thina Rodrigues, de 57 anos, sofreu uma parada cardíaca e não resistiu ao agravamento da doença.” (G1, 2020). Durante a pandemia do Covid-19, corpos de travestis ficaram sujeitos à precariedade e à vulnerabilidade. A morte de travesti traz para o centro do debate que corpos de travestis e de pessoas negras estiveram mais vulneráveis a doença.

Ainda em relação as mortes por Covid-19 no Brasil, segundo o portal virtual Fiocruz⁴³, (apresentando dados segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), morrem duas vezes mais negros e negras do que brancos no Brasil em decorrência da Covid-19. Esses dados revelam a ausência de ações governamentais que protejam as vidas negras. A travesti Dediane Souza (2021) em *“Entre a casa e a rua: um olhar sobre solidariedade entre travestis*

⁴⁰ Portal G1, São Paulo. Mortes e casos de Coronavírus nos Estados. Dados atualizados às 20h de 18/12/2021. Disponível em <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso dia 19 de dezembro de 2021.

⁴¹ Portal Diário do Nordeste. Thina Rodrigues morre aos 57 anos por Covid-19; travesti foi pioneira da causa LGBTI+ no Ceará 29 de junho de 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/thina-rodrigues-morre-aos-57-anos-por-covid-19-travesti-foi-pioneira-da-causa-lgbti-no-ceara-1.2960673>. Acesso dia 02 de junho de 2021.

⁴² Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/06/30/presidente-da-associao-de-travestis-do-ceara-morre-por-covid-19.ghtml>. Acesso dia 19 de dezembro de 2021.

⁴³ Portal Fiocruz. Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso dia 10 de julho de 2022.

em tempo de pandemia” observou que os corpos das travestis durante a pandemia também foram corpos deixados para morrer.

No mesmo dia do falecimento de Thina, a Coordenadoria Especial para a Diversidade Sexual lançou uma nota de pesar anunciando o falecimento da ativista dos direitos das travestis e mulheres transexuais. Em nota de pesar, a Coordenadoria Especial para a Diversidade Sexual, sob o comando de Dediane Souza observou que “a Coordenadoria Especial para a Diversidade Sexual tem orgulho de Thina e sente pela morte dessa mulher forte e valorosa” (PORTAL G1, 2020). Lamentando a perda ativista ressalta: “Mulher, travesti, preta, guerreira, deixa em nós uma imensa saudade e inúmeras recordações nas trincheiras dessa guerra que é lutar cotidianamente pela vida” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

O Jornal O Povo⁴⁴ no dia 30 de junho de 2020 traz a matéria “Morre presidente da Associação de Travestis do Ceará, Thina Rodrigues, por Covid-19A. Militante travesti é figura histórica para o movimento LGBTI+ no Ceará e estava internada em uma UTI no HGF”. (JORNAL O POVO, 2020). As três reportagens fazem referência a importância de Thina para o movimento LGBT no estado e o seu ativismo junto a Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará.

Thina Rodrigues nasceu em Brejo Santo, município localizado no interior do estado, a 502,4 km de Fortaleza. Foi expulsa de casa aos 17 anos e, então, passou a morar na Capital. A expulsão ocorreu porque a sua mãe e o seu padrasto não aceitaram a sua orientação sexual e nem a sua identidade de gênero. O diálogo por ocasião da expulsão transcorreu do seguinte modo: “-Você vai voltar, você vai ver. (Thina responde) -Minha mãe, nunca mais eu volto”. Eu tenho 52 anos e não voltei pra casa. E olhe que eu tinha 17.” (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 32).

Apesar da expulsão, sua mãe enviou todos os seus irmãos irem morar com Thina na capital do Ceará, o que fez com que ela trabalhasse para sustentá-los. Segundo Thina, a relação com sua mãe já era difícil antes de sua travestilidade. Quando sua mãe presenciou uma relação de afeto entre Thina e um garoto, ainda na adolescência, ela foi violentamente atacada pela mãe.

⁴⁴ Jornal O Povo. Morre presidente da Associação de Travestis do Ceará, Thina Rodrigues, por Covid-19. 29 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/06/29/morre-presidente-da-associação-de-travestis-do-ceara--thina-rodrigues--por-covid-19.html>. Acesso dia 02 de junho de 2021.

Thina desde criança demonstrava sua feminilidade. Em termos de suas experiências afetivas, seu primeiro beijo foi com uma garota, a Toinha. Thina conta que se apaixonou por ela, porém Toinha não a quis. Thina, na época, ainda vivia em com uma identidade masculina.

Quando migrou para Fortaleza, a entrevistada relatou que não queria ser gay e a todo tempo dizia para si mesma “não vou ser esse negócio, não. Eu sou é homem”. Em meio ao ambiente urbano, no início só estudava e trabalhava. Até quando experimentou pela primeira vez ir a um cine pornô, quando naquele mesmo espaço um homem pegou em sua mão e ela saiu correndo para casa. Ao chegar em casa, cheirou sua mão e voltou à procura do homem no cinema, mas ele não se encontrava mais no espaço. Em termos do seu primeiro caso com um homem, ela conta que foi com Aderaldo. Na época Thina se reconhecia como homossexual.

Segundo ela, seus irmãos foram os primeiros a aceitarem sua identidade de gênero, mas Thina acreditava que essa aceitação foi pela dependência que eles tinham, logo, precisavam aprender a conviver com sua travestilidade. Contudo, ela ressaltou que um dos seus irmãos nunca deixou de ser homofóbico:

Desses meus irmãos, tem um que é homofóbico. Ele não gosta. Ele não gosta de viado, não gosta de lésbicas. Ele não gosta e eu aceito do jeito que ele é. Não tem como explicar. (...) Ele me respeita como irmão e como mãe, porque fui eu quem criei eles, então tem um respeito diferente (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 44).

Thina revelou que a relação com sua avó foi bastante importante para sua trajetória de vida, como uma referência. Sua avó era marcada por falas verdadeiras e em um dos seus conselhos Thina relatou: “Meu filho, você já é pobre, já é preto, tem tanto preconceito. Meu filho já vai virar negócio de mulher, então faça as coisas direitinho.” (REVISTA ENTREVISTA, 2014, P. 43). A aceitação da sua avó com sua travestilidade foi acontecendo a partir do momento que a matriarca presenciou Thina vestida com roupas femininas. Em um determinado dia, conta Thina, ao sair do quarto vestida de mulher foi flagrada pela sua avó, que começou a chorar. Porém, Thina foi sagaz e disse:

“Mãe, pelo amor de Deus, eu faço teatro”, “Ai é meu filho?” “É, você não assiste às novelas? Então, eu faço aquele negócio das novelas. Qualquer dia eu vou fazer aquelas novelas.” Ela começou a ir aceitando assim. Eu levava minha avó pras boates, pra ver os shows. Era uma figura, a minha avó. Ela me via dançar, bebia cerveja, dançava, aí foi mais fácil. Foi mais fácil do que com a minha mãe.” (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 44).

Sua relação com os sobrinhos é marcada por respeito. Enquanto as sobrinhas a chamam de tia, o sobrinho a chama de tio. Assumindo assim, pronomes de gênero masculino e feminino. Sua primeira relação sexual ocorreu durante um programa, o que causou sofrimento. Contudo, segundo ela, teria abraçado a causa: Thina se prostituiu por retorno financeiro, por prazer e por

necessidade de ajudar sua família e outras travestis. Ela se prostituiu para manter o funcionamento da Associação de Travestis do Ceará. Com o dinheiro da prostituição ela mantinha a associação, pagava água, luz e aluguel. Colaborando com as despesas durante sua atuação enquanto presidenta.

A prática da prostituição de travestis no Brasil, segundo as bases de pesquisas antropológicas (KULICK, 2008) são marcadas por múltiplos fatores, experiências e vivências. No caso da experiência de Thina, sua motivação vai além do retorno financeiro, é marcada pelo afeto, pelo ativismo. Em relação ao episódio de expulsão de casa pela mãe, observo que o fato é muito comum com jovens travestis quando começam a vivenciar as experiências de travestilidades. “Geralmente, entre 13 a 16 anos, as pessoas trans fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e construção de redes de sociabilidade.” (BENTO, 2017a, p. 234). Isto é exatamente o que aconteceu com Thina: sua mãe a expulsou, ela migrou para Fortaleza, e quando começou a vivenciar sua travestilidade encontrou na prostituição o caminho de ter uma renda financeira melhor.

Seu primeiro programa de prostituição aconteceu quando a mesma trabalhava na Praia de Iracema e na época se identificava como gay/homossexual. Sendo gerente de uma sorveteria, ela trabalhava mais de 12 horas por dia. Ela conhecia uma menina em frente à sua casa que se prostituía e a mesma a convidou para fazer programa. Depois desse convite, Thina trabalhou por 25 anos no ramo da prostituição. Conforme relatou:

Em frente à minha casa, tinha uma menina que se prostituía. Um dia ela chegou e disse: “Thina, mulher, tu quer fazer programa? Eu disse: “Mulher, quanto é? O programa era 250 no total e 100 pra ela. Eu dei meu telefone e depois o cliente ficava ligando só pra mim. Dentro de três dias na semana eu fazia o dinheiro que eu passava o tempo todo trabalhando. Então beijos, nunca fui nem pescar minhas contas. (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 41).

Vivenciar a prostituição enquanto uma travesti negra, se tornou quase uma regra na sociedade brasileira, “marginalizadas e esquecidas nos submundos, onde o preconceito existente na sociedade, hipócrita e camuflada, produzia a única fonte de renda” (REIDEL, 2017, p.118). A mulher trans Marina Reidel (2017) nos diz que muitas meninas travestis, assim como Thina, por serem expulsas de casa, da escola e da vida, foram excluídas da sociabilidade heteronormativa e as esquinas passaram a ser seus habitats. “Sofreram todas as consequências da ditadura militar, da violência do DOP e da polícia. Sobreviveram as violências múltiplas cometidas por não serem nem “isso ou aquilo”, nem mulher e nem homem”, (REIDEL, 2017, p. 118), por ser travesti.

Ao longo dos 25 anos de trabalho, Thina construiu muitas amizades com outras travestis. Isso possibilitou que ela assumisse uma posição de matriarca entre as travestis mais

novas e fizesse que a mesma se definisse como mãe das meninas. Thina, contudo, não se considerava uma cafetina e tinha, sim, um laço de maternidade. Pode-se perceber isso na sua fala abaixo:

Não, não era cafetinagem. Eu era mãe delas. A mãe faz cafetinagem? Eu era mãe delas. Eu era madrasta delas – tá bom assim? Eu era madrasta onde eu tentava ensinar as coisas a elas: a educação, ensinar a se vestir, a se comportar. Tinham regras também na minha casa. Você não podia chegar depois das dez horas da noite. Tinham todas essas coisinhas, porque já que eu não cobrava e não era cafetina – porque na casa da cafetina você pode dormir a hora que quiser. Você tinha de levantar sete horas da manhã e fazer alguma coisa. Tinha um papel lá: banheiro; quintal; cachorro, tudo tinha essa coisa (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 40).

Thina recorre ao laço da maternidade para justificar sua relação de cuidados com as travestis que viviam com ela. Em seu discurso, a maternidade parte do princípio do cuidado, do zelo e das regras impostas e os programas que as meninas faziam serviam para o sustento coletivo da casa.

Em termos de sua atuação, Veras observa que na década de 1980 ela frequentou os palcos das boates e das avenidas, como transformista e como profissional do sexo. (VERAS, 2019, p. 184). Thina considera esses espaços democráticos, porque neles as travestis não são discriminadas.

Thina relatou a Veras (2019) que em um episódio durante um evento “Miss Simpatia 88” foi presa. Tratava-se de uma época quando ela ainda era transformista, tinha 25 anos, e assumiu o nome de Tina Tunner. Reagindo à prisão, ela e outra amiga se deixaram fotografar. “Tendo, ao fundo, um outdoor com a imagem de um policial acompanhada da seguinte frase: Para você este é um rosto amigo. Para os marginais é a face da lei.” (VERAS, 2019, p. 189). Segundo Veras, na época a matéria foi divulgada no Jornal Diário do Nordeste com o título “Gays denunciam a perseguição da PM no Centro⁴⁵”.

Sua prisão é um grande marco para o início do seu ativismo em defesa dos direitos de travestis e mulheres transexuais em Fortaleza: “Thina também elegeu sua prisão, em 1988, como “marco” para seu ingresso na luta pelos direitos das travestis no Ceará.” (VERAS, 2019, p. 192). Em sua entrevista à Revista de Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 10 de abril de 2014, Thina relatou:

Eu comecei a militância em 1988 – essa data eu não esqueço nunca. Todo homossexual e toda travesti que estavam na rua eram recolhidos para serem presos. Foi daí que eu comecei a militar. Eu fui ao Jornal Diário do Nordeste fazer uma reportagem a respeito disso, que eu achei um absurdo. Porque nós tínhamos o direito de ser o que a gente queria ser. Principalmente a gente que é travesti, que é diferente de um homossexual, diferente de uma lésbica – porque, se eles quiserem ficar no armário, eles podem ficar o tempo todo que quiserem, só se declaram se quiser. E

⁴⁵ Gays denunciam a perseguição da PM no Centro. Diário do Nordeste, Cidade, 23 set. 1988, p. 17. (VERAS, 2019, p. 188)

nós, travestis, não. A gente dá a cara à palmatória, a gente assume a identidade de gênero e não tá nem aí pra ninguém. Então, foi daí que eu comecei a lutar pelo direito de todas as travestis (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.31).

Sua procura ao jornal demonstra a importância da mídia na tentativa de sua fala chegar a outras pessoas. Na época “o dispositivo de estigma, operacionalizado pela imprensa” (VERAS, 2019, p. 180) reproduzia o discurso que travestis eram marginais, perigosas e causava desordem, criando uma imagem de controle de travestis. Segundo ela sua prisão aconteceu por ser quem era, Travesti. “o dispositivo do estigma fazia operar, em torno da prática da prostituição travesti, antigos discursos de patologização e criminalização das experiências e práticas travestis.” (VERAS, 2019, p.169). Ao patologizar as experiências de travestis estas são colocadas no estado de doença, precisando de diagnóstico, tendo suas vivências tuteladas como problemas a serem tratados.

A denúncia de Thina fez com que a mesma repensasse a efetividade dos direitos humanos, pois para ela as travestis os direitos das travestis sempre foram negados. Segundo Veras (2019) “Thina deixava claro que a polícia não protegeria as travestis: pelo contrário, as travestis que se prostituíam na rua eram alvo de constante violência por parte da polícia.” (2019, p. 192).

Com uma trajetória de vida marcada pelo ativismo, lutando contra preconceitos e discriminações desde 1988, ela “construiu o seu presente político como consequência do seu passado de perseguições e de violências policiais.” (VERAS, 2019, p. 192). Sua resistência diante desse episódio, traz o escândalo como estratégia de luta, de microresistência. Veras (2019), ao entrevista-la, revela que Thina usa o escândalo como mecanismo de denunciar as violências e perseguições de policiais. O escândalo como contradiscurso⁴⁶ se tornou um mecanismo de resistência de travestis em benefício de travestis (KULICK, 2008).

Em meio a um cenário de violências, perseguições e da epidemia da AIDS/HIV, Thina encontra um modo de político de agir, de resistir, de protagonizar o ativismo junto com outras Travestis. Nos anos de 1990 o dispositivo de estigma no cenário da AIDS/HIV Thina, assume um papel no Grab de multiplicadora social.

Religiosos, a mídia, a sociedade em geral produziram “imagens de controle” (COLLINS,2019) de travestis e homossexuais, contribuindo para a construção de uma narrativa discursiva relacionando a epidemia a “castigo divino, que recaía como punição sobre

⁴⁶ Veras (2019) realiza uma investigação de contra análise da produção discursiva em relação as experiências de travestilidades. Ele investiga fontes jornalísticas com reportagens de destaque trans. Sua análise é permeada de múltiplas experiências e práticas contra discursivas e resistências de travestis. Na época a imprensa operacionalizou um dispositivo de estigma, na qual apresento como imagem de controle (COLLINS, 2019; BUENO, 2020) de travestis.

homossexuais e travestis” (VERAS, 2019, p. 195). Contudo, ao mesmo tempo surge um contra discurso, o ativismo político de travestis e homossexuais possibilitou a abertura de espaço para que pautas relativas à sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero se inserissem em novos espaços institucionais. O ativismo e lideranças travestis criaram visibilidade acerca das travestilidade. Foi dentro desse cenário que Thina encontrou o Grab, onde começou a atuar como multiplicadora social em 1990.

Segundo Veras, no Grab Thina discutiu questões “relacionadas à sexualidade, religião e doenças sexualmente transmissíveis, contudo destacou-se no trabalho de amparo às pessoas vivendo com HIV/Aids e na luta contra as violências às quais estavam sujeitos os homossexuais.” (VERAS, 2019, p. 196). Elas saíram das ruas, dos pontos noturnos de prostituição e passaram ocupar as ruas lutando e reivindicando direitos civis, sociais e políticos⁴⁷. “Viver na marginalização da noite, nas ruas e nas esquinas, como mariposas, de salto ou em guetos” (REIDEL, 2017, p. 118) não era mais a única opção. Elas passariam ocupar nesse tempo outras possibilidades de viver suas travestilidades.

A parceria de Thina com Janaína no Grab selou um elo entre as duas que culminaria na criação da Atrac em 2001. Quando a Atrac foi fundada por Janaína Dutra, Thina Rodrigues e Paula Costa, a associação funcionava na sede do Grab. Durante os anos de 2001 a 2004, Janaína Dutra presidiu a Atrac.

Após morte de Janaína, Thina assumiu a presidência da Atrac e permaneceu no cargo de 2004 a 2020. No trecho abaixo Thina fala de sua motivação diária para continuar na militância:

Acho que nasci com ela. A militância, você já nasce com aquilo: luta pelos direitos das travestis ou de outro segmento, aliás, que não é mais segmento, é população. Passei um período desistindo, pensando que não valia a pena. Mas, quando a gente vê as necessidades que as meninas (termo com o qual Thina se refere a outras travestis) têm, sendo barradas nos lugares, não podendo trabalhar na rua, não serem inseridas no mercado de trabalho, não terem condição de estudar nem estar na família...Então isso é a força que eu tenho de estar lutando mais. Tentando inserir a travestis no seu seio familiar. Porque tudo começa na família. A gente sente a necessidade da família. Da nossa família, nosso pai, nossa mãe. Eu tento inserir elas nas suas famílias primeiro. Porque, se a gente estiver inserida na família, a gente vai estudar, vai poder conseguir arranjar um emprego, ser inserida no mercado de trabalho e assim por diante. Porque, se sua mãe é a seu favor, então já tem tudo a crescer. A gente vê as dificuldades que as travestis têm, né? Com 16, 17 anos, os pais já não querem. A única coisa que sobra pra elas é a prostituição (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.31).

Como se vê, Thina recorre à ideia de existência, uma conexão com a ancestralidade como determinante para sua militância: “acho que nasci com ela”. Nascer militante e ativista é

⁴⁷ Em entrevista dada a Vale (2005), Janaína Dutra ressalta a importância do Grab na vida de muitas travestis, como um passaporte para a cidadania.

uma condição na medida que ela não pode abandonar a causa. Ao mesmo tempo, destaca a importância da família para as vidas das travestis, afirmando que com a aceitação da família há maiores possibilidades para que elas consigam estudar e trabalhar.

Como Janaína era advogada, vice-presidente do Grab e presidenta da Atrac, segundo Thina, “todo trabalho que a gente fazia quem ganhava fama era o Grab. Tudo era o Grab, nada era a Atrac.” Quando Janaína faleceu, Thina revelou que passou a lutar para a notoriedade da Atrac, para que todas as travestis e todas as pessoas soubessem que existia a associação.

Eu assumi e lutei para todo mundo saber que existia essa associação. As meninas até faziam: “Atrac? Que diabo é isso? É briga que a gente vai fazer? Daí eu fazia o trabalho de sensibilização e prevenção na pista (gíria para rua, local onde as prostitutas fazem programas). Foi daí que as meninas começaram a perceber que tinha alguém que lutava por elas. Que alguém representava elas nacionalmente (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.32).

Segundo Thina, “a Janaína de vez em quando ia na avenida e fazia esse trabalho com as meninas, mas ela não levava a equipe da Atrac. Ela levava o pessoal do Grab. É por isso que eu fico falando que o Grab tinha mais visibilidade do que nós.” (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.31). Sendo esse motivo que culminou na separação das duas instituições após o falecimento de Janaína Dutra.

Mas a separação maior foi essa, devido à força que eles já tinham mais que a gente, porque eles já tinham mais estrada. Tudo o que a gente fazia eles levavam a fama. Foi daí que eu resolvi tirar a Atrac da sede do Grab, porque a gente tinha uma sala lá. Começou a nossa guerra, entre os grupos. Quando nos separamos, a primeira reunião teve 110 travestis. As meninas estavam reunidas por um propósito, que sabiam que podiam confiar em mim. (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.32)

A saída da Atrac da sede do Grab gerou descontentamento, dificuldades, mas também resultou em novas alianças. As palavras de Thina são marcadas por confiança e afetividade, quando a mesma diz “se eu quiser fazer reunião em qualquer canto, as meninas vão. Nem necessito de um ambiente fechado pra fazer reunião, pra convidá-las pra se reunir: eu vou ao ponto delas, onde eu reúno cinco ou seis, e faço uma busca ativa, faço um trabalho” (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.32).

Thina acrescentou que seu trabalho de aconselhamento, de orientação e de ativismo foi marcado por muita luta, estigma e preconceitos de identidade de gênero e raça. Quando assumiu a presidência da Atrac, participava de eventos políticos, o que levou a mesma a atuar na Coordenadoria da Diversidade Sexual de Fortaleza, como assessora técnica do órgão. Nele, Thina ampliou sua luta em defesa dos direitos das travestis. Fazia busca ativa e realizava blitz nas ruas para conscientizar as travestis sobre transfobia, violência e mapear aquelas que estivessem em situação de vulnerabilidade ou que fossem usuárias de drogas.

Por diversas vezes Thina traz para o diálogo o que ela chama de formação na vida. “Eu sou formada na prostituição. Minha faculdade foi a vida. Eu não recebi conselho de ninguém, caí na vida com 17 anos” (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.33). Relatando sobre as diferenças existentes entre ela e Janaína por ser formada, ela diz que por não ter formação educacional formal sofreu dificuldades quando assumiu a presidência da Atrac. Algumas travestis associavam a sua atuação como brincadeira e ela precisava provar que era capaz. “Falaram que eu era analfabeta de computador e eu provei que eu era mais que eles pensavam. Eu sou representante nacional.” (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.33).

Em seu primeiro mandato diante da Atrac, ela buscou alianças com outras associações, entre elas a Aproce (Associação das Prostitutas do Ceará) e a ABC Vida (Associação Cearense de Portadores de Hepatites B e C). Os cursos profissionalizantes, palestras e circuitos de atividades fortaleciam a atuação de Thina, como ela mesma relatou em sua entrevista. “Quando tinha algum evento, alguma palestra, eu convidava um desses e me fortalecia para eu poder andar. Eu não andava só” (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.33).

No período que a Atrac se separou do Grab, Thina relata que sustentou a associação por meio da prostituição. Tratava-se, nos seus termos, de uma “questão de ego”.

Eu sustentava a associação da prostituição. Eu pagava 400 reais de aluguel, 100 de água, de luz, telefone, de tudo. Eu fazia prostituição e pagava. Eu não tenho vergonha de dizer isso. Não posso ter uma sede se o Governo Estadual, Municipal, não está me apoiando em nada. Então eu deixo na minha casa. Quando eu tiver algum dinheiro, eu vou em frente. Porque minha casa – não tenho nem vergonha de dizer – não tinha geladeira mais, não tinha fogão, porque eu tirava da casa pra botar na associação. Para provar que era presidente (REVISTA ENTREVISTA UFC, 2014, p.33-34).

A aliança entre as associações foi importante para que a Atrac conseguisse um espaço, uma sala/sede na Aproce. Contudo, a dúvida sobre o dispositivo de estigma da prostituição se lançou quando a Atrac foi para a Aproce. A imagem de controle da sociedade diante das travestis é o caminho da prostituição, assim, a proximidade entre as duas associações poderia de alguma forma alimentar essa imagem. Porém, a parceria, segundo Thina seria positiva, pois permitiria que as duas associações se ajudassem. Em entrevista ao Diário do Nordeste⁴⁸ Thina diz

Foi nas vivências pessoais e também na coletividade onde Thina encontrou força e fundou, há duas décadas, junto à ativista Janaína Dutra, a Atrac, a qual presidia até os tempos atuais. “Começamos a lutar pelo direito de ir e vir e de existir de todas nós. Passamos a ser protagonistas das nossas próprias histórias. A nova geração está vivendo o que construímos para ela, mas o preconceito não vai acabar. Cada menina

⁴⁸ Diário do Nordeste. Thina Rodrigues morre aos 57 anos por Covid-19; travesti foi pioneira da causa LGBTI+ no Ceará. 29 de junho de 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/thina-rodrigues-morre-aos-57-anos-por-covid-19-travesti-foi-pioneira-da-causa-lgbti-no-ceara-1.2960673>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

maltratada na escola, no posto de saúde, me machuca. A luta precisa continuar", sentenciou Thina, em novembro passado. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021).

Sobre a relação da Atrac e do Grab após a saída da associação do prédio do grupo, não se pode se esquecer a existência de tensões. Thina afirmou:

Eles lá e nós cá. Eu não sei se virou uma questão pessoal, não sei o que aconteceu, porque vários eventos que o Grab faz, eles não convidam a Atrac. Quando tá lá na mesa, falam que a gente não teve consideração de mandar nenhum representante. Ficam queimando a nossa imagem. Muitas vezes nós servíamos de papel de parede. Mas nós não somos papel de parede (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 33).

Como contraponto a essa declaração, a coordenadora do Grab em 2014, Dediane Souza, respondeu a equipe da produção da Revista Entrevista sobre a declaração de Thina. Dediane afirmou que:

Nós sempre convidamos a Atrac para os eventos que realizamos. Houve alguns ruídos de comunicação nos últimos anos, pois a presidente (da Atrac) Thina Rodrigues hoje está trabalhando na Coordenadoria de Diversidade de Fortaleza. Assim, achamos mais prudente convidar outros sujeitos trans [sic] que de alguma forma estejam envolvidos na militância. As nossas parcerias (do Grab com a Atrac) sempre estiveram firmadas, pois o nosso maior compromisso é a unificação para combater a discriminação de LGBT no Estado do Ceará. A Atrac é uma grande parceira nessa luta há vários anos (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 47).

Thina também relatou que por diversas vezes o Grab pagava as travestis para frequentar as reuniões. Por isso, elas preferiam ir para as reuniões do Grab ao invés da Atrac. Sobre essa situação Dediane Souza relatou:

O Grab vem fortalecendo vários sujeitos na luta LGBT (formação de Novas lideranças). Sabemos que é difícil manter-se em uma militância ou envolver-se em algumas pautas onde você não tem como pagar nem o transporte. Por esse e outros motivos (individuais), quando temos financiamento, apostamos nesse incentivo para garantia do transporte e do lanche da nossa população-chave. Esse incentivo não é um pagamento, e sim uma forma de ajuda de custo. Sobre o evento citado por Thina, não tenho lembranças se foi o caso. O Grab não tem competição com nenhuma organização no Ceará. Estamos há 25 anos com um trabalho consolidado de respeito aos nossos pares e de parcerias consolidadas com várias organizações, sejam elas LGBT ou não, governamental ou não (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 37).

Sobre o futuro da Atrac, Thina relata que outras travestis poderiam assumir a presidência, contudo haveria conflitos entre elas, o que impediria que assumissem esta posição. Sobre futuras lideranças ela afirma:

No momento, poderia até ter, mas elas não querem levar o trabalho da Atrac adiante. Elas querem se derrubar. Quantas travestis querem ser Thina? Eu sou alvo de muita inveja. Meu Deus, pra que tanta inveja? Eu agora tô rezando um terço e um dos mistérios é pras invejosas. Pra que derrubar, vocês não sabem construir, não? (REVISTA ENTREVISTA, 2014, p. 46).

Ao mesmo tempo que Thina trabalhou na Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, exercia a presidência da Atrac. Assumindo uma função pública no

Estado legalizado e do movimento social. Segundo ela não tinha nenhum problema em exercer as funções concomitantemente.

As ações da Atrac, sob a presidência de Thina, ocorreram mesmo durante a Pandemia do Covid-19. Segundo a matéria do Jornal O Povo⁴⁹ de 30 de junho de 2020, publicada por Domitila Andrade no caderno de Notícias:

Titular da coordenadoria e amiga de Thina, Dediane Souza conta que a articuladora diante da pandemia, seguia cuidando das travestis, em especial, das que permanecem realizando trabalhos sexuais. Thina estava, até precisar ser internada, à frente da distribuição de cestas básicas a essa população mais vulnerável. "Mas sempre com muito cuidado, ela era muito cuidadosa. Tinha uma coleção de máscaras, vivia passando álcool gel, chegava na sala já passando água sanitária", relembra.

Enquanto organizava os últimos detalhes para o sepultamento, que também foi realizado ontem, Dediane relembra a força e a alegria com que Thina sempre pontuou suas causas. Natural de Brejo Santo, Thina deixou a Cidade natal, após ser rejeitada pela família por conta da própria sexualidade. Em Fortaleza, começou a ser transformista aos 22 anos e, aos 25, iniciou as mudanças no corpo. Na década de 1980, em plena Ditadura Militar, foi presa por ser travesti.

"Ela representava uma maternidade pra gente. Foi uma travesti que viveu a ditadura, foi presa, que teve muitos confrontos por conta da própria identidade de gênero, mas que também teve e ocupou muitos espaços onde nunca se imaginou ter uma travesti. Foi homenageada em Assembleia Legislativa, foi pauta de debate na Câmara Municipal, figura importante do ativismo nacional. Ela é um misto de muita coragem e ousadia, mas também de muita alegria, doçura e irreverência", define a coordenadora. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021).

A reportagem é atravessada por relatos de Dediane Souza, nos quais a mesma faz referência à importância de Thina no campo do afeto, quando a define com a relação de maternidade e para o cenário do ativismo nacional. Thina enfrentou a ditadura, a sociedade, a família, o sistema heteronormativocisgênero e a pandemia do Covid-19.

A importância de Thina Rodrigues para o ativismo no estado do Ceará se faz visível na criação do Centro de Referência LGBT, que recebeu o nome da ativista. No dia 08 de outubro de 2021 foi dado início aos atendimentos do centro. Data esta que coincide com o aniversário de nascimento da militante.

Inaugurado no dia 13 de dezembro, o equipamento está localizado no Bairro Papicu, em Fortaleza. O centro contempla atividades e serviços ao público, como atendimento psicológico, autotestes para HIV, sífilis, hepatite B e C, apoio psicológico para casos detectáveis, cadastro para tratamento com Prep, distribuição de materiais informativos, agendamentos para Serviço social, psicológico e jurídico, cadastro para empregabilidade LGBT+ no SINE, orientações para retificação de nome social e gênero para pessoas travestis e

⁴⁹Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2020/06/30/ceara-ultrapassa-os-6-mil-obitos--por-coronavirus.html>. Acesso dia 22 de dezembro de 2021.

transexuais. A criação do centro é uma resposta do Estado às reivindicações dos movimentos sociais durante as conferências LGBT.

A inauguração do centro contou com a participação de muitos segmentos sociais e da travesti Labelle Rainbow, representante da coordenadoria da Diversidade Sexual de Fortaleza e da atual presidenta da Atrac, Andrea Rossati. Durante a semana do Orgulho LGBT realizada no dia 02 de julho de 2021, em uma live no Instagram organizada pela Atrac, tendo como participantes membros da Diretoria da associação, Thina Rodrigues também foi homenageada. A atual presidenta (é assim que ela se intitula) Andrea Rossati reconheceu o papel importante que Thina Rodrigues juntamente com Janaína Dutra tiveram na luta pelos direitos de Travestis no âmbito estadual e nacional.

Devido ao falecimento de Thina, a Atrac organizou uma assembleia geral para eleger a nova diretoria. A reunião aconteceu no dia 12 de fevereiro de 2021 e, devido à Pandemia do Covid-19, a eleição aconteceu de forma presencial e online. Em sua nova composição para o quadriênio 2021-2024 encontramos a presidenta Andrea Rossati; a vice-presidenta Paula Costa; a coordenadora geral Yara Canta; a 1º secretária Samilla Marques; a 2º Secretária Silvinha Cavalleire; a 1º tesoureira Erikah Souza; a 2º Dara Raquel; a 1º Conselheira Fiscal Karina Dantas; a 2º Conselheira Fiscal Morgana; a 1º suplente Amanda Félix e 2º suplente Aluizia Dias.

3.4- Tieta do Agreste: Andrea Rossati

“Eu nunca me vi como gay, eu nunca me vi como travesti. Eu sempre me vi como uma mulher. (...) Depois é que eu fui entender que realmente eu era uma mulher transexual.” (Andrea Rossati, 2013).

A declaração acima foi dada no dia 05 de fevereiro de 2013, quando Andrea Rossati concedeu uma entrevista para a Revista Entrevista do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará⁵⁰. Na época ela era coordenadora de políticas públicas para LGBT da STDS (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social) do Estado do Ceará. Para apresentar a história da ativista, nos debruçamos inicialmente sobre esse material e depois o complementaremos com a análise de entrevista que Andrea forneceu a portais jornalísticos.

⁵⁰ As Cores de uma Fortaleza Trans, publicada em 28 de fevereiro de 2013. Revista temática produzida para a disciplina de Jornalismo Impresso I do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em: https://issuu.com/kellima0/docs/fortalezatrans_versao_final. Acesso em 15 de outubro de 2021.

Imagem 07- Fotografia, Andrea Rossati



Portal Diário do Nordeste⁵¹, acesso 25/08/2022

Na narrativa de sua chegada à Fortaleza, Andrea Rossati nos diz que pediu ao motorista para tocar a música de Luiz Caldas. Ela retornava da Itália para a capital Cearense. A emblemática música da novela da Rede Globo de Televisão “Tieta⁵²” se tornou uma referência nacional. Tieta era uma mulher à frente do seu tempo, que vivia em Santana do Agreste. Foi expulsa pelo seu pai e, então, passou a morar no Rio de Janeiro. Ainda na novela tinha a “participação especial de Rogéria, uma travesti muito famosa no país” (KULICK, 2008, p.22). Assim como Tieta, Andrea Rossati viajou para Itália para viver longe da sua terra natal, a cidade de Palmácia, localizada na região do Maciço de Baturité, a 60 km da capital. O retorno para sua cidade rompe com a lógica binária de gênero imposta socialmente no lugar. Agora ela era

⁵¹ Portal Diário do Nordeste. Justiça altera nome social de Transgênero. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/paywall-7.100?wall=0&aId=1.1437991>. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

⁵² Novela da Rede Globo adaptada a partir do Romance de Jorge Amado, do ano de 1989, a personagem Tieta interpretada por Cláudia Ohana (primeira fase) e por Betty Faria (segunda fase), era uma mulher à frente do seu tempo. Expulsa de casa por seu pai, ela retorna a Santana do Agreste anos depois, causando um problema para os conservadores locais. Tieta desafiou a lógica da moral, dos valores e da sexualidade imposta as mulheres.

mulher transexual, passando a viver do seu modo. Mas o retorno também trouxe as lembranças do que é ser expulsa de casa, ser isolada e esquecida por conta do preconceito. É o que lemos no trecho abaixo:

Quando eu voltei pro Brasil, eu me sentia a Tieta do Agreste, porque tinha saído de casa com uma mão na frente e outra atrás, com vários irmãos que tinham preconceito comigo, com uma mãe e com um pai que não aceitavam eu viver feliz da forma que eu queria viver e quando voltei, já voltei Andrea Rossati, mulher (REVISTA TRANS FORTALEZA, 2011, p. 6).

Alguns marcos da vida de Andrea Rossati são importantes para que compreendamos o seu engajamento na construção da militância pela cidadania e pelos direitos das Travestis. Andrea Rossati é Defensora dos Direitos Humanos e Presidenta da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará. Foi precursora das Políticas Públicas LGBT no Estado do Ceará, foi Coordenadora de Políticas Públicas LGBT nos dois mandatos do ex-governador Cid Ferreira Gomes e foi Co-fundadora e Vice-presidenta do Fórum Nacional de Gestores e Gestoras LGBT do país. Foi candidata a vereadora (PROS) e a deputada federal (PPS). Com uma pauta em defesa das minorias, levava em seu slogan sua história de mulher trans, que não fugia da luta em prol do amor, da liberdade e do respeito. Com senso de justiça e da igualdade, buscou parcerias com homens e mulheres como aliados/as/es, para garantir direitos da população de Fortaleza e de sua terra natal, Palmácia. Andrea protagonizou debates, oficinas, palestras, campanhas e rodas de conversas em todo o Ceará.

Diante de tantas lutas, a vida de Andrea Rossati foi marcada por dor, preconceito, sofrimento e resistência. Ela não desistiu, ressurgiu nos lugares mais improváveis para uma mulher trans, porque Fortaleza é palco de inúmeras violências contra corpos trans. Ela vivenciou dores, amores e sabores de ser uma ativista. Sua luta como Defensora de Direitos Humanos e mulher pública fez com que ela nunca abandonasse suas bandeiras de luta. Mesmo em tempos sombrios de pandemia do Covid-19, ela permaneceu firme com ações pela Atrac, buscando garantir uma vida digna para travestis e mulheres transexuais. Protagonizou lutas pelo projeto Ceará sem Homofobia, Dia da Visibilidade Trans, para a legalização da Homofobia como crime, inclusão das mulheres trans na Lei Maria da Penha, entre tantas outras.

Quando foi candidata a deputada federal tinha como propostas assegurar a criação de Programas que produzissem a geração de emprego e renda, trabalho, autonomia e sustentabilidade para população LGBT por meio das Políticas de Desenvolvimento Econômico; Fortalecer os Programas e Ações que vise a diminuição da população LGBT+ em situação de rua; Garantir a efetivação das políticas de saúde integral para a população LGBT, bem como, o desenvolvimento de campanhas que visem a humanização no atendimento das

populações que sofrem vulnerabilidade sociais: mulheres, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, populações étnico racial e LGBT; Garantir a formação contínua de servidores municipais/estaduais/federais – polícia civil e militar sobre Direitos Humanos da população LGBTI+, bem como das populações que sofrem vulnerabilidades sociais.

Para Andrea era preciso adentrar as instituições políticas, os espaços públicos, do executivo ao legislativo. Orientada por essa concepção, Andrea passa a estar presente em espaços oficiais. Para Reidel (2017), “viver essas formas ou espaços diferentes, ditos culturalmente sem fronteira, de maneira cigana, reinventando lugares, descobrindo o mundo que, mesmo sendo proibidas, entram burlando leis e formas, provocando rebuliço desacomodando os conservadores (REIDEL, 2017, p. 120).

Após realizar este sobrevoo sobre o lugar de Andrea no ativismo cearense, permitam-se centrar de modo mais detalhado em sua história. Ainda na infância Andrea viveu em Palmácia. Filha de Angelita e André, a ativista é a caçula de 14 irmãos. Na infância sofreu *bullying* por ser “gordinha” e afeminada. Diante disso, seus pais precisavam ir buscar Andrea na escola porque outros alunos formavam um grupinho para espancá-la.

Quando começou seu processo de identificação com a mulheridade e feminilidade, passou a vestir-se como mulher e, diante dessa nova situação, os pais se recusaram aceitá-la. Contudo, foi com a relação com sua mãe que ela descobre sua feminilidade. “É com a mãe que a filha descobre o que a sociedade quer de uma pessoa que é mulher”. ((REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 117). Inspirada pelas atitudes de sua mãe, pela coragem e pela determinação de lutar, Dona Angelita é vista aos olhos da filha como revolucionária. “Eu trago muito da minha mãe isso, de lutar pela coletividade, pelo interesse das pessoas, de não tolerar injustiças, discriminações, preconceitos, de tratar o outro ser humano como você gostaria de ser tratada, de eu tratar você como eu gostaria que você me tratasse.” (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 117). Por outro lado, seu pai é um homem rígido e, segundo Andrea, diante de sua transexualidade demorou a aceitar a transição de sua filha. Só o tempo resolveu as arestas que existia entre os dois.

Do ponto de vista de sua trajetória pessoal, as mudanças vieram ainda entre os 10 a 12 anos. Na ocasião, ela já sabia que não era um homem. Já usava os tamancos da avó, as blusas longas da mãe, que pareciam uns vestidos, colocavam toalha na cabeça para simular cabelos longos e imitava cantoras famosas como Rosana. Seu processo de entendimento de sua identidade de gênero atravessou sua história e família. Primeiro passou por um processo de entendimento enquanto gay, mas, ao mesmo tempo, sabia que não era gay. Ela sabia que era uma mulher, embora suas amigas sempre a questionassem: “Mulher, como é que tu é mulher

se não tem o cabelo grande, se tu não tem silicone, não tem peito? [...], mas eu nunca me vi como travesti. Não é nem se identificar, eu nunca me vi como gay, eu nunca me vi como travesti. Eu sempre me vi como uma mulher.” (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 118). Aos 18 anos Andrea se entendeu como uma mulher transexual e nunca negou a sua condição.

Em 2001, aos 18 anos foi morar em Roma, na Itália, com sua irmã, onde passou dois anos. Sua saída de casa partiu da necessidade de viver a sua vida, como ela mesma diz, ter um trabalho, ter seu cantinho.

Eu queria ser eu, eu queria ser Andrea. Para eu ser eu, eu tinha de ir embora, de morar em outro lugar. Eu tinha de arranjar um emprego para eu viver a vida que eu queria, de forma que eu queria. Eu tinha de assumir a minha independência. Eu queria trabalhar, eu queria sair de casa, eu queria morar fora, arranjar um trabalho, pra eu poder viver (como) a Andrea. E a minha irmã ficou noiva e foi embora para a Itália, entre os meus 16, 17 anos. Quando eu completei 18, ela me perguntou se eu queria ir para a Itália, passar um período (em Roma) e estudar Italiano. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 120)

Em relação a sua estadia na Itália, Andrea relatou que só voltaria para o Brasil quando pudesse ser ela mesma. Em suas palavras “Voltei. A Tieta do Agreste voltou”. Permaneceu um tempo em Fortaleza e, só depois, quando sua mãe pediu para que ela voltasse a visitar a família, retornou para a cidade natal, quando já apresentava traços femininos, roupas femininas, cabelos crespos. Na ocasião, sua mãe a recebeu de braços abertos. Além disso, a emoção de receber o apoio paterno trouxe lágrimas para Andrea.

A chegada de Andrea em Palmácia se tornou inesquecível. Quando o ônibus se aproximava da cidade, ela pediu ao motorista para tocar uma música. “Eu tinha um CD da abertura da novela e aí eu paguei pro motorista botar a música da Tieta. Ele botou e eu descii do ônibus ao som da música da Tieta do Agreste” (AS CORES DE UMA FORTALEZA TRANS, 2011, p.6). Andrea, contudo, não permaneceu muito tempo em Palmácia. Devido ao preconceito de uma cidade pequena, logo foi morar em Fortaleza. Na capital teve a sua primeira experiência de trabalho na Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (Fundação Cepema), cargo que marcou a sua entrada na vida pública.

A Fundação Cepema é uma fundação não-governamental. Na época, Andrea passou a trabalhar como secretária executiva do presidente da Fundação, Adalberto Alencar⁵³. Essa primeira vaga de emprego, segundo ela, foi uma oportunidade emergida do movimento social ligado ao meio ambiente e cultura. Eles se conheceram em campanhas políticas. E quando ela retornou da Itália e estava procurando emprego, foi ele quem abriu as portas para ela. Segundo

⁵³ Alencar foi também Secretário do Meio Ambiente e Controle Urbano na gestão da prefeitura de Fortaleza Luiziane Lins, em 2012.

a ativista “a vida para travestis e transexuais é, muitas vezes, muito dolorosa, muito sofrida, principalmente quando se trata de oportunidades de emprego.” (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 107). Sua chegada na fundação é impactada por sua identidade de gênero. Ela relatou que na época os funcionários devem ter pensando “como era que o presidente de uma fundação tinha lá uma travesti, uma transexual, um gay”. Seu tempo na Fundação durou pouco e logo Andrea foi ser assessora de uma deputada no legislativo de Fortaleza.

Entre os anos de 2005 e 2007 foi convidada pra ser assessora particular da deputada Iris Tavares. Ela narra que tem um dom, uma vocação. Quando diz “eu não vejo isso como opção, mas eu vejo como uma vocação, como um dom, né?”. A partir dessa fala, Andrea recorre às estratégias de performance da desenvoltura para articular o movimento dentro do campo institucional. A presença de Andrea no ambiente legislativo também foi marcada pelos estranhamentos dos outros sobre seu corpo. Assim como na Fundação, na Assembleia Legislativa ela sofreu discriminação e preconceito. Contudo, ela relata que buscou desconstruir os preconceitos e discriminações que sofreu. Na primeira vez que ela esteve na Assembleia:

Um guarda me perguntou pra onde era que eu ia. Eu disse que eu ia pro gabinete da deputada Iris, que eu era assessora, ele disse que eu não podia entrar. “Sim, mas eu vou trabalhar aqui! Eu vou ser assessora da deputada! (...) Eu não sei se ele entendeu... E aconteceu uma coisa que eu não quero colocar (aqui), porque eu passei por um constrangimento muito, muito chato (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 108).

Após essa situação, Andrea ligou para a deputada e esta veio até a portaria e a autorizou a entrar. A parlamentar também reafirmou para o guarda que todos os dias Andrea iria trabalhar ali e ele precisava se acostumar com a ideia.

Na época sua aparência estava em transição e ela possuía cabelos no ombro, roupas femininas e utilizava salto alto. Segundo Andrea, os comentários eram: “nossa, como é que pode? A deputada tem um assessor que usa calça de linho preto e um mule vermelho(...)? Uma assessora que usa salto alto e gravata?” (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 108). O uso da gravata segundo ela era pra causar esse estranhamento até que as pessoas entendessem qual era seu papel ali. As pessoas precisavam compreender e conviver com a diversidade. Segundo Andrea, uma das vezes chegou ao plenário e os comentários eram: “olha aí, a assessora, a assessora da deputada Iris (...) tá lá com uma tiarazinha”. Os risos no ambiente revelam o preconceito e a não aceitação de uma mulher trans naquele ambiente. Contudo, em outro momento no início de uma sessão no plenário, a Assembleia Legislativa estava cheia de pessoas da sociedade civil, muitos conhecidos de Andrea e eles começaram a gritar:

Andrea Rossati, adoramos sua chapinha! Andrea Rossati, adoramos sua chapinha. (Risos). Eu disse – Meu Deus do céu! E a deputada olhou e começou a achar graça. Todos os deputados olharam. Menina, eu fiquei morta de vergonha! Eu disse:

Deputada, me leva daqui agora. Ela disse: vixi, o pessoal adorou sua chapinha. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 109).

Segundo Andrea, esse episódio foi importante para que, aos poucos, a sua presença rompesse com os padrões estabelecidos na Assembleia Legislativa. Tudo isso ocorreu entre choros no banheiro, insultos de deputados, transfobia e discriminação. No ambiente público, Andrea ouviu palavras como “tenho nojo de vocês, não vou pegar no grampeador que ela pegou, não vou sentar na mesma cadeira que ela.” Foi tratada muitas vezes como doente e naquele espaço sofreu muito com os efeitos da homofobia institucional:

Muitas vezes a gente sofre preconceito, discriminação, a gente sofre emocionalmente por estar ali dentro, tentando lutar por uma única coisa: a igualdade de direitos, que, infelizmente, nem todos, nem todos os legisladores, sejam estaduais ou municipais, já entenderam o que é. Nós antigamente, tínhamos 37 direitos civis que eram negados à população LGBTT (dentre eles, não poder casar, não poder adotar filhos e não poder somar renda para alugar imóveis com parceiro ou parceira de mesmo sexo). Hoje, nós ainda temos 20 e poucos direitos que são dados à população heterossexual e que a nós, que somos lésbicas, gay, bissexuais, travestis e transexuais, são negados. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 109)

O Estado “se apresenta como o principal algoz na produção da homofobia institucional [...] No Brasil, o paradoxo máximo está em termos uma legislação que garante para todos, mas esse mesmo Estado é omissivo na formulação de estratégias para garantir o previsto na lei” (BENTO, 2017a, p. 55). Driblar todas essas situações preconceituosas e discriminatórias fez com que Andrea buscasse uma rede de apoio e aliados/as/es, rede que foi decisiva para ela. Foi a rede que a apoiou para que entrasse na vida pública e para que passasse a trabalhar na Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social.

O convite para trabalhar na Secretaria veio por meio do deputado Artur Bruno e do chefe de gabinete do governo do estado do Ceará, Ivo Gomes. Eles haviam conhecido Andrea quando a ativista era assessora da deputada Iris e, desde aquela época, sempre a apoiaram. Esse foi um passo decisivo para que a mesma permanecesse na vida pública até os dias de hoje.

A aproximação entre Andrea e os deputados foi importante porque quando Cid Gomes assumiu o governo do estado em 2006, Artur Bruno se tornou secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social e, na ocasião, a convidou para assumir a assessoria especial de Políticas Públicas para LGBTT do Governo do Estado do Ceará. Foi nesse momento que foram dados os primeiros passos para a construção de política pública voltada para a população LGBT no Ceará. Ela ficou na função de 2007 a 2010. Quando em 2010 o governo Cid Gomes transformou a assessoria especial de Políticas Públicas para LGBTT em Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para LGBTT, ela assumiu a função de coordenadora estadual,

sendo a primeira transexual a assumir um cargo no Governo do Estado do Ceará. O que se tornou um reconhecimento por seu trabalho até aquele momento. Nos seus termos:

Um reconhecimento das autoridades ao meu trabalho, um reconhecimento do poder estadual a um projeto que eu pensei. Uma das coisas com que eu fiquei muito feliz foi a questão do reconhecimento daquilo que eu tinha planejado e do meu reconhecimento como pessoa. Poxa, sabe? Uma transexual, tá entendendo? Lá de Plamácia (...) que foi criada na serra, que sofre preconceito, discriminação, estar hoje num posto desse, no Governo do Estado, assumindo uma coordenadoria...Eu fiquei muito feliz! (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 110).

Antes de ser gestora pública, Andrea fez parte do movimento social de travestis e mulheres transexuais e em defesa dos direitos humanos. Andrea ressalta que o fato de estar dentro de uma pasta da coordenação das políticas públicas LGBT não impede que ela sofra preconceito. A ativista tem consciência que veio do movimento social, mas enquanto gestora pública não pode falar por ele. Ela pode, sim, reivindicar as lutas do movimento dentro dos espaços institucionais.

Andrea Rossati alega que a decisão de fazer parte do campo político institucional veio da necessidade aproximar o movimento das esferas que possuem poder de decisão:

Não dá pra você só reivindicar, não dá pra você só brigar por alguma demanda se você não dialogar, de fato e de direito, com aquelas pessoas que tem o poder de decidir, para criar leis, para baixar decretos, para enviar mensagem para as câmaras municipais. Eu sentia essa ausência. Uma coisa é a gente ir às câmaras municipais, às assembleias legislativas, reivindicar, fazer passeatas. É importante? Isso é importantíssimo. Mas é necessário também que aqueles vereadores, aquelas vereadoras, aqueles deputados, aquelas deputadas tenham conhecimento do que se está demandando, do que é a vivência do movimento, de qual é diferença entre uma travesti e uma transexual (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 106).

No campo das garantias de direitos, a ativista ressalta a importância dos espaços institucionais, como unidades de saúde, conhecerem o tratamento adequado com uma travesti, uma mulher transexual. Esse entendimento, de acordo com ela, só irá acontecer ou pelas reivindicações do movimento social ou quando gestores ou vereadores encaminharem leis que pautem essas questões. Para Andrea sua presença dentro de um espaço como o legislativo estadual foi importante para que ela pudesse articular junto com os deputados pautas para a comunidade LGBT.:

Adentrar as casas legislativas, da forma como eu consegui, sensibilizar os gestores estaduais. Não é à toa, minha gente, que eu sou a primeira gestora (pública) transexual do País. Eu sou a primeira coordenadora estadual de política pública LGBT (no Ceará). Nunca na história do Ceará nenhum governo tinha criado uma política específica para a promoção da cidadania de lésbicas. Gays, bissexuais, travestis e transexuais (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 106).

Estar entre as autoridades, como ela mesma diz, fez com que a Resolução Estadual nº 437/2012 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que garante o nome social de travestis e transexuais no ambiente escolar, fosse aprovada. Andrea ressalta o papel decisivo que ela teve

junto ao conselho estadual, a conversa com cada conselheiro, falando “Olha, é necessário aprovar, é necessário votar”. Segundo ela, sua articulação foi preponderante para a aprovação.

Ainda quando Andrea estava na Coordenação Estadual, sua relação com o Grab, símbolo do movimento LGBT em Fortaleza, sofreu críticas por parte do grupo. A equipe da Revista Entrevista conversou com os líderes do Grab e os mesmo avaliaram a gestão de Andrea à frente da Coordenadoria Estadual com pontos positivos e negativos.

Os líderes do Grab falaram que um dos pontos positivos seria a sua atuação no Legislativo, na criação, por exemplo, da semana do Luiz Palhano Loiola (semana da diversidade sexual do Estado do Ceará), que acontece no mês de julho). Em relação aos pontos negativos, eles apontaram a falta de diálogo entre Coordenadoria LGBTT do Estado e os movimentos sociais e a falta de um Plano Estadual LGBTT de políticas públicas, de Centros de Referências estaduais, como o Centro de Referência Municipal Janaína Dutra (criado em 2010 pela Prefeitura de Fortaleza) (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 111).

Em resposta à declaração das líderes do Grab, Andrea ressaltou que sua gestão foi pautada para fortalecer e criar novos grupos, associações e organizações LGBT no interior do Estado. Exatamente porque em Fortaleza já existem grupos mais estruturados como o Grab, e além disso na capital já existia a Coordenadoria Municipal da Diversidade⁵⁴ que dava apoio a região metropolitana. De acordo com a gestora, essa ausência foi devida ao compromisso e reconhecimento do trabalho realizado pela Coordenadoria Municipal. Em relação ao Plano de Políticas Públicas citada pelo Grab, Andrea declarou que nunca se ausentou de dialogar com os movimentos sociais.

Ele está sendo pensando, mas um plano não se faz da noite pro dia. Não é em dois anos que se faz um Plano Estadual de Direitos Humanos pra população LGBTT. Precisa-se de articulação, de empenho para realizar um plano. Então, esse Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTT ainda está em andamento, em fase de diálogo. Inclusive, vai começar o período de diálogo com o próprio movimento. Não só o local, mas também do interior do estado, pra institucionalização e criação do Plano. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 112).

Em 2013, o Plano Municipal “LGBTT” Municipal já havia sido lançado, já estava em prática. Por outro lado, o Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTT ainda estava para ser construído. Andrea declarou que “O Plano Estadual precisa que a gente possa construir um diálogo com o movimento social “LGBTT”. O movimento social por completo, não só o de Fortaleza, mas o de todos os municípios do interior do Estado do Ceará.” (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p.112). Destacando a falta de orçamento para a execução do Plano, Andrea ressaltou que ainda estavam e dialogando com outros secretarias, analisando os relatórios, promovendo o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais.

⁵⁴ A Coordenadoria da Diversidade Sexual de Fortaleza foi criada em 2005 durante o governo da ex-prefeita Luizianne Lins (PT).

Quando Andrea saiu da Coordenadoria Estadual, ela assumiu a Coordenaria da Diversidade da Prefeitura de Fortaleza no início de 2013. Segundo a entrevistada, há uma diferença entre os dois trabalhos. Quando assumiu a Coordenadoria Municipal, ela enfrentou boatos de que a nova gestão da prefeitura de Fortaleza, que tinha à frente o prefeito Roberto Claudio, iria acabar com todas as ações realizada pela antiga administração da prefeita Luizianne Lins. Diante dessa situação, Andrea Rossati enfatizou que “Não haverá retrocesso nos Direitos Humanos. Não haverá retrocesso no Direitos Humanos para a população LGBT. O que é bom, nós vamos melhorar. O que era ótimo, nós vamos aperfeiçoar. E o que não existia, que é necessário, nós vamos criar e implantar” (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 113).

Transformar suas dores e experiências em lutas em defesa do coletivo e dos direitos das populações trans fez com que Andrea construísse uma armadura. Diante dos preconceitos ela evidenciou e disse:

Como eu gosto muito de falar, eu tive de muito cedo ter armadura pra eu me policiar de certos preconceitos, de certas discriminações. O preconceito para com gay e uma lésbica é forte, mas para com uma travesti e uma transexual é muito mais forte. Porque nós carregamos no corpo, no coração, na alma e somos 24 horas a quebra dos paradigmas. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 105).

Ela observa, mesmo sofrendo preconceito dentro do espaço institucional é a luta em defesa dos direitos humanos que faz com que continue no ativismo.

Porque eu enfrento preconceito no âmbito estadual e municipal, porque eu enfrento preconceito no legislativo, seja federal, estadual ou municipal, mas é a força de toda essa militância, de todo esse amor pelo movimento, que me faz cada vez mais conseguir alcançar passos que podem, hoje ou amanhã, refletir em bons frutos e nunca deixarei de ser uma militante de Direitos Humanos da população LGBTTT (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 106).

Andrea evidencia em sua fala o quanto travestis e mulheres transexuais estão entre o grupo mais vulnerável da comunidade LGBT. Os maiores casos de violências e preconceitos estão direcionados às categorias trans e, por isso, a entrevistada afirma que o movimento precisa de pessoas com perfil aguerrido e fervoroso.

Porque os preconceitos pelos quais eu já passei e passo, as vulnerabilidades que eu já sofri e sofro, eu acho que tudo isso foi me moldando de uma forma a eu puder ser essa guerreira tão...Que muitas vezes tira forças nem eu sei de onde pra lutar contra preconceito e contra as discriminações, não só pelos que eu passo, mas também pelos quais as populações de lésbicas, gays e bissexuais, travestis e transexuais passa. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 105).

Andrea traz para o cenário a importância da luta coletiva. E assim ela afirma que se sente uma mulher política. É clara a sua preferência pela luta por direitos no âmbito governamental e nas instituições oficiais do estado.

E a questão política de se preocupar com o outro, do desejo de mudança, do desejo de revolução mesmo, de lutar para conquistar aqueles ideais tão sonhados pela

coletividade. Eu não estou na gestão por uma opção, mas por uma forma de, até mesmo, me desenvolver, me articular melhor no âmbito do Executivo ou no âmbito do legislativo. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 105).

Mesmo diante de tantas dificuldades, Andrea sabia que, ao vivenciar a sua transexualidade, estaria apontando um alvo para sua cabeça:

Eu já sabia que a sociedade ia me tratar com preconceito e discriminação. Eu sabia onde estava pisando. Eu só ficava preocupada do que viria pela frente. Agora, saber que eu ia ser discriminada, ser excluída, ser tratada como um nada, eu sabia que eu iria ser, eu já estava preparada pra isso, eu já esperava isso. A minha preocupação – não é medo – era como iria ser esse grau de preconceito, com era que viria essa avalanche. Eu sabia que viria, agora como viria, de que forma, eu não sabia. Então, eu ficava preocupada. (REVISTA ENTREVISTA, 2013, p. 122).

Segundo Andrea Rossati, as principais conquistas até 2013 dos direitos para a população LGBT foram: criação da Coordenadoria Especial de políticas públicas para LGBTT; aprovação da Resolução Nº 437/2012 do Conselho Nacional de Educação que garante o uso do nome social adotado por travestis e transexuais dentro da escola e das universidades; Programa Criando Oportunidades, que ofertava cursos para a população LGBT; influência a outros municípios nas diversas regiões do estado a criar suas próprias coordenadorias. Durante esses 21 anos de cobrança do movimento social por políticas públicas efetivas em defesa dos direitos das travestis e mulheres transexuais, as legislações estaduais, as portarias, a inclusão da homofobia e da transfobia como crime, a inclusão do nome social nos espaços educacionais, de saúde, assistência social e nos espaços públicos e privados, a criação da coordenadoria da diversidades e dos Centros de Referências Municipal LGBT Janaína Dutra e Thina Rodrigues são direitos importantes do movimento. Mesmo com alguns avanços, o Ceará ainda é um dos estados com maiores índices de assassinatos de travestis e transexuais do Brasil. O preconceito e discriminação ainda estão muito forte entre nós. Segundo Andrea “nós travestis e transexuais, sofremos preconceito dentro do próprio movimento, essa é a realidade” (AS CORES DA FORTALEZA TRANS, 2021, p. 8).

A luta de Andrea Rossati pela conquista do uso do nome social encerrou-se no ano de 2015, quando a mesma tinha 32 anos. A decisão unânime e histórica, veio do Tribunal de Justiça do Ceará, representada pela relatora e magistrada Sérgio Miranda, foi favorável a Andrea. Segundo a juíza “a sociedade deve respeitar a diversidade sexual, convivendo com as diferenças, não sendo digno para uma mulher permanecer com o nome de homem se esse fato

lhe causar angústia e humilhação, afastando-a da sociedade, quando a ordem social dos dias atuais é a da inclusão⁵⁵”.

“Nós estamos fazendo mais uma vez história no Ceará, onde se cria uma nova jurisprudência e onde a Justiça cearense acaba de reconhecer uma mulher transexual com identidade de gênero feminina, mesmo sem ter feito a cirurgia de mudança de sexo. Então, isso pra mim, é uma vitória muito grande. Estou muito emocionada e feliz por hoje eu ser de fato, e de direito, reconhecida como uma mulher transexual”, alegrou-se Andréa, que é ativista de Direitos Humanos, em entrevista a TV Diário (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015).

A luta pelo nome social denuncia o não reconhecimento de identidades travestis, que não são inseridas na condição plena de cidadania, o que gera a transfobia. O não reconhecimento de corpos dissidentes como de travestis se dá pelo apagamento de suas identidades, das diferenças de tratamento da categoria de humanidade, “tampouco usufruem da condição de cidadania plena estabelecida pela lei” (BENTO, 2017a, p. 56).

Conforme já sabemos, a luta de Andrea Rossati ultrapassa o campo institucional e ela retorna em 2020 para o centro dos movimentos sociais. Deixando de ser gestora pública, após o falecimento de Thina Rodrigues, Andrea foi eleita a presidenta da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará.

Durante os últimos três anos à frente da Atrac, Andrea tem se preocupado com o cenário do mercado de trabalho, que é desfavorável para pessoas trans. Segundo ela, o cerne do problema está no acesso e permanência de travestis e transexuais na rede de educação, nas escolas e nas universidades. A transfobia nesses espaços colabora para que elas larguem tudo e passem a viver na rua. E com a chegada da Pandemia do Covid-19, no ano de 2020, a situação dessa população tornou-se ainda mais vulnerável. A onda de desemprego e de criminalidade tem afetado a população trans, elevando o estado do Ceará entre as três unidades da federação brasileiras com maiores registros de assassinatos de pessoas trans, segundo a Antra (2022). Enquanto presidenta da Atrac, ela reivindica a política de saúde integral, segurança pública, educação, ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação, erradicação da transfobia e homofobia. Essa é a pauta do movimento social no Ceará e a Atrac tem buscado dialogar durante seu mandato com os poderes Executivos e Legislativos.

A luta pela garantia de direitos das travestis e mulheres transexuais tem sido um cenário que ultrapassa o campo dos movimentos sociais, levando cada vez mais a participação do Estado para a construção de políticas públicas que considerem humanas as vidas das travestis.

⁵⁵ Diário do Nordeste. Ceará tem primeira transgênero reconhecida como mulher sem mudança de sexo. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ceara-tem-primeira-transgenero-reconhecida-como-mulher-sem-mudanca-de-sexo-1.1437319>. Acesso dia 08 de fevereiro de 2022.

Andrea Rossati lutou nos espaços institucionais e também está presente nos movimentos sociais de travestis. Assim como Andrea, enquanto mulher trans, Dediane Souza também esteve/está presente nos movimentos sociais e ocupou espaços institucionais no Estado do Ceará e na cidade de Fortaleza, buscando garantir e lutar pelos direitos de travestis.

3.5. As águas do mar: Dediane Souza:

Eu sou água, meu amor, eu vou invadir todos os espaços⁵⁶. (DEDIANE SOUZA, 2018)

Desde o primeiro diálogo informal que tive com Dediane Souza⁵⁷, “muitas águas – águas boas, diga-se – rolaram nos rios que fazem correr sobre ideias [...] que merece ser visitadas por aqueles que se interessam pelas interseções, confluências e simbioses desses dois universos” (ZILBERMAN, 2008, p.65) tão diferentes, deste pesquisador e dessa Travesti e pesquisadora.

Imagem 08- Fotografia, Dediane Souza



Portal⁵⁸ Liga UFC, acesso dia 25/08/2022

⁵⁶ Revista Entrevista. Nº 40, Revista da disciplina de Laboratório de Jornalismo Impresso do Curso de Jornalismo – ICA/UFC. 2018.

⁵⁷ Devido ao posicionamento político e de resistência pelo direito de produzir o próprio conhecimento, Como uma teórica, pesquisadora e mestranda no campo das travestilidades, ela decidiu não conceder entrevista para essa pesquisa. Por outro lado, ajudou durante os primeiros passos desta escrita.

⁵⁸ Portal Liga UFC. Quem é feita de luta e flui feito água preenche todos os espaços com força de mar Disponível em: <https://www.liga.ufc.br/single-post/quem-e-feita-de-luta-e-flui-feito-agua-preenche-todos-os-espacos-com-for%C3%A7a-de-mar>. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

Para esta pesquisa, me valerei da entrevista que ela concedeu no dia 11 de outubro de 2018 à Revista Entrevista do Curso de Jornalismo Impresso da Universidade Federal do Ceará.

Invadir todos os espaços é a reivindicação do movimento social das travestis. Dediane, por seu turno, é fruto dessa luta. Ela diz que é feita água, por fluir entre as dificuldades e saber contornar as discriminações, estigmas, preconceito e transfobias. Ser água é ter um potencial de fluir em todos os espaços como a força das águas do mar. “Eu sou água, meu amor, eu vou invadir todos os espaços” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 7). Ser água do mar é resistir, é fortaleza, é lutar contra a correnteza, é ir contra tudo que parecia definir o que te obriga a ser. É invadir os espaços sem ser convidada para entrar e ficar. É assim a Dediane ativista: ela se faz presente. A mulher trans Marina Reidel (2017) compartilha do pensamento de Dediane quando diz “podemos dizer que estamos em todos os lugares reafirmando nossa visibilidade e nossa existência de forma natural e acima de tudo, social.” (REIDEL, 2017, p.122). Permanecer nos espaços que ela esteve é construir sentidos para sua existência, enquanto uma travesti, preta, jornalista, transfeminista, diretora do sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará, filiada à Rede Trans Brasil e atual mestranda em Antropologia. Ser água, metáfora utilizada pela entrevistada, é estar em todos os lugares, invadindo todos os espaços. É resistência. Assim, “A vida do ponto da travesti é dura, é verdade, mas elas seguem um velho ditado: eu tenho um limão, farei uma limonada.” (REIDEL, 2017, p. 123).

Dediane assumiu cargos públicos pela Prefeitura Municipal de São Paulo como Coordenadora do Centro de Cidadania durante a gestão do Prefeito Fernando Haddad (PT), atuou como Coordenadora adjunta na Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza na gestão do Prefeito Roberto Claudio e da gestão do prefeito Sarto (2021), de 2017 a 2021. No final do ano de 2021, ela pediu exoneração do seu cargo junto a prefeitura municipal de Fortaleza para poder estudar. Na ocasião, ganhou uma bolsa do Programa de Mestrando Associado em Antropologia UFC/Unilab (PPGA).

Segundo Dediane, estudar não foi uma escolha e só agora, com uma bolsa do mestrado, ela teve a oportunidade de escolher. E essa escolha tem um sentido político, que é fazer com que travestis possam sonhar e realizar sonhos futuros. E estudar para uma travesti preta é um ato de resistência, é luta, é ativismo. Quando Dediane concretiza seu desligamento da Prefeitura de Fortaleza encaminha para seu cargo sua amiga travesti Labelle Rainbow.

Em nota nas suas redes social Facebook⁵⁹ ela divulgou seu desligamento da Coordenadoria da Diversidade Sexual de Prefeitura Municipal e Fortaleza da seguinte forma:

Bom dia a todas as pessoas, espero que estejam bem e com saúde!
 Venho aqui comunicar o meu desligamento, a partir de hoje, da função de Coordenadora da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (COEDIV) da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza.
 Estou super agradecida pela confiança depositada em meu trabalho ao longo desses últimos anos.
 Primeiro, agradeço ao Paulo Diógenes pelo convite em compor sua equipe em um primeiro momento na COEDIV, de 2017 a 2019; agradeço ao querido Elpidio Nogueira e ao Prefeito @Roberto Claudio; agradeço ao time do Prefeito Sarto pela oportunidade de continuidade do trabalho; e agradeço também ao Secretário Claudio Pinho e toda a equipe da SDHDS.
 Agradeço as parcerias que foram realizadas ao longo desses anos. (Movimentos Sociais LGBTQIA+, Secretarias do Município de Fortaleza, Artistas da Cidade, órgãos do Governo do Estado e Legislativo...)
 Registro aqui também a minha admiração e as relações de irmandade e ativismo de toda equipe da COEDIV e do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra.
 Obrigada pela dedicação e a confiança nesse processo de condução das políticas LGBT de Fortaleza nesse último período.
 O meu desligamento é necessário, nesse momento, para vivenciar outras experiências que julgo importante para o meu fortalecimento enquanto pessoa e enquanto ativista; estarei, no próximo período, dedicando-me aos estudos.
 Nos encontramos nas lutas dos Direitos Humanos e na busca de dias melhores para o nosso povo.
 Gratidões!
 (DEDIANE SOUZA, 2021)

É a partir desta nota que começa uma nova trajetória para Dediane Souza. Contudo, para entender essa decisão precisamos voltar um pouco pra sua história de vida. Filha de dona Lindalva, do interior de Santana do Acaraú e proveniente de uma família pobre, Dediane é a filha mais velha do segundo casamento de sua mãe. Dediane teve uma infância ao lado dos irmãos, primos, pai e mãe e o apego afetivo a sua matriarca é um demarcador de sua trajetória. Contudo, o rompimento com seu pai aconteceu desde cedo, quando o mesmo praticava violência doméstica contra a sua progenitora. A separação de sua e seu pai aconteceu quando ela tinha em média entre 6 a 7 anos de idade. Quando eles se separaram, ela foi morar com sua mãe. Entre muitas dificuldades enfrentadas “Não largo minha mãe por nada”. Essa foi a frase de Dediane usou para afirmar sua conexão com sua matriarca. O contato com seu pai durou até aos seus 14 e 15 anos de idade, mas ele se tornou alcoólatra, com o tempo, os dois se distanciaram. Ademais, segundo ela o ativismo a afastou de seus laços familiares de sangue, por exigir muito tempo e dedicação.

As violências somatizadas ao longo de sua vida, e as violência naturalizadas por conta de sua feminilidade ainda na infância, criaram raízes dentro de Dediane.

⁵⁹ <https://www.facebook.com/dediane.souza>. Acesso em 14 de março de 2022.

Na minha infância, eu lembro muitos desses contextos de violência, e aí era uma violência naturalizada. Por exemplo: eu era proibida de me socializar muitas vezes. Quando não era pelos meninos que não me aceitavam nos subgrupos, as meninas me aceitavam. Mas muito no campo de muitas vezes explorar. Explorar o campo de eu fazer todos os recados, eu acabando tendo uma função de me moldar ao espaço das meninas para ser aceita naquele grupo. Já que o grupo dos meninos jamais me aceitaria porque eles iam sofrer xingamento se andassem comigo. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 10)

Segundo Dediane, o que a fez ir para o ativismo foram os contextos de desigualdades que vivenciou ao longo de sua vida. Aqui me refiro aos impedimentos vivenciados por ela durante sua infância, a não socialização de uma criança afeminada e o tratamento pelos outros como um problema:

Então a desigualdade sempre foi muito presente no meu cotidiano, na minha infância; Que desigualdade era essa? Primeiro, eu nunca tive como esconder a minha identidade. Eu sempre fui uma criança viada. Eu, quando criança, fui proibida de me socializar, muitas vezes, com os meus de sala, com meus primos, por conta desses trejeitos que eu já tinha, e isso me incomodava muito. Eu não poder me socializar com meus primos e nem poder me socializar com meus colegas de sala porque eu era diferente. Essa diferença, que nem eu sabia o que era, ela sempre me tirou do convívio social. Então eu não compreendia o que era isso. Eu escutei muito xingamento de “viado”, de “viadinho”, de “mariquinha”, de “fêmea e macho”, e eu não sabia o que era isso. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 9).

Sua feminilidade estava presente em todos os momentos de sua infância e adolescência. Como ela mesma disse “eu sempre fui menina”. Ela relatou que quando ia ao supermercado com sua mãe entre os 8 a 9 anos de idade as pessoas comentavam: “que menina bonita! Porque eu tinha cabelo longo. Eu não deixava cortar meu cabelo.” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 12). Diante de tais comentários, Dona Lindalva dizia que não era uma menina e sim um menino, o que deixava a filha chateada.

Sua vida estudantil foi uma trajetória de mudanças. Estudou em vários colégios diferentes, mas nunca interrompeu os estudos. Segundo Dediane, dona Lindalva sempre dizia “a única coisa que eu posso dar pra vocês é o estudo”. A divisão das tarefas domésticas com os irmãos era mais uma saída para contribuir. Ela e seus irmãos faziam chapéu de palha e lavavam roupas.

Sua mãe casou-se novamente, porém as violências continuaram. Seu padrasto, pessoa com quem Dediane não quer ter nenhum contato, matinha uma relação abusiva com dona Lindalva. Em uma conversa com sua mãe ela disse: “a senhora vai continuar sua vida e eu vou viver a minha. Vou atrás de viver a minha vida porque não consigo viver sob o mesmo teto de uma pessoa que todo mundo diz que te espanca.” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 14). Foram as violências vivenciadas dentro do ambiente doméstico que a motivaram a sair de casa. “Eu não fui expulsa, eu saí. Eu saí porque eu acredito que, como eu não vou construir uma

família, eu não vou adotar criança, eu não quero me casar, eu acredito que o mundo é a minha família e o ativismo é meu carma, eu acho que é isso que eu escolhi para minha vida” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 11).

Ao contrário do que acontece na maioria dos casos com as experiências de travestilidades, Dediane não encontrou barreira dentro de casa e recebeu apoio familiar, em especial, de sua mãe. Ela a define como “uma mulher à frente de seu tempo.” Sua mãe se refere a ela até hoje como minha moça. Por outro lado, alguns familiares, como primos, avó e tias, ao longo de sua transição, não respeitaram sua identidade de gênero. Ao relatar dois episódios, um com seu primo que não a reconhece enquanto travesti, e de sua avó, que não concordou com a retificação do nome social, ela afirma “se não reconhece a minha identidade, então, de alguma forma, não me reconhece.” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 13).

Nas palavras de Dediane, se ela não sáísse do espaço familiar, ela só seria mais um viado em Santana do Acaraú. “Eu não conseguiria ser a Dediane que eu sou, porque eu teria ali toda uma estrutura de acomodação. Eu digo isso porque todos os meus irmãos ficaram no mesmo lugar e estão no mesmo lugar até hoje.” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 11). Foi com sua saída da casa de sua mãe, que as oportunidades e possibilidades foram aparecendo em sua vida. Não que tenha sido fácil, mas foi a partir disso, que ela pode se construir, se entender.

Ela começou sua vida no ativismo aos 16 anos de idade na escola, quando participava do grêmio estudantil. Seu engajamento no movimento de juventude se deu durante o Ensino Médio. Mas foi dentro do Grêmio que ela descobriu sua “orientação sexual”, ou as questões voltadas para sua sexualidade e identidade de gênero, passando a discutir dentro desse movimento gênero e sexualidade.

Segundo ela “eu achava que era um menino gay, mas que, na verdade, se autoafirmar “menino gay” pra mim não era suficiente. Tinha outra coisa aí, eu a não me senti pertencente àquela identidade de menino gay. É quando eu descubro o movimento de juventude.” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 9). Como ela explica, em sua adolescência se reconhecia como “jovem gay”, mas com tendência à travestilidade, chega ao Grab ainda não sabendo vivenciar a travestilidade, por conta das questões relacionadas à identidade de travesti. Questões que perpassam o preconceito, a discriminação, o estigma e imagens negativas. Dentro do Grab ela passou a se entender, a se construir e a afirmar sua identidade de gênero: travesti. Para ela, o início dessa construção deu-se na infância por meio de performances e experimentação de uma fluidez de gênero.

Do ponto de vista de sua vida profissional, quando era mais jovem buscou ingressar no mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes que fez no Grab. Contudo, as

adversidades, o preconceito e a discriminação com travestis não permitiram essa inserção. Recorda que realizou mais de 20 entrevistas nesse período. As negativas estão entre as motivações para viver do ativismo.

O primeiro contato com os movimentos sociais deu-se aos dezesseis anos de idade, quando encontrou no movimento negro o primeiro acolhimento. Foi com o contato com Thina Rodrigues em uma reunião da organização da Parada pela Diversidade Sexual de Fortaleza quando esta disse a ela de forma enfática que ela era Dediane. Na época, Dediane ainda se apresentava com o nome masculino, mas foi Thina quem criou uma referência e uma possibilidade de Dediane ser uma travesti. Thina abriu os caminhos para Dediane se inserir no mundo do ativismo junto com o movimento social de travestis. Assim, no contato com o candomblé e com o Grab, Dediane passou a vivenciar em conjunto com o movimento negro sua afirmação enquanto travesti negra. Foi no movimento social que ela encontrou estímulo para caminhar pela educação formal, ao mesmo tempo produzir ativismo em Fortaleza.

Dos aos 16 aos 18 anos, entre mudanças de moradia, ela encontrou abrigo na casa do pai de santo, Robério. A chegada até a casa se deu porque Clédio, que trabalhava no Grab e convivia com HIV/Aids, levou e apresentou o Candomblé a Dediane. O trabalho de Clédio era distribuir preservativos e lubrificantes nas ruas de Fortaleza. Na ocasião, Robério convidou a travesti para morar no terreiro e imediatamente ela aceitou. Paralelo a essa situação, Dediane já havia se aproximado do Instituto de Juventude Contemporâneo, na qual ela fazia o curso/projeto Conviva, destinado a pessoas que conviviam e vivem com HIV/AIDS. Segundo ela:

Então eu fui pra esse projeto, precisava descobrir o que era isso, o que era essa história de viver com HIV, que contextos eram esse. Então foi quando eu me apaixonei mais uma vez por essa história de movimento sociais. Então fui pro IJC nesse período e do IJC eu só sai quando eu vim pro Grab. Eu fiz todos os projetos do IJC num período de dois anos, desde Primeiro Emprego, do Governo Federal (Curso de Liderança Juvenil), que é um projeto de liderança juvenil, essa coisa toda. Eu já era presidente do grêmio da minha escola, então eu já tava fazendo tudo. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 20).

Clédio também foi o responsável pela sua entrada no Grab em 2005, um ano após o falecimento de Janaína Dutra. Observe-se que a chegada no grupo foi determinante para a construção de sua identidade de gênero, do ativismo e do fortalecimento da rede de alianças e resistências políticas para enfrentar os contextos de opressão vivenciados por ela. Dediane passou então a acompanhar os trabalhos de seu amigo, o que fez com que ela fosse morar com ele. Moraram juntos em Fortaleza até Clédio falecer. Diante dessa situação, Dediane, pela experiência, assumiu a função do amigo no Grab. Foram com os contatos na organização que

aos 19 anos ela se assumiu enquanto travesti. Dediane relatou sobre a importância do Grab em sua vida.

Por isso eu sempre digo, não existe a Dediane sem ser a Dediane política porque, na verdade, ela se autoafirma dentro dessa organização que é o Grab. A segunda maior organização do Brasil em funcionamento que trabalha com as questões LGBT. Então não tinha mais como fugir dessa identidade, desse contexto. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 10)

O Grab é sua casa política, como ela mesmo afirma.

É a minha casa política, o Grab, que é o Grupo de Resistência Asa Branca. Esse espaço é o espaço onde eu passei uma boa parte do meu ativismo e da minha vida política. Eu vim pro Grab no ano de 2005. No ano de 2005, eu fiz um curso de cabeleireiro pelo Grab. Trabalhei aqui por um período de quase dez anos, entre duas rupturas: fui pra São Paulo e depois voltei pro Grab; e quando fui pra Prefeitura (Fortaleza) também pedi licença pro Grab. Mas aqui é minha casa política e também a casa política de todas as pessoas que são contrárias a todo tipo de opressão. Que lutam por uma sociedade e por outro mundo possível. É essa estrutura, que é a estrutura do Grab. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 9)

Em termos de sua atuação no Grab, entre os anos de 2007 a 2014 Dediane exerceu a função de Coordenadora de Projeto. Foi nesse espaço de ativismo que ela coordenou oito (até a data da entrevista em 2018) paradas da Diversidade Sexual e conheceu todas as capitais brasileiras no ativismo, no movimento de travestis e transexuais. Foi no Grab que seu processo de transição de travestilidade aconteceu, quando seus amigos e amigas se reuniram e deram a ela de presente um par de próteses de silicone, aos 23 anos. Ao longo de seu trabalho à frente do Grab, Francisco Pedrosa a incentivou a ir para a universidade, a buscar uma formação de nível superior. Em 2012, ela ingressou no curso de comunicação da Faculdade Cearense, mas trancou a graduação quando recebeu um convite para ir trabalhar em São Paulo. Naquele momento, ela largou tudo no Ceará e foi embora, só retornando ao curso de comunicação em 2016.

Até chegar no Curso de Comunicação, aos 24 anos de idade, Dediane tinha um sonho de cursar Ciências Sociais. Segundo a entrevista, quando ela tinha 17 anos havia passado na primeira fase do vestibular da UECE, porém, não foi fazer a segunda fase. Desistiu, pois, segundo ela queria conhecer o mundo, queria se divertir. “E fui pro mundo. E nesse mesmo período foi quando Chico olhou pra mim e teve uma oportunidade de emprego, de trabalho pra mim pra além do Grab, outra experiência.” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 25). No cenário da faculdade, em meio a muitos conflitos, ela pensou em desistir do curso. Segundo ela o curso de comunicação é elitista e não iria absorver sua mão de obra. “Como é que eu, travesti negra, vou conseguir trabalhar nesse negócio elitizado que é a comunicação, que é um papoco, é muito fechado, o que eu vou fazer?” (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 25). No primeiro momento na Faculdade, ela foi proibida de utilizar o banheiro feminino por não ser uma

mulher. Junto com isso, o nome social era também um problema, pelo não reconhecimento de sua identidade. Desse modo, o ativismo dentro da universidade foi necessário para enfrentar a transfobia. A trajetória enquanto ativista, trabalhadora e estudante foi conciliada nesse momento. Segundo ela, quando outras travestis chegaram na universidade não precisaram enfrentar os mesmos problemas que ela, os caminhos já tinham sido abertos.

Em 2015 ela declarou:

As pessoas não me reconhecem como mulher em muitos espaços [...] elas não me reconhecem como homem em lugar nenhum e elas não querem me reconhecer como travesti⁶⁰”.

Retomando o tema de sua trajetória profissional, entre os anos de 2014 a 2015 ela permaneceu em São Paulo e exerceu o cargo de Coordenadora do Centro de Cidadania LGBT Arouche, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, na maior capital do país. A experiência adquirida por Dediane à frente do ativismo institucional na capital paulista fez com que ela coordenasse o maior programa do Centro de Cidadania, o “Transcidadania”.

Em uma nova cidade, Dediane encontrou muitos desafios. Mas sua vida já era um desafio. Coordenar o Programa Transcidadania foi uma oportunidade única. Esteve ao lado de nomes como Eduardo Suplicy, Fernando Haddad e seu amigo Alessandro Melchior, quem havia feito o convite para ela assumir a pasta na prefeitura de São Paulo.

O programa Transcidadania inicialmente atendia o público de 100 travestis e transexuais. Cada travesti recebia uma bolsa de um salário-mínimo e tinha que voltar a estudar. Elas participavam da Educação de Jovens e Adultos (EJA), faziam cursos de qualificação profissional, cursos de cidadania e direitos humanos. Foi nessa época que Dediane se sentiu pressionada para voltar a estudar e começou a cursar direito.

Quando Dediane recebeu o convite de Alessandro, ela era conselheira nacional de juventude pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Os encontros aconteciam mensalmente e em um dos encontros a nível nacional do Conselho Nacional de Juventude, Alessandro havia recebido o convite para assumir a coordenação LGBT em São Paulo. Desse modo, o convite que ele havia feito a Dediane se concretizou em sua ida.

⁶⁰ Dediane Souza, no vídeo “Empoderadas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iqG2wExhLj4>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

Segundo relata a entrevista, sua saída de São Paulo foi muito desgastante. Ela relatou que voltou muito mal, adoecida e psicologicamente enlouquecida. As horas exaustivas de trabalho somadas ao desgaste de relacionamentos e um episódio em que ela precisava demitir três estagiários, fizeram com que ela pedisse exoneração do cargo. Logo em seguida, recebeu uma proposta de Chico Pedrosa (Presidente do Grab) para retornar para o Ceará. Ela voltou e continuou sua luta em Fortaleza. Com sua chegada, Dediane assumiu o Centro de Formação Juvenil para o Turismo Patativa do Assaré, iniciativa do Grab financiada pela Petrobrás.

De volta a Fortaleza, sem ter onde morar, encontrou abrigo na casa de amigos e amigas. Foi nesse período que morou por um tempo com a jornalista e amiga Luizete Vicente. Logo depois, Dediane comprou seu apartamento e elas foram morar juntas. Foram as mesmas amigas e amigos que a incentivaram a voltar para curso de Comunicação e a ajudaram a pagar as dívidas junto a faculdade. Foi a partir da rede de alianças formadas que Dediane passou a construir mais uma página de sua trajetória no ativismo. Os desafios do retorno para a faculdade foram divididos com o trabalho no Grab. Entre idas e vindas de ônibus, durante noites e dias por quase dois anos, contado mais uma vez com sua amiga Luizete, ela conseguiu se formar em 2018. Seu sonho de cursar o ensino superior se realizava e, então, ela passou a conciliar a vida política, a vida profissional e o ativismo.

Em 2017, quando o Grab completou 28 anos de organização não-governamental, Dediane esteve presente na Assembleia Legislativa do Ceará. Na ocasião, realizou-se uma sessão solene em homenagem à instituição. Na época, ela já era coordenadora adjunta de Políticas Públicas para Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de Fortaleza,

É importante dizer que, nesse momento, quando a gente vivencia um conjunto de retrocessos nas pautas de direitos humanos, o Grab continua resistente, continua com sua incidência política nas comunidades, que é o local onde as pessoas mais necessitam da política pública, das iniciativas, e o Grab vem dando resposta no decorrer desses 28 anos⁶¹ (PORTAL ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)

Um marco no ativismo de Dediane e da trajetória de luta das travestis foi a lei de alteração do nome social. Em 2018, assim que o Supremo Tribunal Federal a aprovou, Dediane dedicou os seus próximos dias à realização dessa luta. Segundo ela, o desejo era que seu diploma de nível superior tivesse seu nome social. “E pra mim a minha maior frustração seria eu terminar a minha graduação e não ter o meu diploma com o meu nome. Então pra mim não valeria a pena essa luta toda, essa loucura toda”. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 32). A

⁶¹ Assembleia celebra 28 anos do Grupo de Resistência Asa Branca. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/65109-0606bdsolenidade-grab>. Acesso em 17 de março de 2022.

propósito do nome social, é importante dizer que Dediane começou sua luta pela retificação em 2012 por meio da justiça. Contudo, o processo judicial era imenso, exigia muitos documentos e nunca se deu um resultado favorável para ela.

Não era nem o gênero, porque eu não queria mudar gênero nesse processo. Eu pedi só minha retificação de prenome porque o nome que minha mãe me registrou quando eu nasci é um nome que nunca foi meu, nunca me representou. Só vocês terem noção, desde criança eu tive apelido de Dedé. E o nome com que minha mãe me registrou era José Batista de Sousa, era algo que eu carregava e que eu tinha muita raiva (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 31).

A autorização do STF aconteceu ao mesmo tempo, no mês de março, em que ela estava organizando a Parada pela Diversidade Sexual de Fortaleza. Esse fato, somado com uma padronização do sistema que emitia as certidões, atrasou o sonho de Dediane por alguns meses. Ela ia pedir para sua mãe ir até o cartório para fazer a retificação, mas ficou com medo de que ela errasse o seu nome. Então decidiu ir até Santana do Acaraú e resolver todo o processo.

Quando foi 28 de junho, dia do orgulho LGBT, eu, linda, me acordei de manhã, juntei minha documentação, peguei um busão e fui pra Sobral. Deixei minhas coisas com uma amiga, peguei uma topique e desabei pra Santana do Acaraú. E eu tinha combinado de pegar minha mãe pra ir com minha mãe pro cartório (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 32)

No mesmo dia em que Dediane foi retificar seu nome social, ela sofreu uma violência na casa de sua avó. A última, inconformada com as mudanças que Dediane estava fazendo enquanto travesti, disse que ela iria resolver com Deus, que ela iria pagar por tudo. Imediatamente, ela retrucou a sua avó, afirmando que todos nós vamos pagar essa conta com Deus. O descontentamento entre as duas durou pouco tempo. “Essa capacidade de argumentar, se posicionar, “bater de frente”.” (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 373) é uma tática de resistência. Dediane foi até o cartório, fez a alteração e voltou para a casa da sua avó para contar a mudança. Quando anunciou, sua avó disse “você sempre foi essa pessoa pra mim”. Esse episódio desestabilizou Dediane, deixando-a em felicidade e euforia. Sua mãe logo em seguida disse “que felicidade minha moça”. O acolhimento da mãe de Dediane é percebido em cada palavra.

A simbologia da retificação do nome para travestis é a marca que suas ações, resistências e ativismo deram certo. Dediane relatou que chorou muito durante o processo de espera do resultado da retificação de nome. Ela já estava em busca de um laudo psicológico para apresentar ao Ministério Público, para que seu nome social foi retificado. Na época, ela procurou uma assistente social e, nesse momento, ela revela que estava com ódio: “eu tava fazendo isso já. Eu já tinha ido lá no Fórum, conversado com o serviço social, com ódio, mas eu tinha ido, porque eu precisava, então eu tava correndo pra resolver.” Durante todo seu

processo, ela destaca o apoio dos serviços da Prefeitura. Como ela coordena muitos serviços para facilitar a vida de outras travestis, Dediane sabe que não é um processo fácil. Citando o exemplo de duas amigas, ela disse:

Quando minha amiga Viviane, que trabalha comigo, mudou o nome[...] Gente, isso não tem preço! Isso é fruto do ativismo! Do meu ativismo, do ativismo de outros companheiros, o ativismo de Janaína Dutra. É isso que é gratificante. E isso não tem nada que pague, eu queria socializar mais com eles, queria bater os parabéns do meu sobrinho, mas eu preciso estar nessa luta (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 32)

Trazer Janaína Dutra como um elo que liga os ativismos de travestis é potencializar suas histórias, os legados e trajetórias. No documentário “Janaína Dutra: uma dama de ferro” Dediane relatou uma conversa que teve com sua mãe. Remorando lembranças de quando Janaína aparecia na televisão dando entrevista, ela dizia que Janaína era tudo. Sua mãe respondia: um dia você vai ser igual a ela, porque você também é tudo. Sobre essa mesma situação, Dediane disse:

Eu vi Janaína Dutra [...] na televisão quando eu tinha, acho que uns 13, 14 anos. E minha mãe sempre foi muito de soltar uma, ela solta assim: “Ó-pá”. Ela solta e deixa você pegar. E minha mãe disser: “Olha como essa moça é inteligente”. E eu disse: “Mãe, ela é inteligente e eu quero ser que nem ela quando eu crescer”. Ai ela só olhou assim, mas ficava calada. E essa referência foi muito bacana. Eu só sou hoje o que sou por conta da minha mãe. É uma figura. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p.14).

De 2017 a 2021, Dediane dedicou-se ao trabalho junto a Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretaria da Diversidade Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de Fortaleza. Entre as diversas ações das quais participou, destacamos o *Seminário Desafios para inclusão socioprodutiva de jovens LGBTQ+ no Ceará*. Também participaram Dary Bezerra⁶², ativista LGBTQI+ e não binária, a travesti negra Labelle Rainbow e outros/as integrantes.

Ao longo de sua entrevista, Dediane destacou a necessidade da garantia de direitos da população LGBTQ em todos os cenários. Segundo ela, “é preciso fortalecer a rede de proteção e promoção à cidadania LGBTQ. A gente vem primeiro erradicando a violência institucional, ela ainda é uma demanda de enfrentamentos⁶³”.

Mesmo estando na Prefeitura Municipal de Fortaleza, Dediane continuou fazendo ativismo. Segundo ela

⁶² Dary Bezerra ingressou no Curso de Pós-Graduação do Programa de Mestrado Associado em Antropologia PPGA (UFC/UNILAB). Aqui utilizo a forma como se apresenta em suas redes sociais.

⁶³ Seminário Desafios para inclusão socioprodutiva de jovens LGBTQ+ no Ceará. Disponível em: <https://www.adel.org.br/adel-realiza-seminario-desafios-para-inclusao-socioprodutiva-de-jovens-lgbt-no-ceara/>. Acesso dia 17 de março de 2022.

eu vou fazer ativismo onde eu estiver, gente. Não tem como eu não fazer ativismo. Eu acho que a gente é feito de contradições, e acho que a maior contradição é você estando na administração pública, na gestão, não conseguir estruturar uma política que você sonha, que você reivindica, que você bate e que você crítica. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 30)

Durante o tempo que Dediane esteve à frente da Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de Fortaleza buscou fortalecer as ações do CRLGBTJD e com o conselho Municipal de políticas LGBT. O pouco orçamento e as outras prioridades estabelecidas pela prefeitura não permitiram destinar uma quantidade de recursos significativa para as políticas públicas LGBT. Por outro lado, segundo ela existem os equipamentos em parceria com a Coordenadoria que funcionam como o Centro de Referência de Assistente Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a parceria com as escolas e com as unidades básicas de saúde. Todos são resultado do ativismo, da cobrança por políticas públicas em defesa dos direitos da comunidade LGBT, das travestis.

Desde o ano de 2020 até os dias atuais (2022) a pandemia do Covid-19 tem feito parte das nossas vidas. No dia treze de março de 2021, no Site do deputado Renato Roseno (Psol) foi publicado uma entrevista com Dediane intitulada “Dediane Souza: a militância e a luta para ser mulher em suas múltiplas identidades.” Na entrevista, ela relatou sobre o cenário da pandemia para travestis como uma população vulnerável. Assim, é necessário pensar políticas públicas ou de transferência de renda para essa população. Na mesma entrevista, Dediane relatou que muitos fatores contribuem para defesa de uma luta, inclusive seu próprio processo de construção pessoal e de ativista.

Nesse processo, eu entro e faço parte de vários outros projetos do JC. E é aí onde eu vou descobrindo os primeiros contatos sobre sexualidade, direitos sexuais, identidade de gênero e orientação sexual. Era tudo muito novo para mim. Então, eu vou me descobrindo também no decorrer dos acessos às informações. E aí, logo depois, início minha participação no Grupo de Resistência Asa Branca, o Grab, ainda sem me identificar como gay ou trans, ainda estava no processo de transição. No Grab, participo de uma pesquisa, trabalhando investigação de necessidades para jovens gays nas periferias de Fortaleza. Esse processo de pesquisa, também iniciou um processo em mim, aí fui me descobrindo como uma pessoa trans. Logo, esse processo se deu quando eu já participava do movimento LGBTQA+. Nesse caminhar, permaneço no Grab, onde passo boa parte da minha juventude, do meu ativismo lá. No decorrer desse processo de formação política, de formação identitária, percebo também que as pautas de identidade de gênero eram algo muito importante na minha vida. Eram demarcadores dos acessos. Logo, também passo a integrar o movimento de ativismo do movimento de travestis e transexuais do Brasil. Então, os movimentos sempre foram muito fundamentais para a formação da minha identidade enquanto sujeito, enquanto sujeito travesti, enquanto sujeito preto. Esse é o meu diferencial, porque vou descobrindo que bandeiras vou defender já dentro do próprio movimento. Não tenho como falar da Dediane sem falar do Grab, sem falar do JC e do movimento de travestis e transexuais. Para mudar os contextos de violência, de discriminação onde estava inserida a população LGBT, inclusive eu e minhas manas, além de jovens

pretos, que vinham do sertão, era importantíssimo que essa luta estivesse interligada e unificada⁶⁴.

Dediane destaca a participação de mulheres na luta pela garantia de direitos. Os diversos segmentos sociais, os movimentos sociais LGBT, de mulheres, movimento negro, precisam lutar pelo direito à moradia e pelo direito à cidade. Transformar a sociedade é uma tarefa fundamental, com participação popular e em defesa da democracia, acrescentou ela. A busca por uma sociedade mais justa, por meio das lutas e da participação dos movimentos sociais requer a garantia o direito à liberdade, liberdade dos corpos travestis para existir. Buscando sempre garantir os direitos humanos e as pautas humanitárias. Na perspectiva de Dediane Souza, ser ativista é criar possibilidades para que outras travestis tenham acesso a políticas públicas. É o trabalho de garantir direitos para outras.

Dar possibilidade pra que as outras pessoas possam viver suas sexualidades sem ser punidas, que as pessoas possam exercer suas identidades de gênero sem ser penalizadas é uma luta cotidiana. Quantas amigas minhas travestis, por exemplo, hoje vivem exclusivamente da prostituição em São Paulo, sendo exploradas sexualmente, foram traficadas pra outros países da Europa? Quantas amigas minhas morreram no decorrer dessa minha luta? Esse meu descontentamento, do meu cotidiano, da minha família, tudo isso refletiu muito nessa somatória de lutas. Então eu não luto por outro mundo possível, né, por outra possibilidade, outro mundo onde as desigualdades não sejam um demarcante direito do acesso à política pública. Dar possibilidade pra que outras pessoas LGBTs tenham acesso à educação de qualidade. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 23)

Além da entrevista acima referida, a Escola de Defensoria Pública do Estado do Ceará também promoveu um espaço onde Dediane Souza pôde falar de sua trajetória. Tratou-se de um debate pelo Instagram para uma conversa sobre “Os desafios da população LGBTQIA+ na atual conjuntura brasileira.” Na ocasião, ela declarou:

Dez anos atrás, era impensável uma travesti como eu publicar um artigo em jornal. Ou participar de um conselho de leitores discutindo formatos de comunicação. Mas hoje nós temos travestis produzindo notícias! Isso precisa ser reconhecido e colocado como fruto das lutas dos movimentos sociais e de ativistas tombados antes de verem isso acontecer. Muitas pessoas visionárias já integraram o movimento, mas cada bicha pintosa e cada travesti é importante pra resistência. Cada um ajuda a romper o imaginário que associam a nós. A gente disputa o direito à vida, passa pelo momento do reconhecimento das identidades e tem que disputar os acessos às políticas públicas. Quando pessoas não reconhecem nossas mortes como alarmantes é porque não reconhecem a nossa humanidade. Mas a vida de uma travesti tem tanto valor quanto a de uma pessoa cis branca⁶⁵.

⁶⁴ Dediane Souza: a militância e a luta para ser mulher em suas múltiplas identidades. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/deidiane-souza-renato-roseno-entrevista-8-de-marco>. Acesso dia 17 de março de 2022.

⁶⁵ #Napausa. Conversa e debates ao vivo. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/quando-pessoas-nao-reconhecem-nossas-mortes-como-alarmanetes-e-porque-nao-reconhecem-nossa-humanidade/>. Acesso em 30 de junho de 2021.

Ainda no que tange à presença na mídia, no mês da Visibilidade Trans, particularmente no dia 26 de janeiro de 2022, a defensoria Pública do Estado do Ceará publicou uma série de matérias em homenagem a travestis, mulheres transexuais e homens trans. A matéria dedicada a Dediane tem como ponto inicial “a gente tem que ocupar todos os lugares. E tem muitos pra ocupar ainda. Se não for eu própria, serão outras Dedianes.” Defendendo a importância da presença das travestis espaços de poder, na garantia de seus direitos e na resistência a opressão das estruturas sociais sobre seus corpos e vivências, ela chama atenção para a necessidade da continuidade da luta, para além dela.

Dediane relata que sonha em ser professora universitária, por isso largou tudo para se dedicar exclusivamente ao seu mestrado. Este caminho a coloca entre os 0,02% de travestis e transexuais com graduação no ensino superior no Brasil (Antra, 2020). De acordo com Mello (2021), “Embora esse número seja pequeno, quando olhamos para esses mesmos dados, nos cursos de graduação, deparamo-nos com um número ainda menor, uma vez que apenas duas universidades públicas brasileiras oferecem políticas públicas de cota” (2021, p. 103). A não existência de uma política de cotas mais ampla contribui para a invisibilização de travestis na universidade e na ciência.

Quero ser professora universitária. Quero ser pesquisadora, e uma pesquisadora que traga questões importantes, que possa propor reflexões e mudanças na sociedade. Porque nós temos uma disputa pelo respeito, para que não sejamos assassinadas apenas por sermos travestis. Há uma reivindicação pelo direito à vida. Para além da pauta política, a gente reivindica o direito de existir⁶⁶.

Sua decisão de seguir com os estudos na pós-graduação é, portanto, um processo importante para romper com a estrutura socialmente e historicamente construída de estigma, marginalização e criminalização de travestis. Romper com essa lógica é resistência. Dediane lembra que, em chegada na Universidade ela foi proibida de usar o banheiro feminino. Mas foi com resistência, que a faculdade teve que se adequar, como ela diz, “às questões contemporâneas”.

Ser travesti, para Dediane Souza, não é ser homem e nem mulher, é escolher uma terceira via. É não ser enquadrada na binaridade. Trata-se de uma identidade própria. Sobre o tema da identificação, ela declarou a Defensoria Pública do Ceará:

Quando me identifico enquanto travesti, passo a entender que preciso ressignificar essa categoria. Eu entendo a travestilidade como uma categoria política e identitária marcada por experiências embasadas na ruptura de uma lógica binária do olhar ocidental. A travestilidade é uma possibilidade além. [...]. Mas é importante entender

⁶⁶ A gente tem que ocupar todos os lugares. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/> Acesso em dia 17 de março de 2022.

que a travestilidade não é uma identidade pronta e sim uma identidade em construção, que mostra que a gente tem outras possibilidades de se reconhecer⁶⁷.

Se reconhecer enquanto travesti abre possibilidades de ser também referência para outras que possam vir depois dela, como uma identidade possível de ser vivida. Segundo Dediane, ela queria construir outras possibilidades, outras trajetórias de viver sua travestilidade, diferente das que a sociedade brasileira reconhecida enquanto travestis, com as marcas negativas, de marginalização, prostitutas e criminosas. Assim como Janaína Dutra e Thina Rodrigues ela criou caminho para resistir.

Minha existência tem um compromisso político de ressignificar o ser travesti. Estou aqui para disputar um lugar de humanidade. Para dizer que não sou alguém exótico. Eu sou um semelhante, mesmo que tenha uma identidade fora dessa lógica dita aceitável. Eu não me sinto diferente. Sempre soube que não era uma pessoa cisgênera, que aquilo não me cabia. E foi um processo muito natural, porque eu já estava nos espaços políticos e já me reivindicava enquanto liderança. Houve ali o reconhecimento de que eu não era apenas um jovem gay com tendência à travestilidade. Eu era travesti. E uma travesti que tem experiências muito parecidas com as outras travestis. Você muda só o sujeito, mas as vivências, o olhar, a infância...tudo se cruza e se encontra em várias dores. Mas uma marca da travestilidade é ressignificar as violências. É transformar esse luto em luta.⁶⁸

Por ter acessado ao mestrado por cotas raciais, ela assume também uma luta de implementação de cotas para o “segmento T” do movimento LGBT, categorias trans, – travestis, transexuais e não binário/e. Em termos de suas aspirações para o futuro, ela declarou para a Defensoria Pública:

Eu pensei sim que seria uma grande liderança, porque trabalhei pra ser uma grande liderança. E encontrei pessoas importantes para ser uma grande liderança. Eu fui apoiada para ser uma grande liderança. Mas eu não vou dizer que minha experiência é única e individual. Posso até dizer que é única, porque ela é minha, mas ela é coletiva, porque tem muitas pessoas. Minha personalidade é construída a partir de um conjunto de referências. Eu sempre tive um processo de educação de coletividade. Minha vida é coletiva. Quando a Dediane vai, ela leva outras. Então, não tem como eu chegar num lugar e não discutir política, corpo e mudança⁶⁹.

Sobre sua travestilidade é um demarcador importante, porque ela diz que não tem como esconder sua identidade de gênero. Por outro lado, as pessoas não aceitam, não querem aceitar sua identidade de gênero enquanto travesti. Dediane Souza afirmou em 2015, quando ainda estava em São Paulo: “As pessoas não me reconhecem como mulher em muitos espaços [...] elas não me reconhecem como homem em lugar nenhum e elas não querem me reconhecer

⁶⁷ A gente tem que ocupar todos os lugares. Disponível em: [https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/Acesso em dia 17 de março de 2022](https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/Acesso%20em%20dia%2017%20de%20março%20de%202022).

⁶⁸ A gente tem que ocupar todos os lugares. Disponível em: [https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/Acesso em dia 17 de março de 2022](https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/Acesso%20em%20dia%2017%20de%20março%20de%202022).

⁶⁹ A gente tem que ocupar todos os lugares. Disponível em: [https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/Acesso em dia 17 de março de 2022](https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/Acesso%20em%20dia%2017%20de%20março%20de%202022).

como travesti⁷⁰”. Ela ainda acrescenta dizendo que é preciso perceber que existem outras formas de viver, outras formas de sexualidade, de desejo para além da lógica binária de ser homem e mulher. Ser travesti é uma resistência dessa lógica de gênero, de identidade de gênero. Trata-se de ser uma mulher de “pinto” em uma sociedade falocêntrica, em que as identidades estão demarcadas pela genitália. Ser travesti é desafiar essa lógica.

Finalizo esse capítulo destacando o que a pesquisadora Maria Clara Araújo Passos (2022) e Paulo Coacci (2018) argumentam que no início dos anos de 2010 que terceira onda do Movimento de Travestis e Mulheres Trans no Brasil “é caracterizado, então, pela crítica ou revisão dos repertórios de interação entre Estado e sociedade civil e pela emergência de uma nova prática feminista, que parte sobretudo das mulheres trans brasileiras.” (PASSOS, 2022, p. 86). Segundo Coacci (2018)

terceira onda atravessa a década de 2010 e é um período turbulento. Suas principais marcas são: o *sidestreaming* do movimento para diversos campos; o crescimento de visibilidade das pessoas trans na mídia e outras esferas; a multiplicação dos padrões de atuação política, com um enfraquecimento do modelo organizacional das ONGs e o crescimento do ciberativismo; a emergência dos homens trans como novo sujeito político; a multiplicação de novas redes nacionais; o surgimento de contra-movimentos como feminismo radical, a resistência gay e o movimento contra a ideologia de gênero; a instabilidade político-institucional e o impeachment da presidenta Dilma em 2016; a ampliação e consolidação dos estudos trans; e por fim, a emergência de novas identidades de gênero. É também a partir dessas reconfigurações que se torna mais comum o uso da categoria movimento trans ou movimento de pessoas trans, como categoria abrangente para englobar os diversos sujeitos e identidades que compõe essa luta coletiva. (2018, p. 164).

Nesse contexto, surgem outras formas de agenciamento e ativismo de travestis. O Movimento Social de Travestis passam a lutar contra uma onda conservadora de setores religiosos. Paralelo a isso, o transfeminismo como teoria e prática do ativismo de travestis se faz presente na internet, tornando-se “espaços virtuais em que o transfeminismo se apresentou como um novo modo articulador das experiências e das formulações críticas de travestis e mulheres trans engajadas nas lutas em torno do feminismo.” (PASSOS, 2022, p. 88).

Neste capítulo apresentei quatro histórias de importantes travestis e uma mulher trans associadas ao movimento social cearense. Nos dois primeiros casos, tratavam-se de duas referências históricas hoje já falecidas, Janaína e Thina. Em seguida, tratei da trajetória de, Andrea Rossati, uma mulher transexual que assumiu a presidência da Atrac após o falecimento de Thina e também ao longo de sua vida esteve presente em espaços institucionais legais na qual defendia o direitos de travestis e transexuais. Por último tratei da trajetória de Dediane Souza, uma travesti que construiu sua história dentro do ativismo e permanece engajada nas

⁷⁰ Dediane Souza, no vídeo “Empoderadas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iqG2wExhLj4>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

lutas e resistências em Fortaleza. Elas mobilizam uma categoria de entrada no universo da política e ativismo como uma espécie de reação compulsória às violências. Neste cenário, a entrada no ativismo opera quase como uma obrigação. As suas trajetórias contribuem para o surgimento de novas sujeitas travestis, ativistas. As filhas das filhas das travestis resistiram e passaram a ocupar os espaços das cidade de Fortaleza.

No próximo capítulo iremos apresentar os resultados das entrevistas com nossas interlocutoras, onde serão analisados e discutidos o encontro dessas travestis com o ativismo e os mecanismos de resistências em Fortaleza a partir de suas narrativas diante de alianças, discriminação, transfobia e inserção social, como novas sujeitas ativistas. As nossas interlocutoras Labelle, Yara, Silvinha e Amanda são o eco do grito de resistência das travestis, de Janaína, Thina, Dediane e Andrea. Elas passaram a se engajar no ativismo em defesa os direitos das travestis em momento históricos diferentes.

4. TRAVESTIS E SUAS NARRATIVAS

Neste capítulo, apresento as herdeiras das travestis Janaína, Thina e Dediane. Elas constroem todos os dias as suas existências e maneiras de viver rompendo com o racismo e a transfobia que vigoram na sociedade cis heterossexual. Ao mesmo tempo, constroem a partir de seu ativismo a reivindicação de direitos de aparecer, de estar e de viver. Elas são águas que invadiram todos os espaços, como diz Dediane. Ao mesmo tempo que lutam por mais garantia de direitos, herdaram as conquistas de suas ancestrais. Diferente das trajetórias apresentadas de Janaína, Thina, Andrea e Dediane, na qual utilizamos fontes históricas como jornais, revistas e documentário, para este capítulo realizamos entrevistas com quatro travestis: Labelle, Silvinha, Yara e Amanda. A escolha das interlocuras deu-se devido aos lugares que assumem no cenário do ativismo, do movimento social de travestis e de suas presenças nos espaços institucionais em Fortaleza.

4.1. SOU travesti: autodefinição como estratégia política de resistência.

A construção da sujeita travesti se constitui a partir de uma categoria, também política, de resistência de uma identidade de gênero não hegemônica. Isso posto, neste tópico apresentaremos as autodefinições de ser travesti por nossas interlocutoras, tendo como objetivo discutir essas autodefinições a partir de suas narrativas.

Primeiro, gostaria de ressaltar, SOU, em letras maiúsculas, para destacar a autodefinição de minhas interlocutoras, enquanto sujeitas travesti, dentro do universo feminino, no campo das mulheridades. Elas são filhas de outras travestis, herdeiras do ativismo, da luta política e de suas próprias lutas. São também construtoras de políticas públicas para população de travestis em Fortaleza. Como elas dizem, “estamos no corre com outras manas”. Estar em todos os lugares e ocupar diversos espaços, como diz Dediane Souza e Andrea Rossati, é um pensamento também compartilhado por nossa interlocutora Labelle. Ela tem dedicado boa parte da sua vida junto aos movimentos sociais, reivindicando o direito de ser travesti.

A conversa com Labelle aconteceu no Bar Cantinho Acadêmico, na região do Benfica, em Fortaleza, próximo a Universidade Federal do Ceará. Labelle Silva Rainbow tem 37 anos, é uma travesti negra, estudante de publicidade e propaganda, ativista dos movimentos sociais LGBT e Negro e defensora dos direitos humanos LGBT e das travestis. Ela tem atuado em Fortaleza na construção de políticas públicas no combate a transfobia, racismo e LGTBfobia. Labelle coordena desde o ano de 2008 o evento For Rainbow⁷¹ e, em 2016, estrelou o

⁷¹ O Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual e de Gênero – For Rainbow chegou em sua 15ª edição,

documentário “Labelle”. Em um evento na Câmara Municipal de Fortaleza em 2018 foi homenageada em uma sessão solene, sendo a primeira travesti a receber uma homenagem pela atuação na história de luta e ativismo em Fortaleza. Em termos profissionais, atualmente Labelle é Coordenadora Executiva da Coordenaria Especial da Diversidade Sexual da SDHDS na Prefeitura de Fortaleza.

A medida que Labelle é travesti, ela também apresenta as múltiplas categorias que a definem enquanto filha, ativista e negra. São essas categorias que fazem com que Labelle afirme: “sou feita de processos, de transição”, com uma capacidade de estabelecer uma rede de alianças em conjunto com outras travestis. Segundo ela, não tem como desligar-se do ativismo, resumindo: “sou luta e resistência”.

Imagem 09- Fotografia, Labelle Silva Rainbow



Portal⁷² Prefeitura de Fortaleza, Acesso dia 25/08/2022

Labelle é filha única de uma mãe solo negra, com quem continua morando. Divide a casa também com sua cachorra Tulipa, que também é preta. Labelle nasceu no ano de 1985 no bairro de Mucuripe, em Fortaleza, e ainda com três meses de idade foi morar no Bom Jardim. Cresceu e continua vivendo nesse Bairro por uma escolha política. Essa escolha parte da construção de sua identidade, de seus afetos e por conta do seu envolvimento com os

exibindo 24 curtas e 8 longas metragens de produtores nacionais e internacionais, em sua mostra competitiva. Após uma edição completamente virtual em 2020, o Festival aconteceu em 2021, nos dias 19 a 25 de novembro, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, respeitando os protocolos de segurança sanitária exigidos devido à pandemia de Covid-19.

⁷² Portal Prefeitura de Fortaleza. *DiadaMulher:adiversidadecomo base de uma cidade mais acolhedora e igualitária*. Disponível: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/dia-da-mulher-a-diversidade-como-base-de-uma-cidade-mais-acolhedora-e-igualitaria>. Acesso dia 25 de 08 de 2022.

movimentos sociais, que contribuíram para essa permanência nesse lugar. Segundo ela, esse bairro sempre foi seu lugar de sociabilidades com outras travestis, que passavam horas do dia conversando nas calçadas. As vivências com suas “manas” na vizinhança foram deixando de existir por diversos fatores que ameaçam o contexto da cidade, desde a disputa de territórios pelas facções e pelo tráfico de drogas, como pelo assassinato de suas “irmãs” travestis. Ela nos disse:

A escolha foi uma escolha política, de continuar morando ali, que era ali que eu construía, era ali que eu tinha meu campo de relações. Que a gente sentava com as outras manas travestis na calçada pra gente conversar. Hoje em dia, isso não é mais possível no contexto da cidade, no contexto de território. A disputa por territórios, não permite mais muitas vivências que a gente tinha. Os espaços de sociabilidade não são mais os mesmos, então as relações, elas mudaram também. Mas, é nessa luta, eu tenho plena consciência disso. Mas quem é a Labelle hoje? É luta e resistência. É um resumo rápido assim.

Olhe a Labelle, ela faz, ela é muita coisa sabe e é muita coisa ao mesmo tempo no que faz. A Labelle, ela surge aos 21 anos, foi quando esse processo de transição, é (pausa) mais efetivo, ele passa a existir mesmo. E aí, hoje em dia aos 37 muita coisa aconteceu, muita coisa se transformou na vida de Labelle. Tem muita coisa a ser construída também.

Labelle também é feita de sonhos, sonhos esses que deixam marcas para Fortaleza. São sonhos do fruto do ativismo e da luta que faz todos os dias.

Então, há algum tempo atrás me perguntaram o que a Labelle queria fazer, quais os projetos futuros da Labelle em Fortaleza. Os projetos futuros da Labelle em Fortaleza é, aí a resposta que eu dei na época foi desejo de deixar marcas, marcas na cidade e marcas que o tempo não destrua. E aí marcas que possam ser se referência sim, para muita gente no futuro.

Assim como Labelle, Yara Pinheiro Cavalcante⁷³ se autodefine enquanto travesti. Yara Canta, como se anuncia como artista, é cantora, atriz, negra, ativista e defensora dos direitos humanos de travestis e mulheres transexuais. Yara é atual coordenadora da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará e é integrante do Fórum Nacional de travestis e Transexuais Negros e Negras (Fonatrans⁷⁴) e da Antra.

A Yara é de Fortaleza, têm 28 anos, nasceu no bairro Joaquim Távora. A família de seu pai, Marcilio, provém toda desse bairro, porém da sua mãe, Maria Dolores, é do interior da cidade do Vale do Jaguaribe, Jaguaratama, mas boa parte desses familiares já residem em

⁷³ A entrevista com Yara Canta aconteceu no dia 25 de maio de 2021 na Editora Lamarca em Fortaleza, Ceará.

⁷⁴ FONATRANS É espaço nacional de inclusão e aglutinação à militância destes dois segmentos, sendo estes independentes ou através de OSC (Organização da Sociedade Civil) e visam a articulação com o Poder Público, bem como com o Terceiro Setor e iniciativa privada com o objetivo maior de propor a criação políticas públicas específicas e estratégicas e a ampliação das já existentes. O mesmo é um dispositivo legítimo e reconhecido nacionalmente Movimento Social Político Organizado LGBT, e prima prioritariamente pela cidadania plena e a luta contra o racismo, preconceito e discriminação sofridos por esta população, motivados exclusivamente por sua identidade de gênero, raça e cor. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/quem-somos.html>, acesso dia 27 de novembro de 2021.

Fortaleza. Contudo, nos últimos 20 anos, ela, seu pai e sua mãe moram na Cidade dos Funcionários, em Fortaleza. Entre março de 2020 a início de 2022, período da Pandemia do Covid-19, morou sozinha no bairro Benfica. A escolha de morar só ocorreu devido aos cuidados de proteção ao seu pai e mãe, pois não queria ter o risco de contaminá-los com o vírus, já que seu pai e mãe são idosos e aposentados. A medida que a vacinação da população foi avançando dentro do cenário da Pandemia do Covid-19, Yara decidiu retornar para a casa do pai e mãe, pretendendo permanecer por um bom tempo morando com seu genitor e genitora, exatamente porque precisam de mais alguns cuidados por conta da condição da idade.

Imagem 10- Fotografia, Yara Pinheiro Cavalcante/Yara Canta



Portal⁷⁵ Diário do Nordeste, acesso dia 25/08/2022.

Questionada quem era a Yara, ela nos disse:

Ultimamente, eu tava pensando (...), alguns meses atrás alguém me perguntou algo nesse sentido, e eu acho que a primeira coisa que me venho à mente é filha. Sou filha da Maria Dolores e do seu Marcílio. E aí assim, porque eu acho que é importante, assim, partir desse lugar da família também. Tal hora, às vezes, eu tenho tentado trazer um pouco mais na minha fala essa coisa da família. E aí, como é, quem sou? Vaila meu Deus. Eu sou cantora, atriz, essas coisas todas, não é porque eu acho que quando eu começo a falar assim fica aquela coisa muito dando só um currículo, um portfólio. Mas, é porque eu acho que ser cantora é muito do que eu, do que eu sou enquanto pessoa também, porque é na música e na arte que eu consigo me expressar também. Porque foi e é uma ferramenta importante para mim. (...) e me ajudou e continua me ajudando a quebrar o silenciamento, vamos botar assim. Porque às vezes eu acho que é muito mais difícil falar do que cantar. Às vezes eu consigo me expressar melhor cantando, atuando está ali, expressando através da arte, é melhor para mim do que falar. Então, acho que é isso assim, é cantar, atuar, está na arte é muito de quem

⁷⁵ Portal Diário do Nordeste. Disponível em: Yara Canta: mulher trans, negra e dona de si. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/yara-canta-mulher-trans-negra-e-dona-de-si-1.3102069>. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

eu sou. E eu acho que a partir daí, sim a partir desse meu contato com a arte e que eu fui crescendo e ocupando espaço, enfim, as pessoas obviamente por eu ser uma travesti negra e que canta e estar na arte, naturalmente também foi sendo atribuído um peso muito social, porque é isso que eu também entendo. Quando a gente é assim, uma travesti, acaba que a gente nunca está representando só a gente mesmo, assim, acaba que a gente também representa várias outras, mesmo que a gente não queira assim, e aí em certo momento eu entendi isso.

A aproximação com a carreira artística começou aos 18 anos. Por ser uma multiartista, ela soma suas experiências com esse meio. E por ser uma travesti negra na arte, a pauta do ativismo sempre a atravessou de alguma forma. Ao mesmo tempo que ela é cobrada para representar outras travestis no espaço que ocupa, também se auto autoriza a representar outras.

Ela fez o Curso de Princípios Básicos de Teatro no Teatro José de Alencar e considera isso como um marco em sua vida. Segundo o Jornal O Povo⁷⁶ (2021), em uma matéria publicada no dia 25 de julho de 2021:

Yara Pinheiro Cavalcante, a Yara Canta, canta sobre amor, afeto e felicidade. Canta também militando pelas mulheres trans e travestis, mas isso ela o faz mesmo sem soltar a voz. Porque a simples presença dela no palco já expressa o que sente e pelo que luta. (O POVO, 2021)

Foi dentro desse contexto que Yara buscou se aproximar do movimento social de travestis e buscar uma construção coletiva. Ela revelou que foi quando de fato começou a entender a sua importância. Por ser uma travesti negra, de uma forma ou de outra, as pessoas interseccionavam esses marcadores e a consideravam uma representante importante para a luta de travestis e de mulheres transexuais.

E aí, comecei a buscar também conhecimento e buscar o movimento social, e buscar essa construção mais coletiva, porque eu comecei a entender que de fato eu não falava só por mim, por mais que eu achasse que sim, por mais que eu só tivesse só ali cantando, mas sempre acaba é de indo para esse canto da representatividade. Mas a Yara é uma travesti que está ali, legal e tal. Sempre pesa nessa questão, então a partir desse meu contato com a arte eu fui entendendo e buscando também essa construção, é mais política mais politizado que é essas discussões de movimento social de adentrar um movimento social, de fazer parte é da Atrac, do Fonatrans, dessas instituições, que aí também é outra questão, que é entender essa importância das instituições para construção de políticas públicas, eu comecei a entender, começando, (risos) que ainda é uma construção esse lado da militância desse lado, eu ainda estou. Porque todo dia é uma novidade é uma coisa diferente, que você tem que entender como funciona. Principalmente porque eu não tenho uma formação acadêmica, algo nesse sentido de gestão de políticas públicas, algo nesse sentido. Então, é algo que a gente não aprende no dia a dia, principalmente vendo tantos das nossas passando pelo que a gente passa, assim, de violência, de assassinatos de negações de nossos direitos.

A autodefinição de Yara e seu encontro com o ativismo a partir da ideia de representatividade, sua chegada na Atrac e no Fonatrans está relacionada com o que ela acredita

⁷⁶ Portal Jornal O Povo. Yara Canta: mulher trans, negra e dona de si. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/yara-canta-mulher-trans-negra-e-dona-de-si-1.3102069>. Acesso dia 11 de julho de 2022.

sobre a necessidade do papel das instituições na construção de políticas públicas em defesa e garantia dos direitos das travestis. Durante o evento do Fonatrans, Yara foi coroada como a Miss Garota Fonatrans. O evento reuniu travestis e mulheres negras do Nordeste do Brasil, um aquilombamento em pares.

E também quero citar outra coisa, que foi o encontro do Fonatrans (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros), que aconteceu em 2020, do qual também faço parte. E foi uma honra participar desse encontro. Fui coroada Miss Garota Fonatrans. A gente chamou de aquilombamento travesti, porque eram muitas mulheres trans, travestis reunidas, conversando sobre pautas políticas e extremamente necessárias que a gente aborda na militância, mas também confraternizando, conversando sobre vivências, rindo, e foi um momento muito especial também. (Jornal O Povo 2021).

Do mesmo modo que Yara chegou a fazer parte da Atrac recentemente, Silvinha Cavalleire integrou-se à Associação na atual gestão de 2021, após o falecimento de Thina. A entrevista com Silvinha aconteceu no seu local de trabalho no CRLGBTTR, localizado na Rua Valdetário Mota, no bairro Papicu, em Fortaleza.

Silvinha é travesti, feminista e militante do movimento LGBT. Em 2012, foi a primeira transexual a ser presidenta de Centro Acadêmico do Brasil, pelo Centro Acadêmico Patativa do Assaré, dos cursos de Letras da UFC. Também em 2012, foi a primeira transexual a ser diretora de um DCE no Brasil, a gestão “DCE de verdade”, da UFC, pela qual, em outubro de 2013, conquistou o uso do nome social para transgêneros na UFC. Em 2014, foi eleita a primeira travesti presidenta da União da Juventude Socialista de Fortaleza (UJS), dentre todas as cidades do Brasil onde a UJS se organiza, e conquistou o direito do nome social para transgêneros na carteirinha de estudante de Fortaleza. Segundo ela,

Então, dois anos foram muito marcantes para mim. O ano de 2013, que foi o ano que eu consegui aprovar o nome social no conselho Universitário da UFC. A maior instância deliberativa da Universidade discutiu esse tema, depois de insistentes demarcações minhas pra falar sobre desse tema e foi favorável. E aí permitiu que as pessoas transgêneros da comunidade acadêmica pudessem fazer o uso do nome social, na UFC. E outro ano que foi significativo foi o ano 2014. Eu estava presidente de uma associação de juventude a União da Juventude Socialista a UJS e encaminhei um Ofício da UJS de Fortaleza para o então Prefeito Roberto Cláudio e, para minha surpresa, em um evento público, ele perguntou se havia no meio daquela Juventude uma jovem chamada Silvinha Cavalleire, aí eu levantei. E ele disse, - Eu recebi seu ofício sobre o nome social para carteira. Já encaminhei para ETUFOR autorizando essa política, essa política. Então foi bacana que o prefeito da cidade reconheceu, digamos assim, a importância do pedido e sua relevância e atendeu. Então, desde 2014, a gente tem esse direito conquistado, e de lá para cá, eu venho lutando pros outros avanços até que chegou hoje na coordenação do Centro Estadual de referência LGBT + Thina Rodrigues, com orgulho para defender o meu segmento trans e travestis.

Silvinha já foi candidata a deputada estadual e deputada federal pelo PCdoB Ceará. Foi vice-presidenta Nacional e Diretora Nacional de Trabalho, Emprego e Geração de Renda da

União Nacional LGBT (UNALGBT), de 2015 a 2021. Foi Coordenadora de Articulação Regional de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), pela qual foi conselheira Cearense dos direitos da Mulher (CCDM) entre 2020 e 2021. Atualmente, está Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Conselheira Nacional de Combate à Discriminação (CNCD).

Imagem 11- Fotografia, Silvinha Cavalleire



Portal⁷⁷ O Povo, Acesso 25/08/2022

Até a data da entrevista, estava como Coordenadora do Centro de Referência LGBT+ Thina Rodrigues – (CRLGBT+TR), iniciativa com serviços pioneiros no Ceará e no Brasil. Em julho de 2022, Silvinha saiu do CRLGBT+TR por motivos de saúde mental, como ela explicou em uma nota nas suas redes sociais. Após a saída, retornou para a pasta da Política Pública das Mulheres do Ceará. Com sua saída, quem assumiu a coordenação foi Samilla Marques. Samilla é uma mulher transexual que tem toda uma trajetória de luta pelos direitos da população LGBT do Ceará. Segundo a ativista quando foi perguntada, “quem é a Silvinha?” Ela nos disse:

Bom, Silvinha é uma guerreira, uma batalhadora, uma pessoa que acredita que o mundo melhor se faz a partir do que você contribui pra que esse mundo seja melhor. Então, eu luto bastante para que o mundo seja um lugar melhor para mim e para as pessoas que nele vivem e que ainda viveram. Então, me esforço muito pra dialogar, pra lutar por avanços, para defender os direitos, pra defender o bem-estar, então, eu sinto que eu estou em um eterno estado civil de luta. Se for, se quando perguntar pra

⁷⁷ Portal O Povo. "Não poder abraçar é a pior parte", afirma ativista Silvinha Cavalleire sobre prática do isolamento. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/02/04/nao-poder-abracar-e-a-pior-parte---afirma-ativista-silvinha-cavalleire-sobre-pratica-do-isolamento.html>. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

mim, qual meu estado civil, você é solteira, casada divorciada eu respondo à pergunta: meu estado civil é de luta. Essa é minha missão aqui. Eu sou uma travesti que luta.

Silvinha é filha de Maria das Graças da Silva, conhecida como dona Gracinha, e do senhor Geraldo Furtado Araújo, conhecido como GG. Seu pai e sua mãe tiveram pouca educação formal, mas sempre se empenharam para que a filha estudasse. As diferenças entre Silvinha, seu pai e sua mãe é exposta, ressaltando que sempre teve consciência dos limites educacionais de seus genitores, ela não podia cobrar muitos entendimentos por parte deles em relação a sua identidade de gênero e outras questões do ativismo. Nas suas palavras:

São duas figuras muito emblemáticas. Eles tiveram trajetórias em que tiveram pouca instrução e pouco estudos. Eles pensam muito diferentemente de mim, muito diferente mesmo. Mas, como eu sempre percebi que eles não podiam ir além do que eles puderam absorver de conhecimento pra vida deles, então eu sempre respeitei os limites dos meus pais. E agradeço por eles terem feito os esforços que fizeram pra que hoje eu pudesse estar pensando tão diferente deles. Eles nem sabem que eu penso tão diferente deles, mas discretamente e anonimamente eu sou muito grata a eles.

Silvinha é natural de Fortaleza, tendo nascido no bairro Poço da Draga, uma comunidade na Praia de Iracema. Quando criança viveu próxima à Praia Formosa, hoje um espaço revitalizado, com muitos comércios, próximo à Ponte Metálica. Toda sua família é desse entorno. Silvinha passou 23 anos de sua vida vivendo nesse lugar, mas já morou em vários lugares de Fortaleza, como ela mesma diz:

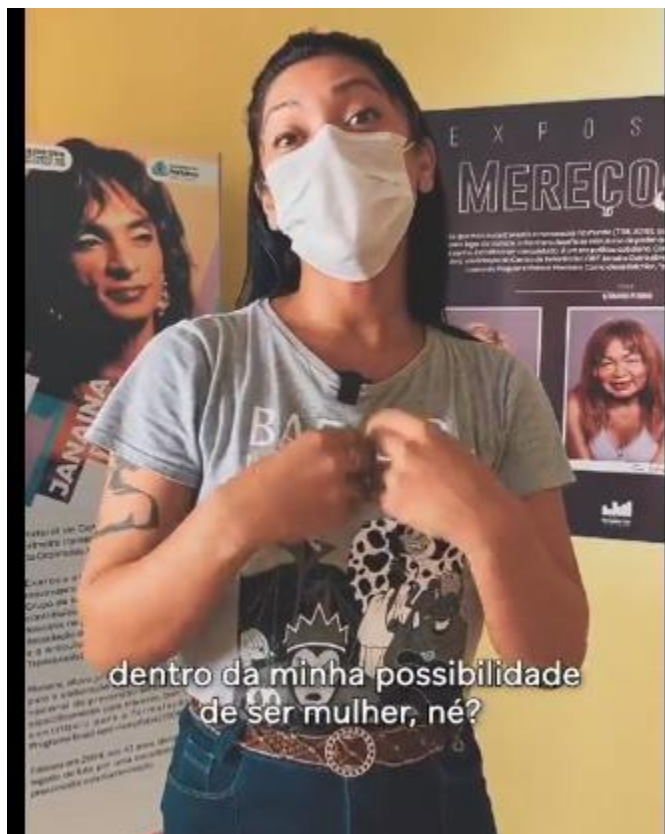
Eu começo a me movimentar pela cidade. Eu já morei no Benfica, já morei no bairro Maria Tomásia, hoje tô morando no Bairro José Bonifácio e hoje estou procurando outro lugar para morar, porque eu acho que a vida é um movimento. Então, quanto mais eu vou me movimentar pela cidade, pra mim é muito bom. Já viajei bastante por conta da militância, conheço várias cidades brasileiras e, se tiver uma possibilidade de algum dia morar fora do Ceará, por enquanto não, por enquanto quero deixar minha marca aqui - mas se algum dia surgir uma oportunidade de morar fora, eu não vou deixar isso para trás não, vou seguir em frente.

Em termos profissionais, podemos relacionar a saída de Silvinha da coordenadoria do Centro de referência Estadual LGBT Thina Rodrigues “por motivo de saúde mental” ao que relata Neon Cunha (et. al. 2021) em “*O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental*”, quando diz que a saúde mental de travestis mulheres transexuais é afetada pela transfobia, pelo racismo e pelo cissexismo. Como Silvinha estava trabalhando em um equipamento de acolhimento da população LGBT+ de todo o Estado, desse modo vivenciou as violações de direitos de suas manas travestis, causando um impacto em sua saúde mental.

Assim como Silvinha, que está dentro de uma espaço insitucional e no movimento social, Amanda Félix trabalha do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra e também é integrante da Atrac.

Amanda Félix⁷⁸, natural de Pacatuba, travesti, não branca, graduada do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará, é educadora social do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra. Amanda iniciou seu contato com o ativismo no Grab. Participando de oficinas, encontrou no grupo referências de travestilidades.

Imagem 12, Fotografia, Amanda Félix



Portal Twitter⁷⁹. Acesso dia 26/08/2022

Perguntada sobre quem é a Amanda, ela nos fala:

É, (pausa) uma pergunta muito difícil de responder. Eu sou uma contradição, uma farsa, eu sou uma menina, mas eu também sou uma grande mulher, eu sou uma filha maravilhosa, eu sou uma sonhadora, eu sou uma travesti que tá tentando aí, é, não cair nas armadilhas da cisgeneridade, da, do que se espera de uma travesti não branca, de uma travesti de uma família pobre como eu. Eu tô aí tentando, a Amanda é uma menina que tenta (risos), acho que é isso.

As armadilhas da cisgeneridade às quais Amanda se refere são os estereótipos construídos pela cisnormatividade sobre os corpos e identidades de gênero, binários e ciscioniais. Segundo a ativista, transfeminista e pesquisadora Viviane Vergueiros (2016):

O conceito de cisgeneridade enquanto normatividade sobre corpos e gêneros. Tornar-me cúmplice ou reprodutora dos olhares cisgêneros sobre estas populações diversas

⁷⁸ Por conta das restrições sanitárias a entrevista com Amanda aconteceu pelo aplicativo de rede social WhatsApp, no dia 10 de março de 2022, por escolha da interlocutora.

⁷⁹ Twitter. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: <https://twitter.com/prefeiturapmf/status/1509212941106749441>. Acesso dia 26 de agosto de 2022.

já não se configurava como opção interessante, assemelhando-se em demasias sutis e explícitas com exercícios onde a ciscolonialidade do saber parece insuperável. (2016, p.35).

Vergueiros (2016) propõe uma análise de como a cisgeneridade como categoria pré-discursiva e cis colonial que elimina corpos trans com sua matriz de normas e códigos repetidos. Ela apresenta as relações de poder colonialistas que produzem as normas dos corpos, assim subalternizam as experiências e identidades trans, como “projetos coloniais como limitadores e desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas, para muito além dos conceitos ocidentalizados de gênero.” (2016, p. 48).

Para Amanda, sua mulheridade está dentro de uma possibilidade maior de ser mulher. Dentro de um campo subjetivo que nem a cisgeneridade e nem a heterossexualidade consegue alcançar.

ser mulher pra mim é, na verdade, definir mulher é uma tarefa muito complicada e também muito interessante porque eu sou mulher dentro da minha possibilidade de ser mulher, né? Eu me encontro travesti, faço parte de uma diversidade de mulheridades e, pra mim, a mulheridade é isso aqui.⁸⁰

Quando lançamos o olhar para as quatro apresentações de nossas interlocutoras, notamos que elas destacam suas relações enquanto filhas, revelando um processo de fala de humanização de suas existências, de sujeitas que tem família e vidas. Vidas que, muitas vezes, são negadas. As famílias de travestis cedo deixam de conviver com elas por motivos de seus assassinatos ou por serem expulsas de casa (KULICK, 2008). No caso das nossas interlocutoras, ser filha é trazer essa experiência para o campo do afeto, da humanidade, da relação familiar, diferente das travestis que Kulick entrevistou. Mesmo que a maioria das travestis no Brasil não sejam acolhidas por suas famílias, ainda há uma parte delas que vivem com suas famílias (NOGUEIRA, 2015).

Como se tem acompanhado no texto, todas elas se autodefinem como travestis. A autodefinição como um conceito cunhado por Patricia Hill Collins (2019) e analisada também por Winnie Bueno (2020) refere-se à autoafirmação de mulheres negras, e aqui, travesti negras, não-brancas e branca, como uma afirmação política. Trata-se de se afirmar enquanto uma travesti no cenário de Fortaleza cunhando uma luta contra todo o “cistema” que nega suas existências. É resistir ao modelo de sociedade cisgênera, racista, heterossexual e branca que assassina corpos de travestis.

⁸⁰ Facebook. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: https://m.facebook.com/watch/?v=761544278163341&_rdr. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

Labelle diz: “sou uma travesti negra”, Yara: “quando a gente é assim uma travesti”, Silvinha: “Eu sou uma travesti que luta” e Amanda: “eu sou uma travesti que tá tentando aí”, elas recorrem a autodefinição de suas existências. Desse modo, elaboram uma narrativa que traz à cena política a necessidade de autodefinição por suas ancestrais e para que suas contemporâneas compreendam as lutas que elas precisam travar todos os dias. Se autodefinir enquanto travesti já é um modo operante de resistência. Por trás da autodefinição de ser travestis, elas vivem duas vidas, a de filha e a de ativista, as travestis existem e resistem a atos de resistências de múltiplas formas, travando muitas vezes tensões e silenciando quando necessário. Como diz Collins (2019), “o silêncio não deve ser interpretado como submissão a essa consciência coletiva e autodefinida das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 181). Além da autodefinição, suas afirmações estão imbricadas de um peso de vidas que vivem em perigo constante. Com isso, segundo Leticia Nascimento (2021) a autodefinição é uma maneira de pensar os espaços coletivos para que as narrativas de travestis possam ser compartilhadas, sendo importante pensar esse processo junto com uma interação social. Assim, a autoidentificação enquanto travesti é uma validação coletiva de suas experiências coletivas.

Quando elas se autodefinem enquanto travestis, têm a consciência da importância dessa autodefinição como uma estratégia política de resistência para romper com as imagens de controle que existem sobre elas. A voz coletiva se configura com significados para outras. É o significado que suas ancestrais se expressaram um dia. Criam constantemente laços afetivos, articulando lutas, possibilidades e sonhos. É desse processo de ruptura que elas modificam o Cis-tema de opressão que existe sobre elas. Segundo Bueno (2020) “o processo de constituição de autodefinição apresenta uma dimensão individual e outra coletiva” (BUENO, 2020, p. 78), desse modo possibilita às travestis se articularem contra as imagens de controle e opressão que tentam encaixá-las sobre elas. Elas passaram a construir suas identidades fora dos padrões e longe das imagens de controle sobre as travestis.

4.2. Nossas identidades foram contruídas fora dos padrões.

Para este tópico recorreremos às narrativas da trajetória inicial de nossas interlocutoras, caminhando por suas experiências durante a infância e adolescência, narrando suas primeiras vivências de sua identidade de gênero. Tomo como objetivo apresentar que nossas interlocutoras construíram suas identidades fora dos padrões estabelecidos do que seria uma travesti.

Segundo nossa interlocutora Labelle, foram nos caminhos enfrentando o racismo e transfobia, convivendo com outras travestis, que ela encontrou o próprio sentido de ser travesti.

Foi não se encaixando dentro do padrão imposto que ela passou a viver sua travestilidade. Sem processo de hormonioterapia, sem silicones e longe da prostituição, ela é uma soma da letra da música Gisberta, de Maria Bethânia, que Dediane tanto gosta. É o resultado das vivências com suas amigas Dediane Souza, Thina Rodrigues e Keila Simpson e tantas outras. Segundo Labelle, para sua construção de identidade de gênero muitos caminhos e pessoas influenciaram. Mas cada uma de um jeito bem peculiar.

Eu sou uma travesti que não tem prótese, não nunca tomei hormônio. Não estou falando isso em uma perspectiva de me orgulhar disso, ou de ser melhor não, e isso, é só para contextualizar mesmo, porque tem a ver com as figuras que eu vou falar. É, e aí em 2012 participando do encontro de Travestis e Mulheres transexuais, situações difíceis de serem encaradas, é um debate felizmente hoje está superado, nossa população conseguiu avançar bastante nas pautas e os debates todos. Mas no meio é como se tivesse uma lista do que era ser uma travesti, sabe? Tinha que ter peito, tinha que fazer prostituição, tinha que ter hormônio, tinha que ter cabelo. E isso me incomodou extremamente. Eu voltei de Brasília adoecida me perguntando: eu sempre me vi, me senti travesti e agora não sei mais. Tão dizendo que precisa ser assim, assado, mal passado, e eu não me vejo assim, eu nunca desejei isso pra mim, então eu não sou travesti. Então, preciso saber o que é que eu sou. E aí, então eu sou travesti sim, a caixinha do que dizem que é ser travesti não me cabe, eu não vou colocar peito, não vou tomar hormônio, e não é por uma picuinha, é porque eu não sinto necessidade, nunca senti. E na questão da hormonioterapia eu sempre fui muito hipocondríaca mesmo, eu tenho medo de doenças. Eu tenho medo das coisas, então jamais eu vou entrar na clandestinidade para colocar substâncias no meu organismo, sem ter um mínimo de acompanhamento. E isso vem muito do acesso à educação, eu não estou me vangloriando aqui com isso, mas é assim logo cedo quando eu acessei eu tinha plena consciência disso assim. E o apoio também da minha mãe do meu pai, que me acompanharam não só na escola, mas nas unidades de saúde, sabe?

Na fala de Labelle percebemos o desejo de evitar uma padronização de um tipo ideal de corporalidade travesti. Trata-se de uma luta pela compreensão sobre a pluralidade de experiências e de corpos. Jota Mobaça (2021) compartilha do pensamento de Labelle quando diz que “para cada pessoa cisgênera que olha a si e se vê como norma, e assim olha o mundo e o vê como espelho, deixo o seguinte recado: nós vamos desnaturalizar a sua natureza, quebrar todas as suas réguas e hackear sua informática da dominação” (MOMBAÇA, 2021, p. 75). Acrescentamos aqui que para cada padronização de uma imagem singular das travestibilidades, as nossas interlocutoras rompem com o singular e caminham para a pluralidade. Para Mobaça e para Labelle a cisgeneridade não irá estabelecer as normas para as subjetividades travestis.

Ainda na infância, recordou Labelle, que uma figura feminina chamou sua atenção. Em seu bairro uma travesti negra sempre passava vendendo algo. Embora ela não lembre mais o nome daquela pessoa, hoje Labelle entende que aquela figura já era uma travesti.

Mas teve uma figura na infância, passava uma figura dois metros de altura, negra, enfim grande, farta, eu olhava assim. Era completamente diferente de tudo que eu vi naquela época, lá no Bom Jardim. Essa pessoa é diferente que nem eu, eu já me via diferente, era diferente que nem eu. Mas eu não sabia, não me vinha essa palavra na cabeça sexualidade, mas eu sabia que era daí, desse canto, era esse siriguindum, que eu localizava e me identificava. E ficou, não sei como está hoje com a pandemia, mas

eu cheguei a ver bem velhinha na rua, vendendo. (...) Depois eu cresci e entendi que era uma travesti já na época. Então assim, muito do que Labelle é até os 21 anos foi essa imagem, tipo Dandara andando no Bom Jardim para o Conjunto Ceará, do Conjunto Ceará para o Bom Jardim. É essa figura que eu não conheci pessoalmente assim, de trocar e conversar, não lembro o nome, mas era meu corpo, a minha identificação. Ao mesmo tempo, depois foi conhecendo outras, e vi nas outras muito daquela figura.

Segundo Labelle, sua identidade sempre esteve com ela. Inicialmente foi exposta na adolescência como um menino gay e depois passou a viver sua travestilidade. Referindo ao nascimento de sua identidade de gênero, ela nos fala que provavelmente já era travesti desde a gravidez de sua mãe. Contando com humor, ela nos falou que sua mãe desejou tanto uma menina, que com o tempo a menina veio, aos 21 anos de idade.

Mas foi aos 16 anos, na casa dos avós, que sua, até então, homossexualidade, foi exposta para todos e todas. Ela relembra que foi um desafio se colocar enquanto homossexual. Seu constrangimento aconteceu quando estavam em um almoço em homenagem ao dia das mães e ela foi exposta por outros primos e primas como o menino viado, a bicha da família. Após esse episódio, passou um ano sem visitar a casa dos avós.

Contudo, Labelle tem consciência que durante toda sua infância viveu a feminilidade que já existia na sua essência. Até os 12 anos de idade morava com os avós. Na época, sua mãe trabalhava como doméstica e passava muito tempo longe dela. Ela lembrou que:

Quando era pequena que vovó lavava roupa e não era varal, era arrame farpado que estendia. Aí eu pegava, muitas vezes rasgava, na hora de puxar enganchava e rasgava. Era aí que o povo se dava conta que alguém tinha mexido, porque depois eu colocava no mesmo canto, mas estava rasgado, – Quem foi que mexeu? Eu pegava os lençóis, toalhas e panos para fazer de vestido. Eu adorava ficar na frente do espelho. É tanto quando eu passo em frente a lojas de tecidos, esses modelos, os manequins, ali é só alfinete, mulagem no corpo, eu fazia aquilo tudo ali: montar um grande look uma grande roupa no meu corpo. Sempre vestidos, roupas femininas, então eu já sabia disso.

Durante sua adolescência Labelle sofreu diversos abusos sexuais, mas só veio a se dar conta das violências na fase adulta. Como sua mãe trabalhava muito e passava semanas e meses fora, Labelle morou na casa dos avós com muitos primos e primas e a convivência com eles e elas não era algo acolhedor e afetuoso. A convivência na casa dos avós, por conta da grande quantidade de primos e primas que moravam juntos e juntas, havia uma divisão de quartos nos horários de dormir. Segundo Labelle, era organizado um quarto para os meninos e outro de meninas. Na divisão dos quartos, ela dormia com as meninas:

Os machim tudo lá, do outro lado de fora da casa, e as meninas no quarto. E à noite fechava, passava a chave por fora, ficava trancada até 5 horas da manhã, quando abria. E eu era a única que estava lá. Aí, dos 12 para os 14 anos na adolescência, essa ebulição de hormônios, esses meninos tudo trancados, meu amor eu fui abusada, violentada trezentas vezes. As meninas todas com o priquito coçando, doida pra

fuder, tinha uma pessoa que tinha uma rola ali, mas eu não estava interessada. Então elas construíam situações pra funcionar. Era na linha da chantagem, do constrangimento, enfim, péssimo. Eu fui identificando que meu interesse na feminilidade, na mulheridade, na travestilidade tinha haver com outra coisa. Não era com a questão sexual puramente, não era da orientação sexual, do desejo sexual. Tinha outros elementos, outro campo. Mas tinha muita repressão. Vamos segurar a gay, a bicha, vamos manter isso aqui, que é o que dar pra sobreviver agora.

A infância de uma travesti muitas vezes é violenta (KULICK, 2008). As violências sofridas por Labelle não pararam nessa situação citada acima. Aos 12 anos de idade, em uma dessas situações de abusos, suas primas/primos a colocaram em um contexto em que a mesma foi maltratada pelo seu avô, um homem bruto segundo ela. Labelle nos confessou que ao sair do banho, “sempre foi muito bruto, ele colocava um balde com água de sal grosso, água lá, ele colocava em uma corda de molho, e era com essa corda que ele batia na gente.” Em uma situação, Labelle estava saindo do banho quando ele bateu a corda no seu rosto. O golpe checou a arrancar pele. Depois de agredida, saiu correndo pela rua nua, após cair sua toalha. Até que uma mulher a ajudou. Ela não sabia quem era aquela mulher, mas só sabe que ela enrolou Labelle em um lençol e a levou para dentro de casa, para que seu avô não a encontrasse. A mulher disse que ia ficar com Labelle até sua mãe chegar. Foi nesse momento que a mulher confessou que a mãe de Labelle namorava com o vizinho desta mulher.

Foi a partir dessa situação que mãe de Labelle largou o trabalho, passou a morar com a filha e o namorado, este homem que ela considera como pai. Por isso, em diversos momentos, ela nos disse que só conheceu o pai aos doze anos de idade, referindo-se ao pai adotivo. Com muito afeto diz que ele faleceu segurando sua mão. Quando sua mãe e seu pai resolveram morar juntos, construíram uma casa simples apenas com um cômodo e um banheiro. Segundo ela, sua mãe:

(...) largou emprego e juntou o que ela tinha de grana. Ele já era casado separado tinha filhos adultos, não tinha mais que sustentar os filhos mantendo de casa. Juntaram as coisas e a gente construiu nossa primeira casa mesmo, de abrir o alicerce no chão, colocar as pedras, cimento. Foi um mês a construção da casa. Mas não era uma casa não, era um cômodo, um comodozinho com um banheiro e uma pia. À noite para dormir a gente fastava a mesa e as cadeira, colocava na porta da cozinha e as cadeiras em cima da mesa para armar as 3 redes. E aí foi quando a nossa vida a três começou, foi quando eu tive essa relação materna e paterna e familiar. Foi a partir dos 12 anos, porque antes não tinha. Antes eu ficava na casa da avó, às vezes uma semana na casa da tia, porque tinha mais primos que chegava, porque não tinha comida pra todo mundo.

Então foi aos 21 anos que nasceu Labelle. O garoto homossexual, exposto no almoço do dia das mães. Sua identidade é uma construção de toda sua existência até ali. No ano de 2007 na cidade de Quixadá, em um festival da juventude, Labelle foi convidada para ministrar uma oficina de customização de tecidos. Posteriormente, ela descobriu que um grupo de

travestis havia planejado, segundo ela “atrapalhar sua oficina”. O episódio de um possível conflito havia sido planejado por algumas travestis, entre elas estava Dediane Souza. Segundo Labelle, foi durante a oficina que as duas se identificaram e se tornaram amigas. E o plano de tumultuar a oficina não aconteceu. Em pouco tempo estavam morando juntas:

Aí foi em Quixadá em 2007, no festival da juventude. Eu fui pra lá pra fazer uma oficina de costumização e Dediane se sentiu ameaçada. - Quem é essa tal de Labelle? Eu também costumizo, por que não me chamaram? E aí chamou as outras pra participar, pra acabar com a oficina, melar tudo. Não deu certo, porque a gente ficou muito próxima. Ali em uma tarde inteira a gente foi se enxergando e se vendo e se aproximando. Quando terminou a oficina elas foram me ajudando a guardar o material, a limpar os pinceis, juntar as coisas e tal.

Foi durante uma noite do Festival de Juventude em Quixadá que todas elas juntas se montaram. Se montar era uma prática costumeira das experiências das travestilidades dos anos de 1980 e 1990, quando ainda não vivenciavam a travesti como uma identidade de gênero. Labelle havia levado alguns tecidos para customizar, porém os tecidos se transformaram em vestidos. Costurado em seu próprio corpo, Labelle nasceu em Quixadá, com vestidos, perucas e maquiagens.

Eu estava em um alojamento e outras manas no hotel. A gente acabou indo pra um quarto de umas delas. Todas com tecidos, perucas, maquiagens. E eu não lembro, eu tinha levado um tecido pra levar usar na oficina, um tecido rosa, passei uns dois anos usando esse vestido. Eu costurei a mão esse vestido no meu corpo. Mas incrível assim, o vestido era o nascimento de Labelle, eu passei dois anos usando aquele vestido, todo mundo conhecia aquele vestido, o povo aguentava mais ver. A gente se arrumou no quarto dessa mana lá, se maquiou, elas me deram uma peruca. A gente saiu, o festival bancava o jantar, era em um restaurante lá e tal, eles davam a fichinha e gente ia la comer. E saíram todas montadas de longo. Eu dei uma encurtada na frente para as pernas aparecer, e elas todas de calda e de salto alto em pleno Quixadá, um calor dos infernos. A gente nem conseguiu ficar no restaurante se não a gente ia derreter toda. A gente foi pra praça encher a cara. E aí pronto nasceu Labelle lá em Quixadá.

Foi em 2007, durante uma tarde sentada na pracinha próxima ao Centro Dragão do Mar, conversando com um “amigo”, que Labelle sentiu a necessidade de ter um nome feminino para essa nova identidade que nascia. Foi juntamente com esse amigo, um homem trans, que na época não havia vivenciado a transição, que começaram a pensar um nome social para Labelle. Entre os nomes possíveis pensaram em Amanda, Pamela, entre outros. Mas como já eram nomes comuns entre as travestis, ela não escolheu nenhum desses.

Venho em 2007 pra Fortaleza e ela foi continuar fazendo as coisas que faziam, as pessoas foram conhecendo. E aí veio a questão do nome, tal hora questão do nome. E aí o nome foi no final de tarde ali na pracinha do Dragão do Mar, eu tava com uma amiga, que hoje também fez transição de gênero. É um boy trans babado. E aí a gente lá escutando música, e aí venho as conversas sobre a gente. Aí eu falei, na época a gente não usava a palavra transição. – Aí mulher eu vou me montar, eu vou me montar, a outra já me deu uma peruca, a outra vai me ajudar a me maquiuar, já comprei um sapato, um salto, vou no centro comprar umas roupinhas, uns panos, não sei o que. - E o nome bicha? Tem que pensar.

E aí, lá tocou, tenho que pesquisar no google, se é Engenheiro do Havaí ou Paralalamas do Sucesso, a música era Labela Luna. Não era a Labelle Dejour de Alceu. Todo mundo acha. Aí ficou Labella, a amiga disse Labelle, porque tem Patty Labelle, americana, referência da música e do ativismo lá e tal, e eu não conhecia. Não conhecia visualmente. Eu lembrava das músicas, somewhere over the rainbow de Rainbow. Se eu colocar hoje Labelle Rainbow hoje em dia, não aparece nada sobre mim, só aparece Patty Labelle, porque o nome dela e música tem Rainbow na música.

Então foi a partir dessa tarde que o nome social de Labelle surgiu. Segundo ela, a cantora americana Patty Labelle é extremamente parecida com sua avó. E ainda diz que quando estiver velhinha vai ficar muito parecida com sua avó e, conseqüentemente, com a cantora.

Na época era Orkut, quando eu vi as primeiras fotos de Patty Labelle, eu disse vai ser Labelle o nome, não vai ser Patty Labelle porque já tem uma. Vai ser Labelle, e Patty Labelle é idêntica a vovó, eu tenho certeza quando eu estiver velinha aos 80 anos eu vou ser a cara de Patty Labelle hoje. É a cara da minha vó. Eu vou te mandar no WhatsApp hoje a foto de minha avó de peruca, a minha avó era peruqueira, adorava usar peruca. Ela começou a ficar com os cabelos brancos muito cedo e ela ia com meu avô para os forrós, aí ela usava peruca. Gente, aí, oh, minha avó peruqueira, eu já conhecia desse universo, eu ajudava a colocar grampos nas perucas nos cabelos de vovó para segurar as perucas. Quando eu vi Patty a cara de vovó, eu disse vai ser Labelle. Aí as questões ancestrais, essa, essa, esse repasse dos valores, das crenças, das coisas que a gente nem sabe o que é.

A retificação do nome social só veio quase 11 anos depois, em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal autorizou que todos os cartórios tivessem autorizados a fazer o processo.

A retificação do nome social foi no final de 2018, foi uma luta pra todo mundo. É, mas foi outro momento que o Ceará foi vanguardista aí nessas conquistas. A briga pela retificação em si, a gente tava na linha de frente. Quando saiu, autorizou, liberou pode ir, tinha o problema de dizer como ia ser. No judiciário tem uma palavrinha, não vou lembrar agora, é (pausa pensativa) a regulamentação. Não estava regulamentada, os cartórios não sabiam como fazer, e aí o problema era a regulamentação, então vamos atrás da regulamentação, felizmente conseguimos um desembargador daqui. Pegou, se reuniu com a gente, uma manhã inteira, explicamos, falamos assim em um português mesmo, do jeito da gente, e ele entendeu. E aí em 2018 mesmo, foi incrível.

A gente tinha muito medo do futuro, do cenário fascista, da extrema direita se aproximando, do bolsonarismo. E foi uma conquista muito suada. Corre pra fazer logo, porque o medo de perder essa conquista era muito grande. É, então, mas ao mesmo tempo também preocupada e muito feliz. Todos os dias a gente encontrava as manas e os meninos trans também, a gente se esbarrava mesmo, circulando nos cartórios mesmo, indo fazer suas retificações. E aí foi muito gostoso. Foi duas situações muito interessantes, quando Labelle nasceu aos 21 anos de idade, eu fiquei pensando como que eu falo pra família.

O ano de 2018 foi marcado pelas eleições presidências no Brasil. Diante desse cenário cresceu uma onda conservadora com pautas racistas, homofóbicas, transfóbicas e violentas. A oposição entre um candidato da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL) e outro da esquerda, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), se transformou em uma guerra ideológica. A ameaça constante do crescimento do candidato da extrema direita Bolsonaro, segundo Labelle trouxe medo e angústia para a população de travesti. Para além disso, o medo da perda de direitos já conquistados por essa população.

Segundo Labelle, a relação com sua mãe foi extremamente importante para sua identidade de gênero ser aceita pela família. Como ela nunca teve uma relação próxima com seu pai biológico, sempre foi apenas uma relação financeira, ele ficou de fora desse processo. Sua mãe e o seu pai adotivo sempre a apoiaram e garantiram uma educação de qualidade. Quando ela começou a vivenciar sua travestilidade após retornar de Quixadá - quando se montou pela primeira vez - Labelle criou uma estratégia para revelar para sua mãe aquela experiência.

Nunca, nem ela e nem eles tiveram nenhum problema com a questão da sexualidade, sabe? Sempre se preocuparam muito de trabalhar e me garantir educação. Tinha que estudar e tirar notas boas, farda impecável. E aí, aos 16 eu fui exposta, eu não queria passar pela aquela confusão toda de novo. Então, eu pensei em uma estratégia de dizer, mas não de falar, mas não em oralizar, não verbalizar. Então, eu peguei várias fotos de Labelle já montada em Quixadá e aqui é, revelei botei em um álbum de fotos, deixei em cima da mesa e fui dormir. Ai no outro dia minha mãe acordou mais cedo do que eu, mainha sempre madrugou, viu aquilo em cima da mesa, viu as fotos todas, ficou na dúvida e foi me acordar. - Quem é essa daqui? - Eu. - é tu? Mas ta muito bonita. Ela pega o álbum e leva pra casa de vovó e vovó tem a mesma reação. E elas juntas saem espalhando pra família inteira. Me polparam o trabalho.

A estratégia de Labelle funcionou. O apoio da família foi primordial para ela seguir a diante. Se Labelle já vivenciava sua feminilidade ainda na infância, para Silvinha não foi diferente. Segundo Silvinha seu processo de construção de identidade de gênero deu-se ainda na infância. Mas a identificação com o universo trans foi na adolescência, entre os 14 e os 15 anos. Ela sempre se imaginou no universo feminino, mas não se via enquanto uma mulher trans ou travesti.

Eu comecei a me identificar com o universo de pessoas trans já no meio da adolescência. Eu devia ter uns 14 e 15, eu sempre imaginava no universo feminino, mas não me via como travestis ou como mulher trans. Eu só sabia que eu queria uma vida feminina. Agora, como essa vida ia acontecer eu não sabia. Eu sabia que eu queria a família, que eu queria um papel maternal, que eu queria ter filho, mas não para ser o pai, mais pra ser a mãe? Ser essa figura feminina de algum lugar. E havia um nome que me prendia, Silvia. Também é muito curioso que todo mundo pergunta de onde é que surge esse nome Silvia, já que meu nome civil não é Silvio. Muitas pessoas pensam que é automático, você se chama Eduardo você vai virar Eduarda, se você se chama um Emilio, você vai virar Emília, e não é assim. Eu não sou a Silvia de Silvio, não.

Seu nome social é uma inspiração ainda na época da escola. Durante uma aula de língua Portuguesa a professora aplicou uma metodologia teatral. A partir da formação de grupos, a atividade solicitava uma dramatização da peça Lua Nua da escritora Neila Assunção. Os personagens do texto eram Lúcio, um engenheiro, e Silvinha, uma advogada. O casal tinha um filho recém-nascido e passava por algumas situações. Em meio a uma discussão para a ida a um evento importante para a carreira dos dois, diante de um compromisso inadiável de trabalho, o casal discutia quem deveria abrir mão da carreira naquele momento para cuidar do filho. A

esposa, Silvia, por ser mulher, não deixou sua carreira em segundo plano como sugeriu o esposo. Ela enfrentou o marido e usou todos os argumentos possíveis para seguir sua carreira de advogada, usando como justificativa que ele também poderia abrir mão de alguns sonhos, já que ele era o pai. Silvinha nos contou que a força daquela mulher a conquistou e chamou muita atenção. Então, quando a professora solicitou uma leitura dramatizada do texto, Silvinha se candidatou para fazer o papel de Silvia. Na época, por ter uma identidade de gênero masculina, seria meio impossível para ela interpretar a mulher Silvia, mas não foi isso que acontece. Ela nos contou:

Eu procurei dar vida para aquela mulher. E depois tinha a atividade pra turma eleger, quem deveria é, enfim, ir para o seu trabalho e, por unanimidade, a turma apoiar a Silvia a partir da minha dramatização. Ali foi um momento de alguma forma muito especial e mais especial foi uma frase da Silvia, que ela, essa frase virou um mantra para mim. Ela diz assim para o marido: -- “Esta sou eu Lúcio, se eu não puder ser o que eu sou hoje, eu não serei nunca mais na minha vida.” Aí eu fiquei, isso mesmo e a gente tem que ser o que a gente é hoje, pra gente não se perder o que a gente é nunca mais na nossa vida.

Para Silvinha, ela driblou a homofobia na sala de aula. A partir da vivência na escola, Silvinha disse que se inspirou nessa mulher para sua identidade de gênero hoje. Segundo ela:

Então, eu consegui driblar a transfobia da escola, pra de vez em quando pessoas me reconhecerem como Silvia. Eu tinha o carinho da turma, dos professores, da comunidade escolar. Chego na universidade e encontrei um ambiente um pouco mais hostil, mas eu enfrentei e venci, e tanto é que eu continuo sendo a Silvia. E hoje, mesmo que essa Silvia seja o nome social, que eu ainda não retifiquei meus documentos, mas isso para mim não faz a menor diferença, eu ter o documento retificado ou não ter, eu sou a Silvia do mesmo jeito, e ninguém vai tirar a Silvia de quem ela é, e nem do que ela quer fazer.

Assim como Silvinha que vivenciou sua feminilidade de maneira natural, Yara relatou que para ela as coisas foram acontecendo desde criança, sua feminilidade já era uma categoria presente. Durante sua infância Yara sofreu algumas opressões por parte de seu pai por performar uma identidade feminina, por diversas vezes sua subjetividade foi ameaçada. O seu processo de construção de identidade de gênero, como um processo humanizado e completo se concretiza de fato na retificação de seu nome social.

E na primeira série, assim, meu pai brigando comigo porque eu andava com fichário assim de um jeito e não podia. Tinha que andar tipo mais assim, não podia levar o fichário próximo ao corpo. Enfim, umas coisas que hoje eu entendo? Mas na época acontecia e a gente vai crescendo com esse tolhimento, com esses limites. Mas a gente vai crescendo sendo tolhida, por diversas coisas besta que faz parte da gente, quando a gente cresce, a gente olha para trás e vê que desde lá assim já era uma construção, já era uma coisa proibida, já vinha essa opressão desde nova.

As cobranças do pai de Yara entram no debate sobre as cobranças impostas às crianças transexuais (GOMES DE OLIVEIRA, 2020). O genitor cobrava da filha um comportamento social atribuído à ideia de ser homem, de menino, da masculinidade. A sociedade cis-gênera e

heterossexual estruturou socialmente comportamentos para as meninas e meninos e, desse modo, as crianças trans sofrem por essa imposição.

Foi durante a infância que ela começou a experimentar o universo feminino, quando usava as roupas e acessórios de sua mãe. Na adolescência a expressão de gênero feminina se tornou cada vez mais comum. Entrevistada pelo Portal Virtual Mídia Ninja, Yara confessou sobre as diversas vezes que sofreu uma crise de identidade de gênero.

ao longo dos anos vários questionamentos começaram a atormentar a minha cabeça. O principal deles é que eu não conseguia entender quem ou o que eu era. A única imagem que eu tinha na minha cabeça em relação à travestilidade/transsexualidade, era o preconceito da sociedade (Mídia Ninja, 2022).

Foi na adolescência que ela passou a vivenciar mais forte ainda sua feminilidade, adentrando no universo feminino e experimentar roupas, maquiagem e esmalte no colégio. Aos 18 anos começou a tomar hormônios femininos escondido de seu pai e mãe. Com o passar do tempo, Yara passou a ser acompanhada por profissionais, os quais ela destaca que foram importantes para a sua transição, como psicóloga e endocrinologista. No início teve tensões com seu pai e mãe, mas a relação com sua mãe é muito afetiva. E aos poucos, com o entendimento de seu pai e mãe, os genitores já a ajudavam a comprar seus hormônios.

Foi passando, daí a pouco meus pais não tinham mais o que fazer, já estava tudo ok. No início, lógico, tiveram algumas questões de adaptação, mas depois que passou mais um pouco, minha mãe sempre foi muito, minha mãe avé maria, sempre foi muito mãe mesmo, como mãe deveria ser mesmo. E aí pronto, daí a pouco eles estavam comprando meus hormônios. Fui no endócrino porque eu precisava do laudo para dar entrada. Isso a gente tá falando de 2014, quando eu fui no endócrino para dar entrada no processo de retificação de nome na justiça? É porque não existia esse negócio de ir no cartório não.

Em 2014 Yara iniciou o processo de retificação do nome social. Na época era necessária toda uma burocracia e laudos médicos de profissionais como endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, assistente social e outros/as. No início de 2015 ela já tinha todos os laudos e deu a entrada na Defensoria Pública do Ceará. Na época ela relatou que o Defensor Público “não foi legal com ela”. Foi a partir da demora da Defensoria Pública que ela resolveu contratar um advogado particular. O processo avançou um pouco, contudo, o Ministério Público negou o pedido porque Yara não tinha feito a cirurgia de redesignação sexual. Na época se entendia que era necessário esse processo. Segundo Yara:

E aí, ainda assim, era aquele processo, mandava para o Ministério público, o promotor dava resposta dizendo que não aceitava, inclusive eu estava vendo essa semana, vendo semana passada, aí eu abri assim do nada, estava lá o arquivo no computador da decisão do promotor dizendo que ele não aceitava porque não tinha a cirurgia, aquela coisa bem antiga.

Apenas em 31 de agosto de 2017 Yara conseguiu o parecer favorável da juíza. Para ela foi uma data muito marcante, porque aconteceu no mesmo dia do aniversário de seu pai.

No aniversário do meu pai. O aniversário do meu pai é 31 de agosto, eu acho que a decisão saiu no dia 30 ou foi dia 31 mesmo de agosto. O bolo de aniversário do meu pai foi “parabéns Iara”, por conta da decisão da juíza. Aí consegui retificar aí em 2017.

Sabe-se que uma das principais lutas do movimento social das travestis era conseguir alterar pré-nome e sexo das pessoas transexuais sem a realização da cirurgia de redesignação social. No Brasil, até recentemente, as pessoas trans passavam por experiências compulsórias de terapias, e a necessidade de emissão de laudos psiquiátricos que “lhe confere a titularidade de portadora de “transtorno de identidade de gênero”. Hoje tais procedimentos não são mais necessários. Infelizmente ainda existe uma falha no sistema de Saúde e de justiça no Brasil que dificulta essas questões.

A relação familiar de Yara foi extremamente importante para que ela vivenciasse sua identidade de gênero. A arma contra o Cis-tema também é ter o apoio da família. Sem esse apoio as travestis podem ser jogadas nas ruas, como apresentou bem essa realidade Don Kulick (2008) quando pesquisou a realidade das travestis em Salvador. Para Labelle, o apoio da família também foi decisivo, principalmente de sua mãe, que dividia a maternidade com sua avó. Porém, foi com a relação com sua mãe que ela encontrou proteção e apoio. Segundo Labelle, a mãe lhe ensinou todos os valores de respeito, honestidade e maneiras de se comportar.

Nos 12 anos de idade é um marcador muito forte, muita coisa aconteceu até lá e muita coisa mudou nos 12 anos em diante. É a minha mãe era minha avó, por que quem me criou até os 12. Minha mãe estava presente nesse período até os 12 anos? Estava, mas pouco. Ela trabalhava, ela tinha folgas uma vez por mês, a cada 15 dias, a gente se via pouco. Mas ela, eu sempre vi na minha mãe essa figura mesmo, assim a batalhadora. Ela estava atrás do melhor para ela e para mim, e ela sofria com isso, com a ausência, com distanciamento e tal. Tanto teve algumas vezes que ela me levou escondida para dormir no local de trabalho. Eu não podia fazer barulho, mas porque eu estava com saudade e eu queria ficar perto. E uma vez que perdeu o emprego com isso. Mas, assim, no dia a dia a minha avó dividia com ela esse lugar de maternidade. Minha mãe é uma mulher negra, é a mãe solo que me viu sofrer abuso sexual também, é por conta dos namorados, mas nunca me abandonou. Quando ela percebia, ela largava. Inclusive um deles a gente saiu de madrugada correndo na chuva, com ele atrás da gente com a faca na mão. Porque quando ela percebeu partiu pra cima e não podia porque o macho. E aí pegou a faca e saiu, a gente largou tudo, enfim. Ela foi me passando, enfim ela sempre me passou uma coisa, assim, o respeito, por tudo e por qualquer pessoa.

A relação entre Labelle e sua mãe é conectada pelo afeto entre as duas. Ela recorda o quanto foi difícil sua transição de identidade de gênero, porque sua mãe havia ensinado alguns comportamentos padrões e a transição é essa quebra de padrões estabelecidos socialmente.

Mas eu sei hoje em dia de onde vem isso. Era a necessidade de ser aceita. Então ela sempre, o que ela me passou como respeito, que hoje em dia eu sei que é respeito, era o comportamento mesmo, não alterar o tom de voz, concordar com tudo, estar

arrumada, estar dentro de um padrão. E isso veio muito forte quando veio a transição, porque é um rompimento de padrões.

É dessa relação afetiva que Labelle diz que a única que ela aceita chamar pelo seu nome anterior a transição é sua mãe, porque sabe que essa relação é tranquila e de amor. Sua mãe reconhece sua identidade feminina e sabe o quanto é doloroso viver à espera da filha voltar pra casa todas as noites.

Então, assim tem uma coisa muito interessante na história da Labelle com a mãe dela, minha mãe não me chama de Labelle, ela chama pelo nome que ela decidiu chamar a vida inteira. É a única pessoa que tem direito de chamar desse jeito. E aí ela, de vez em quando, ela diz: “Labelle chegou”, chegou o papel da água, meia hora depois ela já tá no outro nome. E isso passou a ser muito tranquilo e comum, ela tem consciência de tudo, compra minhas calcinhas. Hoje em dia se preocupa comigo no campo do afeto no sentido de que ela enxerga muito das mulheridades em mim. – Cuidado com os homens. Coisas que uma mãe diz com as filhas Cis, - Cuidado com os homens, esses homens não querem nada, tem que namorar com quem presta, que tem futuro. O não é então não me chamar de Labelle é o de menos, é o de menos. E a gente é parceira da vida mesmo, porque estamos nós duas e a tulipa, é mais uma mulher na casa, Tulipa é preta também. E a gente é parceira na vida mesmo, apaixonadas. Ela tem hoje processo de ansiedade, de pânico, por que foram assim intensificados por conta da pandemia. Mas eu sei, já conversei e tudo com os médicos dela e tudo, que isso é da vida lógico, mas enfim, tem um componente da preocupação dela, imagina em ser mãe solo de uma travesti negra, nas ruas de Fortaleza, no estado do Ceará, no país chamado Brasil. Então, amigo, eu saio 6 horas de casa, ela liga: “já chegou no trabalho?” Cuidado com celular. Vai pra onde depois do trabalho? Com quem vai? Muito preocupada mesmo, porque ela sabe o perigo que é.

O perigo de perder a filha para a violência contra travestis que assola Fortaleza e o Brasil vulnerabilizou a mãe de Labelle, situação tão bem detalhada por ela.

Sobre sua relação com sua família, Silvinha nos conta que são todas pessoas que vivem um laço afetivo com ela, seja no trabalho, em casa e ou amigos/as. O conceito amplo de família de Silvinha nos permitiu pensar em um conceito transfetivafamiliar, que engloba suas relações no campo do afeto.

Eu quero que todo mundo seja da minha família, todas as que eu convivo, seja as pessoas de laços sanguíneos, seja o amigo que eu moro, que é o Teodoro Rodrigues. É um homem trans, é um amigo desde adolescência. Então, ele também é minha família. As pessoas aqui do meu trabalho, também fazem parte de alguma forma da família que eu tenho. Todas as amigadas, que eu vejo com mais frequência, que eu não vejo com mais frequência, para mim é a minha família, eu acredito que é a minha família, eu quero que seja todos, todas e todes. Eu não sei te dizer quem é minha família. Independentemente de quem seja, pode contar comigo.

As famílias apresentadas por nossas interlocutoras são suas bases de apoio. Foi junto com pai, mãe, amigos e amigas que elas encontraram possibilidades de viver longe da prostituição, da marginalização, da criminalidade e de outras formas de opressão. Elas encontraram na educação, na arte e no ativismo uma possibilidade de não viver a prostituição como única forma de vida para as travestis. Aqui elas construíram em conjunto com suas famílias suas identidades e subjetividades. Foi no encontro com o ativismo que elas

encontraram possibilidades de reivindicar e garantir seus direitos.

4.3. As travestis e o encontro com o ativismo.

Neste tópico pretendo apreenhar a relação entre biografia e ativismo. Para tanto, recorreremos às entrevistas realizadas com Labelle, Silvinha Cavalleire, Yara Canta e Amanda Félix, que encontraram no campo ativismo, nos movimentos sociais e nos espaços institucionais, maneiras de se organizar e reivindicar direitos, resistir e buscar alianças.

As relações que as travestis exercem umas com as outras, com suas famílias, e também a partir da autodefinição enquanto travestis, constroem vozes que ecoam por toda Fortaleza. A trajetória no ativismo de Janaína, Thina e Dediane e suas afirmações enquanto travestis estão ligadas com Silvinha, Labelle, Yara e Amanda influenciando como as últimas também se autodefinem travestis. Vivem a travestilidade e o ativismo como uma missão de ancestralidade, pois ser travesti é uma “categoria identitária política” (SOUZA, 2021, p. 298). A simbologia de travestis ativistas as encaminha para o encontro com o ativismo em diversos momentos em suas vidas.

A relações estabelecidas entre as travestis e suas “manas” em uma rede de afeto e solidariedade se concretiza no ativismo, sendo fundamental o empoderamento uma das outras, saindo do “anonimato, e que é no campo das ações coletivas, do ativismo da comunidade trans, que é mais propício o desenvolvimento de ações reivindicatórias para pensar uma diminuição das vulnerabilidades.” (SOUZA, 2021, p. 297) Assim, os conhecimentos transmitidos por meio da rede política e afetiva de alianças que existe entre elas passou a influenciar o destino de suas vidas. Assim, elas se reconhecem e se encontram no ativismo.

Do mesmo modo que Dediane encontrou na escola os primeiros contatos com o ativismo, Labelle e Silvinha também vivenciaram nesta instituição os passos iniciais de liderança e ativismo. Labelle no Jornal Escolar (quando cursava a educação básica) teve os primeiros contatos com o tema da sexualidade e gênero e assim conseguiu expressar seus pensamentos na escrita. Silvinha durante sua vida estudantil presidiu o Grêmio escolar, tornando-se, então, uma liderança entre os estudantes.

Labelle começou nos movimentos sociais aos 14 anos. Ela se define como “luta e resistência”. Labelle nos confidenciou

Então, hoje, sou uma travesti negra, estudante de comunicação social publicidade e propaganda. Tô no último semestre, tem uma graduação para terminar há séculos, e que esse ano sai. É, ativista dos direitos humanos, venho dos movimentos sociais, comecei no ativismo dos movimentos aos 14, através do jornal da escola. Eu já escrevia sobre sexualidade e gênero no jornal da escola. Enfim, passei pelo movimento de juventude, juventude Negra, fiquei durante 15 anos coordenando o Festival Four Rainbow, que é o festival de Cultura da diversidade sexual e gênero

aqui em Fortaleza, que é um festival Internacional. E hoje em dia tô na Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza na Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, mas eu sou uma pessoa travesti na cidade de Fortaleza.

Labelle iniciou seus estudos na educação básica quando a patroa de sua mãe pagava as mensalidades da escola ainda na 1º série. Ela é fruto de recursos públicos, de escola pública, de Ongs e dos Movimentos Sociais e costuma dizer que se construiu da luta em espaços públicos.

Mas foi isso assim eu costumo dizer hoje que eu sou uma pessoa que se construiu, respondendo a primeira pergunta e um pouco dessa, uma pessoa que se construiu a partir de recursos públicos, a minha educação foi toda em escola pública. Tirando a primeira série que foi em escola particular, porque a minha mãe era doméstica e a patroa pagou um ano de escola, minha primeira série, onde eu aprendi a ler a escrever. Da segunda-feira até a oitava, e todo o ensino médio foi na escola pública. E todos esses projetos sociais, as ações sociais e movimentos sociais eram investimentos públicos, então, assim a luta e o ativismo ela vem da inquietação, do desejo de mudança de transformação, mas ao mesmo tempo vem do compromisso desse investimento.

Depois ela foi transferida para a na Escola Batisrta do Bairro Bom Jardim, onde estudou até a 4º série. Na Ong funcionava um projeto de apadrinhamento de crianças em situação de vulnerabilidade, com intervenção socioeducacional internacional financiado pela União Europeia. Ainda na escola, na antiga 5º série, Labelle foi convidada para participar do Jornal Escolar. Ela recorda que:

A escola era um ambiente muito opressor, assim, eu já sabia que eu era diferente, mas na escola a gente tinha que ler bíblia todo dia, cantar os hinos assim, gospel. Assim, toda uma rotina que não colava comigo, isso me incomodava muito e aí isso já, é quando eu sinto que isso começava a despertar a minha análise crítica sim, é ter problematizações sobre o que acontecia. Mas era uma criança? Então o projeto só dava conta até a quarta série, aí a gente automaticamente tinha um processo de transferência para a rede municipal. A escola da quinta série que era da prefeitura de Fortaleza.

Labelle recém-chegada na escola pública municipal, se destacou nas disciplinas de Redação e Língua Portuguesa. Durante as aulas de Redação, sua professora Benúbia solicitou dos alunos e alunas a produção de dois textos com os temas sobre os planetas e sobre HIV/Aids. Labelle recordou que tinha entre 12 a 14 anos, quando a professora a convidou para participar do jornal da escola, já que as duas redações que ela escreveu receberam a nota máxima:

Aí ela começou a conversar comigo e disse: - não sei se você sabe, mas a escola tem um clube jornal. Aí eu disse: o que é isso? Os alunos escrevem pro jornal, os alunos fazem o jornal mesmo, escrevem pro jornal da escola, é distribuído gratuitamente é um projeto de uma ONG. Você não quer participar desse clube? Porque as tuas redações você coloca nesse lugar, você escreve bem. Você tem um pensamento crítico.

Notada por sua professora, Labelle chegou até a Ong Comunicação e Cultura que mantinha projetos com a Secretaria de Educação de Fortaleza. Nesses projetos aconteciam

oficinas e formação de seminários, com uma relação muito estreita com a prática do jornalismo estudantil e da comunicação alternativa. Ela passou a estudar em um turno e no outro fazia parte da Ong nos projetos. Já na Ong, escrevendo e organizando editorial, formação continuada e oficinas, foi despertando um olhar crítico e problematizador sobre as questões sociais. A permanência na Ong como estudante foi limitada pela idade, contudo, ainda na mesma Ong ela foi disputar uma vaga no projeto com jovens aprendizes, na qual foi contratada. Exercendo a função de estagiária de projeto, passou a atuar na assistência direta nas formações e oficinas. Posteriormente, passou a ocupar espaço no Projeto de Gênero e Sexualidade e depois foi coordenar o Projeto de Direitos Sexuais e Reprodutivos. É nesse contexto que Labelle se aproxima do Movimento Social LGBT e depois do Grab. Ela nos falou os seguintes pontos:

Aí, foi até que meados de 2004, é quando eu me aproximo mais do movimento LGBT, a partir do GRAB e da própria parada em si, porque a Comunicação de Cultura, tinham uma aproximação em parceria com o GRAB, no sentido de contribuir na construção da parada, porque a parada ela é construída a partir do movimento das organizações. Então, nos processos das paradas a gente montava kits, a gente ia pro GRAB e muitas vezes no final de semana, ia pro Grab, montar esses kits ajudar em outras coisas, aí fui me aproximando. E aí em 2008 essa minha aproximação com o movimento LGBT aqui no Fortaleza ela fica mais forte quando Labelle vai.

Sua relação com o Movimento de Juventude Negra deu-se em meados do ano de 2007. Ela, que já conhecida na cidade de Fortaleza, se aproximou da Juventude Negra do PT – Partido dos Trabalhadores. Por conta de sua aproximação com o Movimento de Juventude, passou a organizar eventos do movimento em várias cidades do Ceará, entre elas Icapuí e Quixadá. Nesse período, o Movimento de Juventude Negra de Fortaleza ficou sabendo de um Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE) que iria acontecer na Bahia, em Lauro de Freitas, e no mesmo período ia acontecer um Fórum Social Mundial também na Bahia. Porém, para o ENJUNE não ia nenhuma delegação do Ceará. Ela relatou:

Uns três dias de intervalo de um para o outro, ou seja, a gente ia passar quase um mês inteiro na Bahia. E quando a gente soube disso, todo, a gente ficou muito interessado de participar. Enfim, já tinha rolado todas as etapas estaduais nos outros estados para eleger as delegações que iriam participar desse encontro nacional, aí a gente ficou puta, porra. Como que não fizeram aqui? O que que houve? Mas aí as amigas que tinham contatos com o povo em Brasília em outros estados São Paulo foram atrás de saber. Aí a galera disse: não, mas é porque a galera que tava aí estava aí, não tava meio tão fortalecida e na reunião nacional que teve, eles não estavam, e aí teve entendimento, e que estava rolando uma conversa de que no Ceará não tem nem negros e negras. Inclusive já tem um governador daí que disse isso, e não sei o que. A gente ficou puta da vida, ensandecida. E eu lembro que a gente passou a tarde pensando, no dia que decidi fazer, vamos fazer. De arranjar de ir pra esse encontro e dizer que está tudo errado. Que existe sim e a gente vai. Tinha passado o dia e várias atividades. E aí à noite a gente virou a noite no espigão de pedras, ali no paredão de pedras que tinha na Beira Mar na época, planejando. Era uma garrafa de cachaça, uma sacola com uma rapadura, é paçoca, farinha com carne e cebola e uns biscoitos creme crack. Passamos a noite até o sol nascer, elas irem pra casa, pra casa nada. Elas foram, todo mundo trabalhar ou para estudar, quando tinha as coisas pra fazer, certo.

Ai a gente organizou em 2007, fora do prazo, enfim, mas a gente vai fazer a gente vai meter as caras.

Dessa situação em 2007, organizaram no Ginásio Paulo Sarasate, em Fortaleza, o Encontro Estadual de Juventude Negros e Negras. Um evento com 150 pessoas, das quais 70% eram jovens.

No Paulo Sarasate a gente virou a noite fazendo a alimentação dessa galera. Na época a STDS garantiu alimentação. Oh! Que massa! Legal! (deboche), mas aí quando a gente foi pegar não era um serviço da empresa levar alimentação lá pronto, não. A gente foi no depósito, na BR, depois da Messejana, pegar os insumos pra fazer, pra 150. Eu passei a noite em cima do fogão, que a gente conseguiu de última hora a casa para cozinhar. Quando a gente chegou na casa não tinha luz, tinham cortado. Era de uma ONG, que tinha falido, uma loucura. Alguém leva o gás, vela. E meio dia estava lá a comida, a gente fez o encontro, tiramos a delegação. E fomos pra Bahia, de ônibus 3 dias com as malas de comidas.

Se preparando para o encontro na Bahia, Labelle costurou bolsa de chita para vender, com o objetivo de manter sua alimentação nos dias do encontro. Quando chegou na Bahia, outras amigas travestis estavam passando dificuldades para se manter e ela doou suas bolsas para suas amigas venderem, para assim poderem comprar alimentos. Foi a partir de articulações e estratégias de sobrevivência com as suas, que ela conseguiu participar dos movimentos sociais. Ela recorda que foram momentos difíceis, mas que por estarem juntas conseguiram se fortalecerem.

Mas foi, foi adoecedor, físico, psicológico. E ao mesmo tempo quando a gente caiu, assim, a gente se fortaleceu porque a gente estava junto. Então a muito tempo eu entendo que é assim. Foi sempre com meus pares, foi sempre se juntando. Foi sempre se juntando ali, com quem nos era comum, pra fazer esses fortalecimentos.

Saúde mental e ativismo se inter cruzam, causando dores e sofrimentos. Nessa encruzilhada de intersecções as travestis são objetificadas e violentadas, tanto pela transfobia, quanto pela marginalização. A humanidade das travestis é roubada, comprometendo sua saúde mental. Essas dimensões de opressões são manifestadas todos os dias (CUNHA; YORK, 2021).

Segundo a pesquisadora mulher travesti e intersexo Carolina Iara Ramos de Oliveira (2021), o impacto na saúde mental das minorias sociológicas, e aqui refiro-me as travestis, perpassa as dimensões da discriminação sofrida, violência, o medo da rejeição e a internalização das violências presentes no ambiente social em que se convive, principalmente quando inter cruzam transfobia e racismo.

Silvinha declarou que desde criança já tinha um espírito de liderança muito forte. Ela mobilizava sua turma para participar de eventos. Por diversas vezes sua mãe foi chamada na escola por conta da sua capacidade de mobilizar a turma. Segundo ela:

Conforme eu fui crescendo, adquirindo responsabilidade, eu fui transformando essa liderança em uma coisa positiva. Então eu lembro, sempre, as minhas turmas estarem envolvidas em projetos sociais, arrecadar alimentos pra fazer doação, a gente fazia coisas na escola. Então era tudo muito bacana. Quando eu saio da escola e vou para Universidade, na universidade fica tudo muito solto, de eu não ter um grupo para eu liderar, então, não demorou muito e eu resolvi me engajar no centro acadêmico do curso que eu fiz, que foi o curso de letras da UFC. Eu fui por dois anos consecutivos presidenta do centro acadêmico Patativa do Assaré, que é dos cursos de letras da UFC e fui também diretora do Diretório Central dos estudantes da UFC, do DCE da UFC e também por vários anos do DCE. Foi o movimento estudantil que me apresentou a luta organizada. Porque até então, eu tinha um espírito de liderança, mas eu não tinha coletivo organizado, que me ensinasse a ter prioridades, a ter táticas, estratégias, objetivos de lutas, ter o exercício de dialogar com quem pensa diferente, o exercício de escrever sobre aquilo que eu defendo. Porque muita gente pensa que ativismo e militância só indignação, revolta. E não, a gente tem muita disciplina, muito estudo, a gente precisa estudar muito, precisa ler muito, se apropriar sobre aquilo que a gente quer defender, pra a gente poder ir então, ir poder dar a cara a bater. Então, não é fácil ser ativista, e, o ativismo perde toda a qualidade se ele não for alinhado com educação e também com a dedicação, se aprofundar cada vez mais seu conhecimento.

Foi na escola que puderam vivenciar os primeiros passos do ativismo. Silvinha, com sua capacidade de liderança, Labelle com sua escrita. Silvinha com a dramatização da personagem feminina de um livro, Labelle no jornal escolar. Elas levaram conhecimento para outros e outras. Mesmo a escola funcionando muitas vezes como um ambiente opressor, como já destacou Nogueira (2015), as duas destacam o quanto a educação básica foi primordial para suas existências, pois foi nesta fase da formação que tomaram contato com outras maneiras de serem travestis para além das imagens de controle socialmente construídas.

Por outro lado, Amanda só teve seus primeiros contatos com o ativismo no Grab no ano de 2007, quando tinha por volta de 15 anos. Na ocasião, Amanda ainda se via como um menino homossexual e não como uma travesti, como ela mesma diz. Ao fazer cursos no Grab, teve seus primeiros contatos com Dediane, quando a mesma era coordenadora de Projetos no Grupo. Amanda nos contou que:

Eu já havia me inserido no Grab há muito tempo anos atrás, por volta de 2007, 2008, por aí. E aí, em 2016, quando eu estava já no serviço social na FAK, me deu vontade de estudar sobre, sobre nome social. À época eu não me colocava ainda publicamente como Amanda, eu só me montava pra noite, eu não era transexual, não era uma travesti. Ainda me considerava como um menino gay, não tinha leitura sobre travestilidades, identidades de gênero ainda, porque nunca passou pela minha cabeça, ler sobre. Mas também em 2016 fazendo pesquisas sobre, sobre nome social, direito a saúde da população de travestis e transexuais, comecei a ler e a entender aquilo era muito próximo do que eu sentia e achava que era. Aí entendi que eu era uma travesti. A partir disso entrei em 2016 no movimento LGBT de fato e comecei a participar na Associação de Travestis e Mulheres transexuais do Ceará (ATRAC), a época tendo a Thina como presidenta.

Os passos iniciais de nossas interlocutoras junto ao ativismo perpassam os caminhos da educação, como testemunham Labelle e Silvinha. Já Yara e Amanda iniciam-se no movimento Social. Segundo Labelle, sua aproximação com o Grab e Atrac deu-se por vários momentos.

Com o Grab aconteceu entre os anos de 2004 a 2008, por meio de uma relação com pessoas ativistas como Orlaneudo Lima, Chico Pedrosa, Elias Veras, Rochica, Ferreirinha, Adriano Caetan, Joacir, Camila Castro e Dediane Souza. Quando ela se aproximou do Grab, Janaína Dutra já havia falecido. Mas foi sua aproximação com Dediane em 2007 que realmente a vinculou mais fortemente nas ações do Grab, fazendo projetos e trabalhos de design para a Parada do Orgulho LGBT em Fortaleza. Entre os anos de 2008 a 2019, durante 11 anos, era Labelle quem produzia de forma gratuita o material audiovisual da Parada e prestava serviços de decoração no Grab durante alguns eventos.

Fiz trabalhos pro Grab, fiz projetos que o Grab tava desenvolvendo e alguns projetos que não era na linha do ativismo. Assim, eu sempre gostei da linha de moda, de designer, eu sempre gostei de papel, tecido, essas coisas assim, enfim. Me chamaram pra fazer decoração de ambiente e outras coisas. Até o momento que a gente chega pro debate, para as construções das coisas da pauta política, do ativismo LGBT, tudo cresce, toma de conta. Aí eu fiquei 2008 a 2018, 11 anos fazendo a identidade visual da parada, de forma gratuita, contribuição, da luta do ativismo. Porque em 2008 foi uma data, não lembro quantos anos o Grab fazia, mas tinha uma data que era nossa que estadual, tinha uma data nacional e tinha outra data aí, tinha muito a questão do tempo da luta e tal. Ai mulher tu és designer, manda aí uma arte, alguma coisa pra parada, manda lá pro povo ver. Aí eu fiz, ficou lindo, vamos usar. Ai no terceiro ano eu já fiquei, já disse, - Gente já estou pensando, já fiz. De 2008 eu fiquei até o ultimo que teve parada que foi 2019, construindo essas identidades, construindo as ideias sim uma coisa assim, essas propostas, assim. Nas reuniões, que a parada é construída com as organizações, era apresentada a proposta e era votada. Faziam ajustes, faz assim, mexe aqui, muda isso aqui, a gente foi fazendo isso. Hoje em dia não posso mais. O último ano foi 2019, veio a pandemia, estou em um lugar que não posso, não dou mais conta disso. Mas não foi só isso, com o tempo também o Grab é uma instituição mais de 30 anos, 30 anos que é atuante no país. É também com investimento, na grande maioria com investimentos públicos. Que é o que me encantou, me deixou apaixonada pelo o que acontece ali, pelas figuras também, compromisso assim, é um compromisso extremo, que muitas vezes até machuca quem está na linha de frente, de conta de segurar essa onda.

Foram nos ambientes do movimento social que ela foi sendo reconhecida, foram respeitando, referenciando e se aproximando de Labelle. Foi quando ela também passou a Coordenar o For Rainbow, que durou 15 anos. A relação respeitosa com as instituições sociais foi sendo construída. Assim, ela no confidenciou:

Ao mesmo tempo que é a galera foi reconhecendo, entendendo a Labelle, respeitando e referenciando, e a gente foi se aproximando mesmo. Ao ponto de muitas coisas e oportunidade que surgiam a galera ligava e diziam – Ah! Labelle, vai ter isso, vamos fazer isso, vamos pensar coisas juntos. Inclusive, quando eu não estava mais próximo assim, eu já estava em outros lugares como lá no For Rainbow, que eu fiquei 15 anos. Eu sempre mantive uma relação de muita proximidade e queridíssimo e respeito. Organização social vive muito de concorrer a edital? Já um edital da casa civil, sei lá de onde, da casa de cultura. Da gente se ligar e combinar, - olha, gente esse ano a gente vai tentar essa categoria aqui, vocês vão tentar qual para gente não concorrer? Se articular mesmo, para poder garantir que a gente tivesse um ano inteiro das ações, das organizações conseguissem construir seus projetos, você pode participar umas das outras? E o For Rainbow em algum tempo atrás já homenageou o Grab, mesmo pela atuação, extremamente reconhecido mesmo falta o Grab fazer essa homenagem (brincando). Mais, enfim, sempre foi uma parceria mesmo, não dá para dizer que

somos pares, não é que tem aí as diferenciações distanciamento todos, mas é de uma proximidade muito gostosa.

Segundo Labelle, o Grab trouxe figuras importantes para o ativismo cearense, entre as quais Luiz Palhano e Janaína Dutra. Para ela, essas figuras precisam ser lembradas por todas, mas existem outras atividades que estão vivas e que, igualmente, devem ser lembradas e reconhecidas.

Luiz Palhano, uma relação absurda com o Grab, que foi retirado da gente da forma como foi. A própria Janaína, as figuras que ainda estão vivas, que hoje a gente precisa sim falar das que estão vivas. Não dá para ficar nessa de ficar falando só depois que vai, inclusive as que estão vivas estão aí hoje precisando de muito reforço, de muita ajuda para se manter. E que outras possam chegar para somar nessa linha de frente.

Assim, as travestis entrevistadas nesta pesquisa encontraram no ativismo maneiras de viver, de sobreviver, de ocupar espaços. Criaram suas próprias maneiras de existir e resistir. Encontraram no Movimento Social LGBT, no Movimento Negro, no Movimento Estudantil, na Associação de Travestis e Mulheres Transexuais, no Grupo de Resistência Asa Branca e até mesmo longe desses movimentos, outras possibilidades de reivindicar e garantir seus direitos. Encontram também nas instituições do Estado mecanismos de resistência para construírem políticas públicas para as suas. Reconstruíram os caminhos para além dos limites da cisgeneridade e da heterossexualidade, se encontraram dentro do ativismo e fora dele para resistir às opressões de raça, gênero, classe, sexualidade e território. Criaram alianças com suas manas e com outras/outros.

Labelle narra que sua aproximação com a Atrac aconteceu quando Thina presidia a Associação. Labelle nunca foi filiada a Atrac, Antra ou Fonatrans, pois para ela a filiação não era tão importante, porque outras travestis já faziam o trabalho necessário nessas instituições. E ela não tinha tempo para se dedicar a mais uma ação. Ela destaca que é necessário que outras “manas” sejam valorizadas no que fazem.

Ela conheceu Thina nos espaços da cidade de Fortaleza, nos lugares mais inusitados possíveis. A encontrou fazendo ativismo, entregando panfletos e convidando as travestis nos bares para fazerem curso profissionalizante na Atrac. Assitiu Thina na Tv participando de programas como Barra Pesada, nos quais denunciava as violências sofridas por travestis nas ruas. Ela define Thina como uma “cigana”, uma pessoa que sempre estava circulando pela cidade, com suas saias longas. Logo que Labelle se aproxima do Grab e também da organização visual da Parada de Orgulho LGBT, consequentemente se aproxima de Thina.

Labelle recorda que conheceu uma Thina violenta, no sentido de externar também os sofrimentos da vida. Nos dizeres de minha interlocutora, Thina precisou criar estratégias de sobrevivência e conquistar espaços, até porque precisou sustentar uma Instituição como a Atrac

muitas vezes sozinha. Durante a nossa conversa, Labelle destacou a capacidade de Thina de se comunicar por cartas com travestis de todo Ceará.

Depois desta aproximação inicial, Labelle trabalhou com Thina na Coordenadoria da Diversidade Sexual em Fortaleza, quando iam juntas fazer trabalhos em parcerias com as escolas. Labelle chegou a ministrar oficinas de customização na Atrac por convite de Thina.

Por diversos momentos, segundo Labelle, ela e Thina sentiam-se indignadas com as situações de vulnerabilidade que outras travestis passavam na rua, situações que incluíam a insegurança alimentar. Então, elas entregavam quentinhas de comidas para outras meninas. Além de entregar a comida, no momento entregavam preservativos, panfletos educativos e gel lubrificante. Labelle lamenta a partida de Thina pela pandemia, mas recorda o quanto sua amiga estava cansada nos últimos anos. Apesar disso, ela não queria desistir e continuou no ativismo até os últimos dias de vida.

Segundo Silvinha e Yara Canta, foi após o falecimento de Thina Rodrigues que outras travestis se aproximam da Atrac, pela necessidade de reestruturação organização. Yara recorda que a mobilização pela reestruturação da Atrac começou quando Amanda Félix, por meio das redes sociais, passou a convidar as travestis e mulheres transexuais para se fazerem presentes e criarem estratégias de fortalecimento.

Yara se encontrou no ativismo da Atrac recentemente. Ela nos confessou que o ativismo chegou quando ela se aproximou da Atrac, em 2020, após o falecimento de Thina Rodrigues.

Mas que, enfim, eu fui, acho que o ponto principal assim veio na pandemia. Aproximação mesmo, de fato, de dentro de instituição, meio da pandemia 2020. Após o falecimento da Thina Rodrigues, a Amanda Félix foi nas redes sociais e publicou um vídeo chamando as meninas que quisessem contribuir com uma reestruturação da Atrac. Thina já tinha falecido e pra associação não acabar, enfim, para não deixar assim cair no esquecimento e fechar algo nesse sentido. Então, Amanda fez essa convocação, e a partir daí eu vim, e eu já tinha muita vontade de estar mesmo de fato assim, dentro de Associação, de uma instituição. E aí fui, pronto. Aí começamos a estar nesse momento a reestruturação da Atrac. E aí veio o Fonatrans, a Antra. Quando eu cheguei na Atrac foi logo após o falecimento da Thina. E que Amanda Félix trouxe essa necessidade de reestruturar a associação. E então a partir daí desse encontro dessa aproximação das meninas, aí a gente começou a pensar nas estratégias, que a gente precisava fazer para associação renascer. E aí gente criou as redes sociais da Associação. [...] Então todo mundo lógico já conhecia, é todo mundo movimento LGBT já sabia quem era Thina, enfim a história da associação.

Devido a sua aproximação com a Atrac e por ter se tornando a Coordenadora Geral da instituição desde 2020, Yara conseguiu se aproximar muito mais do Fonatrans.

Então rapidamente as pessoas começaram a ver que foi tomando uma proporção muito grande, que estava sendo estruturada a associação. E lá, então logo após isso, o Fonatrans, a Giovanna Baby, que é presidente do Fonatrans, tomou conhecimento. Lógico era muito próxima da Thina. A Thina fazia parte dos encontros nacionais. Ela resolveu fazer um sexto encontro nacional do Fonatrans aqui em 2020 aqui, ali em Aquiraz. Justamente também por conta do falecimento da Thina. Quis fazer aqui para

trazer esse fortalecimento. Para, enfim, foi o tema do encontro assim foi não é também sobre a Thina, teve essa homenagem a Thina, e aí foi também quando eu comecei a me aproximar do Fonatrans. Aliás, eu já estava me aproximando através das redes sociais também. E tudo, da Antra também, mais especificamente nesse primeiro encontro Nacional. Aliás, para mim é o primeiro encontro que eu participei do Fonatrans, que foi aqui por conta do falecimento da Thina.

A aproximação de Yara com o ativismo inicialmente deu-se por conta da arte. Por ser cantora e atriz e por conta de sua representatividade por também ser travesti e negra, a convidaram para falar sobre identidade de gênero, sexualidade e direitos humanos. A presença de Yara em um palco é um ato político de resistência. Segundo Neon Cunha e Sara York (2021), a “representatividade não apenas busca significar uma representação política junto aos interesses de determinado grupo, pessoas ou coletivo, mas busca a sua participação em espaços de decisão com poder para mudar rotas e estabelecer (novos) sentidos”. (2021, p.85). A presença de uma travesti negra vivendo da arte em um dos estados que mais matam travestis e mulheres transexuais do Brasil é uma afronta para a sociedade cisheterossexual. Yara leva para o palco sua indignação, questionamentos em relação aos afetos, sobre felicidade e sobre o amor. Essas questões, segundo ela, também são políticas, porque para a travesti o amor não chega:

E só de eu falar sobre amor ou felicidade isso já é muito político, porque nós, travestis e transexuais, somos extremamente negadas ao afeto. E se eu canto sobre o afeto, isso já é muito potente (Jornal O Povo, 2021).

Yara acrescenta dizendo:

As causas sociais que eu abraço atravessam o meu trabalho, porque ainda que eu suba no palco e não diga nada em relação a militância, de fazer uma fala política, ainda assim, a minha presença por ser quem eu sou já diz muita coisa. Já fala tudo e isso já é esse atravessamento (Jornal O Povo, 2021).

Yara confessou que muitas vezes não achava bom ser chamada só para falar de sua identidade de gênero, porque desejava ser convidada para falar da sua arte ou para performar sua arte. Mas com o tempo, ela percebeu que a arte e ela estavam juntas, não era possível separá-las. Mas foi com a Atrac e no Fonatrans que ela conseguiu atuar de forma mais efetiva dentro de uma instituição em defesa dos direitos das travestis.

Porque realmente o meu encontro com o ativismo veio através da arte e por quê? Por exemplo, até entrevistas muitas vezes me chamavam para entrevistas, pra entrevistas pro jornal, pessoas que procuravam da mídia e sempre e sempre querendo ou não sempre querem que a gente fale sobre as pautas identitárias, questões de gênero e sexualidade. Então, a partir daí eu fui. Eu já obviamente já acompanhava discussões, acompanhava a Antra, seguia, acompanhava assim um post, lia textos, lia coisas assim, para ter esse entendimento, ter outras visões que não só a minha, porque é essa coisa do coletivo que é mais importante que a gente. Vai falar de ativismo, falar de ativismo é uma é uma coletividade que obviamente vão ter várias visões.

Como se pode notar, muitos vezes aparenta existir uma imposição externa para que ela assuma o papel no ativismo, de representatividade. Mesmo que ela queria falar de sua arte, ela

é deslocada para o campo do papel de ativista. Para Yara, caminhar entre o ativismo só é possível por conta das relações estabelecidas entre pares, entre suas amigas travestis e mulheres transexuais. Essa rede afetiva e política é feita de amizade, de lutas, de vivências e de apoio, uma rede de afeto trans.

Quando Yara traz “pessoas que procuravam da mídia e sempre e sempre querendo ou não sempre querem que a gente fale sobre as pautas identitárias”, há uma imposição externa ou uma cobrança para que ela assuma um papel de ativista, mesmo que ela desejasse falar da sua arte, os convites e as entrevistas sempre a direcionavam para o ativismo. Mas Yara passou a entender que não tinha como separar sua vida artística do ativismo, porque por meio da sua arte ela passou a levar a mensagem de sua luta. O ativismo passou a fazer parte do seu canto e na atuação no teatro. Hoje ela entende que não tem como separar, é uma cobrança tanto das minhas “irmãs travestis” como minha mesmo.

Yara iniciou o curso de design e moda no ano de 2012, contudo ela desistiu do mesmo por conta da transfobia que enfrentava no espaço acadêmico. Na época ela estava no início de seu processo de transição e o seu nome social não era respeitado. Segundo Yara, as diversas vezes que se referiam a ela com os pronomes e prenomes masculino isso a desestabilizava, prejudicando sua saúde mental. Na época ela teve depressão. Recentemente, no ano de 2022, ela começou a fazer parte de um curso preparatório para entrar na universidade. O seu retorno à sala de aula se deve a sua atuação no movimento social. Após 10 anos fora da educação formal, ela sente a necessidade de caminhar pelo conhecimento científico como estratégia de resistência contra o Sistema que expulsa as pessoas trans, preta e LGBT estejam dentro da universidade, por conta do racismo e da transfobia.

Da mesma forma que Yara, a chegada de Silvinha na Atrac deu-se recentemente, após o falecimento de Thina. Seu engajamento na ATRAC ocorreu da seguinte forma:

Eu sempre soube da existência da ATRAC, porém, não era um espaço na qual eu me identificava (...) apenas porque eu era uma pessoa que tinha uma ideia estigmatizante sobre a minha própria população. Eu sabia que eu era diferente, porque eu era universitária, eu estava envolvida em outras lutas, em lutas estudantis, estava em partidos políticos. Então eu me dedicava muito ao partido que eu construía. Então, a ATRAC parecia uma associação de pessoas travestis que não tinham a mesma trajetória. Eu lamento por não ter percebido isso antes, não ter desconstruído essa ideia em mim antes. Só em 2020, depois do falecimento de Thina, quando começa a discutir a reorganização da ATRAC, eu me aproximo, a convite de outras lideranças travestis.

Segundo Silvinha, sua chegada até a Atrac tem sido interessante porque ao mesmo tempo em que ela se encontra dentro de um dos espaços institucionais do Estado, ela também toma parte dos Movimentos Sociais. Hoje Silvinha atua na Atrac na diretoria como segunda

secretária, como ela destaca:

Então, eu entro em uma chapa que disputou o processo de representação da diretoria. Então, eu estou desde abril de 2021 como segunda secretária da ATRAC e tem sido uma experiência bem bacana, porque eu não desaproximei do movimento social, continuo dentro da organização, contribuí para que ela tenha história e sobretudo sobre a história documentada. Na minha função de secretária é importante a história da entidade. Aproveito e alinho isso com minha atuação como servidora pública. Então, é poder juntar dois universos. É juntar um universo que luta, que enfrenta do governo, e ao mesmo tempo, eu estou dentro desse governo, me cobrando internamente, disputando internamente que ele faça alguma coisa com o mesmo sentido que a identidade, a entidade luta para conseguir.

A entrada e permanência de minhas interlocutoras nos movimentos sociais se dá pela necessidade de encontrarem junto ao movimento alianças que possam fortalecer suas lutas. Desse modo, as trajetórias de minhas interlocutoras e o que caracteriza o ingresso dessas travestis nos movimentos sociais é o próprio encontro com suas identidades. O ingresso delas e a permanência coletiva mobilizam estratégias de resistências e de cobranças perante ao Estado pela garantia de direitos. Elas articulam as lutas políticas em torno do ativismo. Reivindicando pautas coletivas como saúde, segurança, nome social e emprego. É junto aos movimentos sociais que elas encontram a necessidade de uma luta coletiva para que possam mobilizar de forma articulada suas próprias atividades no exercício do ativismo. É no encontro com os movimentos sociais que elas entendem a necessidade constante de re (existir) e lutar por políticas públicas para atender suas demandas.

4.4. Tecendo narrativas com travestis: as pautas políticas e o exercício do ativismo em Fortaleza.

Fazer ativismo em defesa e garantia dos direitos de travestis em Fortaleza é um desafio, principalmente diante dos casos de violência contra a população trans no estado do Ceará. Fazer parte das instituições, dos movimentos sociais, requer uma luta constante. Para defender uma pauta política são essenciais alianças entre o movimento social e o Estado, porque os movimentos sociais cobram do Estado políticas públicas de garantia de direitos.

Segundo as travestis que entrevistamos, as principais pautas políticas em defesa dos direitos de travestis em Fortaleza são o direito de viver, a retificação do nome social, o direito ao acesso ao mercado formal de trabalho, a segurança pública e a saúde.

Conversando com Labelle Rainbow, ela destaca estão entre as principais pautas políticas hoje de travestis e transexuais em Fortaleza “permanecer viva e com saúde”. Em suas palavras:

As duas maiores pautas da população de travestis e transexuais como um todo, a população T que a gente chama, é estar viva e com saúde. Viva porque o índice de assassinatos e tentativas. É, a gente não pode deixar de falar das tentativas de

assassinato. Contra essa população é estarrecedor é alarmante. Isso é caso de denúncia Internacional inclusive, porque mesmo diante de toda repercussão que o caso Dandara teve, o julgamento, com qualificador, da transfobia. As figuras foram identificadas, foram julgadas e foram sentenciadas. Foi um assassinato que eles colocam no juridiquês como triplamente qualificado. Um dessas desses qualificadores é a transfobia, mas ainda assim o Estado não consegue reconhecer. Quando é em 2017, publica zero assassinatos de pessoas LGBT por LGBTfobia no estado do Ceará. Isso está nos dois maiores jornais do estado, O Povo e no Diário, no impresso e no da internet. Mas vocês pegam de Dandara, não contabilizaram nem Dandara com tudo isso? E aí de lá para cá esses índices só aumentaram, e as informações sobre os casos não se tem. As responsabilizações de quem cometeu isso, não se tem. Então é estar viva mesmo, é um grande desafio e nessa relação com o poder público mesmo, de colocar que LGBTfobia é crime no país, que as secretarias e os gestores precisam sim fazer uma força descomunal a esses enfrentamentos.

A indignação de Labelle com o caso de Dandara Katheryn refere-se à forma brutal com que a mesma foi assassinada. Segundo a pesquisadora travesti Neon Cunha (2021) e a travesti Sara Wagner York (2021), Dandara vivia em estado de vulnerabilidade. Aliciada desde jovem para a prostituição, ela migrou para São Paulo e, quando retornou para Fortaleza, em 2008, descobriu que estava infectada com HIV. Dandara Katheryn foi exposta de forma desumana em vídeos que circularam na imprensa e nos meios virtuais. “A travesti de 42 anos foi espancada com chutes, socos, pedras e paus em março de 2016, no Conjunto de Palmares no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza, no Ceará.” (2021, p. 86). Submetida a uma prática de tortura, a travesti vivenciou uma morte longa e dolorosa. E segundo Labelle, nem esse caso foi contabilizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Desse modo, para Labelle enfrentar situações como essas são necessárias políticas públicas efetivas e estratégicas. Nos seus termos:

Que qualquer política, qualquer ação, qualquer atividade, ela precisa ser estratégica para ser efetiva de fato. Não dá mais para dizer que uma cesta básica é política de qualidade de vida, de direito, que assegura direito. O desafio é (...) políticas hoje que possam também atuar no campo da prevenção desses casos de assassinato da forma como são também. São assassinatos que acontecem da forma mais brutal possível. É um processo de apagamento mesmo da identidade. É de expurgar, de retirar desse nosso modelo de sociedade figuras como essas.

E o segundo é estar com saúde, você não consegue também ter qualidade de vida se suas questões de saúde não estão ali garantidas, dando suporte a essas vidas. Que questões de saúde são sim um problema de saúde pública mesmo. Que precisam ser enxergas com muita seriedade, é urgente, as pessoas estão morrendo pela falta do acesso. A hormonioterapia, há medicamentos inclusive muito simples, que não precisa da hormonioterapia, mas não conseguem ter acesso a unidade básica de saúde por conta da LGBTfobia e da transfobia. Você não consegue ter acesso, não vai na consulta, você não tem como pegar na farmácia. E aí tem pessoas de 40 anos que nunca foram numa prevenção ginecológica, nunca foram em um atendimento de proctologista, que nunca foram no endócrino. E já fizeram tudo com o seu corpo nos processos de transição. Mas não conseguem chegar a uma unidade básica de saúde. Isso é gravíssimo. E aí, está quando eu digo isso está viva e com saúde é porque são duas realidades básicas, básicas, mas a gente não tem. Eu fico me perguntado: são direitos humanos pra quem? E que vidas são essas que estão sendo defendidas? Por que quando se luta por direitos em um modelo de sociedade conservadora, na defesa pela vida, na defesa da vida, que vida são essas? Que se a gente defende a vida, são todas as vidas. E aí poder público precisa ter uma compreensão muito nítida que todas

as vidas que precisam ser protegidas, resguardadas, respeitadas e asseguradas. Se você não reconhece para garantir vida e saúde é muito complicado, difícil.

As travestis criam possibilidade de subverter as identidades de gênero das noções naturalizadas. Deslocam-se para o campo corpóreo-discursivo, criando maneiras próprias de viverem sua sexualidade, desejo, vivências e experiências. Transgridem normas “para além do utópico, mas de mobilização, da confusão subversiva e da proliferação precisamente daquelas categorias constitutivas que buscam manter o gênero em seu lugar, a posa como ilusões fundadoras de identidades” (BUTLER, 2021, p. 70) heterossexuais e cisgêneros.

Partido dessa discussão, compartilhamos do pensamento da ativista Silvinha Cavalleire, quando ela afirma que:

A gente tem uma pauta que é eterna, que é permanente, que é a retificação de nome e gênero das pessoas travestis e transexuais. Porque a identidade travesti, ela vai sendo construída é, a partir do momento que a pessoa vira um sujeito político. A gente sabe que as crianças nascem meninos e menina, baseada no sexo biológico, mas ninguém sabe apontar em qual momento aquela pessoa vai ser reconhecer, cisgênero ou uma pessoa transgênero. E se ela for uma pessoa transgênero, se ela vai ter travesti, mulher trans ou com homem trans. Então, quando ela se constrói enquanto sujeito político, é quando ela passa a reivindicar que identidade ela quer ter perante a sociedade. E aí a gente vai ter, então, todas as lutas permanentes de pessoas travestis e transexuais para serem reconhecidas pelo gênero que o que se descobre.

Sobre a pauta política da empregabilidade e do mercado de trabalho, Silvinha acrescenta:

Agora outras pautas que são muito necessárias, é a empregabilidade. E para atingir as empregabilidades a gente precisa lutar pela permanência dessas pessoas travestis e transexuais na educação no nosso estado. Então ainda é muito comum nós encontrarmos pessoas travestis e transexuais, que em determinado momento das suas histórias largaram a escola, desistiram de educação, porque não conseguiram encontrar na educação o caminho para construírem as suas histórias diferentes, e acabam caindo na mesma estigmatização que a gente tanto quer eliminar. É ainda uma luta da gente defender que essas pessoas consigam terminar seus estudos e com políticas que garantam essa permanência. Que não é só garantir o nome social, é garantir também o respeito da comunidade escolar com essas pessoas, para que depois que ela chega no mercado formal de trabalho, ela possa disputar com mais igualdade entre as pessoas que ali estão disputando vaga no mercado formal e que essas pessoas passem a respeitá-las. É impressionante, como a gente tem lutado para conseguir colocar essas pessoas para trabalhar e depois a gente descobre que essas pessoas encontram ambientes de trabalhos transfóbicos e acabam se sentindo expulsas. Elas têm que se expulsar do mercado de trabalho. Porque mesmo tendo conquistado, os ambientes são transfóbicos com elas. Então, eliminar a transfobia também é uma pauta permanente nossa.

Silvinha destaca que uma dificuldade para algumas travestis é a permanência na escola e no emprego formal, impedimentos causados pela transfobia. Assim, compartilhamos do pensamento da travesti Luma Nogueira de Andrade (2015) quando ela diz que a expulsão das travestis da escola é uma realidade que elimina a presença desses corpos na educação. Mesmo permanecendo na escola, adentrando no ambiente de trabalho, a transfobia opera como

mecanismo de opressão. Sobre as principais pautas políticas das travestis, Amanda Félix compartilha do pensamento que

as principais pautas do movimento travesti foi, é o acesso à saúde, acesso ao mercado formal de trabalho, o processo de nome. Por muito tempo o nome social foi a grande pauta das travestis. Hoje, por conta da facilitação da retificação, a gente só sustenta o nome social pra aquelas que não são retificadas, então como facilitou muito, muitas meninas travestis e transexuais conseguiram retificar seus nomes. Hoje eu percebo que há uma demanda de processos de cirurgias, então é uma, uma pauta que é a pauta da saúde muito recorrente, assim, pelo menos onde eu trabalho que é no Centro de Referência LGBT Janaina Dutra, eu percebo muito chegando essa demanda, que é saúde.

Amanda acrescenta dizendo que ainda pode ser feito muito mais para mudar a realidade da população de Travestis em Fortaleza.

O que eu percebo é ainda a dificuldade de inserção de meninas travestis e transexuais no mercado formal de trabalho, mesmo que, temos atualmente, alguns cursos, em instituições como Senai, Sesc, Senac, eu sei que tem alguns cursos que as meninas estão conseguindo participar. Mas ainda há uma dificuldade de absorção dessas meninas dentro do mercado formal de Trabalho.

Comentando sobre a pauta política da saúde, Amanda nos traz algumas questões como o Ambulatório trans.

E além disso, eu acredito, no Ceará, em Fortaleza falta, apensar de já ter um serviço referencial, transdisciplinar o SERTRANS, ou o ambulatório Trans, mas eu acho que é necessário que haja uma maior, é um maior rendimento desse ambulatório, eu percebo que é muito limitado. Por exemplo, aqui no Ceará a gente não faz cirurgia de readequação sexual, então as meninas precisam viajar para outros estados, o que demanda toda uma estratégia, toda uma mobilização. Eu acredito que o Ceará tem poder de fazer esse processo aqui. Aí eu percebo conversando com as meninas, eu percebo que é uma demanda. Essa cirurgia de readequação sexual. Eu sinto falta do ambulatório trans, já temos, mas precisamos demais (...) eu sinto falta da inserção das meninas no mercado formal de trabalho.

Yara compartilha do pensamento de Amanda quando destaca a Saúde como uma das principais pautas do movimento de travestis em Fortaleza. Yara compreende que a que a segurança pública e a saúde são uma demanda de emergência para a população trans.

As principais pautas são em relação à Segurança Pública e Saúde. Porque é na saúde a gente ver a questão do ambulatório que até hoje continua nessa coisa que não funciona. Uma demanda é tirar esse ambulatório do hospital mental de Messejana. Acho que é uma das principais questões, assim isso que o movimento de trans travestis não concorda, com esse ambulatório dentro do Hospital Mental. Principalmente porque esse ambulatório veio antes, ele era chamado de ATASH, um ambulatório de transtornos de sexualidade humana. Assim, era um tipo de Ambulatório que englobava transtorno sexualidade humana, que era tipo tudo, pedofilia, necrofilia, tudo. Aí mudou, agora se chama SerTrans, mas continua no hospital mental, continua bem restrito acesso, acho que eu nem sei se tem vaga, acho que nem tem vaga na verdade. Assim tem uma fila enorme de anos para ser atendido. Então eu acho que é uma das principais pautas é essa questão da segurança pública e de um ambulatório que atenda a saúde de forma integral, que atenda de fato, que tenha profissionais qualificados e que seja um local mais humanizado e outras coisas mais, principalmente assim uma coisa que norteia o mesmo é isso.

Yara Canta destaca como a Segurança Pública do Estado do Ceará e de Fortaleza

precisam urgentemente dialogar com os movimentos sociais. Foi a partir de uma demanda da Atrac e de outras instituições que foi criado o Observatório de Crimes Correlatos de LGBTfobia. Durante uma manifestação pública organizada pela Atrac, denominado Ato Por Sofia (discussão do capítulo 5) que aconteceu no dia 15 fevereiro de 2022 na Secretaria de Segurança Pública do Estado, foi baixada uma portaria de criação do Observatório. Segundo Yara, realmente foi criado, contudo os movimentos sociais não participaram da criação e não há ninguém desses movimentos trabalhando no observatório, o que dificulta ainda mais as investigações do crimes.

Eu acho que a gente continua ainda muito, uma pauta que eu acho que é uma das principais continua sendo a questão da segurança pública, a gente continua com um caso de violência e assassinatos assim muito altos, o Ceará continua se mantendo como um dos estados que mais assassina travestis e transexuais no Brasil. E o Brasil é o país que mais assassina as pessoas trans do mundo. Então, isso é algo muito grande. Na verdade, nos últimos anos de 2017 para cá, o Ceará foi o segundo estado, só perde para São Paulo não, e São Paulo é a maior capital do Brasil. Então, juntando todos os casos o Ceará é o segundo estado em segundo lugar de assassinatos. Então eu acho que essa, essa continua sendo as principais pautas porque, precisa (...) não vou entrar em méritos de gestão, dos gestores. Mais, eu acho que falta, eu vou entrar, não vou entrar, mas já entrando, já. Mas, por exemplo: foi uma demanda que a gente levou para o secretário de segurança pública, o que foi, o Observatório, é o Observatório de Crimes Correlatos de LGBTfobia. E esse Observatório foi criado no dia que a gente foi lá, a gente no dia 15 de fevereiro que é o dia estadual de enfrentamento de LGBTfobia, porque foi o dia que a Dandara foi assassinada dia 17, isso aqui 15 de fevereiro. E aí foi instituída essa data, então no dia 15 de fevereiro deste ano a gente foi fazer um ato na porta da SPS, porque havia sido assassinada a Sofia, há poucos dias, antes do dia 15, próxima ao dia 15. Aí a gente fez essa movimentação para ter essa manifestação lá. E aí gente foi recebida, a gente tava tentando ser recebida, porque a gente já tinha sido recebidas outras vezes pelo inclusive pelo próprio secretário, Sandro Caron. E aí, recentemente, ele não estava, eles não estavam respondendo aos nossos ofícios, não estavam é abrindo uma pauta para a gente ir lá, aí a gente fez essa movimentação e conseguiu ser, conseguiu essa reunião é com o secretário, mais e aí nessa reunião a gente Andrea, a Andrea Rossati inclusive pediu pra ele baixar uma portaria desse Observatório, ele baixou realmente no mesmo dia. Mas o Observatório foi criado sem ninguém do movimento social. Foi um Observatório criado que só tem as próprias instituições da polícia do estado, assim, dos bombeiros, nem sei qual são as instituições. Então, é algo preocupante, é porque como que vai criar um Observatório desses sem ter uma instituição que entende de verdade, que realmente é uma instituição LGBT ou principalmente trans ou travestis, sem alguém do movimento LGBT lá dentro é complicado, eu acho complicado. É a principal pauta quando se fala que nisso.

Yara reivindica a participação coletiva dentro do observatório para que, a partir de múltiplos entedimentos, os crimes de LGBTfobia e transfobia sejam identificados e classificados realmente como crimes. Sabemos as situações de vulnerabilidades que a população de travestis e transexuais enfrentam no Brasil, tanto no campo da educação, como da saúde, da assistência social, da moradia e da empregabilidade. Dentro desse contexto, no ano de 2020 a Rede Nacional de Pessoas Trans (Rede Trans) realizou uma pesquisa. O censo aborda o perfil socioeconômico de travestis e transexuais do gênero feminino em 10 capitais

brasileiras, com o objetivo de formar um banco de dados para planejarem políticas públicas que possam impactar na redução da exclusão social da população trans.

Segundo o relatório do Censo Trans⁸¹, 58, 2% das travestis e mulheres transexuais que responderam são negras, isto é, se declararam pretas ou pardas. Outro dado relevante é que 89,5% delas são trabalhadoras sexuais. Sobre os dados de violências, 70% delas já sofreram algum de tipo de violência, seja sexual, verbal, física e mesmo até expulsas de casa. Quando se trata da escolaridade, 33,9% tem o ensino fundamental incompleto, 14,6% tem ensino fundamental completo, 15,6% ensino médio incompleto, 32,4% tem o ensino médio completo e 4,5% estão entre ensino superior completo, incompleto, pós-graduação ou se enquadram na categoria “não sabe dizer”.

Os dados de escolaridade cruzados com os dados de empregabilidade indicam que 89,5% das entrevistadas de todo território nacional são trabalhadoras do sexo. Esses dados refletem a negação do acesso e permanência na escola por travestis e no mercado formal de trabalho, vulnerabilizando suas existências. Como já foi dito anteriormente, a educação é um trampolim para travestis acessarem e permanecerem no mercado formal de trabalho. Note-se, como observei, que o acesso ao mercado de trabalho não as inseta de sofrer transfobias.

Outro ponto extremamente importante apresentado no Censo Trans 2020 e que diálogo com a pauta política da saúde abordada por Yara, Silvinha e Amanda, é que 96,8% das entrevistadas fez uso de hormônios. E 84,7% não faz tratamento em serviços de ambulatórios para pessoas trans. 60,1% das entrevistas aplicaram silicone industrial e 99,7% das que fizeram o procedimento o realizaram com bombadeiras⁸².

Segundo Kulick (2008), a aplicação de silicone e uso de hormônios travestis nos anos de 1990 tinha como objetivo realizar “modificações corporais no sentido de se tornarem mais femininas” (2008, p. 65). O uso de hormônios sem prescrições médicas é algo frequente entre as interlocutoras do antropólogo, afetando as questões de saúde dessa população.

A nossa interlocutora Yara, por exemplo, relata que fez uso de hormônios sem prescrição médica. Durante seus atendimentos com a psicóloga, ela disse que a profissional sempre a aconselhava a procurar um profissional qualificado para tratar da questão da hormonioterapia. Posteriormente, após as orientações da psicóloga, Yara procurou o

⁸¹ RedeTrans. Censo Trans 2020. REFLEXÕES SOBRE OS DADOS DO CENSO TRANS: Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil. Disponível em: http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf. Acesso dia 11 de julho de 2022.

⁸² Segundo Kulick (2008) as bombadeiras são travestis que realizavam procedimentos de aplicação de silicone industrial em outras travestis, através de um método conhecido como drenagem.

profissional de endocrinologia para acompanhar as questões de saúde e seus pais passaram a comprar os seus hormônios. Nas palavras de Yara:

Aí, quando eu fiz 18 anos, comecei a tomar o hormônio, assim escondido, sem dizer para meus pais e tal. Eu mesma comprava e tomava, e foi indo. Foi passando o tempo e tal, e depois fui pra psicóloga. E acho que, que assim é uma coisa muito importante, assim que precisa ser dita também, o apoio de um profissional, uma profissional psicóloga que seja instruída para esses temas é muito importante. Para mim fez muita diferença. Pra eu me mesma me entender e ficar de boa comigo mesma, e entender que estava tudo certo assim, que não tinha nenhum problema. Eu lembro que eu cheguei lá, na primeira consulta a primeira coisa que eu fiz foi chorar muito, jogar para fora é assim. E aí a partir daí foi que eu pude ter assim essa posição, de então sim, tá, é isso. O que precisa ser feito agora? E aí eu fui entendendo, amenizando e tal. A psicóloga pode ter esse papel de conversar com os pais e tal. É isso. Inclusive para melhorarem nos preconceitos. E aí fui, sim, e aí muito por conta também da psicóloga que deu essa base, aí eu comecei a tomar hormônio, apesar que minha psicóloga não recomendava que eu tomasse hormônio sem médico, mas comecei a tomar.

Labelle relata que quando ela era apenas um menino gay que procurava o serviço de saúde sofria racismo. Mas quando passou a procurar enquanto uma sujeita travesti passou a sofrer a transfobia. Labelle destaca que sempre teve apoio de mãe e seu pai nas questões de educação e saúde.

E o apoio também da minha mãe, do meu pai, que me acompanharam não só na escola, mas nas unidades de saúde, sabe. Mas era muito bacana quando era o menino gay, o problema era o racismo, eu ia sofrer racismo, eu não ia sofrer transfobia. Mas aí quando a travesti Labelle chega na unidade de saúde para pegar o preservativo, aí já vira um problema.

As falas de Yara e de Labelle revelam a precariedade e desumanização do serviço de saúde de Fortaleza para travestis, afetando diretamente essa população. Regina Maria Barbosa, Mauro Brigeiro e Simone Monteiro (2019) trazem uma debate sobre a questão da saúde e direitos da população trans e colaboram dizendo que “no campo da saúde, a vulnerabilidade de travestis e transexuais pode ser exemplificada pelos alarmantes índices de violência e assassinatos sofridos, pelos agravos relativos à saúde mental (p.ex.: depressão, tentativa de suicídio) e pela alta prevalência do HIV.” (2019, p. 2). Mesmo com que algumas conquistas no campo do uso do nome social em instituições públicas, aprovação na justiça eleitoral que travestis e mulheres transexuais possam concorrer as eleições na cota de sexo feminino, uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero e aprovação da lei de transfobia como crime racismo, o acesso e serviços de acompanhamento, prevenção e cuidados ao sistema de saúde por travestis ainda é marcado por grande precariedade. Os movimentos sociais vem reivindicando e construindo em parceria com o Sistema Único de Saúde na criação de debates referentes às demandas e desigualdades sociais de gênero no cuidado da saúde.

Segundo o antropólogo e homem trans Dan Kaio Lemos (2021), há uma precarização

dos serviços de saúde para a população de travestis e trans em Fortaleza. Durante sua pesquisa ele constatou que o processo de transexualizador era burocrático. Sem acesso a serviços básicos de saúde, as pessoas trans passavam por uma série de situações sem atendimentos garantidos rotineiramente por profissionais. Mesmo com a disponibilidade de psicólogo e ginecológico, faltava endocrinologista e psiquiatras. E até o momento não se tem a realização de cirurgias de redesignação sexual. Desse modo, ouvindo os relatos de seus interlocutores ele percebe a precariedade dentro dos serviços de saúde em Fortaleza, desde o atendimento no ambulatório até a realização dos exames.

O estigma, a discriminação, os estereótipos e imagens de controle ainda se fazem presentes em atendimentos no sistema de saúde em Fortaleza e as nossas interlocutoras trazem em suas falas a necessidade de um atendimento humanizado. Em Fortaleza, o Ambulatório destinado para pessoas trans fica no Hospital Mental Professor Frota Pinto de Messejana. Em 2017, a Associação Transmasculina do Ceará (Atransce), coordenada pelo Antropólogo Dan Kaio Lemos e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) entregaram uma abaixo-assinado com o objetivo de conversar com o poder público sobre pautas de saúde de pessoas trans. Ainda no mesmo ano de 2017, o nome do ambulatório de pessoas trans mudou para Serviço de Referência Transdisciplinar para Transgêneros (SerTrans). Mas só em 2019 foram ampliadas as vagas para novos atendimentos a usuários. Infelizmente os usuários trans ainda tem que se dirigir até o hospital de Messejana para seus atendimentos. Em uma reportagem do *Jornal O Povo*⁸³ (2021) Dan Kaio Lemos declarou o seguinte:

Passei dois anos muito pesados e não tenho nenhuma vontade de voltar. Eu presenciei muitas violências. Várias vezes fomos assediados por pedófilos, principalmente as mulheres trans e travestis (*Jornal O Povo*, 2021).

A afirmação de Kaio Lemos revela os perigos para as travestis e mulheres trans quando frequentavam o Hospital de Messejana. Segundo Yara Canta, o mesmo hospital acompanha problemas como pedofilia e necrofilia. Desse modo, as travestis e mulheres transexuais eram ainda mais estigmatizadas e discriminadas por frequentarem o mesmo hospital que os criminosos. Logo, é uma demanda da Atrac e dos movimentos sociais trans de Fortaleza a retirada do SerTrans do Hospital Mental de Messejana, já que contradiz a orientação da Organização Mundial de Saúde, que retirou a classificação de transexualidade como transtorno mental, despatologizando assim travestis, mulheres trans, homens trans e todos/as/es que se

⁸³ *Jornal O Povo*. Petição tenta realocar e melhorar ambulatório destinado a pessoas trans. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/04/06/peticao-tenta-realocar-e-melhorar-ambulatorio-destinado-a-pessoas-trans.html>. Acesso dia 13 de julho de 2021.

categorizam como transgeneros.

Yara também citou o processo de criação do Observatório de Violência contra LGBT, especificamente Travestis e Transexuais. A criação desse observatório aconteceu após o Ato Por Sofia⁸⁴ organizado pela Atrac em conjunto com outras associações e movimento sociais. Yara, como coordenadora geral da Atrac, reivindica a participação dos movimento sociais dentro do Observatório. A necessidade dessa participação vai de encontro com o debate da negação de direitos, da falta de humanização no atendimentos das vítimas que sofrem LGBTfobia e transfobia.

Diante desse cenário é um desafio fazer ativismo e conquistar direitos para travestis em Fortaleza. A ativista Silvinha apresenta um cenário duplo diante do ativismo, porque ao mesmo tempo que ela participa ativamente dos movimento sociais, ela está em uma instituição formal do Estado.

Ser ativista dentro da institucionalidade é muito desafiador, porque entidades da sociedade civil elas têm um papel importante de cobrança, de fiscalização e principalmente pressão para que as coisas aconteçam. A sociedade civil, ela não se preocupa e nem deve se preocupar em como as coisas vão acontecer, mas ela precisa cobrar que aconteça. Enquanto a institucionalidade é quem deve se preocupar sobre como as coisas acontecerão. Então, quando eu estou aqui eu fico pensando o que é que o movimento quer? E aí, pensando que o movimento quer, é onde eu começo a dar meus passos como fazer isso, de forma institucionalizada, de forma disciplinada e também de forma responsável, porque eu preciso entender que o meu papel é representar o Estado. Então, o Estado ele tem a suas burocracias, mas ela tem sua lei, sua dinâmica, e também o seu respaldo. Eu não posso fazer nada sem estar respaldada. Então, eu piso muito em ovos, cobro muito a questão da burocracia e os registros. Eu cobro que tudo esteja escrito, registrado. Porque tudo isso contribui para a história. Eu não gosto daquela coisa, que a gente usa informalmente a expressão “de boca”, não gosto nada de boca, não gosto nada informal. Tudo tem que ser registrado, formulado, para que eu possa continuar um trabalho de forma excelência, de entregar a excelência do trabalho para a população. Eu sei que ela depende disso. E também para mostrar para quem está dentro do Estado que as pessoas LGBTs, como a gente diz informalmente, nós não somos bagunça. A gente sabe o que é para fazer, a gente sabe como fazer. Então vamos mostrar que a gente sabe fazer bem feito. porque a única forma que a gente tenta desconstruir dentro das cabeças a incapacidade que as pessoas construíram sobre nós.

. Segundo Silvinha, fazer ativismo em Fortaleza é desafiador e ao mesmo tempo favorável pelo cenário político.

Aqui em Fortaleza a gente tem um ótimo cenário político para fazer luta organizada, porque nós somos a quinta maior capital do país. Nós temos muitos problemas, sobretudo discutir a ocupação dos espaços da cidade e como fazer essa ocupação pelos grupos vulneráveis, que são as mulheres, as crianças, a juventude, a população idosa e principalmente da população LGBT+, que é discriminada de tantas espaços, inclusive dos espaços públicos. A gente percebe que a população LGBTQI+ ela se organiza em guetos, ela se organiza em lugares específicos da cidade. Quando a gente precisaria ter essa população distribuída e ocupando toda cidade de forma igualitária, com os outros grupos. O que nós queremos é sair dos guetos, a gente quer ocupar a

⁸⁴ Manifestação Pública organizada pela Atrac após o assassinato da travesti Sofia Giselly. No Capítulo 5 iremos apresentar essa discussão.

cidade, isso tem que ficar muito claro, porque nós temos direito a ela. O que o ativismo em Fortaleza é propício para essas e para outras discussões.

Amanda também está dentro de uma instituição formal municipal de Fortaleza, que é o CRLGBT Janaína Dutra. Segundo Amanda fazer ativismo em Fortaleza é

um ativismo muito focado, existe as figurinhas, que são figurinhas carimbadas da cidade, que movimentam, que pensam a política pública LGBT, e aí política pública travesti. É claro que a gente sabe que existe as forças travestis dentro das comunidades, mas não têm a visibilidade que eu acho, que eu sempre defendi nos espaços que eu tô, de que elas deveriam também estar na cena. São meninas do Siqueira, do Vila União que eu conheço, do Bom Jardim. Elas são, estão na cena lá, mas acho que elas deveriam estar na cena na cidade. Na minha opinião o ativismo está focado em algumas pessoas, ele é muito do mais do mesmo. Infelizmente.

Segundo Amanda, existe uma diversidade interna dentro do próprio movimento de travestis em Fortaleza.

Existe sim uma diversidade, tem meninas que acabo de colocar. Tem meninas que são da comunidade, tem meninas que não são da comunidade, tem meninas que estão na universidade; tem meninas que não querem universidade; tem meninas que fazem parte da prostituição noturna, estão na noite, nas ruas; tem meninas que não fazem; tem meninas que estão no mercado de trabalho formal, que constroem também a discussão travesti em Fortaleza, tem meninas que não estão. Há sim, uma diversidade dentro da nossa população de travestis e mulheres transexuais em Fortaleza.

Por outro lado, Yara não se encontra dentro de espaços institucionais do Estado, enquanto funcionária pública. Ela se encontra na Atrac, no Fonatrans, nas ruas, nos bares, no teatro e nos palcos. Ela faz ativismo com sua arte. Assim, sua atuação na Atrac tem sido direcionar um diálogo com o poder público, buscando mecanismos junto a Defensoria Pública e com outras instituições que possam contribuir com ações legítimas em defesa e garantia dos direitos. Segundo Yara

Atuação da ATRAC tem sido mais direcionado exatamente é nesse com esse foco. (...) Esse diálogo com o poder público, buscar os mecanismos disponíveis. E aí a Defensoria tem sido uma grande parceira da Atrac, inclusive a gente agora lançou um dossiê que traz justamente essa denúncia, do descaso com esses crimes. O que a gente vai ver no dossiê, não vou saber agora dizer, os números que eu não lembro, era importante, mas eu não sei. Mas, enfim, a gente vai ver que grande parte desses, a maioria desses crimes, nem se quer tem a denúncia, nem sequer vai pra frente. Pra ter noção o único caso que que foi de fato e finalizado identificado como LGBTfobia foi o caso da Dandara, depois de muita luta e porque tinha aquele vídeo horrroso e que viralizou mundialmente, porque se não fosse aquilo a gente sabe que não teriam, é que não existiria esse entendimento. Então se eu vejo que a atuação da Atrac agora sim é, nessa gestão atual tem se dado muito nesse, nessa busca da legalidade, dentro da cobrança, diretamente do poder público, eu acho que é por aí.

Ao me apresentarem os cenários do ativismo, as minhas interlocutoras também pontuaram para as dificuldades nesta tarefa. Labelle, por exemplo, ressaltou o quanto este pode ser desafiador, desgastante e, muitas vezes, violento. A minha interlocutora inclusive pensou em desistir da luta:

Várias vezes, mas a gente vai pro bar, toma umas, se anima, aí vai para casa dorme acorda de novo. No outro dia estamos aí pra fazer o que faz. Inclusive nas perdas que a gente tem de figuras emblemáticas. É com os desmontes que os desgovernos de tempos em tempos promovem e dificultam mesmo, das burocracias institucionais, as violências violações institucionais. Esses modelos mesmo que estão postos.

Para Silvinha Cavalleire, que ocupava até a data da entrevista a coordenação do CRLGBTTR, e hoje se encontra na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres:

O Equipamento Centro Estadual de referência LGBT+ Thina Rodrigues é muito recente na história do governo do Estado do Ceará. Ele nasce, digamos assim, em uma data inclusive muito simbólica. Porque o nosso primeiro de funcionamento foi no dia 18 de outubro de 2021, e 18 de outubro era o aniversário de vida de Thina Rodrigues que dar o nome pro equipamento. Foi mágico, foi surreal, a gente tem a data do primeiro dia de funcionamento no mesmo dia em que nasceu a pessoa que dá o nome para esse lugar. Porém, de lá para cá eu não penso em desistir, eu penso em cada vez mais continuar nesse lugar e fazer daqui algo maior do que ele se propõe a ser. Então, por exemplo, a gente poderia se limitar apenas a fazer o atendimento da população LGBT+ e assessorar os órgãos municipais e estaduais. Porém, a gente já realizou o evento literário, a gente quer continuar realizando eventos literários, existe uma pretensão para aqui também se tornar o espaço cultural, se tornar o espaço de convivência. E a gente pensar em como utilizar cada vez melhor esse espaço, que é da nossa população. A gente lutou muito para ter esse centro, agora que ele existe é fazer com que alcance patamares cada vez mais distantes para que ele deveria ser. Então, desistir jamais.

Silvinha destaca a importância do Centro para além das atividades diárias. Ela gostaria de desenvolver outras ações integradas com outros setores do município de Fortaleza. Desistir do ativismo e defesa dos direitos das travestis não está nos planos de Silvinha. Enfretar os marcadores de opressão é um dos objetivos do CRLGBTTR. Com uma pauta política aliada aos movimentos sociais, combater a transfobia e o racismo também é luta do Centro.

No dia da realização da entrevista com Silvinha, observei a presença de muitos panfletos e folders sobre o racismo na recepção da instituição onde ela trabalha. No material, a foto do Jangadeiro “Dragão do Mar” e que tinha em sua contra capa a expressão “Ceará sem racismo” estampado revelam o quanto ativismo em Fortaleza combina a luta contra a transfobia e contra o racismo. Logo em seguida, Neta, uma travesti negra que trabalha no Centro, entrou na recepção. As intersecções estavam ali juntas, desafiando o Cis-tema.

4.4. Travestis negras e as intersecções de transfobia e racismo.

Quando analisamos a literatura sobre o tema da interseccionalidade, observamos que são relativamente recentes os estudos interseccionais no Brasil que conectam transfobia/homofobia e racismo, como diz a travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020). Por outro lado, os estudos interseccionais de raça, sexo e classe remontam ao ano de 1989, em particular, a Kimberlé Crenshaw, quem observa a prevalência de muitas invisibilidades de determinados grupos que foram subordinados a outros por seus marcadores de raça e gênero.

Megg Rayara Gomes de Oliveira observa que desde Xica Manicongo, Yaya Mariquinhas e Joane, as travestis pretas desafiam “não apenas as normas de gênero, mas a sociedade como um todo”. (2020, p. 25). Na sociedade brasileira as travestis negras têm sido discriminadas por um sistema de opressão que cria desigualdades estruturais, além de estereótipos e imagens de controle de seus corpos. Assim, o “racismo e transfobia começam a ser debatidos de forma simultânea, porém falta uma maior compreensão das demandas específicas da população de travestis”. (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p.25).

Ela acrescenta dizendo que os dois marcadores transfobia e racismo se interseccionam e operam sobre as vidas das travestis negras empurrando-as para o apagamento de seus corpos. “Quando são identificadas, suas identidades de gênero não são respeitadas, e, via de regra, são descritas e tratadas como homossexuais masculinos.” (2020, p.146).

Labelle traz uma fala potente quando destaca o que é ser uma travesti negra em Fortaleza. Aqui os marcadores da raça e gênero operam para que o medo caia sobre ela e sua mãe, que se preocupa constantemente com a filha. Nesse cenário Labelle não é só a filha, ela é a travesti negra, ativista e periférica. São múltiplos marcadores de opressão que agem sobre ela.

Tal qual ela disse, a resistência para continuar na luta e viva, é o aquilombamento com suas pares, suas manas travestis. Sobre a necessidade de aquilombamento de travestis negras, compartilhamos do pensamento da pesquisadora e travesti Ayra Dias⁸⁵ (2022) que nos fala da dororidade travesti negra e das formas de aquilombamento como resistência travesti:

construíram uma comunidade pautada no sentimento de irmandade, cumplicidade, afetividades e compreensão de nossas corpos como potencialidades políticas, corpos travestis gritam, esbravejam aos quatro ventos que o mito fundante da branquitude que divide nossa sociedade em homens e mulheres é uma grande falácia. (DIAS, 2022).

O aquilombamento entre pares perpassa o afeto e a razão de suas existências. A dororidade (PIEIDADE, 2017) conecta as experiências de travestis negras marcadas pela transfobia e pelo racismo. Assim, essas experiências juntas encruzilham os marcadores de opressão de raça, gênero, classe e território vulnerabilizando as travestis em um processo de extermínio e genocídio de seus corpos. O processo violento de extermínio de suas existências como base deu um projeto colonizador, de colonialidade moderna (NASCIMENTO, 2021), é potencializado pela raça (GOMES DE OLIVEIRA, 2021). A dororidade travesti em aquilombamento carrega a dor de irmãs negras, pretas e pardas que vivenciam o racismo e a

⁸⁵ Estado do Piauí. Dororidade travesti. Disponível em: <https://oestadodopiaui.com/postagens/dororidade-travesti-experiencia-de-travestis-negras/>. Acesso dia 13 de julho de 2022.

transfobia diariamente. É nos encontros diários, no aquilombamento travesti que elas se fortalecem.

A noção de aquilombamento foi cunhada pelas e pelos teóricos/as do movimento negro e feminismo negro como uma insurgência contra-colonial, como um ato de resistência identitária político-organizacional em prol desse grupo. O aquilombamento de negros e negras é um “ponto de inflexão fundamental para a consolidação das demandas desse grupo institucionalmente e nacionalmente. (VENANCIO; SILVA, 2021, p.3). Desse modo, o aquilombamento é uma estratégia de superação do racismo. Segundo Venâncio e Silva “são ações práticas, mas que carregam consigo um grande potencial simbólico e pedagógico, capaz de impulsionar outras iniciativas que movimentam as estruturas na direção na direção de mudanças reais.” (2021, p. 4). Para as travestis, o aquilombamento é uma estratégia política afetiva de resistência contra a violência praticada pela cisgeneridade.

A participação de nossas interlocutoras também no movimento social de negros e negras fazem com que elas interseccionem suas experiências e vivências.

Labelle nos confidenciou que é com suas irmãs travestis que se fortalece. Em pares, é preciso está viva para construir as lutas diárias da sua rede de afeto. Assim, não tem como separar a ativista da pessoa, do indivíduo. Porque a vida entrelaçou suas experiências, suas vivências.

Eu hoje em dia, tenho que ter muito mais cuidado com a minha vida. Inclusive com o que eu sou, com o que represento, com que eu construo, com o que eu faço. Porque é uma luta que precisa ainda mais de resistência, ao mesmo tempo que o que a gente precisa não se perder nisso tudo. A gente precisa tá viva, sendo irmã. E aí tô em uma rede de apoio com várias outras irmãs travestis fortalecimento entre pares. E ampliando isso, tô construindo isso a partir do trabalho diário, das lutas, dos encontros, dos enfrentamentos que a gente faz.

As minhas redes sociais não são só pessoas, são redes sociais de uma luta. E as vezes isso se torna muito pesado também. Porque você fica: quem é a ativista, quem é a pessoa? E aí não dá para dissociar, não dá para separar isso, então é muito isso.

Por ter ocupado espaços no movimento social e nas instituições do Estado, Labelle é vista como referência. Ao mesmo tempo que dizem que ela referência é uma liderança, a minha interlocutora se questiona sobre as batalhas que precisa travar todos os dias para continuar vida.

Venho refletindo muito o que é se ruma referência sabe. Muita coisa pra gente não é dada, sabe? Nada na vida é de graça nessa vida, é sempre conquistas, é sempre uma conquistar, a gente sempre corre sempre atrás. Batalha sempre muito pra conquistar. E quando as pessoas chegam e dizem: você é uma referência. Você é uma figura referência, você é referência nisso e naquilo. Aí eu paro pra pensar: será que sou mesmo? Ou eu sou, mas porque que eu sou? O que eu sou e o que eu preciso saber fazer com isso.

Labelle é atravessada por aspectos complexos de ser uma figura pública e, ao mesmo tempo, ter a sua jornada pessoal. Ser uma liderança que representa outras dentro do movimento

social faz com que ela sempre se questione sobre essa complexidade, se realmente é referência. Há uma imposição para que nossas interlocutoras entre no ativismo e exerçam uma representatividade por conta dos lugares que ocupam. Como se houvesse uma dívida histórica com as outras travestis ancestrais, por terem aberto caminhos para as novas ativistas.

Jovanny Baby Silva, durante o Encontro Nacional da Antra que ocorreu entre primeiro á quatro de agosto de 2022 no Rio de Janeiro, com o tema “Da margem ao centro”, disse que se as travestis jovens têm acesso hoje a espaços de poder, deve-se as travestis que viveram nas ruas, na prostituição e na criminalidade, e lutaram para que hoje essas travestis tivessem direitos garantidos. O evento contou com a participação de muitas ativistas de todo país, inclusive Yara Canta.

Voltando ao caso de Labele, ela nos apresenta o perigo que é uma travesti negra viver em uma cidade violenta e perigosa para travestis, como Fortaleza.

E aí a gente não pode deixar de falar do que é ser travesti numa cidade como a nossa. Que tá hoje aí como vitrine do mundo, em um dos piores cenários possíveis, quando a gente fala dos dados que são, inclusive, levantados e obtidos a partir de iniciativas de associações e organizações da sociedade civil. Não são dados do poder público, das secretarias, enfim, do Estado, é muito complicado.

Extremamente difícil, não sei nem como eu estou viva ainda. Hoje em dia inclusive tenho consciência, extrema consciência dos contextos atuais, das disputas territoriais. Dos desafios que é organizar a vida na capital, que mais mata, no estado que mais mata, enfim. E tendo que desempenhar um papel hoje, atualmente fundamental onde eu estou, que é fazer gestão de políticas para essa população em uma cidade como Fortaleza, e eu sempre fui da rua da noite, inclusive a gente está conversando num bar. Inclusive quando me chamou e disse tem que ser em um bar. E isso é a vida, é celebrar, é viver. Na luta e no ativismo, nessa existência toda, você tem que ser esperta, você tem que ser estratégica mesmo, sabe? Porque a gente precisa estar viva. Não dá para confiar em todo mundo. Não é mais ficar a todo momento mais que a gente pode estar nesses ambientes, nesses lugares, e inclusive com as nossas.

Ser travesti negra em um lugar extremamente violento como Fortaleza vulnerabiliza Yara e Labelle tanto no campo da transfobia e como do racismo, como “dispositivos de poder, procuram atribuir ao corpo alguma utilidade e permite o controle”. (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p. 136).

Como diz Grada Kilomba (2019) é no “racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial”. (p. 34). A travesti negra é a outra, a Outridade, a monstra, porque não vivenciam a cisgeneridade ou a heterossexualidade dos padrões hegemônicos da binaridade masculina e feminina, homem cis e mulher cis. A travesti preta, “então surge para questionar aquilo que está posto como regra. Reinventa existências. Resiste. Existe.” (GOMES DE OLIVEIRA, 2020, p. 26).

E a negação da existência de Labelle enquanto uma travesti negra é uma demonstração de racismo de gênero. Revela que “raça não pode ser separado de gênero nem gênero pode ser

separado de raça. A existência envolve ambos e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo”. (KILOMBA, 2019, p. 94). Essa passabilidade que Labelle traz em seu depoimento é também uma negação da existência da travesti negra, que vem da construção do esteriótipo que a braquitude cisgenera impõe do que é ser travesti e ser negra. A imagem da mulheridade negra de acordo com Lélia Gonzalez (2019) “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais que ser favelados.” (2019, p. 78).

Sobre o estereótipo das mulheridades negras como um marcador de opressão, Yara Canta observa que, por ser uma travesti negra, foi vítima de uma espetacularização. A presença de uma travesti negra em um show de Samba da cantora Alcione ativa na branquitude um olhar exótico sobre Yara. Com imagens superficiais da mulheridade negra, Yara é forçada a sambar. Ela nos falou:

Eu estava no show da Alcione, belíssima tal, e aí do nada uma menina me puxou assim e aí ela estava, não sei qual a música estava tocando, mas Alcione estava cantando nessa hora alguma música assim bem samba. A menina branca me puxou, alguém que eu não conhecia, me puxou para uma roda que ela estava lá com as amigas dela. É tipo assim, me colocando para dançar, para sambar e eu não sei sambar. Eu vejo, eu sinto muito isso de colocar a gente ou no lugar do ódio e também nos coloca no lugar de espetacularização, mas isso que eu queria dizer naquela hora, desse lugar da espetacularização, dessa coisa da diva, maravilhoso. E por exemplo, o afeto não chega. Outras questões assim, mais íntimas, de apoio de coisas mais reais não chega. Sempre essas coisas superficiais, exótica, eu sinto muito isso aí. E esse negócio que aconteceu no show da Alcione, eu fiquei assim, foi quando eu notei assim especialmente, fiz uma cara de simpática assim.

A experiência de Yara no show da cantora Alcione em que uma mulher branca a puxou para sambar é ativada no esteriótipo da mulher negra “mulata deusa do samba”. (GONZALEZ, 2019, p. 80). A espetacularização sofrida por Yara e a forma como foi vista como exótica por uma mulher cis branca ativa o racismo como mecanismo ideológico, que se concretiza na prática da perpetuação da espetacularização das mulheridades negras. Forçando Yara a sambar, expõe o corpo da travestis negra por meio do rebolado, “um processo extremo de alienação imposto pelo sistema.” (GONZALEZ, 2019, p. 59).

A antropóloga Lélia Gonzalez (2019) nos convida a pensar sobre a exploração da mulher negra pela branca e nos diz que há uma manipulação pelo racismo cultural que discrimina os corpos negros, e aqui de travestis negras, como mecanismos de exploração, sexualização e espetacularização. Desse modo, é atribuído uma imagem das travetis um papel negativo, na forma como é atribuída a sua imagem, exploração e alienação. As pessoas cisgêneras por diversas vezes colocam as travetis no lugar da “exótica, enigmática e estranho.”

(SOUZA, 2021, p. 295).

Ainda sobre esse lugar e papel da exotização dos corpos de mulheres negras e de travestis negras, Djamila Ribeiro em *“Quem tem medo do feminismo negro”* (2018) nos convida a desnaturalizar essas violências escamoteadas de cultura. A cultura como uma construção subalterniza e exotifica as negras. Segundo a filósofa “quando reduzimos seres humanos a determinados papéis, retiramos sua humanidade e os transformamos em objetos.” (2019, p. 143). A sensualização em que mulheres negras são expostas, e portanto, estupradas e violentadas de múltiplas formas, é um reflexo desse processo cruel de confinamento de mulheres negras em lugares específicos. A travesti negra exposta posta para sambar é apresentada de forma fixa de um símbolo da cultura de exploração do corpo.

Ser uma travesti negra em um estado em que muitas vezes nega/negou a existência de negros e negras, nos coloca diante de um debate e apagamento étnico-racial. Quando Labelle nos confessa que em outra ocasião disseram que ela nem era travesti e nem negra, isso é o resultado da construção de um padrão hegemônico do que é ser negra e ser travesti. Como ela mesmo diz “como se tivesse uma passabilidade”, critérios pré-estabelecidos de encaixamento para se fazer parte dessas duas categorias. A transfobia sofrida por Labelle, causa dor e medo. A transfobia e racismo caminham junto como marcadores de opressão.

Labelle expressa sua vontade e desejo de querer de volta as possibilidades de socialização com suas amigas. Por conta do cenário violento que domina a capital do Ceará se tornou quase impossível vivenciar com suas amigas as mesmas experiências do passado, como sentar nas calçadas, ir para bares e festas. Elas precisaram se recolher em casa para permanecerem vivas. As que não têm casa, ficam expostas nas ruas. E nas ruas estão as travestis mais vulneráveis (SOUZA, 2021).

Como é bom encontrar todas as manas travestis em uma mesa de bar, nas noitadas. Aí a gente não consegue mais fazer isso, a gente estar em um lugar assim. Aí vem aquela outra pergunta: qual é o lugar da travesti na sociedade? Hoje em dia é dentro de casa, se ela conseguir ter uma. Até para fazer o corre da prostituição como única oportunidade na vida está difícil, bem difícil mesmo. O preço é muito alto que se paga, quando se é negra isso ainda mais é essa dificuldade que não é somente mais evidente, ao mesmo tempo que existem processos de apagamentos. Quando não se vê não se enxerga uma travesti negra, ela é inexistente. Então, esses espaços não são considerados, não existe.

Ser travesti negra em Fortaleza é correr o risco diário de aparecer violentada assassinada. Mesmo o espaço de poder que Labelle ocupa não a isenta de sofrer os marcadores sociais de dominação e opressão de classe, raça e gênero. Segundo Labelle existe uma política de morte para travestis.

E ao mesmo tempo, eu estava me lembrando, mas esqueci, essa problemática toda vai resvalar no processo pra gente que está na linha de frente do ativismo da luta assim, a gente entende que é um processo de necropolítica mesmo, na política da morte.

A necropolítica (MBEMBE, 2018) como a política da morte de travestis tem vulnerabilizado e precarizado esses corpos. A pesquisadora travesti Carolina Iara Ramos de Oliveira (2021) utiliza o conceito de necropolítica formado por Achile Mbembe (2018) para discutir o alto nível de assassiantos de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil.

Pertencente majoritariamente à população negra, as travestis vivenciam a pobreza, o racismo, a transfobia, o subemprego, o desemprego e as múltiplas formas de violência. A soberania do corpo cisheterossexual determina quem vai morrer ou vai viver, desse modo a travesti deve morrer, porque é um corpo vulnerável. Segundo Mbembe (2018), “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” quem não é. (2018, p. 41). Esse processo de necropolítica impede que as travestis tenham acesso a determinados espaços historicamente ocupados por pessoas cisheterossexuais.

Com esse pensamento, recorro ao pesquisador Abdias Nascimento (2016) em “*O genocídio do negro brasileiro*”, quando nos diz que os negros e negras nesse território vivenciaram o extermínio de suas instituições e de seus corpos, desintegrando suas existências. Além de tudo sofreram violências por parte das autoridades públicas. E aqui afirmo, as travestis negras sofreram “as estruturas de dominação, violência e opressão” (NASCIMENTO A, 2016, p.162). A travesti Megg Rayara de Oliveira Gomes traz esse pensamento quando diz que “as travestis e as mulheres transexuais são expostas a situações de discriminação e exclusão”. (2020, p. 191). Mas é no ato da violência que as travestis recorrem as estratégias de resistências para garantir seu direito de ser e existir. A necessidade de permanecer entre suas “manas” garante a possibilidade de sobrevivência.

As vulnerabilidades que as travestis negras vivenciam e o contexto de apagamento das identidades negras no Ceará contribuem para que as identificações das relações étnico-raciais muitas vezes sejam negadas. Isso se deve ao apagamento histórico de suas existências enquanto travestis negras.

Mais aí a gente se coloca nesse mundo, nesse espaço como uma travesti e negra. Isso é uma afronta, isso é de um atrevimento gigantesco, isso mexe com as estruturas, mexe mesmo, ao mesmo tempo também a gente sabe que não está isenta. Por mais próximo das estruturas de poder, do Estado que a gente esteja, a gente tem a plena consciência, a gente sabe que não está isenta. Estar hoje em um espaço público com um cargo de gestão, um cargo no espaço público, eu me preocupo ainda mais com a minha integridade física, com a minha segurança porque a gente com um ambiente que a gente vai ter acesso às informações, há situações de muito desgaste de muita vulnerabilidade. Então eu costumo ouvir muito as minhas onde andam comigo, que contam comigo, porque não estão nesses lugares que estou. E na sua grande maioria são travesti negras, também. Mas elas não estão no lugar que eu estou, elas não

conseguiram ter a oportunidade de acessar isso, elas estão em outros lugares, na linha de frente mesmo. Então, são elas que sabem porque elas estão ali.

O mito da democracia racial pensando por Gilberto Freyre (2000) impediu ou buscou apagar a existência de negros e negras no Brasil. Quando Freyre (2000) diz “pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico”, (2020, p.10) seguindo que a loira para casar, a mulata para fornicar e a negra para trabalhar. O autor sustenta a falsa democracia racial e ainda expõe as violências cometidas contra mulheres negras no Brasil. Para Abdias Nascimento (2016)

O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente de acordo com o ditado popular. Nessa versão, há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. (NASCIMENTO, 2016, p.61)

Labelle traz para a discussão o debate da importância sobre compreensões de identidade étnico-racial. No Ceará alguns autores apresentam um embranquecimento de nossas identidades, como se no estado não existissem negros e negras. O historiador Hilário Ferreira (2011) nos afirma que no Ceará todo negro e negra já ouviu que nessas terras não há negros.

A negação da existência de negros e negras em nossas terras cearenses é resultado de um projeto político ideológico, que por muitas vezes atua no campo da invisibilidade e da negação da história. Esse processo contribuiu também para que negros e negras não se reconheçam também enquanto identidade unitária. Esse projeto racial e político de Estado pode ser analisado na raiz histórico do Brasil e do Ceará. Essa negação também vem em conjunto com o apagamento de quilombos no Estado e conseqüentemente os epistemicídios.

Quando pessoas negras não se reconhecem enquanto parte de uma população negra e quando não reconhecem suas raízes comuns identitárias notamos que estes são os efeitos do racismo epistêmico agindo sobre suas identidades. Deve-se ainda lembrar que muitas vezes a negação de sua própria identidade étnico-racial pode ser interpretada como uma forma de resistir ao racismo, um modo de não ser apontada como negro e negra em uma sociedade racista. Interpreto que quando as amigas de Labelle não se reconhecem como negras, estamos vendo o apagamento trans epistêmico em ação. Segundo Labelle:

É muito difícil também a gente construir algumas compreensões, de colocar essas intersecções pras manas. É, eu hoje em dia ando em uma grande maioria delas, todas travestis e negras, mas muitas delas não se veem negras. Eu entendo que quem diz das suas questões étnico-raciais e de gênero é você. Enfim, as questões identitárias são suas, é você que diz. Mas a gente consegue identificar quem é a mana travesti e preta também, mesmo que elas não consigam se reconhecer. E muito isso também, fazer essas aproximações para a gata ir chegando, no momento que a gente vai tendo mais proximidade vai trazendo esse debate. Não, você é preta sim, você é periférica também. Você não é só travesti, tem isso aqui, tem isso aqui, tem isso aqui. E é com isso que a gente tem que se ligar, é, a partir que a gente pode construir outros

processos possíveis de oportunidades, de coletividade, de fortalecimento e de conquistas.

Aqui interpreto que as travestis negras foram tratadas como produtos, como alvos de objetificação, exploração e extermínio de suas existências, assim como ocorreu com as mulheres negras cisgêneras. O relatório da Antra (2020) traz exatamente que 78% das travestis assassinadas no Brasil são negras. Diante dos dados de assassinatos de travestis negras, segundo Maria Clara Araújo Passos as resistências de travestis negras têm se tornado cada vez mais organizada, assim temos “início de uma possível quarta onda” (2022, p.112) do Movimento de Travestis. Essa quarta onda marca uma intersecção de marcadores da diferença e das interseccionalidades de gênero e raça das travestis. Aqui também há uma continuidade da luta e resistência pela presença de travestis negras nas eleições de âmbito nacional, iniciada pela candidatura e vitória da primeira vereadora travesti Katia Tapery em 1993. “As encruzilhadas interseccionais das travestilidades negras brasileiras marcaram a cultura política do país com suas agências.” (PASSOS, 2022, p. 113).

Labelle nos confessou que houve momentos em Fortaleza em que disseram que ela nem era travesti e nem era negra. As justificativas para isso foram que ela não se encaixava nos padrões de ser travesti e de ser negra. Labelle não tem silicone, nunca tomou hormônios e, na visão destas pessoas, ela não seria uma travesti de verdade, do tempo do farmacopornográfico. (VERAS, 2019).

Já teve situações em Fortaleza de gente dizendo que eu nem era travesti e nem era negra, que parece que tem uma listinha da passibilidade, da questão étnico-racial e de ser travesti. Tem que ter cabelo assim, tem que colocar peito, tem que tomar hormônio, um *check list*. E quem é que diz ser você é travesti e negra? Sou eu, eu que digo. E aí muitas vezes a gente diz disso no corre, todo dia, é no ônibus. E a gente com o tempo e com a vida que esse papo de ser aceita, porque tem muito disso, de não ser aceita, de não pertencer a lugar nenhum. (...) E aí quando muitas você quer pertencer a algum lugar, essa história de ser aceita não dá para você ficar lá. Então, Viviane 7 horas da manhã, se alguém encosta nela dentro do ônibus, ela faz um escândalo, a não ser que ela esteja sentindo prazer. E é isso, muitas vezes gritar, é muitas vezes berrar, é muitas vezes falar mais alto. É se impor, é construir estratégias mesmo de aparecer, porque as invisibilidades existem, mas são construídas e fortalecidas todos os dias na mente, para quem é travesti e negra.

A negação da identidade de Labelle enquanto travesti deve-se ao fato de seu corpo não recorrer às “próteses”, como ela mesma confessou. Ela não se encaixa na estrutura do pensamento apresentado pelo antropólogo Alexandre Fleming Vale (2005) quando ele chama de identidades travestis de “próteses”. Já o historiador Veras (2019) traz em seus estudos o corpo travesti como “farmacopornográfico”. E de algum modo com diz Donna Haraway (2009) todos os nossos corpos são ciborgues. Dessa maneira, o corpo também é inventado, performático. Quando Vale (2005) entrevistou Janaína Dutra, teve como pontos de análise as

questões sobre aplicação de silicone, a construção da estética, as dores da transformação na ponta da agulha das bombadeiras. Ele passa a argumentar que o corpo é mutável. Assim, na perspectiva dos críticos, Labelle só poderia ser uma travesti de verdade caso se aproximasse das experiências de travestis como as que Kulick (2008) nos apresentou em Salvador. Nesse contexto, por Labelle não se enquadrar nos padrões de travestilidade, ela relata que sofre/sofreu transfobia dentro do próprio Movimento Social LGBT em Fortaleza.

Eu não vou dizer que no movimento social não existe transfobia, que no movimento social não exista racismo, que no movimento social não existe machismo. Claro que existe. Eu já passei por várias situações de transfobia, o que é muito mais grave. O racismo é velado, o machismo não me atinge porque não sou uma mulher cis. É a ideia que se tem. Mas a transfobia ela é carne, as pessoas não têm pudor de serem transfóbicas. Quando, quando – Oi amigo, tudo bom amigo, quando tempo eu não vejo você amigo. -Amigo o que meu amor? Que amigo é esse que você tem? Você está falando com Labelle. E me conhecem a vida inteira, são figuras do movimento. Então não tem como não dizer que não tem. Então isso vai fazendo a gente pensar algo, vou mandar todo mundo se lascar, vou fazer um mestrado, vou doutorado, vou ficar rica, mas não com o mestrado e doutorado, vou ganhar na megasena.

O tratamento a Labelle pelo pronome masculino é o não reconhecimento de sua identidade feminina. Conforme já apontei em páginas anteriores, para a lógica da cisgeneridade o corpo transexual e das travestis são corpos “errados”. Essa é uma lógica imposta pelo campo da normalidade, que então é naturalizada. É como se as experiências de corpos travestis estivessem no campo da doença, da patologização. Dessa maneira, o que seria o corpo da travesti? Por serem vistos pela cisgeneridade e pela heteronormatividade, esses corpos não merecem viver, ou precisam se enquadrar nas normas da cisgeneridade.

Berenice Bento em *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (2017b), ao abordar as experiências transexuais nos diz que a reinvenção do corpo, da sexualidade e do gênero dentro do campo das experiências trans deve ser entendida dentro de um processo histórico e social. Desse modo, compreender que nesses contextos os corpos-sexuados reproduzem as matrizes da heterossexualidade, da transexualidade, e aqui cabe das travestilidades. Assumindo uma postura de despatologização da experiência transexual, Bento (2017b) afirma que a identidade de gênero é uma construção, desconstruindo a ideia do/da “transexual de verdade”. Na experiência transexual os “corpos inconclusos, desfeitos e refeitos, arquivos vivos de histórias de exclusão.” (2017b, p. 15).

O corpo de Labelle rompe com as normas de gênero, desnaturalizando as identidades para além da heterossexualidade e da binaridade. Assim, as experiências transexuais perpassam a pluralidade entre “transexuais feministas lésbicas, transexuais masculinos gays, transexuais que não querem fazer a cirurgia, mas que lutam pela mudança do registro civil.” (BENTO,

2017b, p. 29). Labelle destaca que uma das estratégias para resistir ao Cis-tema são os caminhos políticos, as estratégias pensadas dentro do campo do ativismo.

É uma das coisas que eu tenho. Eu penso e acredito que os caminhos políticos, das estratégias, do ativismo, todas elas precisam é, dos esforços serem direcionados para as questões de autonomia econômica, sabe? São duas populações que tem vulnerabilidade extrema, tanta a população negra, como população de travestis e de transexuais. A autonomia econômica, autonomia econômica no sentido de dignidade e de oportunidade de viver de outra forma, de construir outros contextos.

Enfrentar a transfobia e o racismo é uma luta também na mente e os efeitos desses enfrentamentos trazem à tona uma série de questões abordadas pelas travestis Neon Cunha (2021) e Sara Wagner York (2021). As autoras compreendem que as travestis e mulheres transexuais vivem em espaços cheios de regulações de suas identidades, são vigiadas pela cisgeneridade que as obriga a viver à margem. Contudo, viver à margem também é o caminho da resistência e da existência.

Inseridas no (cis) mundo, fomos criadas sob aspectos binários-trans-excludentes e, desse modo, de sua organização e dos processos de autoamor, apreço a autoimagem e autorrespeito. Tivemos que desaprender, reaprender e/ou inventar novos modos de ação para fugir da autodestruição, lugar destinado a muitas de nós.” (2021, p. 83).

Essas estratégias no campo do ativismo destacadas por Labelle estão no campo do reaprender os próprios processos de suas existências, no caminho de construção de outras possibilidades que não as destruam. Mas sim, que as encaminhem para autonomia de existir.

Desse modo, a sociedade transfóbica age contra corpos de travestis, contra suas vivências e subjetividades. Segundo Yara, muitas vezes para driblar a transfobia ela precisa silenciar ou, como ela diz, “não ligar muito”. Mas sabe que há uma necessidade de fortalecimento entre elas, de pares, com suas manas travestis para driblar a transfobia. Segundo Yara, por não ter um emprego fixo e por não ter uma relação de patrão e empregada, ela diz que isso impede que ela sofra transfobia no ambiente de trabalho. Por outro lado, ela também diz que não é convidada para cantar em alguns lugares por ser travesti, então a transfobia se faz presente em todos os lugares. Segundo ela, muitas vezes não é contratada para cantar em determinados espaços por ser travesti negra.

E nem sempre dá pra driblar não. Mas assim, eu sou meio doída, não me atino muito não, não ligo muito não. E se for comigo, se for algo muito diretamente, algo descarado, chegar na minha cara, aí causar algo assim diretamente, eu foda-se, não estou nem vendo assim, aí sai. Vamos lá, eu acho que algo muito importante eu acho que é estar com as minhas. Eu acho que é isso, fortalecimento em coletivo, esse fortalecimento com outras amigas trans e travestis. É, eu acho que ter essa rede de apoio, criar esses laços assim é o que mais me fortalece e que mais me fortalece mesmo, assim que eu esteja realmente mais, não imune, mais assim, mas assim. Eu vejo muitas amigas passando por situações assim bem complicadas e que às vezes não tem muito como a gente, como a gente fugir. Principalmente assim, estou falando isso lembrando muito do campo de trabalho também, porque para mim, como eu não tenho um trabalho, mas que isso também já é um fator, como eu estou muito na arte,

no campo independente, não tenho um emprego fixo, é as vezes eu não preciso lidar com patrão, isso já me diminui um pouco em algumas questões. Mas me coloca no lugar de instabilidade e de incertezas financeiras e outras questões. Eu sinto também que muitas vezes eu não consigo cantar em qualquer canto, assim, não é em quaisquer lugares que eu acho que realmente se abrem muito assim. E tem lugares também que querem ser aproveitar da gente só para determinados momentos, é ali no mês da visibilidade trans. Eu sei que isso já vai pra outro assunto, mas também faz parte. Como driblar isso eu não sei não. O jeito é se fortalecer entre as nossas.

A transfobia como um marcador de opressão acontece rotineiramente, assim como racismo, nos espaços institucionais ou não. Yara sofreu transfobia na universidade quando fazia o Curso de Moda e Design. Quando os professores faziam a frequência o seu nome social não era respeitado e todas as vezes ela esperava o final da aula para conversar com o professor e dizer que estava presente. A universidade é um lugar onde a cis heterossexualidade é usada como referencial estruturante, as identidades trans são negadas, criando estereótipos, clichês e imagens de controle negativas. Para Luma Nogueira “O corpo da travesti não pode ser visto no singular; o que parecer ser o mesmo é diferente, e os conceitos não dão conta da diversidade das singularidades, que acabam sendo enquadradas em uma forma fixa identificada como travesti. (NOGUEIRA, 2015, p. 145). Desse modo, o corpo e as subjetividades da travesti não pode assumir o lugar da bagunça, da marginalidade, da criminosa ou da prostituta. As travestis apresentadas até aqui constroem suas identidades e suas subjetividades de forma singulares. Além de se organizarem em uma luta trans afetiva e política, resistindo em aquilombamento e alianças.

A transfobia opera como “apagamento das vozes de pessoas trans, de suas potencialidades, das suas ações por reconhecimento e por cidadania.” (FERREIRA, 2015, p.122). Do mesmo modo, Amanda Félix foi exposta em uma situação transfóbica em um bar em Fortaleza. A transfobia não é uma situação isolada, mas algo que infelizmente integra o seu dia a dia e causa solidão, medo e dor:

Nós travestis, ela sofre transfobia todos os dias, ao sair de casa para o trabalho, enfim, ao sair de casa ela tá ali recebendo os olhares, as frases de transfobia do cotidiano. Mas uma situação específica que me marcou na cidade foi um lance de um no banheiro. Eu fui colocada, eu fui impedida de usar um banheiro feminino em um bar. E, na época, deu uma repercussão aqui em Fortaleza. E nesse dia, eu me lembro, isso foi a primeira vez que aconteceu comigo, a primeira vez em 4 anos de transição de vida pública de travesti. Eu fui barrada no banheiro e o cara disse, sugeriu que eu usasse o fraldário. Eu falei que não ia usar o banheiro masculino que eu não era homem e não ia usar o fraldário. Eu entrei no banheiro feminino, óbvio, eu sou mulher. Aí, depois continuou o processo. Já estava ali os seguranças do lado de fora, a gerente da casa.

No outro dia eu fui na delegacia abrir um boletim de ocorrência. Procurei a defensoria pública. Dias depois houve uma mobilização dos movimentos sociais lá na frente do restaurante. Foi lida uma carta solicitando um pedido de desculpa pública, eu fiz uma fala no restaurante, continuei com o processo. Depois eu preferi não continuar com o processo, eu não queria me envolver, eu estava com outros medos, eu estava com outras demandas, coisas minhas.

Amanda, uma travesti não branca, sofreu transfobia por conta do uso do banheiro feminino. No Brasil, a Lei 5008/20 proíbe a discriminação por identidade de gêneros em banheiros, desse modo garante o uso do banheiro feminino por travestis. Contudo, a transfobia foi executada por conta de um processo de higienização dos espaços, porque a travesti é vista como anormal: “A noção é que pessoas trans são anormais, senão doentes, não decorre da natureza das identidades trans, qualquer que ela seja, e sim da natureza da ideia de que o gênero seja natural, dado, biológico, factual.” (JESUS, 2015, p. 27).

No Brasil e na cultura ocidental, há segregação de banheiros para homens e mulheres. Segundo Luma Nogueira, “pensando no banheiro desta forma se estabelecem estratégias de controle para tentar evitar possíveis atos sexuais, com banheiros classificados pelo sexo das pessoas (masculino e feminino) e porta de entrada para o vaso sanitário.” (2015, p.185). Para o nosso entendimento, o banheiro deve ser usado para a realização de nossas necessidades fisiológicas e não para atos sexuais.

Assim, o banheiro deve ser organizado de acordo com as identidades de gênero, e como travestis se reconhecem com o gênero feminino, e a lei garante isso, a transfobia opera de maneira a inibir a Amanda verbalmente para que ela não entre. “Proibir alguém de usar um banheiro em função de sua sexualidade é algo absurdo, pois o que está em jogo não é a afirmação sexual, mas uma necessidade do corpo vital que quando não consumada pode causar problemas de saúde graves. (NOGUEIRA, 2015, p. 204).

Amanda decidiu não continuar o processo, pois sua saúde mental estava abalada. Os constrangimentos e sofrimentos muitas vezes são silenciados por medo das represálias judiciais e de policiais. Desse modo, muitas vezes “quando uma travesti é discriminada em um estabelecimento público, por exemplo, essa discriminação não só tem relação com uma identidade de gênero que foge dos padrões” (FERREIRA, 2015, p. 125) é também violência com outros marcadores como raça, etnia, classe e território.

É uma reivindicação das travestis romper com o Cis-tema criado e inventado que categoriza os gêneros. Como dizem a nigeriana Oyeronké Oyewumi (2021) e a argentina Rita Segato (2021), o sistema colonial moderno inventou os gêneros e conseqüentemente criou hierarquização dos gêneros, criaram também as concepções de norma, “especialmente das normativas de gênero e sexualidade.” (SEGATO, 2021, p. 157).

A colonial-modernidade interferiu nas relações estruturais. É o que nos traz Oyewumi (2021), para quem esta interferiu “[n]a “descoberta do que foi nomeado como “terceiro gênero” ou “gêneros alternativos” em várias culturas não ocidentais.” (2021, p. 41). A nigeriana

apresenta as existências de outras possibilidades de vivências “gênero” para além do que o ocidente chamou de homem e mulher, como são as hijra no sul-asiático e as berdache nativas americanas, que se formos associar essas experiências se aproximam das vivências das travestis ou mulheres transexuais.

A experiência da transfobia se assemelha à do racismo, na medida em que não é pontual, é diária. Como diz Grada Kilomba, “a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização. (2019, p. 85).

Para Neon Cunha (2021) e Sara York (2021) “o Brasil se constituiu em um país racista e cissexista e precisa de ações efetivas para lidar com isso. A estratégia mais eficaz para esse enfrentamento é a educação, e sim, a produção intelectual de pessoas que divergem da cisheteronorma.” (2021, p. 91).

A educação proporcionará um caminho para que outras travestis ocupem e existam em espaços de poder. Assim, há uma “coragem travesti forjada e substanciada nos enfrentamentos cotidianos, por isso são sobreviventes.” (LOPES, p.185). E suas existências, resistências criam estratégias para que outras possam (re) existir.

4.5. A arma contra o CIS-tema: eu existo para que outras possam existir.

Neste tópico buscaremos demonstrar como as nossas interlocutoras representam as suas existências como algo além do campo individual, isto é, elas se autopercebem como representantes de outras travestis futuras.

As travestis não falam só por si, “porque não falamos só de nós” como diz Labelle, elas falam por outras, tem tantas outras que as inspiram. Elas existem para que outras possam existir. Tanto a ancestralidade como a contemporaneidade atravessam suas existências e subjetividades, que as fazem criar estratégias de resistências e alianças, uma política afetividade solidária de aquilombamento de travestis.

Elas desenvolvem a categoria de representatividade coletiva a partir da noção que suas ancestrais abriram caminhos para elas. Desse modo, precisam lutar por outras travestis futuras. A representatividade aparece como uma categoria de autorização para falar por outras. E ao mesmo tempo uma cobrança coletiva para que elas representem suas “manas travestis”.

A autorização da representatividade de “outras” é um chamado de dentro e fora para subverter os mecanismos de transfobia que se aparelha socialmente. À medida que elas cobram

de dentro dos movimentos sociais a garantia de direitos, as travestis que ocupam os lugares de poder institucional e dialogam com os movimentos sociais a possibilidade de realizar as políticas públicas. A dualidade de pertencer a dois lugares, ser do movimento social e ocupar lugares institucionais, é um movimento de vozes emergentes historicamente impedidas de falar. O ativismo é a autorização de uma posição política de fala das travestis. Djamilia Ribeiro (2020) comenta da importância da representatividade de travestis negras em locais privilegiados, “é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é justa a luta por representação, apesar dos seus limites.” (RIBEIRO, 2020, p.83).

Para Amanda Félix, sua contribuição junto ao movimento de travestis é importante para construir debates, ativismo em defesa dos direitos humanos em Fortaleza. Segundo a ativista

Eu acredito que contribuo, assim como as minhas outras manas travestis e transexuais. Como toda a população LGBTQI+ que está dentro desses equipamentos municipais, a gente constrói uma nova Fortaleza pensando no debate da diversidade, pensando na discussão dos direitos humanos e, claro, na inserção de pautas que são muito caras para nossa população, sobretudo para travestis e transexuais. Então, pensar, por exemplo que nós temos Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Dediane Souza, Labelle Rainbow como nomes travestis na cidade de Fortaleza que fazem história e pensar também que estou me incluindo nesse movimento é interessantíssimo. Não só para mim, para a minha história, para minha biografia, mas para o movimento de travestis e transexuais e para cidade de Fortaleza.⁸⁶

Amanda Félix, assim como suas ancestrais, se encontra dentro de um movimento de pertencimento com suas “manas”. Sua existência é percebida para além de sua trajetória individual. Por ela se encontrar dentro de uma instituição pública e nos movimentos sociais incorpora em sua narrativa a autorização de lutar e construir com sua população políticas públicas em defesa dos direitos humanos.

Em uma matéria do Jornal Ceará Criolo⁸⁷, Yara foi convidada pelo Jornalista Bruno de Castro para escrever sobre travestis e transexuais negras. Ela apresenta uma escrita engajada com suas ancestrais. A ancestralidade travesti é uma categoria também presente no movimento negro e aqui Yara recorrer a essa categoria para explicar esse contexto de vivências no movimento social. A presença de Yara tanto no movimento social de travestis em Fortaleza e também no FONATRANS, sua vivência em dois contextos é presente em sua narrativa quando cita suas matriarcas.

⁸⁶ Facebook. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: https://m.facebook.com/watch/?v=761544278163341&_rdr. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

⁸⁷ Ceará Criolo Travestis e transexuais negras: reverências às raízes fortes. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/travestis-e-transexuais-negras-reverencia-as-raizes-fortes/>. Acesso em 15 de julho de 2022.

Suas ancestrais que criaram o movimento de travestis, entre elas: Jovanny Baby, Jossy Silva, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Raquel Barbosa e Monique do Bavier, Katia Tapety, Keila Simpson e Thina Rodrigues, todas travestis negras. Segundo Yara “a luta delas, e de todas as outras que vieram antes, tornou possível a minha existência.” A fala de Yara é marcada pela referência a uma transancestralidade:

Mas o único ponto de partida possível para esse primeiro momento é eu falar sobre as que vieram antes de mim. Meu intuito aqui é a manutenção e a criação de novas narrativas para pessoas trans e travestis negras. Narrativas que sejam pautadas em vida, na criação de um futuro diferente. E, para isso, é necessário visitarmos o passado, que também é o presente.

Nós rompemos padrões impostos pela branquitude, pelo sistema colonial e cissexista que tenta nos matar a todo instante. Nós criamos vida! Somos o passado, o presente e o futuro. Somos a esperteza. Temos a força e a sabedoria de todas as nossas transancestrais. Estamos construindo um futuro sólido porque temos raízes fortes. (Portal Ceará Criolo, 2020).

A ancestralidade travesti chega na contemporaneidade através das ações e vivências, como um projeto de futuro de revelar que suas existências são passado e presente, para que outras irmãs travestis também estejam inseridas na sociedade com suas subjetividades e existências. Seus corpos performam caminhos de resistência e existências. Elas invadiram/invadem todos os espaços, como bem propõe Dediane Souza.

O projeto de futuro de existências, e resistências pautado pelas travestis Dediane, Labelle, Silvinha, Yara e Amanda se transforma em narrativas de irmandade travesti. É o que nos diz Labelle:

Eu quero ver as outras, minhas manas ocupando os espaços, construindo suas histórias. Esta luta não é só minha, é das minhas manas travestis. Nós fomos deixadas de fora dos espaços. Estamos lutando para conquistar novos espaços. Não é fácil existir nesse contexto de violências, que elimina nossos corpos, mas nossa existência já é resistência. Tudo que eu faço e que fiz, eu fiz com muito amor e tesão mesmo. Pode ter o dinheiro que for, eu tenho que me encantar, sabe. Então, eu e outras, e outras, que tão juntos e mais próximo assim, já há muito tempo que a gente quando pensa que vai fazer construir assim coletivamente, a gente pensa nas estratégias de encantamento mesmo, sabe? Porque ao mesmo tempo que a gente tá fazendo o que é necessário, a gente tá construindo pra gente e pra outras figuras na contemporaneidade, mais, pro futuro também.

A ativista Labelle deixa transparecer a paixão pelo que faz, pelo encantamento como uma estratégia para alcançar resultados e ampliar uma corrente de fortalecimento de luta. Alcançar outras travestis com o que ela faz é a certeza que suas estratégias de resistência, ativismo e alianças estão acontecendo. Como ela mesma diz

Essas estratégias de encantamento é uma perspectiva de fortalecer essa construção e ampliar, de conseguir alcançar outras figuras pra se chegar, que sejam construções que a gente possa convidar essa galera pra chegar junto.

Segundo Labelle, não haveria como chegar em nenhum local sem as alianças com suas manas, pois só é possível sobreviver no cenário de violências que elimina corpos de travestis em Fortaleza estando juntas no projeto político de aquilombamento afetivo de travestis.

A gente mata um zoológico inteiro. (...), mas, hoje em dia não é só mais isso, a gente precisa matar esse zoológico⁸⁸ inteiro, mas é preciso saber as estratégias para sobreviver nisso tudo. Se não a gente só constrói romantismo, em cima da dor, do sofrimento, da solidão, e de várias outras agruras da vida, é cantar e se encantar pra se manter viva, apaixonada pelo que faz, pelo o que se é.

Para a ativista Silvinha, que tem conquistado direitos para travestis e mulheres transexuais em Fortaleza, sua luta não pode ser individual, pautada no egoísmo. Ela luta para que outras possam usufruir dos resultados e conquistas.

Eu não posso ser egoísta de lutar por benefício só para mim. Até porque é muito engraçado que várias coisas pelas quais eu lutei, eu não pude usufruir. Quando eu conquistei o nome social na UFC, eu fui jubilada. Então, eu não pude utilizar. Quando eu conquistei o nome social na carteirinha estudantil Fortaleza, eu deixei de ser estudante. Eu tô hoje em um equipamento que retifica nome e gênero de pessoas travestis e transexuais, eu não sou retificada. A minha luta não é por mim, a minha luta é pelas outras pessoas, pra que elas se sintam confortáveis nas suas existências. Se eu faço isso para que elas se sintam bem, eu estou me sentindo bem, e independente se essa conquista, esse benefício ser pra mim ou não. Mas, que eu espero que as gerações futuras, elas encontrem condições melhores pra viver e pra sentir menos dor, mais amor, só de pensar nisso, eu já sinto que a minha existência já valeu a pena.

Yara existe para que outras também ocupem lugares na arte, na música, no teatro e nos palcos. Assim, é possível visibilizar vozes de travestis, para que outras consigam se espelhar em suas trajetórias e narrativas.

Mas hoje eu vejo que não só eu, mas tantas outras que estão ocupando outros lugares trazendo outras, outras possibilidades, outras vivências, enfim, para além da marginalização, com certeza influencia demais nas que estão vindo. A própria Linn da Quebrada no BBB foi de uma dimensão muito grande, porque ela está no maior *Reality*, então é importante. Eu não tenho a dimensão da Lina, mas com certeza a gente acaba impactando, principalmente as mais próximas.

A forma como as travestis são apresentadas nos meios de comunicação influenciou de algum modo o olhar de Yara para essas experiências. Segundo ela, durante muito tempo construiu uma imagem de travestis vinculada à prostituição e à criminalidade. Essas duas imagens de controle só foram rompida quando a modelo Lea T apareceu nos meios de comunicação. As vivências de Yara sobre referências de travestis durante sua adolescência são marcadas por estigma e imagens de controle da existência de travestis.

Eu lembro muito de ter ouvido uma menina que chegou pra mim e disse: - nossa, você é muito referência, e também por conta do cabelo também, assim porque ela também tinha um cabelo afro. E eu realmente fico pensando como que para mim, como foi para mim essa construção, pensando em mídia, pensando em

⁸⁸ Ela utiliza a figura de linguagem para falar das dificuldades que enfrenta no dia a dia, desse modo o exagero que matar um zoológico inteiro refere-se as estratégias adotadas para driblar a transfobia.

representatividade, essa coisa toda de não ver muitas. Enquanto eu era adolescente na minha construção eu não tinha tantas meninas trans e travestis assim como tem hoje ocupando outros espaços. O que eu conhecia era o Profissão, tipo daquelas aquelas reportagens, nem era Profissão Repórter, era aqueles outros canais que é pior ainda, das gatas fazendo PG na rua, e eu ficava naquela imagem, de uma forma tão forte assim, que eu, que eu pensava, que eu tinha na minha cabeça assim: eu não sou travesti porque eu não vou me prostituir, eu não tenho porque ir para a rua. Quer dizer que se eu for travesti eu tenho que ir pra rua, na cabeça de adolescente, eu ainda não entendia, eu mesmo não entendia o que mesmo eu era, até por conta dessa ligação tão forte dessa imagem marginalizada, dessa coisa sul real. Foi uma coisa que me prejudicou muito por muito tempo assim que me fez sofrer por muito tempo e foi a principal barreira que eu encontrei assim pra eu me entender e compreender enquanto eu, foi muito por conta desse estigma, é e aí isso mudou acredito que principalmente quando apareceu a Lea T e a Ariadna também, mas principalmente a Lea T, eu não lembro que foi que veio primeiro, mas foi na mesma época a Lea T ou a Ariadna. Porque com a Lea T eu a vi como modelo, uma outra possibilidade totalmente diferente do que eu tinha na minha cabeça, do que chegava até a mim assim. Aí eu comecei a entender naquele momento, eu vi a primeira vez no fantástico. Eu comecei a entender que eu podia fazer qualquer coisa, era um ser humano como qualquer outro que podia trabalhar, que podia fazer qualquer coisa. Tô falando isso porque, se pra mim foi assim e foi difícil, porque não tinha tantas possibilidades.

Yara não tinha uma identidade travesti para que se espelhasse. Nesse contexto, segundo Luma Nogueira de Andrade (2015)

a necessidade de identificar pode ser trans-histórica, mas a maneira como identificamos e como somos identificadas muda de acordo com a época, com o lugar, com os conflitos que perpassam a sociedade, com as ideias e com os discursos que criam, ou que ajudam a criar, novas possibilidades (NOGUEIRA, 2015, p. 107).

A representatividade de travestis é uma medida de legitimar seus discursos e suas subjetividades (RIBEIRO, 2018). Como se pode ver no trecho da entrevista de Yara, essa não identificação de uma representatividade travesti fez com que minha interlocutora tivesse dúvidas sobre sua existência: “então eu não sou uma travesti”, ela se pergunta. Como se viu, isso se deu porque as imagens que chegavam até ela eram identidades marginais e criminosas. Por outro lado, quando outras travestis como Lea T, Ariadna e Linn da Quebrada assumiram espaços de representatividade, Yara se sentiu segura para performar sua travestilidade. Segundo Winnie Bueno (2020), as imagens de controle influenciam nos estereótipos de mulheres negras, e aqui ampliamos também para travestis negras como Yara e Labelle.

Labelle e Yara rompem com a imagem socialmente exposta que a travesti é aquela “rejeitada pela família, escola ou sociedade, tendo como única saída a prostituição. Esse modelo, obviamente, não deixou de existir, mas as travestis não estão presas a este “destino”.” (NOGUEIRA, 2015, p.13).

Yara destaca a importância do acesso e permanência de artistas, cantoras e atrizes travestis na televisão /mídia. A participação de Lina Pereira em 2022 no Programa da Rede Globo de televisão Big Brother Brasil é um fato citado por Yara como algo que tem impacto para as vivências das travestis, para que outras narrativas sobre elas sejam possíveis. Romper

com a imagem de controle da travesti criminososa, violenta e que vive da prostituição é um objetivo das ativistas com quem conversei. Lembrando que Lina Pereira passa a fazer parte dos competidores do programa após 10 anos da primeira participante trans Ariadna integrar o programa. Note-se ainda que tanto Linna como Ariadna sofreram transfobia dentro e fora do programa por diversas vezes. Desse modo, nossas interlocutoras trazem consigo suas ancestrais, suas contemporâneas e suas manas, afirmando que não são bagunças.

4.7. “Travesti não é bagunça”

Em maio de 2010 a travesti Luana Muniz, durante uma entrevista no Programa da Rede Globo de Televisão Profissão Repórter, trouxe a fala: “travesti não é bagunça”. Na época, o tema abordado com a ativista era a prostituição. Luana trabalhou por quase 50 anos com profissionais do sexo, além de ser uma multiartista, reconhecida por suas performances em aparições públicas. Ligada a diversos artistas, ela diz que “ser travesti é de dentro para fora, não se descobre, mesmo porque não está coberta”(2017, p.172). Luana acolhia travestis, transexuais, infectados pelos vírus HIV e profissionais do sexo em situação de vulnerabilidade em sua ONG.

Segundo Lima, Machado e Gomes (2017), a ativista Luana fazia trabalhos sociais, era “dona de um casão na Rua Men de Sá, onde funcionava a sua ONG “AGENTTLES” (Associação das Profissionais do Sexo do Gênero Travesti, Transexuais e Transformistas do Rio de Janeiro) – associação criada para reivindicar direitos e melhorias na vida de travestis e transexuais.” (p.171). Sua frase travesti “não é bagunça” surgiu durante nossa pesquisa com uma declaração da ativista Silvinha Cavallheire. Segundo Silvinha, travesti não é bagunça porque:

Travesti não é bagunça, porque Travesti foi um dos grupos vulneráveis que mais lutou pela organização do próprio segmento, à revelia de todos os apoios sociais. A palavra travesti vem de uma evolução dentro da própria língua portuguesa. A palavra travesti, ela nasce no Brasil, ela não vem de outro lugar mundo, ela é 100% brasileira, ela é 100% significado das pessoas da nossa cultura, das pessoas travestis da nossa cultura. E que historicamente lutaram para definir o nome da travesti dentro da sociedade. Então travesti já foi homem que se vestia de mulher, depois passou a ser travesti, depois passou a ser algo que nem é homem é mulher, é travesti. Depois, travesti passou a reivindicar o espaço dentro do gênero feminino. E hoje travesti é mulher trans, mas sem ser mulher trans porque travesti não quer ser mulher trans. A gente não pode deixar que essa palavra que foi criada por nós, morrer, cair no esquecimento. A gente precisa fazer com que ela continue viva na boca do povo, que ela continue viva no nosso dicionário e no nosso dia a dia. Mas, ela precisa ser ressignificada. Porque travesti não pode ser só aquela que se prostitui, só aquela que tá na marginalizada, só aquela que sofre violência e sofre violação de direitos. Travestis também têm direitos a ser protagonistas da nossa história, de também ser universitária, de também ser estudante, também ser profissional do mercado formal, e de também ser outras coisas se quebra as nossas expectativas. A gente quer travesti cantora, que esteja em reality shows. Mas a gente quer também a travesti professora,

a travesti advogada, a travesti médica, a travesti deputada, a travesti presidenta de uma Nação, é isso que a gente quer, a gente quer quebrar expectativas.

A observação feita acima por Silvinha, nos desloca para própria construção histórica do termo travesti, por muitas vezes foi apresentada de forma pejorativa, como imitação, engano, farsa ou fingimento (REIS, 2018). O movimento social de travestis tem buscado resignificar o termo com teor político e destacando que as experiências/vivências de travestis não são homogêneas, assim, a etiologia do termo como perverso (VALE, 2005) ultrapassa as experiências da cigenidade e da heterossexualidade.

Quando Silvinha nos traz a genealogia do termo travesti partindo de uma concepção histórica, ela elabora em sua narrativa sobre a construção da identidade de gênero travesti para além dessa subjetividade individual da identidade de gênero, mas também como uma identidade política de resistência. As diversas definições que foram construídas sobre essa categoria referem-se também a própria época histórica a que se vivenciava. Exemplo é a definição que Kulick (2008) traz em sua pesquisa, quando diz que suas interlocutoras se apresentam como homossexuais – homens que desejam outros homens e que “se modelam e se contempla como objeto de desejo desses homens.” (2008, p. 22). O antropólogo observa que as travestis não se definem como mulheres.

As nossas interlocutoras se autodefinem de forma diferente das que Kulick (2008) nos apresentou. As travestis que Kulick (2008) observou em Salvador em diversos momentos se definem enquanto homossexuais, homens gays, as nossas interlocutoras se autodefinem como travestis. Por isso, a importância de pensar outros espaços de vivências e sociabilidade de travestis para além da prostituição, como diz Luma Nogueira (2015) “não para negar a existência desta condição, mas para promover a visibilidade delas no centro da estrutura social (escola), e não na margem (nas pistas de prostituição.” (2008, p. 19).

É a partir da reivindicação do movimento social que o termo travesti ganha um sentido para além das concepções binárias, de travestimos ou de homem que se vestia de mulher. O termo ganha forma e sentido dentro do campo feminino e dentro de uma estrutura não hegemônica na sociedade.

Silvinha traz uma definição de travesti para além de uma visão essencialista do termo. Uma travesti é uma mulher, mas não é uma mulher cis. Ela vivencia a experiência da feminilidade dentro das mulheridades. Ser travesti é para além do entendimento da binaridade de gênero. Elas também lutam contra a essencialização de ser travesti. Compartilho do pensamento de Leticia Nascimento (2021) quando a autora argumenta que existe uma luta de descolonização das identidades travestis, entendendo que “que qualquer tentativa de

universalização de nossas produções subjetivas dissidentes é um limite que precisa ser superado.” (2021, p. 113).

Para Silvinha se faz necessário manter a construção do termo travesti viva, para que assim seja possível romper com as imagens de controle da marginalização, criminalização e prostituição referentes às travestis. Ela nos convida a pensar sobre pluralidade das experiências de travestilidades para que a garantia de seus direitos e o acesso a educação, a empregabilidade, a saúde e profissionalização seja um constância em suas vidas. A resignificação de ser travesti e sua presença nos demais segmentos e espaços da sociedade é uma reivindicação do protagonismo de nossas ativistas. Ter uma travesti cantora como Yara, cientista Social como Amanda, Coordenadora Executiva como Labelle e candidata a deputada como Silvinha, quebra as expectativas da cisgeneridade e heteronormatividade sobre o lugar da travesti na sociedade. Para Labelle, travesti não é bagunça:

Ah meu amor travesti não é bagunça mesmo. Porque travesti é muita coisa que dizem, se a gente puder dizer simplesmente uma única coisa, que dizem muito da gente, é isso, é aquilo, cozida, mau passada, assim e desse jeito. Dizem até como é que a gente tem que ser. Travesti é assim, só pode ser assim, se não for assim não é travesti, é outra coisa. Então se a gente puder dizer alguma coisa sobre o que a gente é, é que a gente não é bagunça. Não vão mexer com a gente. E aí, quem vai dizer somos nós sobre nós, é sobre as nossas coisas, é sobre o que a gente é, sobre o que a gente faz e o que a gente constrói. A gente não bagunça mesmo não, a gente é muito cara, a gente é muito cara. Não é para qualquer um chegar a passar a mão na bunda, a não ser que a gente queira, que a gente diga. Tem hora que a gente quer, que a gente vai e se joga. Mas não é para fazer. Travesti não é bagunça porque eu acredito, eu tenho muita amiga viada, sapatão, mas eu conheci travestis extremamente organizadas com a vida, mas não é no sentido de ser chata criteriosa de rotina não, é de organização do que é a vida, do que fazer com a vida, do valor que você dá para essa vida. Então, uma pessoa assim, ela não é bagunça mesmo, ela não veio aqui a passeio e muito cuidado com a gente, que não é assim que se esfolia um bode.

Yara Canta vai comentar que:

Acho que travesti não é bagunça, porque tudo que a gente passa de ir contra tudo que está sendo imposto basicamente, a gente vai contra tudo que está imposto na sociedade, que é cis, que é hetero, que é patriarcal, que é colonial, colonizado, então a gente vai contra tudo isso. Então, quando a Luana faz essa fala, quando a Luana Muniz traz essa fala que “travesti não é bagunça”, ela traz muito dessa, não quero dizer a palavra raiva, mas acaba sendo também. E por que não usar desse ódio, também, é importante também. Não vai ser o ódio que eles jogam pra gente, mas é essa revolta mesmo, de não aceitar todas as opressões e preconceitos que a gente passa. Eu acho que travesti não é bagunça porque a gente dá a cara a tapa, mas também aceita que deem na nossa cara, a gente dá a cara a tapa, mas não aceita nada calada não. Não sei, é algo por aí assim, algo nesse sentido, que é, mas também que eu não vou concordar totalmente com essa posição, que a gente é isso ou aquilo porque pode contribuir também para uma desumanização, porque nem toda travesti precisa ser essa coisa, de puxar faca, puxar navalha, isso já passou um pouco.

As nossas interlocutoras nos apresentam uma conexão com a afirmação da ativista Luana Muniz. Elas exploram a importância das lutas das travestis ao longo da história, como uma categoria que sempre reivindicou um lugar social. Com esse pensamento ressaltam mais

uma vez como a identidade de gênero das travestis é uma categoria política que não pode ser esquecida. Por mais que a marginalização, a criminalização, violências e vulnerabilidades atravessem suas existências, as formas de resistências sempre existiram. E cada vez mais elas buscam ocupar e reivindicar suas presenças na universidade, no mercado de trabalho, na arte, na televisão, no campo da política partidária, na medicina, no direito, e nas demais profissões.

Yara Canta acrescenta:

Quando a Luana traz essa fala, quando ela diz, principalmente porque ela tá naquele contexto de rua, porque ela está lidando com a prostituição, com uma vulnerabilidade muito grande. É então, eu acho que se faz necessário essa casca dura é assim, que a gente, no geral, a gente acaba aprendendo, acaba criando como uma tática mesmo de sobrevivência, mas como estou dizendo, é importante é, a gente a gente é babado é, a gente é babado, mas a gente também tem as nossas subjetividades, tem os nossos sentimentos.

A valorização de suas subjetividades faz com que as travestis construam outras narrativas para além do que o Cis-tema colonial patriarcal, machista, cissexista cristalizou sobre elas. É nesse contexto que elas não admitem a exploração de seus corpos sem suas autorizações, sem que elas não se sintam bem para isso. São elas que estão na linha de frente do ativismo LGBT, vivenciando os maiores preconceitos e discriminação na sociedade. São com elas os maiores crimes de ódio que as jogam nas valas e ruas assassinadas, que desumanizam suas identidades. Mas é por estarem na margem que elas reivindicam o centro. Segundo a ativista Silvinha, em Fortaleza há uma estigmatização muito forte sobre o segmento de travestis e mulheres transexuais. Essa população foi alijada tradicionalmente para a prostituição e marginalização, contudo há uma busca constante desses segmentos ressignificando de forma positiva suas experiências. Assim, buscam visibilidade não apenas como vítimas de transfobia e violência que reforçam o lugar de estigma. Para ela,

a gente precisa mostrar que existem travestis e transexuais dispostas a entrar no mercado formal de trabalho, por meio de qualificação profissional, que elas estudam cada vez mais, elas se preparam cada vez mais e que elas não querem os mesmos lugares que a sociedade nos colocou nas últimas décadas. Então, eu lembro de quando eu fiz a transição, e de ser uma travesti muito jovem, de eu ter lutado por uma coisa básica que é o nome social nas instituições de ensino, e na carteirinha de estudante.

Diante dessa estigmatização, marginalização e violências contra travestis em Fortaleza que ela se uniram/reunem em assembleias e atos públicos em defesa e garantia de direitos das travestis. Elas organizaram em dois momentos homenagens aos 21 anos da Atrac e a Thina Rodrigues, assim como se mobilizaram em um ato público, o Ato Por Sofia, reivindicado uma pauta de Segurança Pública em Fortaleza.

As experiências e trajetória de vidas narradas até aqui de Labelle, Yara, Amanda e Silvinha e de suas ancestrais Xica Manicongo, Jovanna Baby, Janaína, Thina e Dediane,

apontam para que outras travestis se organizem politicamente em assembleias reivindicando a garantia de seus direitos.

No próximo capítulo, apresentaremos atos, alianças e certos elementos da organização política de travestis em Fortaleza. Os movimentos sociais se organizaram em assembleia, estabeleceram alianças e passaram a movimentar os espaços em defesa dos direitos das travestis permanecerem vivas. Tomarei como material a partir de agora a pesquisa de campo em duas sessões solenes, manifestações públicas, atos e assembleias. Finalizarei a discussão com os dados colhidos no Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra.

5. ATOS, ALIANÇAS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRAVESTIS EM FORTALEZA

Se no capítulo anterior me voltei para as narrativas das travestis e o encontro com o ativismo, neste capítulo vamos apresentar os lugares que as Travestis ocupam em uma rede de alianças e ativismo. Para acompanhar as atividades do movimento em Fortaleza tomarei alguns espaços para a análise. Logo, em um primeiro momento apresento duas sessões solenes em homenagem a Thina Rodrigues e aos 20 anos da Atrac que aconteceram na Câmara Municipal de Fortaleza e na Assembleia Legislativa do Ceará. Já em um segundo momento, trato do ATO por Sofia Giselly como uma situação de resistência de Travestis em busca de direito por segurança pública em Fortaleza. O assassinato de Sofia foi motivado pela transfobia e pelo não reconhecimento de sua identidade de gênero, como “um corpo que não merece ser vivido”. (BUTLER, 2020). Como resistir a um sistema cisgênero e heterossexual que as encaminha para a morte? Qual a identidade de gênero reconhecida pelo Estado? Como o Ato por Gisely organizado pela Atrac reivindica do Estado políticas públicas de segurança para travestis e outras categorias trans?

Finalizamos o capítulo apresentando os dados compilados a partir dos relatórios do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra referentes às violações de direitos das travestis em Fortaleza. O levantamento de dados, para além das manifestações políticas, é um forte elemento de pressão por mudança social. Ele também integra uma cobrança do próprio movimento de travestis para que haja transparência nos dados.

5.1. Preparativos: a chegada das travestis

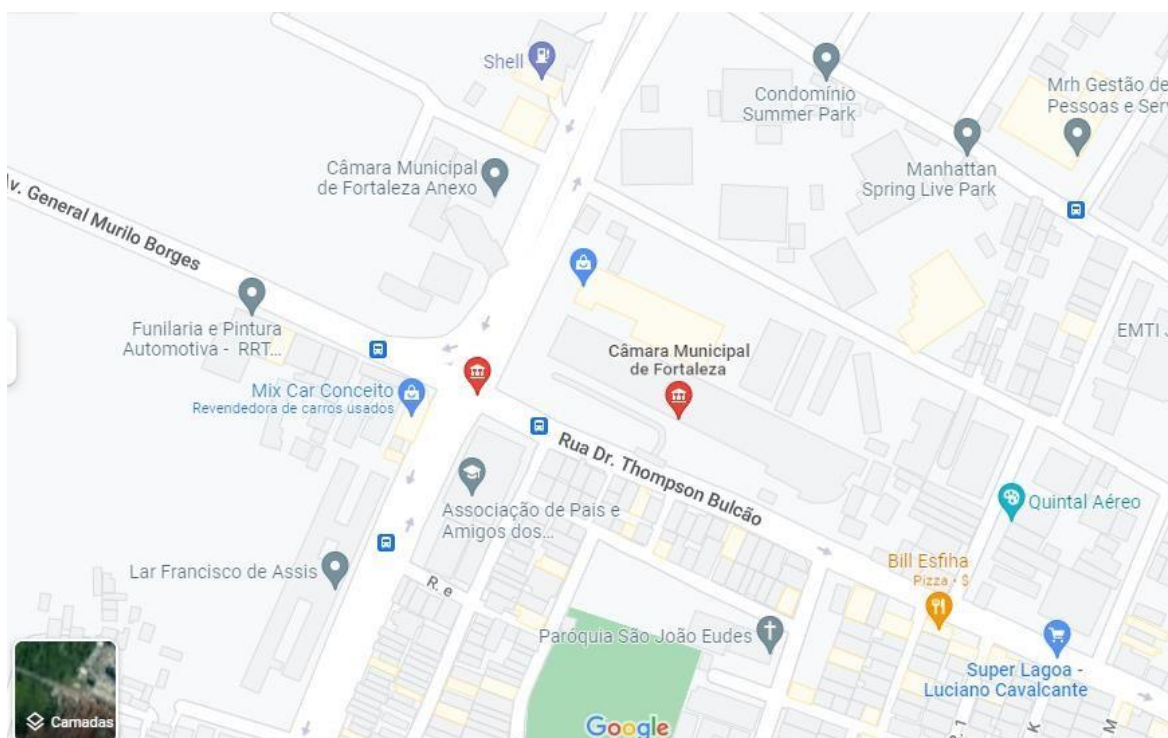
Na primeira vez que resolvi ir ao campo e observar, participei junto com travestis em uma sessão solene de comemoração de 20 anos da Atrac e em homenagem a uma de suas fundadoras, Thina Rodrigues. O evento aconteceu no dia da visibilidade Trans em Fortaleza. Embora já tenha mencionado a Atrac anteriormente, é importante lembrar que a organização foi fundada por Janaína Dutra e Thina Rodrigues em 2001, tendo também como co-fundadora Paula Costa.

Tomei conhecimento da sessão solene pelo *Instagram* da Atrac e de Yara Canta, a Coordenadora da Associação. O convite compartilhado nas redes sociais dizia “O presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, vereador Antônio Henrique⁸⁹ (PDT), atendendo ao

⁸⁹ O vereador foi reeleito presidente da Câmara de Vereadores de Fortaleza para o biênio 2021 e 2022 pelo Partido Democrático Trabalhista. Presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a exploração sexual de crianças e

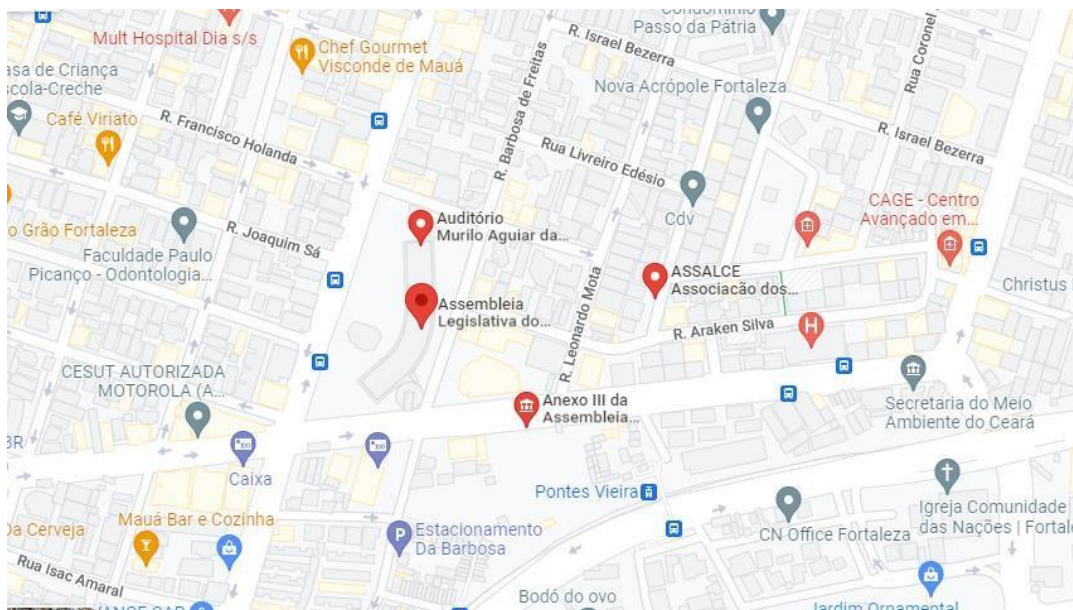
requerimento de autoria da Mandata Coletiva Nossa Cara, convida para a Sessão Solene em Homenagem à Thina Rodrigues e à Associação de Travestis e Mulher Transexuais do Ceará – Atrac, em alusão ao Dia da Visibilidade Trans.” O evento aconteceu no Plenário Fausto Arruda, no dia 22 de novembro de 2021. A segunda sessão solene aconteceu dia 26 de novembro na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no plenário 13 de maio.

Imagem 13 – Fotografia, Câmara Municipal dos Vereadores de Fortaleza



Google Maps. Acesso dia 26/08/2022

Imagem 14 – Fotografia, Assembleia Legislativa dos Deputados do Estado do Ceará



Google Maps. Acesso dia 26/08/2022

As duas solenidades contaram com uma ampla participação de travestis e mulheres transexuais e também integrantes do Movimento LGBT Ceará, de movimentos sociais e de representantes do governo estadual. Os eventos atenderam a requerimento, respectivamente, da vereadora Adriana Geronimo⁹⁰ (Psol), da co- vereadora Louise Santana⁹¹ e da co- vereadora Lila M. Beserra⁹² da mandata coletiva Nossa Cara⁹³ (PSOL), e do deputado Renato Roseno (PSOL).

⁹⁰ Adriana Geronimo se apresenta no Instagram como mãe, favelada, cristã, assistente social, destemida e aquariana. Vereadora pela @nossacaramandata. Liderança do PSOL na Câmara Municipal de Fortaleza pela nossa cara Ceará.

⁹¹ Louise Santana se apresenta no Instagram como cristã, pedagoga, feminista antirracista e Co-vereadora pela @nossacaramandata. Liderança do PSOL na Câmara Municipal de Fortaleza pela nossa cara Ceará.

⁹² Lila M. Beserra se apresenta no Instagram como mulher preta, sapatão, periférica, nascida na Favela Verdes e hoje moradora do conjunto Jardim União, rapper, estudante de humanidade na Unilab, feminista ativista e integrante do Tambores de Safo, grupo de percussão composto por lésbicas e bissexuais que fazem da arte um instrumento político e de comunicação da luta sapatônica.

⁹³ Em uma cartilha entregue na recepção do Plenário Fausto Arruda descreve que a “Mandata Coletiva Nossa Cara é a primeira experiência compartilhada do Estado do Ceará. A vereança, composta pelas três vereadoras, foi eleita para a 19ª legislatura de (2021 a 2024), no Município de Fortaleza. São três mulheres pretas, periféricas, trabalhadoras e experiências na construção da luta por justiça social. Mandata Coletiva é uma forma compartilhada, inovadora, democrática e socialista, que busca partilhar as atribuições referentes ao assento na Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor). O objetivo da nossa construção coletiva é promover a ampla participação popular, onde o povo, através dos movimentos sociais da esquerda democrática, possa cooperar com as proposições feitas pela Mandata Nossa Cara, assegurando que a participação na tribuna e ações reflitam as necessidades da população.

Entre olhares, gravações, encaminhamentos de áudios no WhatsApp e anotações no diário de campo, a minha presença nas duas solenidades foi decisiva para que eu pudesse compreender como a participação do antropólogo entre as suas interlocutoras é extremamente importante para a condução da pesquisa. Aqui posso afirmar que não me sentia tão “estrangeiro” em consideração as travestis, (NOGUEIRA, 2015) e isso se dá pelo fato de já ter usado o *Instagram* como ferramenta de aproximação afetiva com algumas delas.

Na tarde do dia 22, em Fortaleza, me dirigi até a Câmara Municipal Legislativa da capital do Ceará. Cheguei por volta de 13h40 e logo adentrei no rol de entrada da Assembleia, onde permaneci por algum tempo. Fiz um cadastro para visitar os gabinetes. Nesse momento entrou uma moça, uma travesti, de calça jeans, blazer preto, blusa de cola na tonalidade goiaba, cabelos crespos presos e acompanhada de um homem. Ela se dirigiu à recepção e anunciou que aconteceria às 15 h a sessão solene. Na ocasião, ela entregou aos funcionários um papel com chocolate. Eu, contudo, não recebi o comunicado. Quando ela estava saindo, pedi o mesmo papel, que me foi entregue prontamente.

O comunicado no papel anunciava a realização da Sessão Solene. O que me chamou mais atenção no informe foi a necessidade de sensibilizar os (as) funcionários (as) para uma recepção acolhedora e respeitosa com todas as pessoas que estariam presentes, especificando que os espaços institucionais não oferecem acolhimento para corpos que se distanciam dos padrões da sociedade, como travestis e transexuais. Logo abaixo, falava-se da importância de chamar os nomes e pronomes corretos preferidos por cada pessoa. No caso de travestis e mulheres transexuais, estas deveriam ser chamadas pelo nome social, evitando transtornos e constrangimentos.

Continuei realizando meu cadastro para ter acesso aos gabinetes dos vereadores. Percebi que se aproximava o horário da Sessão e não via movimento algum no local. Foi então que me dirigi até o segurança e perguntei onde aconteceria o evento e ele respondeu “O evento da Associação dos Travestis e mulheres trans em homenagem a Thina Rodrigues vai acontecer ali em cima, no salão”. Gostaria aqui de ressaltar que mesmo com o comunicado interno sobre os pronomes de tratamentos, o segurança tratou as travestis com o pronome masculino de+os=dos. Preposição de mais artigos indefinidos no plural. Certamente, ele não entendeu o comunicado, não leu ou então não sabe que travestis recorrem ao pronome feminino. Ademais, deve-se notar que a feminilidade das travestis como gênero discursivo ainda é questionada na sociedade brasileira. A linguagem discursiva do segurança tem significado assumidamente no campo linguístico cultural. “A linguagem constitui-se como domínio imaginável do gênero” (BUTLER, 2019a, p. 31). A luta pelo reconhecimento social de travestis e pelo seu

reconhecimento enquanto uma identidade feminina. Assim, a matriz cultural heterossexual do segurança “exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (BUTLER, 2021, p. 44).

Me dirigi ao Auditório Plenário Fausto Arruda e na ocasião segui todos os protocolos sanitários ainda por conta da Pandemia do Covid-19. O uso de máscaras e álcool gel eram obrigatórios. Encontrei logo na recepção, saindo do auditório, Yara Canta, nos abraçamos e logo em seguida ela entrou de volta. Finalizei o meu cadastro na recepção e entrei no auditório.

Meus primeiros olhares se deram para um casal de idosos, em torno de 65 a 70 anos, que estavam para prestigiar o evento. Não sabia quem eram, contudo estavam próximos a Yara Canta. A presença dele e dela ali próximos a ela parecia confortável. Só depois, pelas suas redes sociais, ela os identificaria como seu pai e sua mãe.

Aos poucos ocorria a chegada de muitas travestis no auditório, como Maria Aluizia, que trazia em sua blusa uma frase “diga não ao machismo”. Logo em seguida, Paula Costa (uma das co-fundadoras e atual vice-presidenta da Atrac), tirou a bandeira do movimento trans e pôs no corrimão do auditório junto com mais três bandeiras. Eram as flâmulas do movimento LGBT – Arco Íris, do movimento trans e do Movimento Mães pela Resistência.

Militante junto com Janaína Dutra e Thina Rodrigues, Paula, que reside em Caucaia e é assistente social, tem experiências, vivências e importância para o movimento de travestis no Ceará. Naquele momento ela se encontrava desempregada. Conversando com ela no final do evento, Paula revelou sua indignação pelo fato de recentemente terem inaugurado o Centro de Referência Estadual LGBT Thina Rodrigues e o mesmo só ter contratado duas travestis. Ela diz “por isso as manas estão na prostituição, porque o próprio movimento abandona elas. Só contrataram pessoas cis, heterossexuais. Eu sou assistente social e estou desempregada, olha aí. Como pode, meu querido”. A fala de Paula é uma potência no que se refere às poucas oportunidades de trabalho para travestis. Por mais que tenham formação, mesmo em espaços voltados para o público trans, preferem contratar pessoas cisgêneras heterossexuais. No CRLGBTTR, a coordenadora Silvinha Cavalleire e Neta são travestis.

Entre as bandeiras postas no corrimão da Assembleia, estava a bandeira do Arco Íris, que é utilizada para se referir às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. A sigla tem passado por algumas alterações à medida que outras identidades, expressões de gênero e orientações afetivas-sexuais são incluídas. As cores, vermelha, laranja, amarela, verde, turquesa, índigo e violeta representam respectivamente a vida, cura, luz solar, natureza, magia e arte, serenidade e espírito. Ela se encontrava no centro do corrimão. Ao lado dela, a

bandeira trans colocada ali por Paula Costa faz referência ao Orgulho Transgênero, criado em 1999 por uma mulher trans nos Estados Unidos. As duas cores azuis claras, duas rosas e uma branca no centro significam os homens, mulheres e pessoas não binárias. A cor azul é tradicionalmente representada na sociedade para homens, rosa para as mulheres e branco para pessoas não binárias. As bandeiras permaneceram no local até o final do evento, quando as sacaram do corrimão para as fotos finais. “Sobre a bandeira, sua autora, Mônica Helms, comenta: Azul para meninos, rosa para meninas, branco para quem está em transição e para quem não se sente pertencente a qualquer gênero. Simboliza que não importa a direção do seu vôo, ele sempre estará correto!” (JESUS, 2012).

Entre gays, lésbicas, travestis, mulheres e homens cis, as cadeiras do plenário foram sendo ocupadas. A vereadora Adriana Gerônimo se dirigiu a todas as pessoas, passando a cumprimentá-las. Logo em seguida, entrou no auditório outra travesti, negra com um turbante na cabeça, abraçando Paula Costa e Maria Aluizia Dias. Ao receber um elogio, ela comentou: “estão me chamando de neta de Thina”. Após uma risada contagiante, ela saiu e foi cumprimentar outras pessoas. Cheia de personalidade, Neta trabalha no CRLGBTTR.

A solenidade ia começar. Elas estavam prontas. As travestis homenageadas naquela tarde ocupavam as cadeiras no centro do plenário. Faltava a chegada de uma, a presidenta da Atrac, Andrea Rossati. Os cinegrafistas preparavam a transmissão, as câmeras estavam prontas. Na tv no plenário eram exibidos a alguns flashes do momento. As travestis se reuniram em assembleia para homenagear Thina Rodrigues, os 20 anos da Atrac e o dia da visibilidade trans.

Já falei um pouco sobre o contexto de fundação da Atrac, mas é importante mencionar quais eram os seus objetivos. A Atrac tem como missão a melhoria da qualidade de vida de travestis e transexuais do Ceará, por meio da construção permanente de suas cidadanias e da luta pela garantia de seus direitos.

Em 2020 a organização passou por um processo de renovação e reestruturação. Até o falecimento de Thina Rodrigues, a Atrac era a Associação de Travestis do Ceará. Com a eleição de Andrea Rossati a associação passou a chama-se Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará. A alteração do nome da associação se deu a partir de encontros e diálogos com um grupo diverso de travestis e mulheres transexuais que passaram a dedicar a lutar junto a toda essa população do estado. Com 20 anos desde sua criação, o legado de Janaína e Thina continua vivo e pulsando em cada travesti e mulher transexual.

Finalizando esse primeiro momento dos preparativos, Neta, uma travesti negra, começou a convidar suas companheiras de luta para tirar fotos individuais no centro do auditório. Entre uma foto e outra, eu também passei a registrar o momento. No centro do

plenário, atrás da mesa do presidente da Câmara, estava a imagem de Jesus Cristo na cruz. Na frente, travestis tirando foto e fazendo *close*. A ambiguidade entre a imagem cristã e das travestis me transportou para uma reflexão da dualidade do espaço.

5.1.1. Alianças em assembleia de Travestis.

A sessão solene teve início por voltas das 15h30, quando a presidente da Atrac entrou no auditório. De vestido amarelo com girassóis, um salto alto, cabelos prontos, maquiagem pronta, Andrea caminhava no centro do espaço falando com todas as pessoas. Finalmente, sentou-se ao lado de Yara Canta e Paula Costa. O cerimonialista da Câmara Municipal de Fortaleza iniciou, então, a sessão solene.

Imagem 15, Participação na Sessão Solene na Câmara Municipal dos Vereadores de Fortaleza



Arquivo Pessoal/ foto dia 22 de novembro de 2021

Em seguida, a vereadora Adriana Geronimo (PSOL) declarou aberta a sessão e convidou as co-vereadoras Louise Santana, Lila M. Beserra (PSOL) e a presidenta da Atrac. Andrea Rossati se encontrava dando entrevista para a TV Fortaleza naquele momento. Logo em seguida, ela se juntou às vereadoras. A Adriana Geronimo (PSOL) convidou a todas as pessoas para ficarem de pé para cantar o hino nacional e, na ocasião, convidou Yara Canta para a tribuna. Sob a voz de Yara, o hino foi entoado com muita performance, deixando todas as pessoas encantadas com seu talento.

Logo após, o cerimonialista leu o requerimento de solicitação que deu base para a realização da sessão solene dirigida ao presidente da Câmara de Fortaleza. O requerimento 0606/2021 solicitava a realização da sessão solene em homenagem a Thina Rodrigues e a Atrac. Em alusão ao dia da visibilidade trans, destacou o histórico de resistência e luta de Thina Rodrigues à frente da Atrac, e seu ativismo do movimento LGBT no Ceará a torna uma referência.

Conduzindo os trabalhos, Adriana Geronimo (PSOL) convidou as co-vereadoras Lila M. Beserra e Louise Santana (PSOL) para iniciarem as homenagens a Thina Rodrigues. As duas dividiram a fala que dizia:

Thina Rodrigues, ativista, militante pelo direito de Travestis e Transexuais, presidenta há cerca de 16 anos da Associação de Travestis e Transexuais do estado do Ceará (ATRAC), fundada por ela e Janaína Dutra no final dos anos 90 e que organizou e implementou ações até então inéditas para esta população no estado do Ceará.

Natural de Brejo Santo, com 57 anos, dedicou pelo menos 30 deles à luta por direitos e cidadania plena para Travestis e Transexuais, em todas as suas frentes, dedicando sua atuação ao combate às IST's/AIDS, à empregabilidade, ao direito à vida, à memória, ao afeto, sendo reconhecida nacionalmente como um dos mais importantes nomes dessa linha frente.

Thina reuniu em si e por sua trajetória, todos os códigos associados a ideia que temos do termo TRAVESTI, foi a representação simbólica de toda esta população, pioneira e poderosa, deixa seu legado na história do movimento LGBTI+ e antirracista do Brasil e do Mundo.

Gostaria de pedir um minuto de silêncio em sua memória de tantas outras que nos deixaram pela Pandemia de COVID-19, seja pela pandemia da intolerância, da discriminação e da violência Transfóbica. (DISCURSO DAS CO-VEREADORAS LILA M. BESERRA E LOUISE SANTANA, 2021)

A fala de Lila (PSOL) e Louise (PSOL) potencializa a trajetória de Janaína Dutra e Thina Rodrigues dentro do movimento de travestis em Fortaleza e em defesa dos direitos humanos. No discurso, os 30 anos de dedicação de Thina simbolizam a luta coletiva e individual da militante.

Em meio aos gritos – “Thina Rodrigues. -Presente!” Travestis convidadas aplaudiram o discurso das co-vereadoras. Louise Santana (Psol). Ao finalizar sua fala, pediu a reivindicação não por um minuto de silêncio, mas de todos os dias de luta em nome de Thina e em nome da Atrac.

Registrou-se a presença de vários segmentos e autoridades na sessão solene, entre eles a Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiuba; da vice-presidenta da Atrac Paula Costa Lima; do vice presidente da Comissão da Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil Ceará, Sávio Vasconcelhos; do representante do movimento negro unificado, Felipe da

Silva; da equipe de funcionários e funcionárias do CRLGBTTR; e a presença do grupo Quizomba Arco íris.

A vereadora Adriana Gerônimo (Psol) iniciou, então, a entrega das homenagens a Thina Rodrigues e a Atrac. Ao se dirigir para a frente da mesa, o cerimonialista começou a chamar os nomes das homenageadas. Chamou Andrea Rossati e a travesti Maria Aluizia, representando o fórum cearense LGBT convidou André Willian, Ari Areia e Renata Góis, representando a Outra Casa Coletiva e, por último, representando Mães pela Resistência, entregou a homenagem a Gioconda Aguiar.

A vereadora Adriana então convidou para a tribuna a presidenta da Atrac Andrea Rossati para realizar sua fala. Andrea, dona de si, desfilando com seu salto alto, caminhou até a tribuna e iniciou seu discurso com o uso inclusivo da linguagem neutra (o uso discursivo da língua como poder): “boa tarde, a todos, todas e a todes”. Os pronomes neutros têm sido cada vez mais usados nos eventos e no dia a dia do movimento LGBT.

Andrea, com muita cautela, reforçou a necessidade do fortalecimento das categorias T, transexuais e travestis. Destacou a luta das co-vereadoras enfrentando pautas conservadoras, enfatizou a necessidade da garantia da cidadania de travestis e transexuais. Em sua fala, fez menção a fundação da Atrac no dia 21 de novembro de 2001 por Janaína Dutra e Thina Rodrigues, como co-fundadora Paula Costa, presente e homenageada no evento. Destacou ainda a importância daquele momento e ressaltou os últimos ataques que as travestis e mulheres transexuais sofreram por vereadores, dizendo que elas foram covardemente atacadas, discriminadas e tiveram os seus atos comparados ao de criminosos.

A fala da Andrea foi interrompida por aplausos quando ela disse “da mesma forma que falam que esta casa é a casa do povo, é também a casa de travestis e transexuais.” Aqui despertou sua indignação “e para representar sua existência plural no espaço público” fazem exigências “mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida.” (BUTLER, 2021, p. 33).

As alianças que as travestis formaram naquele dia buscaram reivindicar o direito de viver suas identidades de gênero, de lembrar a existência de Thina Rodrigues, de atribuir importância à existência de duas décadas da Atrac, organização fundamental especialmente no contexto cearense, que tem estado entre as unidades da federação que mais assassinam pessoas trans. Um lugar “onde pessoas transgêneras com frequência são multadas por aparecerem em público, muitas vezes são espancadas, em algumas ocasiões pela polícia, e onde o assassinato

de mulheres transgêneras em particular têm acontecido aproximadamente uma vez por mês nos últimos anos.” (BUTLER, 2019a, p. 60).

Fazer alianças com outros movimentos sociais, nem sempre é fácil para travestis, como nos diz Leticia Nascimento (2021). A pesquisadora nos apresenta um cenário em que dentro do movimento LGBT as pautas políticas se concentram historicamente a partir de “gay cis brancos; com o feminismo, fortemente cis-heteronormativo e branco; e com os movimentos negros, extremamente cis-heteronormativos.” (2021, p. 162). Em Fortaleza, durante os eventos aqui apresentados encontramos representações e presença do Movimento LGBT, negro e Feminista assumindo com as travestis um lugar de aliados, denunciando as violências e os privilégios da cisgeneridade. A partir dessa aliança, “o ponto é compreender criticamente nossas diferenças para que possamos construir alianças.” (2021, p. 162).

Continuando com a fala da ativista Andrea, ela ressaltou a importância de todos os movimentos em apoio à Atrac e disse que ninguém irá tirar um pé da luta para garantir os direitos de travestis e transexuais. A Atrac, nos seus termos, não toleraria a intolerância. Se for preciso a Atrac iria até ao STF, mas não toleraria nenhum ato de covardia.

Andrea também agradeceu a homenagem a Thina Rodrigues, uma mulher travesti, negra, dona de si, que enfrentou trancos e barrancos para dar visibilidade a Atrac. Agradeceu por ter sido eleita para o mandato de 4 anos e disse que não fazia a Atrac sozinha, destacando os nomes de Paula Costa como co-fundadora da Atrac, que apanhou durante a ditadura e luta pelos direitos das travestis no estado, e de Yara Canta, pelo apoio fundamental dado a Atrac. As duas são as baluartes de sua gestão.

Andrea encerrou as suas palavras convidando todas, todas e todes para o plenário da Assembleia Legislativa no dia 26 de novembro de 2021, às 10 horas da manhã e falando sobre a importância de enfrentar parlamentares conservadores, intolerantes e que usam o dom da fala e a imunidade parlamentar para atacar travestis e mulheres transexuais. Em sua fala ela disse: “é nesses espaços que devemos estar, assim como aqui é a casa do povo, também é a casa de travestis e transexuais”. Andrea convidou os presentes a ocuparem a Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará de tal modo a enfrentarem os parlamentares que incitam o ódio e a violência: “vamos dizer na Assembleia Legislativa aqui é a casa do povo, e também é a casa de travestis e mulheres transexuais.” Reunidas em assembleia, travestis reivindicam o direito de aparecer, “o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis.” (BUTLER, 2019a, p. 31).

Imagem 16, Participação na Sessão Solene na Câmara Municipal dos Vereadores de Fortaleza



Da esquerda para direita, a travesti Neta, no meio à mulher transexual Andrea Rossati, na ponta a direita, Yara Canta.

Arquivo Pessoal/ foto dia 22 de novembro de 2021

As falas de Andrea precisam ser contextualizadas no clima político instaurado em Fortaleza à época da realização das sessões solenes. Anteriormente aos ataques na Câmara de vereadores de Fortaleza e na Assembleia legislativa do Ceará, o *Jornal o Povo*⁹⁴, no dia 29 de outubro de 2021, fez uma matéria que descreve um vereador que arrancou de forma violenta uma placa em um banheiro trans. A reportagem diz

Rede Cuca denuncia vereador de Fortaleza que arrancou placas sobre identidade de gênero fixadas em banheiros. Episódio causou embate entre parlamentares conservadores na Câmara Municipal nesta sexta-feira, 29. Rede Cuca e movimento LGBT reagiram ao considerar a ação uma violação dos direitos humanos e abuso de autoridade.” (O POVO, 2021).

⁹⁴ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/10/29/rede-cuca-denuncia-vereador-de-fortaleza-que-arrancou-placas-sobre-identidade-de-genero-fixadas-em-banheiros.html>. Acesso 04 de novembro de 2021.

O acontecimento também foi matéria do Jornal Diário do Nordeste⁹⁵ e no Portal G1⁹⁶. A rede Cuca entrou com uma ação criminal contra o vereador bolsonarista Inspetor Alberto (Pros). A ação do parlamentar de arrancar as placas informativas do banheiro sobre identidade de gênero do Cuca José Walter é passível de indiciamento como crime de transfobia. De modo complementar, a Atrac também entrou com uma ação contra o parlamentar, protocolando uma representação criminal. Sob a liderança de Andrea Rossati, o movimento solicitou ao Ministério Público do Ceará que investigue a sua conduta. Nas redes sociais da Atrac divulgaram: “As placas tinham o intuito de garantir que o ambiente não reproduza exclusão de pessoas transexuais de acordo com sua identidade de gênero quanto ao uso dos banheiros”.

O ataque ocorrido na Rede Cuca foi pauta entre vereadores da base conservadora da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor). Na tribuna, o vereador Jorge Pinheiro (PSDB) disse:

"De acordo com o que está aqui nessa placa, eu dessa forma como estou vestido [paletó], se quiser ir ao banheiro da Rede Cuca eu vou poder entrar desse jeito no banheiro das mulheres, porque eu posso me considerar uma mulher.

Não sou contra aquilo ou orientação sexual ou como você quiser se vestir, mas quando isso é imposto na sociedade, aqui em Fortaleza, não. Impor goela abaixo? Essa casa já se manifestou diversas vezes que é contrário ao ensino de ideologia de gênero às crianças e à imposição em estabelecimentos e shoppings", criticou o vereador (Jornal O Povo, 2021).

Conhecido por defender pautas conservadoras, como a criminalização do aborto, e a proibição de o uso de anticoncepcionais, o vereador ataca as identidades de gêneros de travestis e mulheres transexuais. São instrumentos discursivos utilizados pelos vereadores para impedir o direito de aparecer das travestis. Com frequência as minorias sexuais e de gênero têm sido criminalizadas:

ou patologizadas pelo modo como aparecem, pela forma como reivindicam o espaço público, pela linguagem por meio da qual entendem a si mesmas, pela forma como expressam amor ou desejo, aqueles com quem se aliam abertamente, de quem se envolvem sexualmente, ou como exercitam a sua liberdade corporal, então esses atos de criminalização são violentos; e nesse sentido, são também injustos e criminosos (BUTLER, 2019a, p. 63).

Recorro aos argumentos da travesti Leticia Nascimento (2021) quando ela nos diz que é preciso desnaturalizar e despatologizar as identidades de gênero. Só assim será possível entendermos as relações de poder que perpassam essas experiências, marcadas pelo racismo, transfobia e cissexismo.

⁹⁵ Jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/vereadores-querem-impedir-banheiros-para-trans-em-fortaleza-apos-polemica-das-placas-na-rede-cuca-1.3155074>, Acesso dia 04 de novembro de 2021.

⁹⁶ Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/29/vereador-arranca-placas-informativas-sobre-uso-de-banheiros-por-pessoas-trans-de-unidade-da-rede-cuca-em-fortaleza.ghtml>. acesso dia 04 de novembro de 2021.

Outros parlamentares, como Larissa Gaspar (PT), a vereadora Adriana Gerônimo (PSOL) e Gabriel Aguiar (PSOL), saíram em defesa da instituição CUCA, relatando que esses vereadores além de serem violentos, são também retrógrados e conservadores. Adriana Jerônimo (PSOL) se pronunciou contra a bancada religiosa da Câmara de Vereadores de Fortaleza dizendo:

As falas que me antecederam foram lamentáveis. As pessoas sobem aqui na tribuna e já começam dizendo, ‘olha, não tenho preconceito’, mas negam o gênero das pessoas trans e não-binárias. O que vocês viram nesta tribuna é um discurso de ódio à diversidade e à diferença. (Jornal O Povo, 2021).

Em suas redes sociais publicou a vereadora:

A Câmara foi palco de discursos transfóbicos que tentam deslegitimar o acesso de pessoas trans e não-binárias aos banheiros condizentes com suas respectivas identidades de gênero. A oposição de direita levou à tribuna o fato (celebrável!) de o Cuca do José Walter respeitar a diversidade de identidade de gênero nos acessos aos seus banheiros, e foram proferidas falas agressivas e violentas que desconsideram toda a realidade das pessoas trans e não binárias no nosso país. (Jornal O Povo, 2021).

Quando Andrea Rossati usa o poder da sua fala na tribuna para dizer que a Atrac não irá parar de defender as pautas trans, busca revelar a força do movimento social de travestis e mulheres transexuais. Outras instituições, como o Fórum Cearense LGBT e a Atrac, que se encontravam presentes na Sessão Solene em homenagem a Thina Rodrigues, protocolaram junto ao Ministério Público do Ceará uma representação criminal contra o parlamentar. As representações o acusavam dos crimes de homotransfobia, dano ao patrimônio público e prevaricação. Participaram do movimento a presidenta da Atrac, Andrea Rossati, Ari Areia e Renata Góis, da Outra Casa Coletiva, Jon Oliveira, do Centro Popular de Cultura e Ecocidadania em Fortaleza (CENAPOP), Letícia Rodrigues, do Fórum Cearense LGBT, além das vereadoras Adriana Geronimo e Louise Santana, representando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal. O documento foi assinado por 20 organizações⁹⁷.

Após a polêmica sobre o uso de banheiros trans, os vereadores Julierme (Pros) e Camelo Neto (Republicanos) lançaram um projeto na Câmara Municipal impedindo banheiros trans em Fortaleza. Policiar o gênero é um ato criminoso, nesse sentido os vereadores poderiam ser considerados transfóbicos.

⁹⁷ O documento é assinado por cerca de 20 organizações: Outra Casa Coletiva, - CENAPOP, ICV (Instituto de Capacitação para Vida), ABL (Articulação Brasileira de Lésbicas), Rede Emancipa, Coletivo Juntos, Movimento Kizomba, Grupo de Resistência Asa Branca, RUA (Juventude Anticapitalista), Levante Popular da Juventude, Diretório central estudantil José Montenegro de Lima (IFCE), Organização de Cultura e Comunicação Alternativa, Setorial LGBT PSOL Ceará, Secretaria de Cultura do PT Ceará, Secretaria LGBT PT Ceará, Marcha Mundial de Mulheres Ceará, Fórum Cearense LGBT, Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará e Associação Transmuculines do Ceará (ATRANSCE). (Jornal O Povo 2021).

A co-vereadora Adriana Gerônimo (PSOL) da mandata Nossa Cara ressaltou a importância da cidadania trans e sobre o marco da visibilidade para a Câmara Municipal: “ter o registro civil é o primeiro passo para a cidadania. Que essas pessoas possam, a partir disso, serem inseridas nas políticas públicas. Mas, infelizmente, o cenário é desolador. Nós temos uma Capital muito preconceituosa, muito perversa, e esse preconceito muitas vezes gera discursos de ódio que matam e violentam as pessoas trans⁹⁸”.

Voltando à Sessão Solene, Adriana Geronimo (PSOL) encerrou o evento fortalecendo o elo entre seu mandato e os direitos de travestis e transexuais. Na oportunidade, lembrou o compromisso da Mandata Coletiva Nossa Cara com a garantia dos direitos de travestis e mulheres transexuais.

A sessão solene representou a liberdade de aparecer, sendo central para a luta democrática, “o que significa que uma apreciação crítica das formas políticas de aparecimento, incluindo as formas de limitação e mediação por meio das quais qualquer liberdade do tipo pode aparecer, é crucial para entender o que essa liberdade pode ser e quais as intervenções necessárias.” (BUTLER, 2019a, p. 62).

Continuamos no auditório, entre fotos coletivas e falas. Foi então que me aproximei de Paula Costa, de Andrea Rossati e Yara Canta dei parabéns e abracei a todas. Até este dia não conhecia pessoalmente Andrea e Paula. Andrea me entregou o convite para comparecer à sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará no dia 26 de novembro de 2021, às 10 horas da manhã, no Plenário 13 de maio. Trocamos algumas palavras e tive que partir.

Em *Corpos em Alianças e a política das ruas* (2019a) Butler apresenta a teoria performativa de assembleia. Para ela, corpos que reivindicam o direito de aparecer, se reúnem em assembleias, resistindo em dimensões performativas. Corpos se aliam e ocupam espaços públicos, virtuais e outros como vigílias, velórios, greves, e sessões solenes. O ato das travestis em Fortaleza em homenagem a Thina Rodrigues e Atrac é performático, com modos significativos de coletividade. Reunidas em assembleia, travestis reivindicam o direito de aparecer. As travestis, quando se reúnem em espaços públicos, exercitam “um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições, econômicas, sociais e políticas.” (BUTLER, 2019a, p. 14).

⁹⁸ Portal da Câmara Municipal de Fortaleza. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/2021/11/23/solenidade-homenageia-associacao-de-travestis-e-mulheres-transexuais-do-ceara/>. Acesso dia 23 de novembro de 2021.

Desempenhando um papel que constitui de forma plural a coexistência de travestis em defesa de direitos, parece contraditório ter que reivindicar o direito de aparecer dentro de um estado democrático de direito. Assim, “uma reunião é realizada em nome do corpo vivo, um corpo com direito a viver e a persistir, até mesmo a florescer. Ao mesmo tempo, não importa sobre o que seja o protesto, ele também é, implicitamente, uma reivindicação por poder se unir, se reunir em assembleia.” (BUTLER, 2019a, p. 23). As expressões do direito de aparecer são o entoar do hino nacional de Yara Canta, a fala de Andrea Rossati, as bandeiras trans presentes no corrimão, as performances de Rita e as homenagens a Thina Rodrigues e a Atrac. Nos termos de Butler: “O comparecimento, a permanência, a respiração, o movimento, a quietude, o discurso e o silêncio são todos aspectos de uma assembleia repentina, uma forma imprevista de performatividade política que coloca a vida possível de ser vida no primeiro plano.” (BUTLER, 2019a, p. 24).

Reunidas em um aquilombamento afetivo política de resistência, elas deslocam-se das margens e aparecem no centro. (GOMES DE OLIVEIRA, 2020), se afastando do modelo de cisnormatividade imposto pela sociedade, entre os aplausos e gritos - Thina Rodrigues, presente! -, por sua vez, são marcas do discurso das representações da linguagem e corporal. São marcas de representações corporais que indicam resistência. São gritos que corpos de travestis “não são descartáveis”. Reunidas em assembleia, as travestis foram capazes de unir vários segmentos dos movimentos, formaram alianças políticas em torno de uma pauta comum.

O apelo de Andrea Rossati por respeito, pela ocupação da casa do povo por travestis e mulheres transexuais é o apelo pelo direito mais amplo por justiça. A presença da mídia televisiva demonstra “o efeito significativo das assembleias, o efeito legitimador, pode funcionar precisamente por meio de representações e de uma cobertura de mídia organizada, reduzindo e enquadrando a circulação do ‘popular’ com uma estratégia para autolegitimação do estado.” (BUTLER, 2019a, p. 25).

Travestis têm sido criminalizadas por sua identidade de gênero e “ninguém deveria ser criminalizado pela sua apresentação de gênero, e ninguém deveria ser ameaçado com uma vida precária em virtude do caráter performativo de sua apresentação de gênero.” (BUTLER, 2019a, p. 63). Segundo a travesti Megg Rayra Gomes de Oliveira (2021), ao fugir dos padrões, as travestis são “expostas a situações de discriminação e exclusão, podendo desenvolver estratégias de resistências que garantam seu direito de ou então buscando meios para uma adaptação que garanta ao menos sua sobrevivência.” (2021, p. 191).

A precariedade tem unido as travestis e seus aliados/as/es em torno de pautas políticas comuns. A Atrac em suas duas décadas de existência tem reivindicado esse direito. Os direitos

plurais pelos quais travestis lutam, não são apenas de suas identidades, trata-se de uma luta que procura expandir”. “Assim, o exercício público do gênero, dos direitos ao gênero, pode-se dizer, já é um movimento social, que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que de qualquer noção de individualismo.” (BUTLER, 2019a, p. 75).

Os vereadores e deputados simbolizam a heterossexualidade compulsória⁹⁹ institucional, que exige e produz a binaridade, constroem limites nos marcadores de gênero, reconhecendo apenas homem/mulher/cisgeneraheterossexual. “Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite de possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional.” (BUTLER, 2021, p. 52). Regulando o gênero de travestis, realizam uma diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual. Quando os vereadores com falas conservadoras associam as travestis às práticas de pedofilia e a estupradores reproduzem imagem de controle sobre essas categorias e corpos. Quando criam discurso e práticas segregadoras de banheiro e impedem que travestis sejam respeitadas neste espaço, contribuem para o movimento de opressão e violência transfóbica. Essa produção cultural que a heterossexualidade produz restringe a produção de identidade fora do eixo da heterossexualidade/cisgeneridade.

Quero voltar-me agora para a Sessão Solene ocorrida na Assembleia Legislativa do Ceará. Cheguei no local por volta das nove horas e trinta minutos. A organização das cadeiras para receber as homenageadas e convidados (as) se fazia em filas, que formavam um corredor até onde eu estava. Por isso, preferi ficar nesse local porque conseguia ter uma visão ampla de todos os espaços, de quem entrava no Plenário, de quem discursava, da mesa (era a mesa do presidente da Assembleia Legislativa) e das homenageadas atrás da mesa. Da mesma maneira da Câmara dos Vereadores de Fortaleza, havia uma grande imagem de Jesus Cristo pregado na Cruz, um símbolo cristão dentro de um ambiente laico.

Abaixo de luzes, uma arquitetura moderna, cadeiras organizadas em filas, cenário audiovisual montado. Aos poucos, algumas convidadas começaram a chegar. O deputado Renato Roseno, a travesti Maria Aluizia Dias, a travesti Viviane Venâncio Matias (Viviane chamava minha atenção por suas indumentárias, representando na ocasião a Coordenação da Diversidade de Fortaleza, já que Labelle não estava presente). Eu não conhecia Viviane, só descobri seu nome e verifiquei seus dados depois de dois dias, quando Erikah Alcantara e Yara

⁹⁹ De acordo com Miskolci (2021) a heterossexualidade compulsória é uma imposição de um padrão das relações sexuais e amorosas entre pessoas do sexo oposto. Ela é reproduzida nas estruturas da sociedade, divulgando e normatizando os casais heterossexuais.

Canta compartilharam fotos com ela no Instagram e marcaram o @¹⁰⁰ de Viviane. Foi essa identificação que me permitiu ter acesso à página, onde descobri que ela é moradora do bairro José Walter, frequenta uma religião de matriz africana e se define no Instagram como “sou bela como uma Deusa, linda como o luar, livre e solta pra voar”. Viviane disponibiliza o endereço eletrônico de seu blog <http://vitoriacoatrotrans.blogspot.com/> e se apresenta como militante dos direitos das travestis e do movimento LGBT. Amiga de Thina Rodrigues, travesti, negra e ativista, e “abençoada por Oxalá”.

Outras pessoas começaram a chegar, entre homens, mulheres e travestis compartilhando todos os espaços, reunidas em assembleia para celebrar os 20 anos da Atrac. Representantes dos movimentos sociais também se faziam presentes, entre eles o movimento Negro Unificado de Fortaleza, a Associação Pela Livre Orientação Sexual de Guaiuba¹⁰¹ (APLOSG).

Imagem 17, Fotografia, Participação na Sessão Solene na Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará



Arquivo Pessoal/ foto dia 27 de novembro de 2021

¹⁰⁰ O @ é a estratégia utilizada para marcar amigos em fotos, vídeos e postagens no Instagram.

¹⁰¹ Associação Pela Liberdade de Orientação Sexual de Guaiúba. Essa associação tem contribuído para políticas públicas no município de Guaiuba, representada pela ativista Ulla Nova Venuto, é coordenadora do Miss Gay Guaiuba e é marketing digital.

A equipe da Atrac começou a chegar no Plenário: Erikah Souza Alcantara, Yara Canta, Andrea Rossati e Paula Costa. Yara, com sua coroa armada, colar, bolsa preta, um macacão preto com branco e uma máscara de proteção por conta do covid-19, brilhou naquela manhã. Andrea, com um vestido de *animal print*, um tecido preto sobre os ombros, cabelos mechados de loiro e uma máscara branca entrou segura na plenária. Paula Costa, com seu vestido longo azul com branco e máscara azul, levava a bandeira do Movimento Trans. Elas estavam no centro e não na margem. As meninas da Atrac se sentaram próximas, ocupando as primeiras cadeiras.

Contando com a presença de diversos setores da sociedade, aos poucos chegavam os/as representantes. Representando o Grab Dary Bezerra; Dominy Martins mister trans Ceará e Nordeste; Gioconda Silva entrou com a bandeira do movimento Mães pela diversidade; representante do ministério público; da equipe do equipamento CRLGBTTR, a travesti Neta e outros/as funcionárias/os; Lia Cordeiro Felismino, da defensoria pública do Ceará; o jornalista e criador do Jornal Ceará Criollo, Bruno de Castro; Alan Luz, pastor da igreja inclusiva; representantes da OAB Ceará; Lia Ferreira Gomes, Secretária da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e de direitos humanos do Ceará; as vereadoras da mandata Coletiva Adriana Geronimo e Lila Salur Beserra; o deputado Júlio Brito; André Marinho do Fórum Cearense LGBT; Renata Goés, da casa Coletiva Andaluzia e tantas outras pessoas. A Sessão solene contava com a participação de algo em torno de 50 pessoas.

A TV Assembleia Ceará transmitia ao vivo para diversos canais e também para as mídias sociais. Seguindo todos os protocolos de biossegurança e distanciamento social, começava a sessão. Tudo pronto para o início, já com quase uma hora de atraso, o cerimonialista posto no púlpito, iniciou a Sessão Solene em homenagem aos 20 anos da Atrac e de Thina Rodrigues.

O cerimonialista começou anunciando a presença do deputado Renato Roseno como o criador do requerimento para a realização da sessão, reforçando que o mesmo era Presidente da comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia. O deputado registrou a presença de todos os segmentos sociais e institucionais. Compondo a mesa, o deputado convidou a defensora pública Lia Cordeiro Felismino. Logo em seguida convidou, representando a mandata coletiva, Lila Salur Beserra. Representando o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (Fonatrans), Yara Canta e representando a Atrac, sua presidenta Andrea Rossati e vice-presidenta e co-fundadora Paula Costa.

No centro da mesa estava o deputado Renato Roseno. Do seu lado esquerdo, Lia Felismino, Yara Canta e Paula Costa, respectivamente. Ao lado direito do deputado, Lia

Ferreira Gomes, Lila Salu e no final da mesa Andrea Rossati. Ocupando a mesa, travestis estavam localizadas da margem para o centro, do centro para margem. Ao circular os espaços da Assembleia, as travestis trazem a margem para o centro. Elas não são o centro, mas podem estar nele (OLIVEIRA, 2017).

Após ouvirmos o hino nacional, diante de um ritual solene, o cerimonialista leu o histórico da Atrac. Logo em seguida, o deputado Renato Roseno falou sobre a importância pela defesa da democracia e dos direitos humanos. Afirmando que em tempos de "erosão democrática" aquele momento reunia muitas pautas dos movimentos sociais. Lamentou como a sociedade brasileira tem sido autoritária e conservadora nos últimos anos, sendo cada vez mais necessário dar visibilidade aos marcadores sociais de classe, raça, gênero, território, etnia, etc. O deputado Renato Roseno afirmou que é importante fazer com que as pessoas, marcadas pelas desigualdades de acesso, tenham os direitos básicos garantidos. Assim, as pessoas com identidades de gênero e orientação sexual fora do padrão hegemônico conservador devem ser consideradas e tratadas como pessoas humanas. O deputado reafirmou que essas pessoas estão sendo mortas e violentadas nas ruas, com morte decretadas, e que o fascismo é uma guerra contra pessoas vulneráveis, por conseguinte, contra travestis.

Segundo o deputado, Thina Rodrigues era uma figura que perpassa os lugares de forma atrevida, intrometida. Era uma potência de vida e sua presença enquanto travesti negra, sempre procurando reafirmar os direitos humanos como plataforma, era notada pelas autoridades. Segundo ele, Thina procurava os deputados e a Assembleia Legislativa reivindicando políticas públicas para travestis e mulheres transexuais. Assim, há emergência no ativismo e Thina marca esse campo de cobrança. Em sua fala, Roseno lamenta a morte de Thina pelo COVID-19.

Finalizando com "viva a Atrac", Renato Roseno ressaltou que os marcadores sociais não podem ser excludentes como um projeto político da sociedade, sendo urgente que os movimentos sociais combatam o autoritarismo e as forças conservadoras que querem acabar com as diferenças. Logo em seguida, o cerimonialista realizou as homenagens a Yara Canta, Paula Costa e Andrea Rossati.

Homenageando Yara Canta, ele disse:

Senhora Yara Pinheiro Cavalcante: Yara canta, é uma artista cearense que passeia por diversas linguagens, tendo como um foco principal ser cantora e atriz. Estudou teatro no CPBT (Curso de Princípios Básicos de Teatro, do Teatro José de Alencar) e atualmente é monitora do curso. Sua atuação artística se une com a atuação no movimento social, pois Yara também é ativista pelos direitos das pessoas trans e negras e está atualmente Coordenadora Geral da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (Atrac) e é integrante do Fórum Nacional de Travestis e

Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). (Sessão Solene homenagem aos 20 anos da Atrac e Thina Rodrigues, 2021).

Sobre Paula Costa:

A senhora Paula Lopes Costa Lima: Paula Costa é militante das causas LGNBTQIA+, 64 anos de idade, Assistente Social, presidente do Conselho da Mulher de Caucaia, tem formação em Mediação Comunitária pelo Ministério Público do Estado do Ceará, foi coordenadora geral da Atrac desde a sua formação em 2021. Atualmente está vice-presidente da Associação de travestis e Mulheres Transexuais do Ceará. (Sessão Solene homenagem aos 20 anos da Atrac e Thina Rodrigues, 2021).

De Andrea Rossati, observa:

Senhora Andrea Rossati Farias Chaves: Andrea Rossati é defensora de Direitos Humanos e foi precursora das Políticas Públicas LGBTQIA+ no Estado do Ceará; Coordenadora de Políticas Públicas LGBT nos dois mandatos do Ex-governador Cid Ferreira Gomes. Foi Co-fundadora e vice-presidenta do Fórum Nacional de Gestores e Gestoras LGBT do País. É conselheira Municipal de Promoção dos Direitos LGBT de Fortaleza e é Presidenta da Associação de travestis e Mulheres Transexuais do Estado do Ceará. (Sessão Solene homenagem aos 20 anos da ATRAC e Thina Rodrigues, 2021).

A cada apresentação, as travestis se dirigiam ao centro do Plenário 13 de Maio para receber as honras. Após as homenagens, o deputado Renato Roseno convidou Andrea Rossati para uso da palavra, como presidenta da Atrac. Seu discurso foi marcado por palavras de carinho ao deputado Renato, indignação dos ataques de outros deputados da casa a Travestis e mulheres transexuais, e observações sobre o ativismo, a resistência, a coragem e a necessidade de alianças.

Andrea Rossati na tribuna destacou a presença da representação do Grab por Dary Bezerra. Este foi um momento de reconhecimento de que a Atrac nasceu do Grab, em uma pequena sala no fundo da instituição onde travestis se reuniram para lutar pelos direitos das travestis. Andrea complementa o vínculo de sua história com Janaína “porque eu já sou filha de Janaína, de Paula, de Thina, já sou uma aprendiz.”. Ser filha de Janaína e de Thina cria um laço afetivo de continuidade de suas lutas e de herança.

As palavras firmes de Andrea envolvem indignação, revolta, resistência e coragem. Ela diz que ao mesmo tempo que se reuniam para celebrar, partilhava ali um misto de tristeza e alegria. Tristeza porque muitas travestis estavam sendo mortas e violentadas. Alegria porque Thina era uma pessoa alegre e a conjuntura de ódio no Brasil e no Ceará, coloca as vidas das travestis em risco, sendo consideradas como vidas não-humanas (BUTLER, 2019a). Citando dois exemplos que a Atrac teve que se manifestar, ela conta que duas travestis foram violentadas e mortas em tempos recentes: uma em Tauá e a outra no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza. Elas foram violentadas, não foram humanizadas. Destacando as violências

vivenciadas por travestis e mulheres transexuais, Andrea ressaltou a conjuntura nacional, que coloca as travestis em situação desumana. Ela citou alguns casos de assassinatos no Ceará.

E recentemente, nessas semanas, nesses meses que a gente comemora o aniversário da Atrac, nós não temos nem tempo de comemorar porque nós temos que tá lutando pelo direito pela vida. É um homem trans que tem um joelho quebrado em Tauá, é uma mulher transexual que é agredida e estuprada no Bairro Bom Jardim anteontem. Então, são essas notícias. Infelizmente nos deixam angustiadas, nos deixam muito tristes, mas ao mesmo tempo são momentos como estes, uma sessão solene, de estar aqui hoje, dentro deste parlamento, dando visibilidade a Associação de Travestis e Mulheres Transexuais deste estado, é que nós temos forças pra lutar (Trecho do discurso de Andrea Rossati).

O tema dos ataques dos deputados dirigidos a travestis também reaparece. Nos termos de Andrea, tais ataques contribuem para criar um clima de ódio, intolerância e fascismo. Andrea vê como necessário o diálogo, pois, segundo ela, a democracia é marcada pelo diálogo, pelo poder da fala, usando a “pedagogia freireana” como didática para ampliar os direitos e combater o fascismo.

“Não queremos destruir as famílias, como muitos dizem por aí”, afirma Andrea. “Queremos que todas as nossas famílias sejam respeitadas”. “Queremos que toda criança tenha direito de ter uma família”, segue ela. Andrea traz o perigo para travestis e transexuais viverem em um estado que está entre os que mais matam essas categorias. “Nós queremos a valorização da vida”, afirma ela.

As falas das autoridades da mesa seguiram, entre elas a da co-vereadora Lila Salu Beserra, que dirigiu suas palavras em homenagem às travestis e a Thina Rodrigues. Também falaram a defensora pública Lia Felismino, Lia Ferreira Gomes, Secretária Executiva de Justiça, Cidadania, da mulher e Direitos Humanos do Ceará, finalizando com a fala da travesti Paula Costa. A participação de Paula foi marcada por indignação e protesto, destacando as poucas oportunidades de empregos dadas às travestis. Ela também destacou o momento que conheceu Thina no final da ditadura e ponderou que, se hoje as travestis têm espaços de viverem suas identidades, isto é o resultado de suas lutas. A falta emprego é uma forma de ocultar e invisibilizar as travestis. A fala de Paula se conecta com sua revelação no final da sessão na Câmara Municipal de Fortaleza.

Yara Canta foi, então, convidada para encerrar a sessão solene cantando. Sua apresentação foi marcada por uma performance na qual ela cantou a música “Controversa”¹⁰², de autoria de Adriana Deffenti. A canção “Controversa” traz em seus versos a denúncia sobre os olhares que as pessoas cisgêneras direcionam para corpos trans. A letra da música

¹⁰² A letra da música “Controversa” de autoria de Adriana Deffenti está disponível em: <https://www.adrianadefenti.com.br/controversa>. Acesso 30 de novembro de 2021.

Se às vezes uma pessoa me nota na rua
 E lança aquele olhar bisonho de quem
 Se incomoda com a minha presença
 Prefiro achar que é só humano
 Um jeito de agir estranho
 Há seres que se surpreendem com o espontâneo

Mas saiba meu senhor, senhora, que fiquei assim
 Por desfrutar da liberdade de viver pra mim (depois pra você)
 E se meu jeito lhe incomoda
 Digo e repito a toda hora
 Adoro ser essa pessoa que você detesta
 Então

Para de meter o bedelho onde não lhe interessa
 Eu não tenho raiva
 Eu não tenho culpa
 E não tenho pressa (nenhuma)

Para de meter o bedelho onde não te interessa
 Minha alma é pura
 Pouco me importa se sou controversa
 Parari rarurirarurá, papaparararurá, uuhh
 Mas saiba meu senhor, senhora, que fiquei assim
 Por desfrutar da liberdade de viver pra mim (depois pra você)
 E se meu jeito lhe incomoda
 Digo e repito a toda hora
 Adoro ser essa pessoa que você detesta
 Então

Para de meter o bedelho onde não lhe interessa
 Eu não tenho raiva
 Eu não tenho culpa
 E não tenho pressa (nenhuma)

Para de meter o bedelho onde não te interessa
 Minha alma é pura
 Pouco me importa se sou controversa

Então para de meter o bedelho
 Para de meter o bedelho
 Para de meter o bedelho onde não te interessa
 Então para de meter o bedelho
 Para de meter o bedelho
 Para de meter o bedelho onde não te interessa

Compositor: Adriana Deffenti

A canção retrata a presença da travesti na rua durante o dia como um corpo estranho e os olhares das pessoas cisgeneras que se incomodam com aquela presença. A vinda das travestis para a rua à luz do sol só foi possível por conta da ideia de liberdade construída em conjunto com os movimentos sociais ainda nos anos de 1990.

Renato Roseno encerrou a sessão solene e, logo, os aplausos de todos/as/es tomaram de conta do Plenário 13 de Maio. A mobilização de travestis em torno do protagonismo político faz com que elas ocupem outros espaços entre a rua e as instituições do Estado. As duas Sessões

Solenes, são, ao meu ver, plataformas de reivindicação política das travestis. Nelas elas se reuniram em alianças, e dessa vez não foi nas ruas. Conforme coloca Butler “algumas formas de assembleia política não acontecem nas ruas ou nas praças, exatamente porque ruas e praças não existem ou não constituem o centro simbólico dessa ação política.” (BUTLER, 2019a, 140). A natureza da mobilização nas sessões solenes difere do que narrarei em seguida, o Ato por Sofia, em que travestis ocuparam as ruas em frente à Secretaria de Segurança Pública de Fortaleza. Elas se reuniram novamente reivindicando um plano de segurança pública do Estado para a população trans do Ceará.

Entre ofícios, manifestações publicadas e reivindicação de direitos, a Atrac em conjunto com outras travestis continuaram cobrando do Estado e da Secretaria de Segurança Pública do Estado ações eficazes para proteger a vida de travestis. Infelizmente, foi necessário perder muitas delas para que medidas fossem tomadas. E foi na manifestação “Ato por Sofia Giselly” que as travestis encontraram mais uma possibilidade de se reunir em assembleia.

5.2. Ato por Sofia: como resistir se tudo leva a morte?

Como venho apresentando ao longo desta dissertação, vários casos de violência contra travestis marcam o cenário brasileiro. Segundo Berenice Bento: “É o próprio drama das pessoas negras, pobres e trans no Brasil. A marca de raça, gênero e classe social não deixam dúvida de que o projeto político dos representantes do Estado era sua eliminação.” (BENTO, 2017a, p.331/332). O assassinato brutal da travesti Sofia Giselly no dia 11 fevereiro de 2022, em Fortaleza, traz à tona uma série de questões e narrativas que caminham junto com o ativismo de travestis no Ceará. Sofia foi assassinada a pedradas no bairro Bom jardim, na capital, tornando-se um exemplo de “vidas matáveis” (AGAMBEN, 2004).

Sofia Giselly, de 22 anos, morava no Parque Santo Amaro, no Grande Bom Jardim. Filha de pai e mãe separados, sonhava em ser cabeleireira e em ter seu próprio salão. O seu corpo, contudo, foi encontrado em um terreno na avenida Osório de Paiva. Parte de suas roupas foram tiradas e muitas pedras foram encontradas ao redor e em cima da vítima. O assassinato de Sofia fez com que a Atrac organizasse um ato/ manifestação cobrando do Estado um plano de segurança pública para a população trans. O Ato por Sofia é a busca de construir “castelos e muralhas pedindo igualdade e principalmente dignidade, pois essas pessoas estão sempre correndo atrás da dignidade” (REIDEL, 2017, p. 124).

Imagem 18 – Fotografia, Sofia Giselly

Portal G1¹⁰³

Diante do assassinato de Sofia, em nota a presidência da Atrac se manifestou em suas redes sociais:

“É desolador, amanhecer com mais uma notícia dessas. E é mais, desolador ainda a falta de atenção e cuidado da pasta da Segurança Pública desse Estado, para com as nossas pautas. Desde o início do ano, que oficializamos, via ofício, requerendo uma Audiência com o Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando uma Audiência, para tratarmos desses, e de outros casos de lgbtfobia no Estado.

De la pra cá, já oficializamos mais três pedidos. Pela urgência dos fatos, e pela inércia, pela falta de atenção, pela ausência de respostas imediatas, pela falta de respostas sobre os acompanhamentos dos crimes correlatos por lgbtfobias no Estado, pela ausência de um Plano Estadual de Segurança Pública para a população LGBTQIA+, pela ausência de discussão sobre a implantação do Observatório de Crimes correlatos por lgbtfobia no Estado, pela ausência de celeridade nos processos da implantação de uma Delegacia Especializada de Crimes Raciais, e de intolerância pelos últimos assassinatos lgbtfóbico no Ceará, e principalmente por mais um assassinato horrendo contra uma trans hoje. A Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Estado do Ceará, convoca todos, todas, e todes do Movimento LGBTQIA+ cearense, para um ATO no próximo dia 15 (terça-feira) Dia Estadual de Enfrentamento à Transfobia, mês em que se completa 05 anos da Morte de Dandara, para juntos, juntas e juntes estarmos em frente a Secretaria de Segurança Pública do Estado na Av. Bezerra de Meneses, às 10:00hs da manhã, para exigirmos justiça, por mais esse crime horrendo contra uma trans, e exigirmos uma Política de Segurança Pública para a população LGBTQIA+ desse Estado.

Obrigada!

Andrea Rossati

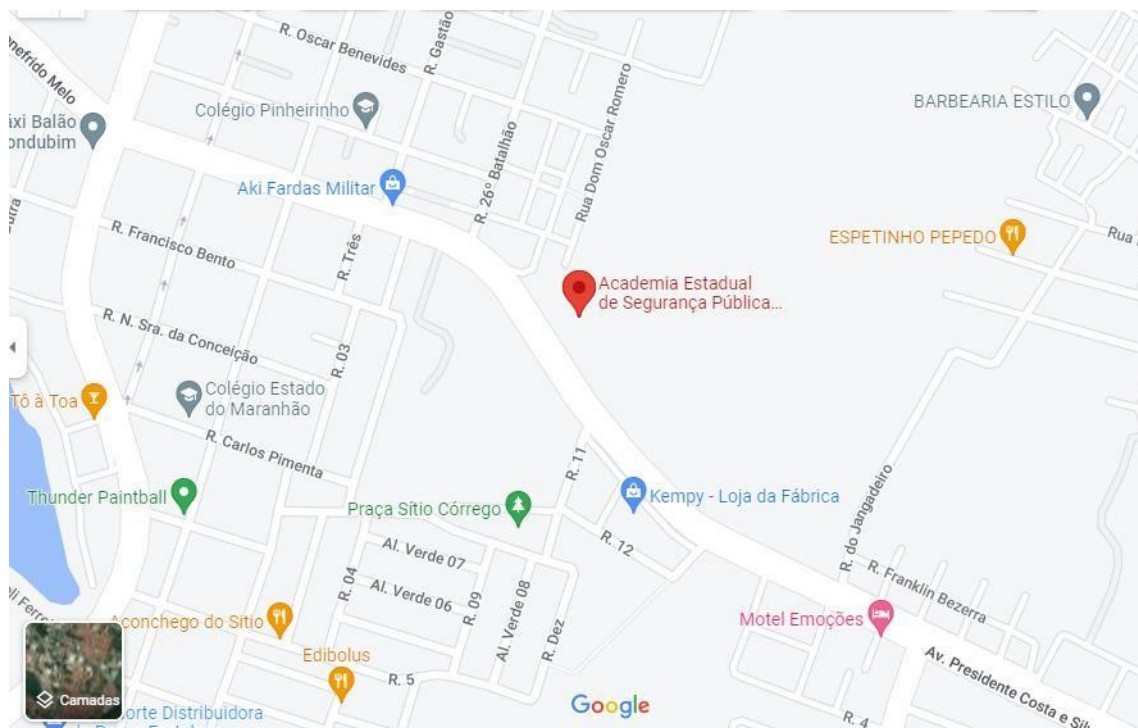
Presidenta da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará.

A convocação para participar do Ato por Sofia se espalhou pelas redes sociais e, dessa forma, tive conhecimento do movimento, o que possibilitou que eu estivesse presente. Ser um

¹⁰³ G1. Familiares e amigos protestam contra morte da travesti Sofia, em Fortaleza: 'Ajudava todo mundo'. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/02/15/familiares-e-amigos-protestam-contra-morte-da-travesti-sofia-em-fortaleza-ajudava-todo-mundo.ghtml>. Acesso dia 26 de setembro de 2022.

observador participante deste ato me proporcionou grandes reflexões: qual o papel do ativismo de travestis diante da cobrança de políticas de segurança pública? O ATO por Sofia nos encaminha para o diálogo entre movimento da Atrac e o Estado, representado pelo Secretário de Segurança Pública do Ceará.

Imagem 19 – Fotografia, Secretaria de Segurança Pública do Ceará



Google Maps. Acesso: dia 26/08/2022

É importante lembrar que a manifestação aconteceu no mesmo dia em que se completaram cinco anos do assassinato da travesti Dandara Katheryn¹⁰⁴, o que marca também o Dia Municipal de Enfrentamento à Transfobia.

A associação enquanto movimento social “é em si uma forma social, e quando um movimento social reivindica um novo modo de vida, uma forma de vida possível de ser vívida, então deve, no mesmo momento, representar os próprios princípios que busca realizar.” (BUTLER, 2019a, p. 238/9). A ida para o Ato por Sofia me colocou diante de uma articulação do movimento de travestis, produzindo discursos e contra discursos que pretendiam romper

¹⁰⁴ Segundo Benevides “Um dos casos mais emblemáticos de transfeminicídio no País, o assassinato de Dandara ganhou repercussão após um vídeo nas redes sociais. As imagens mostravam Dandara sendo espancada, com pontapés no rosto, golpes de madeira no ombro e na barriga, uma paulada na cabeça, além de xingamentos, chineladas na cara, tiros e um paralelepípedo afundando a cabeça para finalizar a execução. Em 4 de março de 2017, um dos vídeos viralizou e foi divulgado nas redes sociais de veículos da imprensa, de anônimos e até na página do governo do estado do Ceará, repercutindo pelo mundo todo.” (BENEVIDES, 2022, p.92)

com a lógica operante que vulnerabiliza as travestis. Essa articulação começou dentro do ônibus que viajávamos. Contudo, minha chegada até o Ato Por Sofia deu-se de maneira extraordinária.

A ida de ônibus da cidade de Redenção até Fortaleza ocorreu com mais cinco estudantes da UNILAB, dois homens transexuais, uma travesti, dois homens gay cis e negros. Assim que nos reunimos no ônibus, as discussões permearam o tema da curta expectativa de vida da população trans, da negação dos seus direitos e de suas cidadanias. A permanência no ônibus até a ida para o Ato por Sofia me colocou diante das discussões sobre o nome social para população trans, do tema vulnerabilidade financeira, da transfobia domiciliar e institucional dentro da Unilab e também sobre as resistências.

Quando chegamos na Secretaria de Segurança Pública, as travestis e os demais representantes dos movimentos sociais estavam reunidos. Contabilizei algo em torno de oitenta manifestantes, aos quais se somava a mídia local. Andrea Rossati, Yara Canta e La Belle já se faziam presentes.

Imagem 20. Fotografia, Participação no Ato Por Sofia



Arquivo pessoal, 11 de fevereiro de 2022.

Entre faixas, falas e gritos como “Sofia! Presente”. “Dandara! Presente”, “Vidas trans importam”, repetidas vezes, travestis e mulheres transexuais reivindicavam o direito de viver, de ter segurança. A chuva forte não foi capaz de interromper a manifestação. O grito de

“Dandara! Presente”, por seu turno, nos faz pensar que, assim como Sofia foi vítima de um crime que tirou sua vida, Dandara sofreu na mesma proporção. Nascimento (2021) nos diz que a morte é uma sombra constante dos corpos trans. “Dandara segue morta, mas viva entre as suas, viva no medo de que nós, mulheres transexuais e travestis, temos de também termos nossas vidas brutalmente ceifadas, viva a militância que insiste em denunciar as inúmeras violências vividas pela comunidade trans.” (NASCIMENTO, 2020, p. 175).

Após alguns minutos debaixo de forte chuva, o portão da Secretaria de Segurança Pública foi aberto e os manifestante foram colocados para dentro. Andrea Rossati registrou a presença de representantes dos movimentos sociais e da vereadora Adriana (PSOL).

Após as falas de alguns integrantes do movimento, o secretário de Segurança Pública mandou avisar que iria receber os representantes locais. Os membros dos segmentos escolhidos para o encontro foram representantes da Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Ceará (Atrac); Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat); Associação Transmasculina do Ceará (Atrans-CE); Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (Fonatrans); Fórum Cearense LGBT; Mães da Resistência, Mandata Nossa Cara; Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção LGBT; a senhora La Belle, Rede Trans Brasil; Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa); mandato do deputado estadual Renato Roseno; Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-CE; e a vereadora Larissa Gaspar.

No rol de entrada da Secretaria, Andrea Rossati falou ao público sobre sua indignação diante da falta de segurança e de políticas públicas eficazes que protejam as vidas da população trans. Na oportunidade, relatou os dados oficiais da Antra relativos aos assassinatos de travestis e mulheres trans no Ceará. Andrea observou que o “Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”, organizado por Bruna G. Benevides (ANTRA, 2022), insere o Ceará na quarta posição de estados do Brasil com maiores assassinatos da população trans em 2021, com 11 homicídios. O Brasil, por seu turno, segue a 13 anos liderando o ranking de assassinatos a pessoas trans. Segundo a travesti e pesquisadora Bruna Benevides (2022):

Entre 2017 e 2021, tivemos 781 assassinatos de pessoas trans brasileiras. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 105 casos, aparece em 1º. Em 2º, o Ceará com 73 casos e a Bahia em 3º com 72 assassinatos; Minas Gerias com 60 em 4º; o Rio de Janeiro, com 59, está na 5ª posição; Pernambuco em 6º, com 46 casos, Paraná com 36; Pará em 8º, com 31 assassinatos, Goiás com 28 e Paraíba com 27 em 10º. (BENEVIDES, 2022, p. 36)

Segundo os dados colhidos no “Boletim Nº 01/2021 Assassinatos Contra Travestis e Transexuais em 2021” da Antra¹⁰⁵ os números de assassinatos contra travestis e mulheres trans no Brasil são assustadores. Em 2020, comparando com os Estados Unidos da América os assassinatos são quase quatro vezes a mais, um total de 175 no Brasil contra 44 nos Estados Unidos. O mapeamento feito dos quatro primeiros meses de 2021 revela que já foram assassinados no Brasil 56 pessoas, sendo 54 trans/Travestis e 2 homens trans/Transmasculinos. O relatório anual é feito por Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Mulheres Transexuais (Antra), e por Sayonara Nogueira, Presidenta do Instituto Brasileiro de Trans Educação (IBTE) e do Observatório Trans. Conforme coloca Letícia Nascimento, “[n]esse sentido, são os próprios movimentos sociais que realizam o monitoramento dos transfeminicídios.” (NASCIMENTO, 2020, p. 176).

A violência contra mulheres trans e travestis no Brasil, o transfeminicídio, tem sido registrado pela Antra desde 2014. Diante dessa situação, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, liderando o ranking de Transfeminicídio. São com esses números que se fazem necessárias políticas públicas para a defesa dos direitos de travestis e mulheres transexuais. E se há políticas públicas para a comunidade LGBT¹⁰⁶ é por que houve articulação, argumentação, convencimento, alianças e pactos. Onde não se avançou é porque faltou “alguns desses elementos” (SARAIVA, 2017, p.2001). E à medida que a violência cresce no Brasil, temos “visto o direito à segurança individual ser negado cotidianamente, numa sequência de atos que colocam em xeque a capacidade do Estado para se fazer presente.” (MONDAINI, 2007, p.78).

Como venho apresentando ao longo de toda esta dissertação, os assassinatos de travestis dão-se pelo fato da sociedade não perceber as travestis como normais, as identificam como anormais, como monstros. Segundo Luma Nogueira (2015):

um monstro, passa a ser indesejada, uma ameaça à ordem, à moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e/ou psicológica. Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural) (NOGUEIRA, 2015, p. 138).

¹⁰⁵ ANTRA. BOLETIM Nº 01/2021 ASSASSINATOS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>. Acesso dia 06 de julho de 2021.

¹⁰⁶ É importante ressaltar que hoje a nomenclatura do Movimento é LGBTQIP+ (Movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais). Diário do Nordeste. Conheça o significado da sigla LGBTQIA+ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/conheca-o-significado-da-sigla-lgbtqia-1.3103180>. Acesso em 06 de julho de 2021.

O assassinato de Sofia foi marcado pela transfobia e constitui, como venho dizendo, um ato de transfeminicídio¹⁰⁷, por ela não ser considerada normal pela sociedade, que negou a sua existência e a colocou em um estado de vulnerabilidade. Ferreira (2015), sobre esse tema comenta que: “vulnerabilidade, evidentemente, se aprofunda, se especializa e recebe requintes outros em razão das identidades de gênero dessas pessoas, que não são reconhecidas como legítimas e são interpretadas de acordo com teorias biologizantes e que essencializam o gênero.” (FERREIRA, 2015, p. 134).

Logo, o ativismo é uma resistência à violência e aos assassinatos das travestis. Pelos relatos colhidos em campo junto das ativistas, nota-se que o corpo das travestis é insuportável para a cisgeneridade, que não concebe a possibilidade destes sujeitos viverem. Nos temos de Berenice Bento: “Seus corpos apresentam diferenças insuportáveis para um contexto pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias. Os corpos trans seriam a própria materialidade da impossibilidade da assimilação” (BENTO, 2017b, p. 59).

No Brasil, a média de vida de uma pessoa trans, especialmente travestis e mulheres trans, é de 35 anos¹⁰⁸ o que mostra que não é à toa que o nosso país lidera o ranking de Transfeminicídio e é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. É necessário compreender ainda que existe uma total falta de preocupação do Estado com a transfobia e uma enorme subnotificação de crimes transfóbicos¹⁰⁹. Todos os dias, chegam notícias de jovens transexuais e travestis que são brutalmente torturadas e assassinadas. “As vidas de pessoas trans, principalmente das mulheres trans, valem muito pouco. A violência, nesse caso, deve ser caracterizada como violência de gênero.” (BENTO, 2017b, p. 60). O transfeminicídio como política de extermínio de corpos trans, de travestis, assim como a necropolítica (MBEMBE, 2018) elimina corpos que não deveriam habitar dentro da normalidade. Segundo Bento (2017), a principal função do transfeminicídio é a espetacularização exemplar.

Os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam. Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de heróis, os não exemplares, os párias, os seres abjetos, também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação (BENTO, 2017b, p. 235).

¹⁰⁷ Segundo Berenice Bento (2017) “o transfeminicídio caracteriza-se como uma política disseminada intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil.” (2017, p. 233).

¹⁰⁸ Agência Senado. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso dia 05 de julho de 2021.

¹⁰⁹ O crime de Transfobia só foi aprovado em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal. Portal STF. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 06 de julho de 2021.

As travestis rompem com a normalidade de normas de gênero impostas pelo determinismo biológico das identidades de gênero e pela desvalorização socialmente/historicamente construída das feminilidades. Os dados acima revelam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios contra pessoas trans. As violências reveladas em números são dadas a partir de um perfil de pessoas marcadas pelas interseccionalidades de idade, classe, raça, gênero e contexto social. Essa política disseminada no Brasil, intencional e sistemática nega a humanidade de suas existências. Impedindo de essa população tenha outro destino que não seja a morte. Mas a morte não é o único caminho para travestis, a busca pela cidadania plena é uma resistência constante dentro dos movimentos sociais.

As mortes relacionadas a corpos travestis se inserem no debate dos direitos humanos e podem ser contempladas a partir do conceito necropolítica, ao qual já fiz referência nas linhas anteriores. Segundo MBEMBE (2018), as "formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte" (p. 71) são apresentadas dentro da necropolítica com relações de resistência. As formas de assassinatos de travestis têm criado o mundo da morte para elas. A captura do corpo Travesti é uma emboscada, que transforma seu corpo na morte. E elas precisam resistir, têm resistido a essa política de morte por meio do ativismo. O corpo morto de Sofia é a prova da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória que violentam corpos de travestis. "Atos repetidos de violência, assassinatos e extermínio que buscam justificativas e querem ser justificados em uma histórica, e não natural, pressuposição, a da heterossexualidade compulsória, a qual buscar moldar e definir modos de viver e de morrer." (LOPES, 2015, p.181).

Em Fortaleza, Travestis se reúnem em associações, grupos, em centros e espaços múltiplos. Buscando dessa forma "viver uma vida que não é vivida". As ruas são espaços políticos de forma livre ou em coligações. Mas é possível Travesti viver uma vida boa em uma vida ruim? (BUTLER, 2019a). O ódio especializado, a misoginia, a violência física transformam o corpo da travesti Sofia em um estado negativo. Sendo transformado na própria destruição das identidades travestis. Como diz a filósofa Marcia Tiburi "A violência física também é linguagem. Atos de violência, seja verbal ou física, seja espancamento ou estupro, são de uma lógica diabólica que transforma em negativo tudo aquilo que visa a destruir." (TIBURI, 2018, p.39).

Butler (2019) nos faz refletir sobre o que é uma vida boa, apresentando a expressão como controversa. À medida que "muitos identificam a vida boa com o bem-estar econômico, a prosperidade e até mesmo com a segurança." (p.214). Contudo, essa vida boa não pode ser

explicada apenas pelos pontos anteriores. Pessoas vivem uma vida boa explorando o trabalho dos outros, tendo como base a desigualdade. A autora utiliza os argumentos de Adorno para apresentar a relação moral com as condições sociais e se pergunta se é possível “viver uma vida boa em uma vida ruim”. Dessa maneira,

Tudo o que hoje podemos chamar de moralidade se funde na questão da organização do mundo [...] podemos até mesmo dizer que a busca pela vida boa é a busca pela forma correta de política, se é que, de fato, uma forma correta de política estiver nos domínios do que pode ser alcançado hoje. (BUTLER, 2019a, p. 215).

Assim, vale perguntar qual o lugar das travestis na configuração social da segurança e do bem-estar? Continuamos com Butler: “De quem são essas vidas que já não são consideradas vidas, ou são consideradas vidas apenas parcialmente vividas, ou vidas já terminadas e perdidas antes mesmo de qualquer abandono ou destruição explícita? (BUTLER, 2019a, p. 217). Essa situação se torna mais crítica quando a vida de Sofia não é digna de ser salvaguarda, protegida ou valorizada.

Compartilho do pensamento de Butler (2019b) em “Corpos que importam: sobre limites discursivos do sexo”, quando a autora comenta que “se certas vidas não se qualificam como vidas, ou, desde o princípio não são concebidas como vida, dentro de certos marcos epistemológicos, então, tais vidas nunca se considerarão vividas ou perdidas no sentido pleno de ambas as palavras.” (BUTLER, 2019b, 63).

Ainda sobre o valor da vida das travestis, Bento observa que “Quando se mata uma travesti, a motivação do crime está na negação daquele corpo em coabitar o mundo humano, que é dividido em homens-pênis e mulheres -vaginas. E seria a heterossexualidade natural dos corpos que daria o dismorfismo sexual” (BENTO, 2017, p.24) que é reproduzido nos discursos.

No que tange às políticas que visam garantir os direitos, mesmo que o estado do Ceará tenha, aos poucos, caminhado junto a efetivação de políticas públicas, essas mudanças, infelizmente, ainda se fazem de forma lenta. Muitos processos judiciais permanecem acumulados com a burocracia do sistema, os documentos permanecem sem análises por muito tempo, entre eles laudos médicos, acompanhamentos psicológicos e psiquiátricos. A ausência de delegacias especialização para crimes de transfobia, e de um delegado ou delegada específica para o caso, dificulta os processos finais.

Como venho argumentando, o Ato por Sofia insere os corpos das travestis nas ruas. Suas manifestações ocuparam o espaço em frente à Secretaria de Segurança Pública. O risco da multidão de travestis nas ruas é a exposição do corpo, de suas vulnerabilidades. Em muitas situações “as multidões não podem tomar as ruas sem que as pessoas corram risco de prisão, injúria ou morte, então em alianças algumas vezes se dão de outras formas, formas que

procuram maneiras de minimizar a exposição enquanto as reivindicações por justiça são feitas” (BUTLER, 2019a, p. 139).

Assim, na lógica dessa estrutura Sofia não merece viver. Foram negados às travestis seus direitos de cidadãs, e quando essas sujeitas são privadas de cidadania, elas ingressam em uma zona de indiferenciação. “São vidas que importam na exata medida de sua não importância” (BENTO, 2017a, p. 266).

O ato por Sofia é uma “ação em conjunto que caracteriza a resistência” (BUTLER, 2019a, p. 238), que é interpretada pela ação verbal e performativa do corpo que reivindica o lugar de aparecer. Mas a resistência, conforme aprendemos com Butler, se manifesta “também nos gestos corporais de recusa, silêncio, movimento e recusa em se mover que caracterizam os movimentos que representam os princípios democráticos da igualdade e os princípios econômicos.” (BUTLER, 2019a, p.238).

Venho me alinhar a Butler (2019a) porque a autora pensa sobre a importância das estratégias dos corpos organizados em público reclamando seus direitos. Assim, nas experiências de nossas ativistas elas mobilizam atos performativos que, além das demandas instáveis que carregam, implicam, simultaneamente, na enunciação do direito de aparecer, fazendo acontecer o que reclamam (a visibilidade de seus corpos) e a expectativa de uma série de efeitos (o respeito e políticas públicas que acolham e ofereçam condições de existência).

Butler também reflete sobre como ideais profundamente arraigados pelo sistema neoliberal auxiliam na desumanização de pessoas, criando/reforçando grupos sociais historicamente fragilizados em questões materiais e morais, sem assistência do governo, e tidos como desprovidos de valor, como descartáveis. Ao se juntarem, travestis reclamam melhorias dentro de vidas que foram planejadas pelo sistema para serem ruins, sacrificadas para que poucas vidas sejam boas. Assim, Butler cria argumentos que ultrapassam questões de grupos específicos (LGBTI+, raciais, etc.), tomando uma perspectiva mais geral, para refletir sobre os vários coletivos em situação de vulnerabilidade, de corpos que sequer são vistos como passíveis de luto.

Em *Quadros de Guerra* (2020), Butler analisa como a violência é encaminhada no discurso e nas ações tendo em vista também seu papel dentro da sociedade em sua historicidade, considerando que as condições de receptividade que envolvem aqueles que a reivindicam dependem de conjunturas que possibilitem sua manifestação, ou seja com condições – políticas, sociais e éticas – para que as mobilizações aconteçam em espaços públicos e sejam vistas, ouvidas e respeitadas.

A autora nos convida a um exercício de olhar para si e olhar para o outro. Mas não pela mesma perspectiva, pois corpos são submetidos a enquadramentos distintos. Butler (2020, p. 255) diz: “Nenhum sujeito tem o monopólio sobre ‘ser perseguido’ ou ‘ser perseguidor’, nem mesmo quando histórias fortemente sedimentadas (formas de reiteração densamente combinadas) produzem esse efeito ontológico”. Referência perfeitamente aplicável ao histórico dualismo binário.

É importante compreender o significado da perspectiva de Butler (2020) e aqui relacionamos com a precariedade enfrentada pelas travestis em Fortaleza. Ela põe em pauta a distribuição demográfica da precariedade, algo político e historicamente associado às lógicas capitalista e neoliberal. Ambas entram em rota de colisão com as demandas dos movimentos sociais e políticos, partidários ou não, de direitos humanos, pois objetivam outra coisa que não a emancipação humana.

Falar em “corpos que importam” e “corpos que não importam”, (BUTLER, 2019b) tal qual faz a filósofa pós-estruturalista, é, em alguma instância, questionar quem pode e quem não pode falar (ou mesmo viver, se considerarmos linhas teóricas de outros autores). Ir contra essa distinção, que inclui também a violência estatal, é movimentar-se em direção a uma luta por direitos que atenda a interesses coletivos e não particulares.

Vale a pena conectar o transfeminicídio cometido contra Sofia à relação entre corpo e travestilidade. Para pensar este tema, recorreremos a este trecho de Berenice Bento quando observa que “toda a biografia de resistência e de agência da pessoa trans assassinada é apagada quando se devolve o corpo aos braços do determinismo biológico.” (BENTO, 2017a, p. 233). O corpo apagado da travesti, a violência sofrida, a vida não vivível, a violência letal, são notícias disseminadas no Brasil. E na maioria dos casos, esses corpos ainda não enterrados com seus nomes registrado ao nascer, no masculino. “Nessas notícias, muitas vezes, as pessoas trans são apresentadas com o nome masculino e são identificados como o “travesti”.” (BENTO, 2017a, p. 233). A luta do movimento social encampado no ato é que esses corpos, essas identidades, não sejam apagadas por suas famílias e nem pelo os meios de comunicação. No caso de Sofia, ela foi apresentada por sua identidade feminina, e no ato por Sofia, sua irmã ressaltou sua feminilidade.

Para além da violência homicida, incidem sobre o corpo travesti classificações impróprias. O Conselho Federal de Medicina na resolução nº 2.265/2019 considera “travesti a pessoa que nasceu com um sexo, identifica-se e apresenta-se fenotipicamente no outro gênero, mas aceita sua genitália.” Este discurso biomédico é violento, marginalizante e tenta controlar esses corpos. Não cabe ao profissional de saúde utilizar critérios diagnósticos para caracterizar

identidade. Travestis podem desejar e têm direito de acesso ao Processo transexualizador. São subjetividades que devem ser reconhecidas e legitimadas como próprias da diversidade humana e não classificadas como desvios de personalidade, transtorno, perversão e disforia.

A lógica da patologização, que busca uma cura para pessoas trans, impede que elas vivam suas performances de gênero. O assassinato de Sofia Gisely e o Ato organizado pela Atrac nos coloca diante da necessidade de podermos lutar por uma vida boa, por uma vida que seja possível de ser vivida.

Em contraponto às classificações médicas acima referidas, recorro à Jaqueline Gomes de Jesus em “Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos (2012), que nos lembra que o gênero é sempre autodeclarado. Logo, para além de qualquer definição biomédica, travestis podem se definir de formas que entrariam no guarda-chuva¹¹⁰ não-binário e/ou podem se definir como mulheres. Mas, é preciso notar, nem todas se definem como mulheres. Contudo, travestis e mulheres transexuais podem ser mulheres, (NASCIMENTO, 2021). A atenção a esta complexidade nos leva a perceber que é enganosa a tentativa de definir travestis como uma pessoa transfeminina que não vai atrás de cirurgias de redesignação sexual.

Segundo Neon Cunha (et.al.2021) observa que é necessário cada vez mais alianças entre o movimento negro e o movimento LGBT enquanto categorias dissidentes para o enfrentamento da transfobia e do racismo. Para superar esses dois problemas se faz necessário um enfrentamento das violências sofridas por travestis, e isso só é possível com políticas públicas.

Conforme venho mostrando ao longo de todo este trabalho, as travestis são expostas às maiores situações de violências e de desumanização de seus corpos e, muitas vezes, isso compromete a saúde mental das que permanecem vivas. As que buscam atendimentos da saúde na maioria dos casos encontram um “desrespeito ao gênero, são em geral decorrentes de uma atitude alienada de trabalhadores da saúde dominados pela naturalização do cisnorma, configurando violência psicológica, senão assédio, pela recorrência que necessariamente afetam o campo da saúde mental.” (CUNHA, et. al. 2021, p.26).

Voltando ao Ato, vale se perguntar sobre os seus resultados. O Ato por Sofia tem como resultado a cobrança por políticas públicas do Estado. A Atrac cobra um plano Estadual de Segurança para a população LGBT, cobra a celeridade nos processos de investigação de assassinatos de travestis e transexuais e a implantação de uma Delegacia Especializada de

¹¹⁰ Jesus (2012) apresenta “transgênero” como um termo guarda-chuva que abriga “o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.”

Crimes Raciais e de intolerância religiosa no Ceará, além, obviamente, de exigir justiça pelos corpos trans assassinados no estado.

Diante de tais demandas, no mesmo dia de realização da manifestação a Secretaria de Segurança Pública em audiência com as categorias, firmou uma parceria institucional com o CRLGBTTR. A conversa com os movimentos sociais após o Ato por Sofia estabeleceu que as pessoas vítimas de violência seriam acompanhadas por policiais militares especializados em atendimento humanizado a grupos vulneráveis. A busca por alternativas caminhou também para a criação de um observatório cearense dos crimes correlatos por LGBTfobia, que será composto por representantes da secretaria. Esse observatório terá como objetivo monitorar os crimes e produzir relatórios relacionados às investigações criminais. Todas as decisões foram assinadas em uma portaria, que foi então divulgada no Diário Oficial do Estado. Como apontou Yara canta, a criação do Observatório deu-se sem a participação dos movimentos sociais.

5.3. Travestis e o Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra

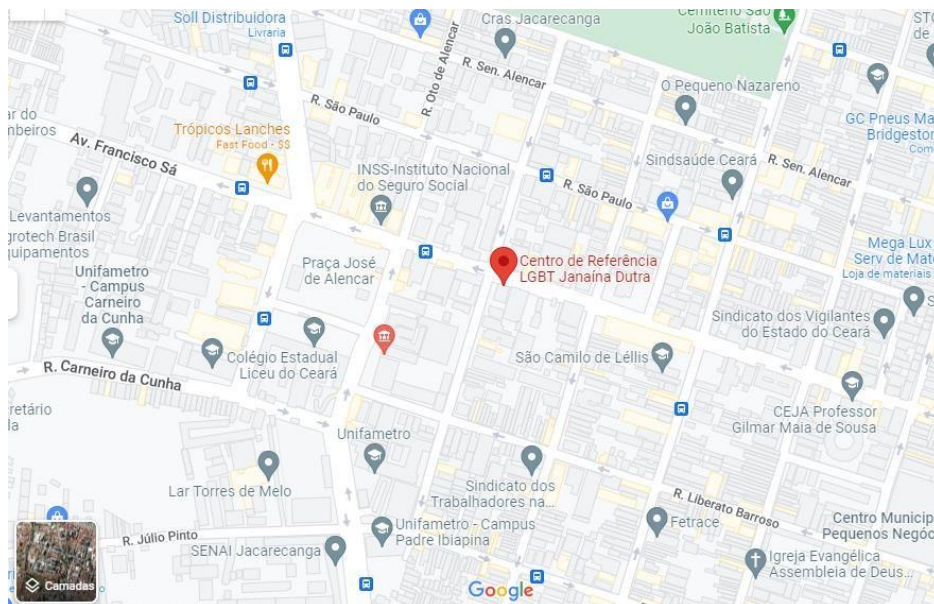
No ano de 2021 celebra-se uma década da criação do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra. O referido centro foi por 10 anos o único equipamento para atender as violações de direitos da população LGBT de Fortaleza e de outros municípios do estado. Hoje, a capital cearense compartilha as responsabilidades com o Centro de Referência Estadual LGBT Thina Rodrigues.

Depois de várias tentativas de visitar o Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra, impedido pelo isolamento social, suspeita de Covid-19 e outras questões, finalmente conseguir o meu primeiro contato no dia 27 de novembro, quando me dirigi ao Centro, localizado em uma casa de arquitetura antiga localizada no Bairro Jacarecanga.

Ao lado direito da porta de entrada, a placa com Informações “Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial” e outra embaixo “Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra” indicava a institucionalidade do local. Fui até a recepção, me identifiquei e disse que tinha agenda com o Tel Cândido, o coordenador do local, às 11 horas. A recepcionista gentilmente me anunciou para o Tel e então ele pediu para que eu subisse. Subi as escadas de madeira, quase em uma espiral e, finalmente, cheguei ao final delas, onde vi a porta da sala do Tel aberta. Ali já havia uma placa com os dizeres “#SomosTodosDiversos”. A minha conversa com o Tel foi muito tranquila. Apresentei minha intenção em relação ao Centro e ele me relatou as possibilidades e os limites possíveis da minha atuação enquanto pesquisador naquele espaço.

Diante de toda situação vivenciada pela Pandemia e pelos limites apresentados, utilizamos apenas os relatórios do CRLGBTJD, os quais cotinham dados referentes a população trans.

Imagem 21 – Fotografia, Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra



Google Maps. Acesso 26/08/2022

O Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra atende a população LGBT, contudo iremos apresentar em seguida dados importantes sobre a população trans e travesti¹¹¹ que procuram o centro na tentativa de garantir o acesso aos direitos básicos. Segundo o relatório ao qual tive acesso no Centro:

Pessoas trans (travestis, homens transexuais, mulheres transexuais e pessoas não-binárias) seguem como as principais demandantes dos serviços do CRLGBTJD, perfazendo 79% do total de usuários/as atendidos/as em 2020. Homens cisgênero gays representam 11% dos atendimentos e mulheres cisgênero lésbicas ou bissexuais somam 8%. (RELATÓRIO CRLGBTJD, 2020, p.13)

Em Fortaleza as violações dos direitos das Travestis são registradas no Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra e as principais violações registradas no ano de 2020 foram violência psicológica, moral e física, desemprego, violência patrimonial, institucional, sexual e abandono.

Feito este panorama da natureza dos atendimentos do centro, cumpre comentar um pouco sobre a sua história. O CRLGBTJD foi instituído pela Lei Complementar nº 0133, de 28 de dezembro de 2012. O centro realiza serviço municipal de proteção, orientação e defesa da

¹¹¹ O relatório anual de 2020 do CRLGBTJD é uma sistematização dos atendimentos anuais, em relação a população trans os dados são apresentados dentro de uma única categoria, pessoas trans.

população LGBT em situação de violação de direitos, em razão da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Os profissionais que atendem no centro são assistentes sociais, psicólogos e advogados que desenvolvem ações como rodas de conversas, palestras e encontros com grupo de apoio à população LGBT.

Ao analisarmos o relatório de atividades do Centro, identificamos o crescimento nos atendimentos direcionados às orientações e encaminhamentos para a alteração de prenome e gênero nas certidões de nascimento de travestis e transexuais. Assim, conforme o documento: “Em 2017, 28% das pessoas atendidas pelo Centro o buscaram com esta finalidade, passando para 38% em 2018, depois para 41% em 2019 e, por fim, 39% em 2020”. (RELATÓRIO ANUAL CRLGBTJD, 2020, p.13). Em relação às pessoas trans que realizam atividades remuneradas, são perceptíveis os desafios para a absorção pelo mercado formal de trabalho para travestis e transexuais. Segundo os dados, “24% das mulheres travestis e transexuais que exerciam alguma atividade remunerada declararam atuar como profissionais do sexo (RELATÓRIO ANUAL CRLGBTJD, 2020, p.15).

O relatório revela a sua importância na medida em que nos ajuda a compreender características da população atendida. A propósito da hormonoterapia, 42% da população trans atendida em 2020 revelou que faz uso de hormonioterapias:

sendo que 11% o fazia há mais de 10 (dez) anos. 86% deste grupo relataram utilizar os medicamentos sem acompanhamento médico endocrinológico, recorrendo à automedicação. Das 06 (seis) pessoas que faziam a hormonioterapia de forma assistida por profissionais de saúde, apenas 01 (uma) era atendida no sistema público de saúde e nenhuma era assistida por um ambulatório especializado, demonstrando o lugar central que o processo transexualizador ocupa no rol de demandas da população trans e, principalmente, a urgência da ampliação/qualificação da oferta desta modalidade de cuidado na rede pública. (CRLGBTJD, 2020, p.16)

Do universo de 60 mulheres transexuais e travestis atendidas em 2020 “11% informaram ter algum tipo de aplicação de silicone no corpo, tendo quase a metade deste grupo (47%) injetado silicone industrial, cujo uso para modelagem do corpo humano é proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.” (CRLGBTJD, 2020, p.16).

Diante do público atendido, as ações direcionadas para a população trans foram os atendimentos com profissionais e formação de Grupo de a) Apoio e Convivência para Travestis e Transexuais com acompanhamento de um psicólogo/a; b) Dia T - Tarde de Atividades e Serviços Gratuitos para Travestis e Transexuais; – c) 3ª edição do Dia T– toda equipe de profissionais participaram; d) encontro Mensal do Grupo de Estudos LGBT do CRLGBTJD – Edição “Nossas histórias: travestis na Ditadura Militar”, com a travesti Helena Vieira; e) sessão do Grupo de Apoio e Convivência para Travestis e Transexuais pelo aplicativo do google meet,

com um psicólogo/a e apoio à pesquisa: entrevista para TCC sobre territorialidade de travestis em Fortaleza, do curso de Geografia – UECE – sendo apoiado pela coordenação do Centro.

Segundo o Jornal o Povo, o relatório do ano de 2019¹¹² indica que a maioria das pessoas jovens atendidas no CRLGBTJD são negros e negras, de classe baixa e com risco de vulnerabilidade social. Do total de 1.813 atendimentos ofertados, 78% delas eram travestis, mulheres e homens transexuais e pessoas não binárias.

Quero finalizar este capítulo conectando a exposição sobre as formas de ativismo manifestas nas sessões solenes e no ato e a materialização das demandas ali apresentadas em políticas públicas. Como se pode notar, a construção do CRLGBTJD foi uma cobrança do movimento social. O mesmo ocorreu com Centro de Referência Estadual LGBT Thina Rodrigues. Os dois centros são, portanto, frutos das reivindicações do movimento social LGBT para atender às demandas de violações de direitos que essa população tem enfrentado.

Logo, os dois Centros de Referência fazem parte das políticas públicas do Estado do Ceará que têm como objetivo implementar equipamentos onde o público LGBT possa denunciar a LGBTfobia e ser acompanhado por profissionais competentes. Além de pautas dos direitos humanos serem trabalhadas, os centros possibilitam a integração de políticas públicas intersetoriais.

Identificar os Centros com os nomes das duas ativistas e travestis pioneiras no estado do Ceará em defesa dos direitos das travestis e mulheres transexuais é eternizar seus nomes em instituições públicas do estado. Pensar as políticas públicas para a população LGBT, especificamente para travestis, do estado do Ceará e em Fortaleza, é além de tudo enveredarmos pelo caminho do ativismo, de resistências e reivindicações de travestis.

Até aqui, demonstrei como Janaína e Thina iniciaram um processo de luta, sempre amparadas pelo apoio de outras travestis, que possuíam trajetórias diversas e múltiplas história de vidas. Conforme mostrei, outros nomes deram continuidade às lutas de Janaína Dutra e de Thina Rodrigues e, então, passaram a ocupar espaços institucionalizados e a pressionar o poder público para a criação de centros como os que descrevi acima.

Tais centros, voltados especificamente para o público trans e travesti, visam fornecer atendimento em um contexto no qual o sistema de saúde não consegue atender todas as

¹¹² O Povo Online. 69% das pessoas trans atendidas pelo Centro de referencia LGBT são negras. Disponível: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/01/29/69--das-pessoas-trans-atendidas-pelo-centro-de-referencia-lgbt-sao-negras.html>. Acesso 30 de junho de 2021

travestis. Mesmo com tais centros, os conflitos são intensos. Poucos profissionais no CRLGBTJD estão capacitados para acompanhar ou se interessam nesses casos. E um ponto marcante para isso é o preconceito diante das travestilidades. O nome social tem sido um avanço, mas compreendo que é necessário avançar muito mais. Travestis lutam por respeito, por garantias de seus direitos constitucionais efetivados, de dignidade e identidade de gênero.

Enfrentar os preconceitos na sociedade brasileira, diante de tantas agressões, assassinatos e violências, requer políticas públicas nas esferas federais, estaduais e municipais com urgência. A Transfobia precisa ser combatida todos os dias, com um sistema judiciário atuante.

Mesmo com algumas conquistas, a cidadania plena de travestis não é garantida, e só o movimento social, por meio das resistências e ativismo das herdeiras-filhas de Janaína e Thina, enquanto organização política tem cobrado por meio das lutas o estabelecimento de políticas públicas eficazes na tentativa de garantir o acesso e permanência de travestis aos direitos básicos.

As “filhas” de Janaína, de Thina e de Dediane são destaques diante do “papel político na resistência protagonizada pelas travestis.” (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 362). As ativistas conquistaram lugares de sociabilidade, de trabalho, de constituição de família, de vivências. Suas lutas difundiram outras formas de viver e fazer. Segundo Marina Reidel (2017)

se um dia o movimento surgiu por pessoas que acreditaram que seria possível, hoje ele é uma realidade e deve ser um território registrado tanto de forma política, social ou até mesmo histórica de sujeitos que não vão calar as vozes. E se calarem uma outra virão e gritarão mais alto em favor daquela que se foi. Se esse território for demarcado por pessoas, fatos e ações afirmativas ficarão os legados e ficará o exemplo a ser seguido. Vamos sim avançar, invadir espaços de direitos, gritar e se for preciso, pois nossa visibilidade precisa ser citada, vistas como pessoas humanas, mesmo em condições diferentes, iguais no direito.” (2017, p. 131).

As travestis emergiram da subalternidade e conquistaram cidadania. O tempo da cidadania travesti é um legado de memória coletiva e individual, é lugar de história e ativismo. As ativistas apresentadas até aqui abriram caminhos para outras terem acesso à educação, à saúde, à assistência social, ao trabalho e à segurança, ou pelo menos ao direito de aparecer, de reivindicar e se organizar em assembleia para cobrar esses direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa antropológica, buscamos analisar o ativismo de travestis em Fortaleza. Para tanto, nos debruçamos sobre as trajetórias de vida de Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Andrea Rossati e Dediane Souza, pioneiras do movimento na capital. A partir da análise de suas trajetórias, constatei que elas se mobilizaram politicamente em torno de alianças em associações/movimentos sociais reivindicando direitos.

Enquanto Janaína Dutra utilizou do mecanismo de formação de advogada para lutar pelos direitos das travestis, Thina Rodrigues encontra o ativismo nas ruas vivenciou o processo de marginalização e prostituição. Janaína e Thina encontram no ativismo o caminho para dizer que o destino das travestis não pode estar direcionado apenas na prostituição. Que elas podem sair dos lugares escuros da noite e viver a luz do dia. A mulher trans Andrea Rossati passa a vivenciar a sua transgeneridade dentro de um espaço de poder, na Assembleia Legislativa e nos outros trabalhos que assume. Dediane Souza reconhece sua travestilidade dentro do movimento social, sabendo que ser travesti é uma luta constante por ela e por todas as outras. Desse modo, elas assumem uma luta para afirmar que a identidade travesti pode ocupar todos os lugares possíveis em Fortaleza.

A permanência de Janaína, Thina e Dediane enquanto sujeitas travestis não se resume apenas ao interior dos movimentos sociais. A partir de esforços pessoais e coletivos visualizam as possibilidades de estarem inseridas dentro do mercado formal de trabalho, na universidade, na arte, no teatro, na gestão pública e em empresas privadas. Para elas, o acesso e a garantia de direitos é um instrumento de construção de suas realidades e de outras. É partir da garantia de direitos por meio da mobilização do ativismo que elas encontram os caminhos da cidadania. Consequentemente, é no tempo da cidadania travestis (VERAS, 2019) que se constroem os primeiros passos para as herdeiras de Janaína, Thina e Dediane.

As novas sujeitas contemporâneas por meio dos movimentos sociais chegam nos espaços que tiveram as portas abertas por suas ancestrais para elas adentrarem. Desse modo, precisamos fazer algumas observações. A nossa primeira consideração é que as nossas interlocutoras Labelle, Silvinha, Yara e Amanda, no que se refere à capacidade de mobilização por meio dos movimentos sociais, encontram o campo do ativismo travesti em Fortaleza já configurado, passando a fortalecer a articulação em uma rede de alianças afetiva entre suas pares. A entrada nos movimentos sociais faz com que elas mobilizem uma categoria política de pertencimento e que se autopercebam como representantes de outras por quem lutam. Em relação à categoria de representatividade de outras dentro dos movimentos sociais ou em outros

espaços, ao mesmo tempo que elas se autoautorizam enquanto representantes, há uma cobrança para que, enquanto sujeitas políticas que ocupam lugares de poder, usem suas vozes para gritar por suas “manas”. Elas continuam na luta e na resistência para conquistar e garantir direitos. Ao mesmo tempo que elas estão dentro do movimento social, assumem também papéis em espaço públicos. Uma das formas de resistência é se aquilombar.

O aquilobamento é posto como uma resistência para sobreviver e reivindicar um lugar na sociedade. Vale pontuar que, mesmo recorrendo muitas vezes aos movimentos sociais, esse não é o único lugar que elas ocupam para reivindicar seus direitos. Assim, minhas interlocutoras acreditam que ocupar outros lugares é extremamente necessário para que suas lutas se tornem visíveis para que possam representar outras travestis.

Nossa segunda consideração é que suas experiências no campo da autodefinição enquanto sujeitas travestis é outra categoria mobilizada por elas. Labelle Rainbow, Silvinha Cavalleire, Yara Canta e Amanda Félix desenvolvem o entendimento de autodefinição de ser travesti enquanto uma categoria de identidade de gênero e política. Elas reivindicam a não essencialização de ser travesti e de suas subjetividades e experiências. Para elas, ser travesti é ser “mulher trans”, mas não uma mulher trans dentro da ideia de binaridade hegemônica de ser mulher, porque elas se autodefinem enquanto travestis. Uma travesti não se constrói dentro do espectro da binaridade de ser homem e mulher, elas estão para além disso. Uma mulher trans em sua subjetividade muitas vezes se identifica como uma mulher, dentro da dimensão da binaridade.

A feminilidade e mulheridade de uma travesti e de uma mulher trans se encontram e se distanciam à medida que essas experiências se constroem. A aproximação se dá também por meio de suas lutas por reconhecimento e pela garantia de direitos. Minhas interlocutoras se reconhecem enquanto travestis dentro de uma expressão que traz representatividade e força. Daí o termo ser também político. As travestis se constroem dentro de um contexto político, elas emergem das ruas, da criminalidade e da marginalização e rompem com esse contexto e com essas imagens de controle. Desse modo, ser travesti é uma autodefinição dentro das muitas possibilidades de ser transgênero.

Ser travesti é uma categoria que está para além da binaridade de gênero. Elas não buscam se enquadrar na normatividade. Elas estão em um lugar que o padrão cisgênero e heterossexual não consegue alcançar. Vale ressaltar que as experiências de travestilidades são distintas, do mesmo modo que são as experiências cisgêneras. Por um lado, elas se afirmam como travestis. Por outro, negam qualquer característica essencial que unifique todas as experiências de travestilidades.

Conforme demonstrei nesta dissertação, as experiências de travestilidades são marcadas por recortes de gênero, raça e sexualidade. O racismo e a transfobia dificultam o acesso e o pertencimento de suas identidades nos espaços que ocupam. Essas duas categorias atravessam as travestis independente da classe social ou do território que estejam. O racismo e transfobia se interseccionam. Mesmo pertencendo ao movimento social Negro ou LGBT, em muitos momentos esses marcadores de opressão agem sobre elas. Por serem travestis, em diversas situações cotidianas a transfobia deixa marcas e traumas em suas subjetividades.

Nossas interlocutoras, enquanto ativistas assumem uma luta, um discurso contra o racismo, a transfobia, o preconceito, a LGBTfobia e contra tantos outros marcadores sociais da diferença. Denunciando a necropolítica, elas se movimentam pela cidade de Fortaleza, entrelaçando lutas individuais e coletivas dentro de espaços institucionais e movimentos sociais. Enquanto travestis negras, não brancas e branca, elas produzem em suas falas reflexões que cada vez mais é necessário que seus corpos, suas experiências e suas individualidades sejam percebidas dentro de muitas possibilidades de se viver suas mulheridades e feminilidades. Viver e ocupar todos os lugares é grande agenda para elas.

Nossa terceira consideração se refere ao tema das violências sofridas por travestis. Fato que se deve à incapacidade do Estado de proteger essas vidas com políticas públicas efetivas. Assim, elas recorrem a manifestações públicas como algo necessário para cobrar do Estado a garantia que elas possam viver plenamente no país e no estado em que os índices de assassinatos de pessoas trans é alarmante. Sendo necessário que o Estado articule junto aos movimentos sociais uma agenda política e ética de proteção dos direitos humanos das travestis, para que possam criar uma rede de possibilidades de proteção de suas vidas, para reduzir as desigualdades e possibilitar a inserção social dessas pessoas no estado e no país.

Finalizo com a fala da ativista, travesti, negra e vereadora de São Paulo Erika Hilton (a primeira travesti eleita deputada federal no Brasil pelo Estado de São Paulo) que, quando foi perguntada sobre o que é preciso fazer para garantir segurança para pessoas trans e travestis, respondeu que é preciso combater à violência e garantir segurança pública para essas pessoas. Logo, efetivar o acesso aos direitos humanos básicos como a vida, saúde, educação, moradia e cultura. Só assim as pessoas vão entender que o lugar das travestis não é na prostituição ou na criminalidade. Desse modo, os contextos que as travestis foram colocadas compulsoriamente não podem ser os demarcadores de suas identidades de gênero.

REFERÊNCIAS

- #Napausa. Conversa e debates ao vivo. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/quando-pessoas-nao-reconhecem-nossas-mortes-como-alarmanetes-e-porque-nao-reconhecem-nossa-humanidade/>. Acesso em 30 de fevereiro de 2021.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: BOITEMPO, 2004.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **A chave do armário: homossexualidade, casamento, família**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2010.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feminista**. v. 3 n. 2 (1995). pp. 458-463. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em 17 de novembro de 2021.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. In: **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**., v. 9, n.2, p. 252-255, 2018.
- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **ANTRA. boletim nº 01/2021 assassinatos contra travestis e transexuais em 2021**. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>. Acesso dia 06 de julho de 2021.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Blog Diversidade. Evento marcará e celebrará dia nacional da Visibilidade Trans em Alagoas. Disponível em: <http://diversidade.blogsdagazetaweb.com/tag/associacao-das-travestis-do-ceara-atrac/>. acesso dia 02 de julho de 2021.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde (Brasil). **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. / elaboração: André Luiz de Figueiredo Lázaro; organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos.; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em alianças e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre limites discursivos do sexo. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21ª edição; tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Câmara Municipal de Fortaleza. Requerimento 2783/2018. Disponível em: https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2018/40384/40384_texto_integral.pdf. Acesso em 05 de maio de 2021.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTE, Antonio Simão. “**Ser”tão travesti**: narrativas de gênero, sobrevivências e resistências das travestis do Sertão Central cearense. 2018. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, Quixadá, 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/mihl/wp-content/uploads/sites/66/2021/04/dissertacaoantoniosimaocavalcante.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2021.

Ceará Criolo. **Travestis e transexuais negras**: reverências às raízes fortes. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/travestis-e-transexuais-negras-reverencia-as-raizes-fortes/>. Acesso em 15 de julho de 2022.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Belo Horizonte -2018. 290 f. Tese (doutorado). Disponível em: [file:///C:/Users/10/Downloads/2018__coacci__conhecimento_prec_rio_e_conhecimento_contra_p_blico%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/10/Downloads/2018__coacci__conhecimento_prec_rio_e_conhecimento_contra_p_blico%20(1).pdf). Acesso: 23 de setembro de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. “**Em direção a uma nova visão**: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”. In: Moreno, Renata. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015, pp. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista negro**: conhecimento, consciência da política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Dossiê Comunicação e desigualdade. **Revista Científica de Comunicação Social da FIAM – FAAM**, V.5, N.1 (2017), – ISSN: 2317-4919, 2017, pp 6-17.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CUNHA, Neon. **O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental/** organizadores Neon Cunha...[*et.al.*]. São Paulo: Editora Dandara: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2021.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo.** MANA 10(2):287-322, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/XYzjLRvbTLVNnfsZVMJTYgf/?lang=pt.> Acesso em 15 de setembro de 2021.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

Dediane Souza, no vídeo **“Empoderadas”**. Disponível em: <https://www.facebook.com/programaempoderadas/videos/1685137491722477/?pnref=story>. Acesso em 14 de março de 2022.

DEL PRIORE, Mary. **A Mulher na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa.** Brasília: Letras Livres, 2013

Facebook. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: https://m.facebook.com/watch/?v=761544278163341&_rd. Acesso dia 25 de agosto de 2022.

FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. **Protagonista Travestis em narrativas brasileiras do século XX: subalternidade e resistência.** In: Literatura e resistência/ organizado por regina Dalcastagnè, Bertoni Licarão, Patrícia Nakagome. Porto Alegre, RS, 2018, p.87-99.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...”:** escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011, v.1

FERREIRA, Guilherme Gomes. **A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais.** In: Transfeminismo: teorias e práticas. Jaqueline Gomes de Jesus. [*et al.*]. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p.121-137.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & Sensala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; ilustrações em cores de Cícero Dias; desenhos de Antonio Montenegro.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. **Nem ao centro, nem à margem!** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. Salvador- BA Editora Devires, 2020.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. **O diabo em forma de gente.** (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba, 2017.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação**. Organização Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães, Fernando Seffener e Teresa Vilaça. Rio Grande: Editora da FURG, 2018. p. 68-88.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flávia Rios, Márcia Lima**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Sexismo e racismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento das universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado** – volume 31. Número 1. janeiro/abril, 2016, p. 25 -49.

GROSSI, Miriam Pilar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. —, n.1 (1995). —Florianópolis: UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Organização e tradução Tomaz Tadeu (org.) –Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HIRANO, Luis Felipe Kojima **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Luis Felipe Kojima Hirano, Maurício Acuña; Bernardo Fonseca Machado (Org.). – Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo; tradução Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. “De mãos dadas com minhas irmãs”. São Paulo, WMF: Martinsfonte. 2017.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução Rosaura Eichenberg. Curitiba PR, A Página, 2012.

Janaína Dutra: **Uma Dama de Ferro**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zdtNOHia1qA>. Acesso dia 30 de julho de 2021.

Janaína Dutra: uma dama de ferro. Filme com direção de Vagner de Almeida. Produção e Realização: Grupo de Resistência Asa Branca. Duração: 50 minutos, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de **Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf. Acesso dia 10 de setembro de 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas/Org. Jaqueline Gomes de Jesus... [et al.]**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Travessia**: caminhos da população trans na história. In: Histórico do Movimento LGBT no Brasil./Organizadores James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. São Paulo: Alameda, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. In: **Revista Docência e Cibercultura**. ReDoc. Rio de Janeiro. v.3.n.1.Jan/Abr.2019. pp. 250-260. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/0>. Acesso em 21 de julho de 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro-RJ, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo, Unicamp, 1994.

LE MOS, Kaio Souza. **Processos externalizadores**: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino no Ceará. Kaio Souza Lemos. Fortaleza, 2021. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58416/3/2020_dis_kslemos.pdf. Acesso: 06 de agosto de 2021.

LESSA, Sergio. **Escola sem partido e sociedade sem ideologias**. Maceió: Coletivo Veredas. 2019.

LIMA, Marcelo Rodrigues de. MACHADO, Thalita Rody. GOMES, Maria Carmen Aires. LIMA, Marcelo Rodrigues de. MACHADO, Thalita Rody. GOMES, Maria Carmen Aires. “Travesti Não é Bagunça”: Uma Análise Discursivo-Crítica das Representações de Luana Muniz nas Práticas Midiáticas Jornalísticas Digitais. Gláuks: **Revista de Letras e Artes** – jan./ jun. 2017 – Vol 17, Nº 1, p.170-188. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/21071/1/artigo.pdf>. Acesso dia 19 de julho de 2021.

LOPES, Fábio Henrique. **Agora, as mulheres são outras**. Travestilidade e envelhecimento. In: Transfeminismo: teorias e práticas/Org. Jaqueline Gomes de Jesus... [et al.]. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p.171-194.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 22, v. 3, pp. 935-952, set.-dez. 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MELLO, Yasmin Teixeira. **Existências, resistências e reconhecimento**: tecendo interlocuções com narrativas de pesquisadoras/es trans brasileiras/os. 2021. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FUDG, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Rio Grande/RS, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/10/Downloads/Dissertao%20-%20Yasmin%20Teixeira%20Mello.pdf>. Acesso em 16 de março de 2022.

MIGNOLO, Walter D. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos**. In: O Brasil no contexto: 1987 -2007/ PINSKY, Jaime (organizador). São Paulo: Contexto, 2007).

MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição & sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. **O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaira, 2021.

NERY, João N. **Transmasculinos: invisibilidade e luta**. In: Histórico do Movimento LGBT no Brasil./Organizadores James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. São Paulo: Alameda, 2018.

NOGUEIRA, Luma. **Travestis na escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa**; Editora Léa Carvalho. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução: Wanderson Flor Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização, 2022.

PEIRANO, Mariza G. S. Antropologia no Brasil. (Alteridade Contextualizada). In: **O que ler na ciência social brasileira**. (1970-1995) Sergio Miceli (Org). – São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS: Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 225-266.

PÉLUCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo na aids**. São Paulo: Annablume, 2009.

PEREIRA, Joselaine Raquel da Silva. REGISTRO, Milena. **Antropologizando a cartografia afetiva: práticas de cuidado como formas de resistência e re-existência**. Dossiê Campos V.23 N.1 P. 122-142 JAN.JUN.2022 p.122-142. Disponível em: file:///C:/Users/10/Downloads/document%20(2).pdf. Acesso dia 15 de julho de 2022.

PERROT, Michele **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIEIDADE, Vilma **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky (Ogrs). São Paulo: Contexto, 2012.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Rev. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 02. Nº. 3, 1989.

PORCINO, CARLE. **Travestilidades: representações sociais de universitários**. Carle Porcino, Maria Thereza Ávila Dantas Coelhos, Jeane Freitas de Oliveira. Curitiba: Appris, 2020.

Portal ABIA. <https://abiains.org.br/janaina-dutra-uma-dama-de-ferro/33382/janaina-dutra-uma-dama-de-ferro-2>.

Portal Adel. **Seminário Desafios para inclusão socioproductiva de jovens LGBTQ+ no Ceará**. Disponível em: <https://www.adel.org.br/adel-realiza-seminario-desafios-para-inclusao-socioproductiva-de-jovens-lgbt-no-ceara/>. Acesso dia 17 de março de 2022.

Portal Agencia do Senado. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso dia 05 de julho de 2021.

Portal Al/Ce; **Assembleia celebra 28 anos do Grupo de Resistência Asa Branca**. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/65109-0606bdsolenidade-grab>. Acesso em 17 de março de 2022.

Portal Capitu. **No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans**. <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>. Acesso dia 05 de julho de 2021.

Portal da Câmara Municipal de Fortaleza. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/2021/11/23/solenidade-homenageia-associacao-de-travestis-e-mulheres-transexuais-do-ceara/>. Acesso dia 23 de novembro de 2021.

Portal da MPF/CE. **A gente tem que ocupar todos os lugares**. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/a-gente-tem-que-ocupar-todos-os-lugares/> Acesso em dia 17 de março de 2022.

Portal Dep. Renato Roseno. **Deidiane Souza: a militância e a luta para ser mulher em suas múltiplas identidades**. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/deidiane-sousa-renato-roseno-entrevista-8-de-marco>. Acesso dia 17 de março de 2022.

Portal Diário do Nordeste Online. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/vereadores-querem-impedir-banheiros-para-trans-em-fortaleza-apos-polemica-das-placas-na-rede-cuca-1.3155074>. Acesso dia 04 de novembro de 2021.

Portal Diário do Nordeste. **16 travestis ou transexuais foram mortos no CE em 2017**". Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/16-travestis-ou-transexuais-foram-mortos-no-ce-em-2017-1.1870138>. Acesso dia 01 de julho de 2021.

Portal Diário do Nordeste. **Conheça o significado da sigla LGBTQIA+**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/conheca-o-significado-da-sigla-lgbtqia-1.3103180>. Acesso em 06 de julho de 2021.

Portal Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/thina-rodrigues-morre-aos-57-anos-por-covid-19-travesti-foi-pioneira-da-causa-lgbti-no-ceara-1.2960673>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

Portal Discovery. Disponível em: <https://google.com/2021/11/29/janaina-dutra-lider-travesti-do-movimento-lgbt-ganha-doodle-do-google/>. Acesso dia 22 de março de 2022.

Portal do GRAB. <http://www.grab.org.br/new/>. Acesso dia 01 de outubro de 2021.

Portal Estado do Piauí. Dororidade travesti. Disponível em: <https://oestadodopiauui.com/postagens/dororidade-travesti-experiencia-de-travestis-negras/>. Acesso dia 13 de julho de 2022.

Portal Fiocruz. **Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil**. <https://www.epsvj.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso dia 10 de julho de 2022.

Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/06/30/presidente-da-associacao-de-travestis-do-ceara-morre-por-covid-19.ghtml>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/29/numero-de-assassinatos-de-trans-dobra-no-ceara-em-2020-estado-e-o-2o-do-pais-no-numero-de-mortes.ghtml>. Acesso dia 16 de setembro de 2020.

Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/29/vereador-arranca-placas-informativas-sobre-uso-de-banheiros-por-pessoas-trans-de-unidade-da-rede-cuca-em-fortaleza.ghtml>. acesso dia 04 de novembro de 2021

Portal G1. Familiares e amigos protestam contra morte da travesti Sofia, em Fortaleza: 'Ajudava todo mundo'. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/02/15/familiares-e-amigos-protestam-contra-morte-da-travesti-sofia-em-fortaleza-ajudava-todo-mundo.ghtml>. Acesso dia 26 de setembro de 2022.

Portal G1. 'Inventei Linn da Quebrada para salvar minha vida', diz cantora trans a Bial. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/inventei-linn-da-quebrada-para-salvar-minha-vida-diz-cantora-trans-a-bial.ghtml>. Acesso em 29 de julho de 2021.

Portal G1. Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso dia 01 de julho de 2021.

Portal Jornal Metr pole. Disponível em: Jornal Metr pole. Presidente da Associa o de Travestis do Ceará morre por Covid-19. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/presidente-da-associacao-de-travestis-do-ceara-morre-por-covid-19>, Acesso em 19 de dezembro de 2021.

Portal Jornal O Povo Online. **Número de pessoas trans eleitas vereadoras triplica em rela o a 2016.** O povo Online. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/11/17/opovo.com.br/noticias/politica/2020/11/17/numero-de-pessoas-trans-eleitas-vereadoras-triplica-em-relacao-a-2016.html>. Acesso dia 25 de julho de 2021.

Portal Jornal o Povo Online. **Primeiro parlamentar travesti do Ceará   eleito em Novo Oriente.** Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/eleicoes2012/2012/10/09/noteleicoes2012,2933986/primeiro-parlamentar-travesti-do-ceara-e-eleito-em-novo-oriente.shtml>. Acesso em 25 de julho de 2021.

Portal Jornal O Povo. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2020/06/30/ceara-ultrapassa-os-6-mil-obitos--por-coronavirus.html>. Acesso dia 22 de dezembro de 2021.

Portal Jornal O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/10/29/rede-cuca-denuncia-vereador-de-fortaleza-que-arrancou-placas-sobre-identidade-de-genero-fixadas-em-banheiros.html>. Acesso 04 de novembro de 2021.

Portal Jornal O Povo. **Peti o tenta realocar e melhorar ambulatório destinado a pessoas trans.** Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/04/06/peticao-tenta-realocar-e-melhorar-ambulatorio-destinado-a-pessoas-trans.html>. Acesso dia 13 de julho de 2021.

Portal Jornal O Povo. **Yara Canta: mulher trans, negra e dona de si.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/yara-canta-mulher-trans-negra-e-dona-de-si-1.3102069>. Acesso dia 11 de julho de 2022.

Portal M dia Ninja. **Yara Canta e a força do salto alto.** Disponível em: <https://midianinja.org/news/yara-canta-e-a-forca-do-salto-alto/>. Acesso dia 06/08/2022

Portal M diabixa. **Janaina Dutra: conheça a história da ativista ícone da luta LGBTI+ do Brasil.** Disponível em: <https://mediabixa.com.br/janaina-dutra-conheca-a-historia-da-ativista-icone-da-luta-lgbti-do-brasil/>. Acesso dia 30 de julho de 2021.

Portal OBSERVATÓRIO UOL. **Veja 10 pessoas trans que ganharam destaque nesta década no Brasil.** Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/destaque/veja-10-pessoas-trans-que-ganharam-destaque-nesta-decada-no-brasil>. acesso dia 25 de julho de 2021.

Portal STF. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.** Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 06 de julho de 2021.

Portal Usina de Valores. **DIGNIDADE HUMANA: ‘QUANTAS TRAVESTIS CONVIVERAM COM VOCÊ?’.** Disponível em: <https://usinadevalores.org.br/?s=travestis>. Acesso 05 de julho de 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições ALMEDINA. SA, 2009, p.73-117.

REDETRANS. Censo Trans 2020. **Reflexões sobre os dados do censo trans: Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil**. Organização: Dediane Souza. Disponível em: http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf. Acesso dia 11 de julho de 2022.

REIDEL, Marina. **Identidades trans: onde estamos: para onde vamos**. In: Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento/Anderson Ferrari/ Roney Polato de Castro (Org.)- Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

REIS, T., (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

REVISTA ENTREVISTA, 2014. Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36438/1/2014_art_trodrigues.pdf. Acesso em 03 de novembro de 2021.

REVISTA ENTREVISTA. Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, 2013. **Revista Entrevista**. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36289/1/2013_art_arossati.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2021.

REVISTA ENTREVISTA. Revista da disciplina Laboratório de Jornalismo Impresso do Curso de Jornalismo -ICA/UFC. **Revista Entrevista**. Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, Nº 40, 2017, p. 06-33.

Revista Fortaleza Trans, publicada em 28 de fevereiro de 2013. Revista temática produzida para a disciplina de Jornalismo Impresso I do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Entrevista**. Disponível em: https://issuu.com/kellima0/docs/fortalezatrans_versao_final. Acesso 15 de outubro de 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: justificando, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo-SP. Ubu Editora, 2017.

SALES, Adriana. SIMPSON, Keila. Cartografias Travestis perspectivas metodológicas de guerrilhas nos diálogos com o movimento social organizado. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura** – UFMT. REBEH. 2018, p.1-21. Disponível em: <file:///C:/Users/10/Downloads/9066-Texto%20do%20Artigo-31864-1-10-20190918.pdf>. Acesso dia 21 de novembro de 2021.

SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. -Rio de Janeiro: Metanóia, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, 1990.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios:** e uma antropologia por demanda. Tradução Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara:** resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais no Brasil. Picos, PI: 2021.

SIMÕES, Júlio. **Do movimento homossexual ao LGBT.** Regina Facchini. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMPSON, Keila. **Travestis:** entre a atração e a aversão. In: Diversidade sexual e homofobia no Brasil/ [organizadores Gustavo Venturi, Vilma Bokany]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p.109-117.

SOUZA, Dediane. “**Entre a casa e a rua**”: um olhar sobre a solidariedade entre travestis em tempos de pandemia. In: Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável. /Organizadores: Alexandre Martins Joca, Racquel Valério Martins, Renato Alves Vieira de Melo. Cajazeiras/PB: AIPGP, 2021, p. 292-302.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte MG: Editora UFMG, 2010.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TREVISAN, João Silvério. **Devasso no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da beleza:** travestilidade e devir minoritário. (2005). 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/1251/1/2005_tese_AFC.Vale%20%282%29.pdf. Acesso: 30 de julho de 2021.

VENANCIO, Vinícius. SILVA, Juliana Cintia Lima e. O problema I. Nada será como antes, amanhã. Antropólogos negras/os movendo a Antropologia Brasileira. In: **Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia** / Associação Brasileira de Antropologia. Vol.7, n.2, dezembro de 2021. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2021.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis:** carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2022.

VIDAL, Júlia Silva. **Com sedas matei e com ferros morri:** sobre homicídios, inquéritos policiais e criminalização dos travestis. 1.ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

VIEIRA, HELENA. **Afinal, o que é Teoria Queer?** O que fala Judith Butler? Diálogos do Sul, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/51728/afinal-o-que-e-a-teoria-queer-o-que-fala-judith-butler>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

VIEIRA, Helena. FRACCAROLI, Yuri. **Violência e dessisdências:** um breve olhar às

experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: *Histórico do Movimento LGBT no Brasil*./Organizadores James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. São Paulo: Alameda, 2018.

ZILBERMAN, Regina. **Literatura e pedagogia:** ponto e contraponto. São Paulo: Global: Campinas, SP: ALB-Associação de Leitura do Brasil, 2008.

ANEXOS



O Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza,
Vereador Antônio Henrique,
atendendo ao requerimento de autoria da Mandata Coletiva Nossa Cara,
convida para Sessão Solene em homenagem à Thina Rodrigues e à
Associação de Travestis e Mulher Transsexuais do Ceará - ATRAC,
em alusão ao Dia da Visibilidade Trans.

Data: 22 de Novembro de 2021 / Hora: 15h / Local: Plenário Fausto Arruda
Rua: Dr. Thompson Bulcão, 830 / Bairro: Luciano Cavalcante

@atrac_

Arquivo Pessoal/ foto dia 22 de novembro de 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



MANDATA COLETIVA
NOSSA CARA

COMUNICADO INTERNO

Prezadas(os) trabalhadoras(es) da Câmara Municipal de Fortaleza,

Nós da Mandata Coletiva Nossa Cara gostaríamos de informar que estamos realizando no dia de hoje uma **SESSÃO SOLENE PARA HOMENAGEAR A ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSSEXUAIS (ATRAC)** no Auditório Fausto Arruda no dia de hoje (22/11/2021, 15h).

O nosso objetivo é fazer uma recepção acolhedora e respeitosa com todas as pessoas que estarão presentes e, para isso, contamos com a disposição e colaboração de todas e todos que constroem essa Casa Legislativa.

Entendemos que os espaços institucionais, muitas vezes, são menos acolhedores para corpos que se distanciam dos padrões da sociedade e não queremos que isso aconteça dentro da Câmara.

Ressaltamos aqui a importância e sensibilidade de estarmos atentos aos nomes e pronomes corretos que cada pessoa prefere ser chamada, então é importante sempre perguntar de forma genérica antes de utilizar qualquer tipo de adjetivo ou pronome que a pessoa não se sinta confortável. Um simples "Qual seu nome?" é um enorme gesto de respeito e empatia que precisamos replicar.

No mais, certas da colaboração e entendimento de todas(os), reafirmamos nossa parceria com todas as pessoas que fazem parte da CMFor e reiteramos nosso agradecimento diário pela disposição e compromisso.

Atenciosamente,

Mandata Coletiva Nossa Cara.

Adriana Gerônimo Vieira Silva
Adriana Gerônimo

**Covereadora Mandata Coletiva Nossa Cara
Partido Socialismo e Liberdade - PSOL**

RUA DR. THOMPSON BULCÃO, 830, GABINETE 02
ENG. LUCIANO CAVALCANTE CEP: 60.810-460, FORTALEZA - CE
TEL.: 85 3444-8412

Arquivo Pessoal/ foto dia 22 de novembro de 2021



Arquivo Pessoal/ foto dia 27 de novembro de 2021
Participação na Sessão Solene na Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará



Print Instagram de Yara Canta/ Foto dia 26 de novembro de 2021



Print Instagram da Atrac/ Foto dia 16 de fevereiro de 2022



Bandeira do Movimento Trans

Fonte: <https://medium.com/@alicescontra/in-visibilidade-trans-db1a56847c71>. Acesso dia 18 de março de 2022.

**DISCURSO DE ANDREA ROSSATI DURANTE A SESSÃO SOLENE NA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ**

Bom dia a todos, a todas e a todes. Queria cumprimentar a mesa desta sessão solene na pessoa do querido, maravilhosa, deputado Renato Roseno, a quem eu tenho um apreço muito grande, respeito e um carinho muito grande. Pena deputado Renato Roseno que nesta casa, nós não tenhamos {sic} grandes né, numerosos parlamentares com esta coragem extraordinária que vossa excelência tem em convocar uma sessão solene para homenagear travestis e transexuais. Muito obrigada, muito obrigada, muito obrigada. {Aplausos}. Queria cumprimentar os nossos convidados, as nossas lideranças, as nossas personalidades do nosso tão amado tão importante movimento social LGBT cearense, na pessoa do Dary Bezerra que representa aqui o GRAB, onde a ATRAC nasceu numa salinha do GRAB, lá na Tereza Cristina, 1050 no centro, em 18 de novembro de 2001, quando Janaína Dutra, Thina Rodrigues e tantas outras travestis e mulheres transexuais, como minha querida vice-presidenta Paula Costa tiveram uma coragem extraordinária de fundar a ATRAC, a Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Estado do Ceará. E aqui Dário, não podia deixar de citar o GRAB porque foi lá que nós nascemos, lá que nós tivemos o primeiro apoio, lá que nós tivemos orientação, lá que nós tivemos ajuda de Orlaneudo, de Chico Pedrosa e de tantos outros ativistas que nos ajudaram, ajudaram não a mim, porque eu já sou filha de Janaína, de Paula, de Thina, já sou uma aprendiz. {sic} ajudaram muito essas meninas que tiveram essa coragem de fundar a ATRAC.

Pra nós é motivo de muita alegria está aqui comemorando 20 anos da ATRAC, 20 anos, duas décadas da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Estado do Ceará. E ao mesmo tempo deputado Renato Roseno, é uma tristeza muito grande, porque nós estamos aqui nesse momento, comemorando 20 anos da ATRAC, estamos aqui comemorando em memória da grande querida e lutadora Thina Rodrigues, em memória a Thina, a história dela, uma história linda, de luta, uma mulher negra, travesti, que fez história nesse estado, nesse país.

Mas ao mesmo tempo deputado Renato Roseno, nós estamos tristes porque nós vemos que nós estamos numa conjuntura avassaladora, uma conjuntura desumana, uma conjuntura de desamor, onde hoje nós temos dois parlamentos, que na maioria desses dois parlamentos, tanto municipal como no estadual, nós só vemos ataques, ataques a vida humana, incitação ao ódio, incitação ao desamor. E recentemente, nessas semanas, nesses meses que a gente comemora o aniversário da ATRAC, nós não temos nem tempo de comemorar porque nós temos que tá lutando pelo direito pela vida, é um homem trans que tem um joelho quebrado em Tauá, é uma mulher transexual que é agredida e estuprada no Bairro Bom Jardim, anteontem, então são

essas notícias, infelizmente nos deixam angustiadas, nos deixam muito tristes, mas ao mesmo tempo são momentos como estes, uma sessão solene, de estar aqui hoje, dentro desse parlamento, dando visibilidade a Associação de Travestis e Mulheres Transexuais deste estado, é que nós temos forças pra lutar.

Entendo que nós só conseguiremos construir um diálogo com as pessoas que estão do outro lado, olhando para a pauta de gênero, para as questões da diversidade, para a pauta da sexualidade, que vêm muitas vezes como uma coisa demoníaca, uma coisa que vai desestruturar a sociedade, como se nós não fizéssemos parte dessa mesma sociedade, quando nós buscarmos partir do plano da didática, da pedagogia freireana, uma vez que nós precisamos incorporar no nosso seio, nos nossos discursos de defensores e defensoras dos direitos humanos, pra que nós possamos nos conectar com as pessoas que a igreja muitas vezes consegue se conectar, isso mesmo, nós temos que nos conectar principalmente com as aquelas pessoas que a igreja, que a sociedade que tantos outros setores consegue se conectar, porque nós precisamos levar uma palavra, uma mensagem, uma fala, principalmente pra aquelas pessoas que tem um discurso mais raso, menos elaborado, na maioria das vezes essa pessoas sequer compreendem a mensagem que nós queremos passar.

E na conjuntura atual, nós precisamos encontrar uma palavra, uma mensagem. Primeiro que nós possamos mostrar que não há nada de errado com nós. E que nós não temos a pretensão de acabar com a família, nós não temos a pretensão de acabar com a família. Nós só queremos que nessas mesmas famílias possa haver espaço para o diálogo, possa haver espaço para a democracia. Que as famílias sejam representadas de várias vertentes, de várias formas. E que nós também temos famílias. Que nós também fazemos parte dessas famílias, nós não queremos impor nada a ninguém. Nossa intenção não é fazer com que ninguém seja gay, lésbica, travesti, transexuais ou bissexuais. Muito pelo contrário, a nossa intenção é que as pessoas que assim são, a nossa intenção é que as pessoas que assim são, a nossa população LGBTQIA+ possa ter a liberdade de existir, de viver em paz, {sic} chega de viver num país onde é o primeiro nas estatísticas de morte contra LGBTs.

Chega deputado Renato, de viver em um estado numa capital que está em ranking de assassinatos e violações de direitos humanos contra a população LGBT. Para que nós não vejamos homens trans e mulheres lésbicas sendo estupradas como pelo estupro coletivo por conta da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Para que nós não continuemos vendo travestis sendo assassinadas frequentemente nas nossas esquinas.

O que nós queremos é a valorização da vida, o que nós queremos é que as nossas crianças e os nossos adolescentes cresçam com a proteção das nossas famílias, possam terminar a

escolaridade, sejam preparados para o mercado de trabalho, sejam preparados para a política, tenham sequer deputado, a chance de passar dos 30 anos de idade. O nosso propósito é de construção. Nós queremos construir, jamais destruir.

Quem destrói é o ódio, o desamor. Quem destrói é o fascismo, é o discurso intolerante, é o discurso conservador, que existe aqui dentro deste parlamento. Essa intolerância que nos joga nas esquinas, que nos mata muito cedo, é essa intolerância que rouba as nossas famílias, que rouba as nossas oportunidades de vida. Thina Rodrigues presente, viva a ATRAC, e que a gente possa um dia verdadeiramente ter um Ceará, uma Fortaleza e um Brasil sem LGBTfobia.